



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

CLEBER CEZAR DA SILVA

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E MEIO AMBIENTE NOS HIDRÔNIMOS DO  
ESTADO DE GOIÁS**

**Brasília-DF  
2020.**

**CLEBER CEZAR DA SILVA**

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E MEIO AMBIENTE NOS HIDRÔNIMOS DO  
ESTADO DE GOIÁS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Linguística pela Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Hildo Honório do Couto

**Brasília-DF  
2020.**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C623r Cezar da Silva, Cleber  
A relação entre língua e meio ambiente nos hidrônimos do  
estado de Goiás / Cleber Cezar da Silva; orientador Hildo  
Honório do Couto. -- Brasília, 2020.  
214 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Linguística) --  
Universidade de Brasília, 2020.

1. Ecolinguística. 2. Toponomástica. 3. Hidrônimo. 4.  
Língua . 5. Meio Ambiente. I. Honório do Couto, Hildo,  
orient. II. Título.

CLEBER CEZAR DA SILVA

**A RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA E MEIO AMBIENTE NOS HIDRÔNIMOS DO  
ESTADO DE GOIÁS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Linguística pela Universidade de Brasília – UnB.

Comissão examinadora constituída por:

Hildo Honório do Couto  
Universidade de Brasília – UnB  
Orientador e presidente da banca

---

Walkiria Neiva Praça  
Universidade de Brasília – UnB  
Membro titular da banca – Examinadora interna

---

Kleber Aparecido da Silva  
Universidade de Brasília - UnB  
Membro titular da banca – Examinador interno

---

Kênia Mara de Freitas Siqueira  
Universidade Estadual de Goiás - UEG  
Membro titular da banca – Examinadora externa

---

Gilberto Paulino de Araújo  
Universidade Federal do Tocantins – UFT  
Membro suplente da banca

---

## AGRADECIMENTOS

*Ficai alegres porque vossos nomes estão escritos no céu (Lucas, 10, 20).*

Aquele menino pobre, vendedor de coxinhas, vivente do interior do estado de Goiás, virou doutor! Mas como assim? Pois é, ele decidiu crescer e vencer mesmo com as dificuldades, como dizia Cora Coralina “Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar, porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir”. Desistir é um verbo que nunca foi conjugado por ele, mas em seu caminhar não esteve só e agora ele quer agradecer a todos.

O caminho não foi fácil, mas Deus sempre esteve à minha frente, e “Foi me dirigida nestes termos a palavra do Senhor: ‘Antes que no seio fosses formado, eu já te conhecia’” (JEREMIAS 1, 4-5). Junto ao Pai Celestial sempre tive o amparo e intercessão da Virgem das Virgens, que se apresenta com tantos nomes, Aparecida, das Graças, de Fátima, Catarina de Alexandria e tantas outras que me fortaleceram na fé. A Vós rendo toda honra e glória e continuo a rogar fé na caminhada dos humanos que me abraçaram, amaram e conduziram até aqui!

A família é o bem maior e sem o amparo dela nada seria. Minha eterna gratidão aos meus pais Waldivino Cezar Leite e Nelica Antônia Pereira da Silva, os senhores são tão doutores quanto eu, pois sempre foram minha base e, mesmo nos momentos mais difíceis, nos ensinaram o valor da humildade e da fé e que jamais deveríamos deixar de sonhar. Deus lhes pague por tudo! Ao meu irmão Cleibe Cezar da Silva, sempre presente e preocupado com meus estudos, minha gratidão. Aos meus afilhados, padrinhos, sobrinha, cunhada, tios e primos, obrigado por entenderem minhas ausências nas reuniões de família e por se preocuparem comigo. À nossa matriarca, a “madrinha-avó” Francisca Dias da Silva, o amor e as orações da senhora me fizeram forte, Deus a preserve sempre ao nosso lado!

Àqueles que tive o prazer e a graça em escolher, meus amigos, a família do coração, a minha eterna gratidão por terem me sustentado nesses anos, por me ouvirem nos momentos de angústia e partilharem também de minhas alegrias e conquistas. Sem vocês eu não teria forças o suficiente para caminhar em terrenos arenosos, porém férteis. Espero tê-los sempre ao meu lado!

Aos meus felinos, especialmente ao doce e amado Harry Potter, que sempre estava a minha volta nas horas de estudos, acariciando-me e ao meu lado adormecia e por horas ficava

a me velar nas noites silenciosas. Que a cada dia eu possa amá-los mais e tenha a capacidade de cuidar até os últimos dias de suas existências.

A educação foi o que me proporcionou chegar até aqui, a escola pública foi a minha segunda casa e, por isso, acredito e defendo uma educação pública, gratuita e de qualidade. Gratidão aos meus eternos mestres que desde os tempos do Colégio Estadual Dr. Francisco Accioli, Colégio Estadual Martins Borges e Colégio Estadual Professor Ivan Ferreira, sempre me incentivaram e mostraram que a educação é transformadora. Guardo na lembrança e no coração cada um de meus eternos mestres, a quem valorizo e prezo muito. A vida acadêmica continuou por outros caminhos e neles tive a honra de encontrar vários outros mestres contribuintes com minha formação, obrigado aos que me formaram professor, na Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Pires do Rio e na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

Ao Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, meus agradecimentos por conceder licença para aprimoramento profissional. Gratidão aos amigos desta respeitada instituição que sempre me acompanharam e se preocuparam comigo. Aguardem, estou voltado para juntos contribuímos com a formação educacional e social de tantos jovens!

À Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Linguística, gratidão por me proporcionar conhecer outros mundos, por meio do conhecimento, e pessoas incríveis entre professores e acadêmicos. Ao professor emérito Dr. Hildo Honório do Couto, gratidão por me acolher, sem saber quem eu era e de onde vinha, o senhor me mostrou por meio de sua humildade e respeito o quão grande és. Tens minha eterna gratidão e admiração!

Aos professores componentes da banca avaliadora, professora Dra. Walkíria Neiva Praça, gratidão por seu olhar em meus escritos de amator. Aprendi com a senhora, em uma longa conversa, “ninguém melhor que você sabe sobre seu trabalho”, és uma mulher incrível! Professora Dra. Kênia Mara de Freitas Siqueira, uma companheira de pesquisa, eterna orientadora, professora desde a graduação, gratidão por me apresentar o mundo da pesquisa toponomástica! Professor Dr. Kleber Aparecido da Silva, minha admiração e carinho por sua pessoa é extrema, tens um coração magnífico e sempre cativa a todos que estão a sua volta. Professor Dr. Gilberto Paulino de Araújo, minha gratidão pelas valiosas contribuições!

“Andá com fé eu vou/ Que a fé não costuma faiá”, já dizia Gilberto Gil, assim foram esses últimos três anos, andei com fé, ri e chorei, encontrei amores e sabores, mas que muito me valeram, pois eu cresci. O que vivi e hoje me torno de nada me valerá se a humildade, a fé e a caridade me faltarem.

Hoje me revisto e chamo GRATIDÃO!!!

## DEDICATÓRIA

*Ao primeiro tripé ao qual fui inserido, o território do meu lar, pai e mãe, o povo que me acolheu e o amor, a eterna língua!*

## RESUMO

Esta pesquisa centra-se nos estudos ecolinguísticos e tem como objetivo interpretar as relações entre língua e meio ambiente nos hidrônimos das quatro bacias hidrográficas do estado de Goiás, a saber – do Rio Araguaia, do Rio Paranaíba, do Rio São Francisco e do Rio Tocantins –, para identificar as relações entre esses designativos de lugares e respectivos fatores contextuais que, por ventura, possam conter indícios da motivação toponomástica. Para levantamento dos cinquenta hidrônimos utilizamos, inicialmente, a base digital do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos (IBM), disponibilizada no Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), no qual temos: na escala de 1:2.500 000, os mapas do Sistema de Informações Geográficas do Estado de Goiás – Superintendência de Geologia e Mineração (SIC), e na escala de 1:1.000 000, os mapas de Drenagens da Base cartográfica, IBGE – Drenagens da Base Cartográfica Vetorial Digital ANA. O aparato metodológico centra-se na multimetodologia, isto é, permite que as técnicas da onomasiologia se juntem às interpretações e análises de mapas e fontes históricas. Com base no levantamento bibliográfico, o arcabouço teórico está alicerçado nos fundamentos epistemológicos da ecolinguística, que conta com os estudos de Araújo (2014), Couto (2007, 2009, 2014, 2016, 2018), Døør e Bang (1996), Fill (2015 e 2016), Haugen (1972, 2001, 2016), Sapir (1969 e 1980). Nas bases da toponomástica, temos: Andrade (2010), Cueva (2015), Dias (2016), Dick (1990, 1996, 2004, 2006), Piel (1979), Siqueira (2015, 2017), Silva (2017), Solís (1997), Traperó (1994, 2000). E no processo de categorização do ato de nomear, buscamos: Biderman (1998 e 2001), Cabral (2007), Cunha (2004), Frazer (1951), Lima (2007), López (2007), Silva (2000) entre outros. Na revisitação da história e da geografia de Goiás estão as narrativas dos viajantes Casal (1976), Gardner (1975), Saint-Hilaire (1937, 1974, 1975). Para interpretação dos hidrônimos se fez necessário o uso de dicionários, a saber: Bechara (2011), Cunha (2007), Dubois (2004), Guerra (1993, 2011), Houaiss (2004, 2011), Oliveira (1922), Tibiriçá (1985) e Sampaio (1987). Em consonância com os objetivos de interpretar os hidrônimos do estado de Goiás via ecolinguística e toponomástica, observamos as noções pertinentes à elaboração das classificações topossemânticas e, assim, revelou-se, nesta pesquisa, que por meio do ato de nomeação de um acidente hidrográfico, o hidrônimo passa a ser um território ( $T_1$ ), onde se faz necessária a mediação da população entre T e L.

**Palavras-chave:** Ecolinguística. Toponomástica. Hidrônimo. Língua. Meio Ambiente.

## ABSTRACT

This research focuses on ecolinguistic studies and aims to interpret the relationships between language and environment in the hydronyms of the four watersheds of the state of Goiás, namely – Araguaia River, Paranaíba River, São Francisco River and Tocantins River –, to identify the relationships between these place descriptors and their contextual factors that may contain indications of toponomical motivation. To survey the fifty hydronyms we initially used the digital base of the Mauro Borges Institute for Statistics and Socioeconomic Studies (IBM), available in the State Geoinformation System (SIEG), in which we have: on the scale of 1: 2.500 000, the maps of the Geographic Information System of the State of Goiás - Superintendency of Geology and Mining (SIC), and in the scale of 1: 1.000 000, the Drainage Maps of the Cartographic Base, IBGE – Drainages of the Digital Vector Cartographic Base ANA. The methodological apparatus focuses on multimethodology, that is, it allows the techniques of onomasiology to be combined with the interpretation and analysis of maps and historical sources. Based on the bibliographic survey, the theoretical framework is based on the epistemological foundations of ecolinguistics, which include the studies by Araújo (2014), Couto (2007, 2009, 2014, 2016, 2018), Døør and Bang (1996), Fill (2015 and 2016), Haugen (1972, 2001, 2016), Sapir (1969 and 1980). In the bases of toponomics, we have: Andrade (2010), Cueva (2015), Dias (2016), Dick (1990, 1996, 2004, 2006), Piel (1979), Siqueira (2015, 2017), Silva (2017), Solís (1997), Trapero (1994, 2000). And in the process of categorization of the act of naming, we sought: Biderman (1998 and 2001), Cabral (2007), Cunha (2004), Frazer (1951), Lima (2007), López (2007), Silva (2000) among others. In revisiting the history and geography of Goiás are the narratives of travelers Casal (1976), Gardner (1975), Saint-Hilaire (1937, 1974, 1975). To interpret the hydronyms, the use of dictionaries was necessary, namely: Bechara (2011), Cunha (2007), Dubois (2004), Guerra (1993, 2011), Houaiss (2004, 2011), Oliveira (1922), Tibiriçá (1985) and Sampaio (1987). In line with the objectives of interpreting the hydronyms of the state of Goiás via ecolinguistics and toponomastic, we observed the notions pertinent to the elaboration of toposemantic classifications thus, revealing in this research that by the act of naming a hydrographic accident, the hydronym becomes a territory (T<sub>1</sub>), where population mediation between T and L is necessary.

**Keywords:** Ecolinguistics. Toponomastics. Hydronym. Language. Environment.

## FICHA

<b>Ficha</b> – Ficha ecotoponomástica.....	56
--	----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Ecologia Integral da Língua.....	34
<b>Figura 2</b> – Ecossistema Natural da Língua.....	40
<b>Figura 3</b> – Ecossistema Mental da Língua.....	41
<b>Figura 4</b> – Ecossistema Social da Língua.....	42
<b>Figura 5</b> – Ecossistema Integral da Língua.....	43
<b>Figura 6</b> – Ampulheta da formação de conceitos.....	89
<b>Figura 7</b> – Ecossistema Ecotoponômico.....	159

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia.....	138
<b>Gráfico 2</b> – Línguas de origem dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia.....	140
<b>Gráfico 3</b> – Estrutura morfológica dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia.....	141
<b>Gráfico 4</b> – Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.....	143
<b>Gráfico 5</b> – Línguas de origem dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.....	147
<b>Gráfico 6</b> – Estrutura morfológica dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.....	148
<b>Gráfico 7</b> – Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.....	149
<b>Gráfico 8</b> – Línguas de origem dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.....	151
<b>Gráfico 9</b> – Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins.....	153
<b>Gráfico 10</b> – Línguas de origem dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins.....	157
<b>Gráfico 11</b> – Estrutura morfológica dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins.....	158
<b>Gráfico 12</b> – Classificação geral dos hidrônimos goianos.....	160
<b>Gráfico 13</b> – Línguas de origem geral dos hidrônimos goianos.....	165
<b>Gráfico 14</b> – Estrutura morfológica geral dos hidrônimos goianos.....	168

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b> – Mapa da capitania de <i>Goyaz</i> e divisão em julgados.....	102
<b>Imagem 2</b> – Mapa do caminho fluvial das primeiras bandeiras.....	117
<b>Imagem 3</b> – Mapa das bacias hidrográficas do estado de Goiás.....	121
<b>Imagem 4</b> – Mapa da divisão dos rios que constituem as bacias hidrográficas por região....	122

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Equivalência entre Ecologia Biológica e Ecologia Linguística.....	31
<b>Quadro 2</b> – Método Onomástico e seus desdobramentos.....	47
<b>Quadro 3</b> – Bacia hidrográfica do Rio Araguaia.....	53
<b>Quadro 4</b> – Bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.....	54
<b>Quadro 5</b> – Bacia hidrográfica do Rio São Francisco.....	55
<b>Quadro 6</b> – Bacia hidrográfica do Rio Tocantins.....	55
<b>Quadro 7</b> – Relações da cultura e sociedade na toponomástica.....	67
<b>Quadro 8</b> – Classificação das entidades geográficas.....	73
<b>Quadro 9</b> – Classificação topossemântica de Solís (1997).....	73
<b>Quadro 10</b> – Classificação topossemântica de Cueva (2015).....	74
<b>Quadro 11</b> – Classificação topossemântica de Piel (1979).....	75
<b>Quadro 12</b> – Categorias topossemânticas de Martínez Lema (2010) – Toponímia delexical.....	76
<b>Quadro 13</b> – Categorias topossemânticas de Martínez Lema (2010) – Toponímia deonomástica.....	77
<b>Quadro 14</b> – Classificação topossemântica do Atlas Toponímico do Paraná – ATEPAR.....	77
<b>Quadro 15</b> – Classificação topossemântica de natureza física de Dick (1992).....	78
<b>Quadro 16</b> – Classificação topossemântica de natureza antropocultural de Dick (1992).....	78
<b>Quadro 17</b> – População de Goiás no início do séc. XIX.....	114
<b>Quadro 18</b> – Descrição dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Araguaia.....	123
<b>Quadro 19</b> – Mesorregião e Microrregião dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Araguaia.....	123
<b>Quadro 20</b> – Descrição dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.....	126
<b>Quadro 21</b> – Mesorregião e Microrregião dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.....	128
<b>Quadro 22</b> – Descrição dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.....	130
<b>Quadro 23</b> – Mesorregião e Microrregião dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.....	130
<b>Quadro 24</b> – Descrição dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Tocantins.....	131
<b>Quadro 25</b> – Mesorregião e Microrregião dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Tocantins.....	133
<b>Quadro 26</b> – Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia.....	137

<b>Quadro 27</b>	– Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.....	142
<b>Quadro 28</b>	– Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.....	149
<b>Quadro 29</b>	– Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins.....	152

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ANA** – Agência Nacional das Águas

**EFL** – Ecologia Fundamental da Língua/ Ecologia Integral da Língua

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IMB** – Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**L** – Língua

**P** – População

**MA** – Meio Ambiente

**SGM/SIC** – Secretaria de Geografia, Mineração e Transformação Mineral

**SIC** – Superintendência de Geologia e Mineração

**SIEG** – Sistema Estadual de Geoinformação

**T** – Território

**UHE** – Usina Hidrelétrica

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>I ECOLINGUÍSTICA</b> .....	25
1.1 Língua e ambiente.....	25
1.2 Pressuposto histórico da ecolinguística.....	29
1.3 A ecolinguística e seus desdobramentos.....	31
1.3.1 O ecossistema linguístico: língua (L), população (P) e território (T).....	33
1.3.1.1 Ecossistema Natural da Língua.....	39
1.3.1.2 Ecossistema Mental da Língua.....	40
1.3.1.3 Ecossistema Social da Língua.....	41
1.3.1.4 Ecossistema Integral da Língua.....	43
<b>II ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	45
2.1 Os métodos da ciência da linguagem.....	45
2.2 O objeto e procedimentos metodológicos da pesquisa.....	50
<b>III TOPONOMÁSTICA</b> .....	60
3.1 Onomástica ou onomasiologia.....	60
3.2 A toponomástica ou toponímia.....	62
3.3 O signo toponomástico ou topônimo.....	65
3.4 A hidronímia.....	80
<b>IV O ATO DE NOMEAR</b> .....	83
4.1 A história e o processo de nomeação.....	83
4.2 O nome próprio e o próprio de lugar.....	89
4.3 O nome em função toponomástica.....	92
<b>V GOYAZ E SUA HISTÓRIA</b> .....	96
5.1 O topônimo <i>Goyaz</i> e o descobrimento de um “Novo Estado”.....	96
5.2 A história da Província de <i>Goyaz</i> a partir da narrativa dos viajantes.....	99
5.2.1 O distrito de Caiapônia.....	103
5.2.2 O distrito de Goiás.....	103
5.2.3 O distrito de Nova Beira.....	105
5.2.4 O distrito do Tocantins.....	106
5.2.5 O distrito do Paranã.....	108
5.2.6 O distrito do Rio das Velhas.....	109
5.3 A população de <i>Goyaz</i> no início do século XIX.....	113

<b>VI GOYAZ E AS BACIAS HIDROGRÁFICAS</b> .....	116
6.1 Os cursos d'água, caminho para o descobrimento.....	116
6.2 A divisão da província, o surgimento das bacias hidrográficas.....	118
6.2.1 A bacia hidrográfica do Rio Araguaia.....	123
6.2.2 A bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.....	125
6.2.3 A bacia hidrográfica do Rio São Francisco.....	129
6.2.4 A bacia hidrográfica do Rio Tocantins.....	131
<b>VII UMA INTERPRETAÇÃO ECOLINGUÍSTICA DOS HIDRÔNIMOS GOIANOS</b> .....	135
7.1 Panorama dos hidrônimos goianos e suas relações com o território.....	135
7.1.1 Os hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia.....	136
7.1.2 Os hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.....	141
7.1.3 Os hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco.....	148
7.1.4 Os hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins.....	152
7.2 Os hidrônimos goianos na perspectiva da ecolinguística .....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	170
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	174
<b>APÊNDICE</b> .....	183

## INTRODUÇÃO

*Os rios e os mares bem como os lagos, são imprescindíveis, pois sem água não há vida, e sem vida não há povo nem indivíduo (COUTO, 2007, p.102).*

A língua é interação. A partir dessa premissa, buscamos entrecruzar a ecolinguística e a toponomástica (subárea da onomástica) e interpretar a relação entre língua e meio ambiente nos hidrônimos das bacias hidrográficas do estado de Goiás, categorizando os respectivos fatores contextuais que, por ventura, possam conter indícios de motivação toponomástica.

Ao dar nome a seres e objetos, o homem também os categoriza, pois é por meio do nome que há identificação e, principalmente, diferenciação dos seres e dos objetos. No ato da nomeação, diversos aspectos extralinguísticos podem influenciar o nomeador e caracterizar, especificamente, a motivação que subjaz a qualquer signo linguístico em função toponomástica. A motivação, por sua vez, é reveladora de inúmeras informações que estão na base da inter-relação língua/cultura e meio ambiente, pois o nome próprio de lugar, como fato da língua, identifica e guarda uma significação precisa de aspectos físicos e/ou culturais. Dessa forma, buscamos, mediante o estudo dos designativos dos hidrônimos das quatro bacias hidrográficas do estado de Goiás – do Rio Araguaia, do Rio Paranaíba, do Rio São Francisco, do Rio Tocantins – e seus afluentes, interpretar e descrever essa relação (língua/cultura e meio ambiente), articulando a área da onomástica, mais precisamente a toponomástica e a ecolinguística.

O objetivo central desta pesquisa é descrever e interpretar os hidrônimos das quatro bacias hidrográficas, e de seus afluentes, do estado de Goiás, observando noções pertinentes à elaboração das classificações topossemânticas. Para tanto, faz-se necessário identificarmos os fatores (sociais, culturais, históricos, entre outros) que constituem a motivação na escolha do hidrônimo, pelo viés da ecolinguística.

Com relação aos objetivos específicos, intencionamos: i) Relacionar as áreas da toponomástica e da ecolinguística, em suas bases teóricas, a fim de justificar a pesquisa e construir o arcabouço teórico; ii) Verificar, mediante a análise linguística dos hidrônimos, a motivação referente à cultura e à história, evidenciando o vínculo língua/cultura e meio ambiente, principalmente, dos aspectos físicos dos lugares que indicaram o processo de nomeação das bacias hidrográficas e de seus afluentes no estado de Goiás; iii) Analisar, de acordo com a teoria da ecolinguística, as relações de língua e meio ambiente presente nos

hidrônimos; iv) Contribuir, mediante esta pesquisa, no desenvolvimento dos estudos toponomásticos e ecolinguísticos em Goiás.

Para tal, partimos da seguinte pergunta: as origens dos hidrônimos do estado de Goiás são aquelas atribuídas oficialmente pelo IBGE ou foram as comunidades desses lugares que os nomearam a partir de fatos que lhes chamaram atenção? Posto isso, nosso estudo centra-se em descrever e interpretar o caráter etimológico (origem dos nomes), morfológico e semântico desses hidrônimos, investigando e verificando as relações entre língua e ambiente a partir dos fatos histórico-culturais do estado de Goiás.

Trabalhamos com a seguinte hipótese de pesquisa: o signo toponomástico possibilita reconhecer fatores vinculados à motivação que subjaz à escolha dos nomes de lugares, o que permite que seja feito o levantamento de aspectos sócio-históricos, culturais e ambientais necessários à interpretação dos hidrônimos goianos, como índice da estreita relação entre povo, língua e meio ambiente.

Com isso, surge a possibilidade de associarmos áreas do saber humano com vistas a estabelecer algum vínculo epistemológico, proporcionando novos olhares sobre um objeto já catalogado por outra área do conhecimento – a Geografia – mas restrito a um único nível de análise linguística. Isso leva-nos a considerar os aspectos da linguagem dentro de uma visão interdisciplinar, a qual pode trazer, entre tantas outras contribuições, o fato de entendê-los em suas totalidades, como em uma rede de relações. Em outras palavras, possibilita analisar os fatos linguísticos de maneira holística, uma vez que os fatores envolvidos na interação devem ser concebidos como um todo formado por componentes que se relacionam entre si.

Tanto a toponomástica como a ecolinguística se relacionam com as demais áreas do conhecimento. De acordo com Andrade (2010, p. 105) “Não se pode pensar em toponímia desvinculada de outras ciências como história, geografia, antropologia, cartografia, psicologia e a própria linguística.” Segundo Couto (2013), a ecolinguística é inter-, trans- e multidisciplinar e, dessa forma, relacionar essas duas áreas é de fundamental importância para os estudos linguísticos, já que o objeto da ecolinguística é composto por manifestações linguísticas.

O interesse por esta pesquisa *A relação entre língua e meio ambiente nos hidrônimos do estado de Goiás* se deu após o estudo realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (nível Mestrado), na Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão-GO, intitulado *Os cursos d'água de Pires do Rio: análise das motivações toponímicas* (2017), que teve como objetivo descrever e analisar a origem do nome, morfologia e semântica dos topônimos designativos da hidrografia da cidade, para identificar

as relações entre esses designativos de lugares e os respectivos fatores contextuais que, por ventura, pudessem conter indícios da motivação toponímica. Pesquisa primeira, motivada a partir do ribeirão Sampaio que corta a cidade do pesquisador, mas a comunidade local o reconhece pelo nome de Pedro Teixeira, nome dado à ponte que passa sobre o reibeirão.

Os estudos toponomásticos podem revelar características da inter-relação língua/cultura e meio ambiente, pois, assim como justifica Sousa (2007), o nome próprio (do lugar) como fato da língua (signo linguístico) identifica e guarda uma significação precisa de aspectos físicos ou antropoculturais. Dessa forma, por meio dos hidrônimos das bacias hidrográficas e seus afluentes do estado de Goiás buscamos reconhecer e descrever a relação entre língua/cultura e meio ambiente. Sobre o assunto, Siqueira (2015, p. 65) esclarece que:

O topônimo pode ser considerado um repositório de tudo que diz respeito ao ecossistema fundamental da língua (EFL), pois resguarda elementos linguísticos que podem sinalizar para as prováveis conexões que regem a teia da vida, manifestadas nas relações estabelecidas entre as sociedades humanas e a natureza e apresentadas e representadas pela língua.

Pensar o hidrônimo nas bases da ecolinguística faz-nos observar em Couto (2007) que a ecolinguística é o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Assim, ela fundamenta-se na ecologia biológica para estruturar suas bases epistemológicas e verificar como a linguística analisa a construção de vocábulos. O mesmo autor conceitua a ecolinguística “[...] como sendo o estudo das interações verbais que se dão no interior do ecossistema linguístico” (COUTO, 2013, p. 279), ecossistema esse que se divide em social, mental e natural, de forma que o objeto desta disciplina é constituído, também, por manifestações linguísticas.

De acordo com Couto (2009), para que haja uma língua (L) é necessário existir um povo ou população (P) que fale essa língua e contribua para sua formação, sendo que o povo tem que viver e conviver em um determinado lugar ou território (T). Contudo, “[...] a ecolinguística que praticamos é assim chamada porque tudo nela emerge do ecossistema e imerge nele. Isso representa uma reviravolta total em nossa visão dos fenômenos da linguagem” (COUTO, 2015, p. 18).

Referente a metodologia empregada neste estudo, informamos que esta se insere na ecometodologia, em que Albuquerque (2015) defende a ideia de que a ecolinguística só pode ser multimetodológica em consonância com o holismo da visão ecológica de mundo. Outrossim, esta pesquisa é de cunho documental e de abordagem quali-quantitativa para o levantamento dos dados, uma vez que a constituição dos “lugares” está registrada em

documentos públicos e foi feita mediante o levantamento histórico e geográfico dos estado de Goiás.

Junto à ecometodologia, está inserido nesta pesquisa o método onomasiológico, que segundo Dick (1990b) parte-se de um conceito genérico para identificar as variáveis possíveis das fontes consultadas. Nos registros do estado constam os nomes atuais e anteriores (quando houve mudanças) dos lugares de toda região municipal e estadual, sendo que selecionamos os mapas como fontes para esta pesquisa.

Com o estudo bibliográfico realizado, partimos para o levantamento do *corpus*. Inicialmente, utilizamos a base digital disponibilizada no Sistema Estadual de Estatística e Geoinformação (SIEG), pertencente ao IMB (Instituto Mauro Borges): na escala de 1:2.500 000, os mapas do Sistema de Informações Geográficas do Estado de Goiás; e na escala de 1:1.000 000, os mapas de Drenagens da Base cartográfica, IBGE – revisão de topologia, alimentação, atualizações e edição da carta – SGM/SIC. Os mapas estão disponibilizados no site do IMB ([www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)), de domínio público, sendo uma das principais e confiáveis fontes de informações e pesquisa do/sobre o estado de Goiás.

Os dados arrolados na pesquisa – 50 hidrônimos – estão catalogados em fichas ecotoponomásticas (elaboradas pelo pesquisador) que auxiliam na realização das interpretações morfológicas e na classificação semântico-motivacional, a classificação toponomástica propriamente dita, pelo viés da ecolinguística. Após o levantamento dos dados, verificamos os aspectos sócio-histórico-culturais obtidos por meio da história do lugar onde situam os hidrônimos, tendo em vista que algumas regiões têm como características ou identidade o hidrônimo que ali se encontra.

Sendo assim, este trabalho apresenta os resultados da pesquisa de Doutorado sobre *A relação entre língua e meio ambiente dos hidrônimos do estado de Goiás*, produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Estando estruturado em sete capítulos e organizado de forma a abranger os resultados desta pesquisa, que articula, por meio da ecolinguística e toponomástica, quesitos históricos, geográficos e culturais.

No primeiro capítulo, *Ecolinguística*, apresentamos uma breve discussão de língua e ambiente com base nos estudos de Sapir (1969, 1980). Posteriormente, há uma apresentação histórica da ecolinguística, pormenorizando com os seus desdobramentos e o ecossistema linguístico: língua (L), população (P) e território (T). Não deixando de enfatizar os meios ambientes natural, social e mental, já que a ecolinguística tem como objetivo estudar as inter-

relações entre língua e meio ambiente. *Aspectos Metodológicos* é o segundo capítulo, no qual apresentamos um panorama de alguns métodos da ciência da linguagem e, em seguida, o contexto e os procedimentos metodológicos desta tese. Ademais, apresentamos a ecometodologia e justificamos o uso do método onomasiológico como fundamental para a recolha e interpretação do *corpus* da pesquisa.

A *Toponomástica*, terceiro capítulo, se inicia com uma discussão acerca da onomástica, ramo das ciências da linguagem que se ocupa dos estudos de nomeação, em que se insere a toponomástica, que por sua vez estuda os nomes próprios de lugares. Na sequência do capítulo faz-se um recorte nas bases teóricas da toponomástica, apresentando o signo toponomástico e a hidronímia, uma vez que os hidrônimos (nomes designados a cursos d'água) são pertencentes às categorias da referida área, a fim de subsidiar as interpretações do *corpus* pesquisado.

No quarto capítulo, *O ato de nomear*, discutimos tanto os nomes próprios quanto os nomes de lugares, em consonância com teóricos que abordam o ato de nomear. Nos estudos ecolinguísticos, observamos o processo de lexicalização, no qual se funda o nome de algo, o que só ocorre no momento em que o objeto passa a ser reconhecido pelo denominador. Para Silva (2017), a nomeação é uma atividade significativa para o ser humano e se constitui de uma ação complementar do modo como determinada população entende o meio em que vive.

As narrativas em vertente histórica nos deram base para escrever o quinto capítulo, *Goyaz e sua história*, por meio do topônimo *Goyaz*, no qual revisitamos a história do estado baseado nas narrativas dos viajantes, sendo nossas principais fontes: o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire (1937, 1974, 1975); o médico, botânico inglês George Gardner (1975); o presbítero secular do Gram Priorado do Crato, Pe. Manuel Aires de Casal (1976). A revisão de literatura e as discussões expostas no capítulo são fundamentadas nas escritas de viajantes, que em suas singularidades narram o encontrado nas viagens pelo estado de Goiás, especialmente na botânica e na zoologia, ao passo que nosso interesse reside nos fatos que contribuíram para a efetivação da história de Goiás.

No sexto capítulo, *Goyaz e suas bacias hidrográficas*, com o auxílio das narrativas dos viajantes levantamos os principais dados do *corpus*, pois Casal, Gardner e Saint-Hilaire relatam os cursos d'água encontrados no percurso de suas viagens, bem como trazem os nomes dos rios registrados e as possíveis motivações de alguns hidrônimos. Além disso, os mapas e dados oficiais contidos no IBGE e IMB foram indispensáveis para este estudo.

No sétimo e último capítulo, *Uma interpretação ecolinguística dos hidrônimos goianos*, tal como sugerido por seu título, procedemos uma interpretação e discussão dos

dados em conformidade com as bases teóricas da ecolinguística, tendo como suporte a toponomástica porquanto propomos interpretar as relações entre língua e meio ambiente nos hidrônimos goianos. Para tanto, foi necessário a catalogação dos 50 hidrônimos, o preenchimento das fichas ecotoponomásticas e a sistematização dos dados. Assim sendo, neste capítulo pormenorizamos as relações supracitadas e categorizamos as possíveis motivações dos hidrônimos goianos. Dando continuidade, apresentamos os hidrônimos e suas relações com o território; e as interpretações destes no viés da ecolinguística, estabelecendo a relação entre Língua-População-Território.

As *Considerações Finais* retomam os resultados obtidos ao término da pesquisa, firmados nos objetivos que orientaram este estudo. Apresentamos a relação entre língua e meio ambiente mediada por uma população, que ao denominar o hidrônimo nos faz perceber a influência de fatores extralinguísticos e contextuais, revelados por meio da língua e cultura da população. Por fim, seguem as *Referências* que sustentaram as discussões teóricas e a construção do *corpus* coletado e, por último está o *Apêndice* no qual se encontram as fichas ecotoponomásticas.

## IECOLINGUÍSTICA

*Toda língua tem uma sede. O povo que a fala, pertence [...] a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos (SAPIR, 1980).*

A evolução das ciências vem ocorrendo em todas as áreas do conhecimento e, com isso, a ciência da linguagem, em seus desdobramentos, recebe uma disciplina que nasce a partir da ecologia (da biologia), tendo como objetivo estudar as inter-relações entre língua e meio ambiente, denominando-se ecolinguística. Uma disciplina relativamente nova, de cunho inter, trans-, pluri- e multidisciplinar. Nesse capítulo apresentamos: i) uma breve discussão de língua e ambiente; ii) o pressuposto histórico da ecolinguística; iii) a ecolinguística e seus desdobramentos, e por fim, o ecossistema linguístico: língua (L), população (P) e território (T).

### 1.1 Língua e ambiente

O primeiro linguista a falar sobre língua e ambiente foi Edward Sapir (1888 – 1939), no entanto, ele considerou o aspecto físico e não apenas o social, como era o costume da época. A língua reflete a sociedade de seu tempo e por isso não se separa do social. Para Sapir (1969, p. 26), “[...] a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida” e por meio dela se criam e recriam realidades, podendo então se justificar as práticas sociais e culturais por meio de atos linguísticos. É nela que encontramos as marcas mais profundas sobre a história de um lugar, cultura ou nação.

As primeiras observações acerca de língua e ambiente são:

Não obstante, tratando-se da língua, que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que acha situado um grupo humano, convém compreender no termo “ambiente” tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem os aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que pode se chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre os mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte (SAPIR, 1969, p. 44).

Nesse sentido, não é equivocado pensar que as reflexões de Sapir (1969) aludem a uma (proto) ecolinguística, porque delimitam ou demarcam o que a constitui como dois aspectos fundamentais, isto é, língua e ambiente.

As línguas têm história, revelam e constituem a todo tempo a realidade e as transformações ocorridas com/no tempo. Tudo que acontece com/na língua ou por ela é representado e se dá em um ambiente seja esse físico, social ou mental. Em relação a isso,

Humboldt convencia-se de que toda língua reflete a psique do povo que a fala. É o resultado do modo peculiar no qual as pessoas tentam realizar o seu ideal de fala. Ele acha, por outro lado, que a língua de um povo é o canal natural pelo qual aquele povo chega a uma compreensão do universo que circunda o homem. E conclui que existe uma profunda influência de uma língua na maneira pela qual seus falantes veem e organizam o mundo dos objetos em torno deles e de sua vida espiritual (CAMARA JR., 1975, p. 38-39).

Segundo Mendes (2009), a língua é um “instrumento” social e está carregada de significação e, considerados espaço e tempo, é capaz de revelar o mundo a outros mundos. De acordo com isso, as abordagens enfocam a língua como algo intimamente relacionado à cultura, às formas que o indivíduo possui de enxergar, habitar e interpretar o mundo e o ambiente em que está inserido. No entanto, para a linguística ecossitemica, a língua não é instrumento de comunicação; ela é a própria comunicação.

Segundo Sapir (1969), as forças ambientais estariam sujeitas à consolidação pelas forças sociais. Assim, afirma o autor:

As forças sociais, que assim transformam as influências puramente ambientais, podem, por sua vez, ser consideradas como de caráter ambiental, no sentido de que cada indivíduo se acha colocado em meio de um conjunto de fatores sociais, a eles reagindo, portanto, por outro lado, também podem ser consideradas, pelo menos metaforicamente, como paralelas em sua atuação às de hereditariedade, no sentido de que se transmitem de geração a geração. Estarem essas forças sociais tradicionais sujeitas, por sua vez, a mudanças ambientais, entre outras, é um fato que põe em relevo a complexidade do problema das origens e desenvolvimento de uma cultura (SAPIR, 1969, p. 44).

Sapir (1969) defende o conceito de fatores sociais como sendo “[...] várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo” (SAPIR, 1969, p. 44), entre as quais têm amplo alcance a “religião”, a “política”, a “arte” e os “padrões éticos”. Não existe, para ele, influência ambiental que não se relacione a esses fatores. Por exemplo, a simples existência de um animal ou planta numa dada região não basta para que afirmemos o surgimento de símbolos linguísticos correspondentes; há de existir, por meio da sociedade, o conhecimento desse animal ou planta e, ainda, um interesse, mesmo que mínimo, por esses

elementos, pois “[...] no que concerne a língua, toda a influência ambiental se reduz, em última análise, à influência da parte social do ambiente” (SAPIR, 1969, p. 45).

O ambiente físico e social de dada população está refletido em grande parte na língua, assinalando que ambos os elementos se encontram de alguma forma distribuídos no tempo e no espaço. Portanto, não há limites naturais para a efetivação do léxico, porque as expressões e os conceitos derivam do mundo físico, e, concomitantemente, do social. Entretanto, a relação que se estabelece é entre ambiente e léxico (SAPIR, 1969).

Considera-se que, para o real conhecimento da língua de um grupo humano, é preciso observar também a sua história, os seus costumes e o ambiente em que ele vive. As relações língua-ambiente-cultura-sociedade estão refletidas na língua e, a começar pelo seu estudo, principalmente no nível lexical, em que podemos observar aspectos valorizados por determinado grupo e até as condições de vida impostas a ele pelo meio físico, uma vez que:

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade (SAPIR, 1969, p. 45).

Dessa forma, a análise do acervo lexical de um grupo reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus membros organizam o mundo que os rodeia, por exemplo, quando nomeiam pessoas e lugares. Além do mais, Sapir (1969) vê no léxico da língua um reflexo da cultura, já que o conjunto de palavras funciona em qualquer tempo como referente cultural da comunidade. Nessa perspectiva, é possível dizer que

Toda língua tem uma sede. O povo que a fala, pertence a uma raça (ou a certo número de raças), isto é, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. Por outro lado, a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado por práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas (SAPIR, 1980, p. 165).

A língua é expressão do pensamento do indivíduo que a usa, assim “[...] toda língua está de tal modo construída, que diante de tudo que um falante deseje comunicar, por mais original ou bizarra que seja a sua ideia ou a sua fantasia, a língua está em condições de satisfazê-lo” (SAPIR, 1969, p. 33). É nessas condições de satisfazer ao falante ou à comunidade a que ele pertence, que a língua se justifica como interação social e reveladora da cultura, já que ela se configura no tempo e é capaz de transmitir de gerações a gerações, através de atos linguísticos, as manifestações culturais. Convém destacar que:

Tudo que, até aqui, verificamos ser verdade a respeito das línguas, indica que se trata da obra mais notável colossal que o espírito humano jamais desenvolveu: nada menos do que uma forma completa de expressão para toda a experiência comunicável. Essa forma pode ser variada de inúmeras maneiras pelo indivíduo, sem perder com isso os seus contornos distintivos; e está constantemente remodelando-se, como sucede com toda arte. A língua é a arte mais ampla e maciça que se nos depara, cúmulo anônimo do trabalho inconsciente das gerações (SAPIR, 1980, p. 172).

É possível ressaltar que o léxico da língua contém um recorte da realidade feito à sua maneira, o qual revela visões de mundo. Os elementos culturais que matizam, dão o colorido de significação ao léxico, mostram de diferentes maneiras as relações de língua e de cultura com o ambiente, seja físico ou social, pois toda complexidade dessa inter-relação pode ser anunciada e enunciada no uso da linguagem.

Vale então observar,

Que o léxico assim reflita em alto grau a complexidade da cultura é praticamente um fato de evidência imediata, pois o léxico, ou seja, o assunto de uma língua, destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo. Se por complexidade de uma língua se entende a série de interesses implícitos em seu léxico, não é preciso dizer que há uma correlação constante entre a complexidade linguística e cultural (SAPIR, 1969, p. 51).

O conjunto de signos da língua ultrapassa as fronteiras do tempo, trazendo para a atualidade símbolos também culturais que são revelados por meio de práticas culturais, os quais se interseccionam com as práticas linguísticas.

Com base em Sapir (1969), a linguagem possui o papel de produzir e organizar o mundo mediante o processo de simbolização. Contudo, a realidade é mostrada por meio da linguagem, o que significa dizer que não há mundos iguais, visto que não há línguas iguais. De acordo com estas observações, cabe destacar o relativismo linguístico, “Hipótese de Sapir-Whorf”, em que se acredita que a linguagem determina a forma de ver o mundo e, conseqüentemente, de se relacionar com esse mundo.

O relativismo linguístico pode ser entendido como a relação entre linguagem e pensamento mediada pela cultura; deste modo, linguagem, pensamento e cultura estão conectados. Sapir-Whorf observam que a realidade social é produto linguístico, tratando assim as relações de linguagem/cultura e linguagem/pensamento, a cultura pode ser considerada como conhecimento adquirido socialmente por meio das práticas linguísticas.

A linguagem, portanto, não acontece sozinha, não aparece de forma isolada e independente da existência humana. Ao contrário, ela está ligada à produção feita pelo ser humano, ela surge a partir dele e os dois, linguagem e indivíduo, agem no mundo. Mas dizer

isso não tira a autoridade do homem e não faz com que a língua adquira autoridade e força por si só. A língua tem força, mas governada pelas circunstâncias de seu uso, que inclui tanto as convenções físicas, sociais quanto as mentais do indivíduo. Portanto, “[...] a linguagem reproduz a realidade. [...] a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento” (BENVENISTE, 1976, p. 26). Contudo, a linguagem se dá pelo homem e no espaço que dá suporte para esse acontecimento, o ambiente.

## 1.2 Pressuposto histórico da ecolinguística

A ecolinguística é uma disciplina que tem por objetivo estudar as inter-relações entre língua e meio ambiente. Surgiu a partir da ecologia, ramo da biologia que estuda as interações entre os organismos e dos organismos com o seu meio ambiente. O termo “ecologia” foi cunhado pelo biólogo alemão Ernest Haeckel, em 1886, para quem podemos entender por ecologia toda a ciência das relações do organismo com o mundo externo envolvente, englobando, em seu sentido geral, todas as condições de existência (COUTO, 2007). Segundo Araújo (2014), a linguística é o estudo de como os indivíduos de uma dada comunidade interagem entre si, tanto oral como visio-espacial de tato. Nesse contexto, a ecolinguística é o estudo das interações verbais que se dão nos ecossistemas linguísticos.

De acordo com estudiosos da área, as primeiras informações que se têm a respeito da relação entre os termos língua e ambiente no âmbito da linguística são de 1911, pelo linguista Edward Sapir. Na década de 1970, o sociolinguista Einar Haugen, tido como o pai da ecolinguística, que, embora não tenha usado o termo, mas a expressão *ecology of language* e *language ecology* em uma palestra, abordou o assunto. O texto saiu em uma publicação regional norte-americana (1971), *The ecology of language*<sup>1</sup> e, em 1972, foi publicado pelo próprio autor, tornando-o fundador da ecolinguística. Nas palavras de Couto (2007, p. 47), foi nessa obra que “[...] Haugen definiu ‘ecologia da língua’, ou seja, ecolinguística nos termos atuais, ‘como o estudo das interações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente’”.

De fato, quem pela primeira vez se referiu ao termo ecolinguística foi Marcellesi, em 1975, posteriormente, no ano de 1976, Goboard também faz referência ao termo. Mais tarde, mas não precisamente no contexto da linguística, e sim da psicologia, Kurt Salzinger, em 1979, faz referência ao termo no texto *Ecolinguistics: A radical behavior theory approach to*

---

<sup>1</sup> *The linguistic reporter*, vol. 13, suplemento 25, 1971. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics.

*language behavior*. Em 1985, Claude Hagège não só usa o termo, como também sugere uma agenda para a disciplina, afirmando que “[...] uma futura *ecolinguística* deveria estudar o modo pelo qual são integradas na língua referências ‘naturais’ culturalizadas, tais como pontos cardeais, particularidades geográficas, habitações humanas, elementos cósmicos” (HAUGEN, 1985: 328, *apud* COUTO, 2007, p. 50). Desse modo, a visão de Haugen em relação à ecolinguística faz referência aos signos toponomásticos, objeto de estudo da toponomástica, os quais expressam a relação do homem com o ambiente que o circunda.

Ainda é possível destacarmos Haarmann (1980) tratando de questões do multilinguismo, nota-se que é subtítulo de seu livro é *Elemente einer Sprachökologie* (Elementos de uma ecologia de língua). O autor faz referência a variáveis ecolinguísticas, precisamente em demografia social, política, cultural, psíquica, interacional e linguística. Em 1990, Wilhelm Trampe publica o livro *Ökologische Linguistik* (Linguística ecológica), que discorre basicamente em comparações entre as ações linguísticas e as ofensas ao meio ambiente e sua destruição (COUTO, 2007).

Dadas estas publicações e outros ensaios, no ano de 1993, Fill e Makkai publicaram dois livros introduzindo a ecolinguística no cenário mundial. Alwin Fill, da Universidade de Graz, Áustria, publicou o livro *Ökologielinguistik: Eine Einführung* (Ecolinguística: uma introdução), sendo considerado um dos principais representantes da área. Addam Makkai publicou o livro intitulado *Ecolinguistics: ¿Toward a new \*\*paradigm\*\* for the science of language*, no qual conduz a ideia ecológica e ecolinguística de somar e integrar. Ele foi um dos primeiros a associar ecologia e língua. Antes desse livro, Makkai já havia publicado textos menores, como *A pragmo-ecological view of linguistic structure and language universals*, em 1973.

Já no Brasil, o primeiro linguista a abordar o assunto foi Hildo Honório do Couto, da Universidade de Brasília, em 1998, no texto *The place of place in creole genesis*. Desde então, o pesquisador passou a desenvolver seus estudos nessa área, sendo, na atualidade, a principal referência nacional. Em 2007, publicou a obra *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*, que é inteiramente dedicada à ecolinguística. Outro pesquisador brasileiro, da Universidade Federal de Pernambuco, Francisco Gomes de Matos, também falou sobre ecolinguística, em 2001, no texto em inglês *A case for ecolinguistic identity*, apresentado no *XXII Internationale Deutschlehrertagung*, na Suíça, no qual o autor fala da língua como símbolo de identidade dos membros da população (L – P).

Na contemporaneidade, a ecolinguística vem crescendo de forma considerável e, de acordo com Fill (2016), em 2013, já era considerada um campo razoavelmente estabelecido

da linguística, inclusive, com a realização de vários congressos e simpósios internacionais com a temática. No Brasil, tem-se difundido inúmeras pesquisas de mestrado e doutorado, além de publicações variadas, incluindo *sites* e revistas, como a *Eco-Rebel* que tem publicações de artigos, livros e coletâneas. Entre elas, destacamos duas coletâneas: *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos*, 2016, organizado por Couto *et. al.*, e *Linguística Ecológica – 10 anos de Ecolinguística no Brasil*, 2017, organizado por Couto *et. al.*

A par do contexto histórico que faz renascer uma nova área da linguística, a ecolinguística é uma disciplina relativamente nova e tem se mostrado como área de desenvolvimento de inúmeras pesquisas, seja no âmbito nacional e/ou internacional. Nesse contexto, buscamos compreender e analisar suas principais vertentes e desdobramentos, como, por exemplo, o fato de ainda ser conhecida como *linguística ecossistêmica* e *ecologia linguística*, o que se dá em consequência de ter surgido a partir da ecologia, área da biologia, com um diferencial, pois não toma os termos ecológicos metaforicamente e, sim, aplica-os ao ecossistema linguístico.

### 1.3 – A ecolinguística e seus desdobramentos

Segundo Couto (2016), a ecologia linguística deixa clara a concepção de estar associada aos fenômenos da linguagem e nela ocorre a mesma interação da ecologia biológica, já que é na língua que estão às interações verbais as quais se dão entre os membros da população e entre eles e o mundo. Nessa relação, o objeto de estudo é o ecossistema, equivalendo do biológico para o linguístico, como apresentado abaixo.

**Quadro 1** – Equivalência entre Ecologia Biológica e Ecologia Linguística

<b>Ecologia Biológica</b>	<b>Ecologia Linguística<sup>2</sup></b>
- ecossistema biológico	- ecossistema linguístico, comunidade linguística (EFL: CF, CL)
- população (P)	- população, povo (P)
- habitat (biótopo, nicho) (T)	- território (T)/ nome
- inter-relações (interações) (I)	- linguagem/língua (L)

<sup>2</sup> Para a linguística ecossistêmica, **ecologia linguística** é outro nome para ecolinguística, mais especificamente a linguística ecossistêmica, concepção que já se encontrava em Couto (1999) e, mais recentemente, em Comellas Casanova (2011) e outros (COUTO, 2016, p. 222).

a) interação organismos-mundo	a) interação pessoa-mundo: <b>significação</b> , referência, denominação
b) interação organismo-organismo	b) interação pessoa-pessoa: <b>comunicação</b> , interação comunicativa

**Fonte:** Couto (2016).

Ao analisar as equivalências entre as duas áreas, fica evidente o que Haugen (2001) menciona sobre a ecologia da língua ser designada, primeiramente, pelas pessoas que a aprendem, usam e transmitem a outros. Fill (2015) assegura que é necessário considerar os aspectos da língua: a relação estreita entre língua e cultura é presumida por todo mundo, mas é imediatamente necessária pesquisa adicional sobre a sua inter-relação. Aqui, já há indícios da necessidade do tripé que ancora os estudos ecolinguísticos: língua (L), população/povo (P) e território/meio ambiente (T).

Compreendida como centro da interação, a língua, objeto de estudo da linguística, necessita de um território e de um povo para que possa existir, uma vez que, sem os dois elementos, ela não existe. Contudo, P é o elemento criador e mantenedor de L, pois os elementos da língua acompanham e servem a seus usuários.

É evidente que a língua tem um território (seja ele natural, mental ou social) e o povo é quem, por direito e condições cognitivas, faz uso e torna-se “dono”. Todavia, em seus estudos, Sapir (1980) relaciona língua e ambiente e, concebendo as relações que há no ambiente natural, não obstante, percebe os aspectos geográficos, fenômenos da natureza, fauna e flora. Juntamente com Sapir (1969), Whorf (1971) e Humboldt (1972), também reconhecem a relação entre linguagem-cultura, linguagem-pensamento, e a diversidade linguística está ligada ao fato da diversidade nas visões de mundo, pois a língua é o canal de compreensão do universo.

Seguindo Haugen (2016), para qualquer “língua” dada, podemos sintetizar seu *status* em uma tipologia de classificação ecológica, o que nos fornecerá algo sobre em que lugar a língua se localiza e para onde está indo, em relação a outras línguas do mundo. Nessa base, a língua, em qualquer situação, necessita de um território para se estabelecer e de um povo para usá-la, para reinventá-la e para proceder com os ajustes e/ou adaptações necessários ao local em que se encontra. Fundamentando-nos nesse pensamento, destacamos que a língua é parte vital do ser humano, é nela que reside a força do homem e o faz interagir com o outro, tida até mesmo como forma de poder sobre os demais, em situação de o indivíduo não ter condições necessárias para fazer uso da referida língua.

Na visão ecológica de mundo, referir ao que está nele centra-se nas bases teóricas da ecolinguística, pois, para falar de algo é necessário que a população esteja em um território, conheça-o e reconheça do que se fala, proferindo por meio da língua e “[...] não há como eludir o fato de que a língua faz parte do meio ambiente. Ela foi criada por quem está no meio ambiente. No meio ambiente ela está. Se está nele, está relacionada com ele” (COUTO, 2007, p. 134-135).

A ecologia da língua estuda fenômenos da linguagem que têm sido praticados por outras disciplinas, tais como: a psicolinguística, a etnolinguística, a antropologia linguística, a sociolinguística e a sociologia da linguagem, mas com uma perspectiva inter-relacional de língua e de meio ambiente. Com o desenvolvimento de estudos dessa ordem, Couto (2007, p. 42), traz definições claras para algumas correntes, áreas de estudo, pesquisas desenvolvidas, da seguinte forma:

**Ecologia linguística** = o estudo das relações entre língua e “problemas ecológicos” (poderia ser chamada de “Linguística Ambiental”).

**Ecologia da língua** = estudo das relações entre língua e seu ambiente social, mental e físico, na área onde ela é usada e na mente do falante que a usa.

**Ecologia das línguas** = estudo da inter-relação entre língua; ex.: pidginização e crioulização, língua ameaçada e morte de línguas.

Com vistas a isso, a ecolinguística assume uma visão holística do objeto a ser estudado, pois o mundo não está composto de objetos separados um do outro, de forma fragmentada. Como reflete Makkai (2016, p. 105), a “[...] ecolinguística, como o nome indica, está tentando fazer essas perguntas que, espera-se, conduzirão as novas gerações de linguistas para uma visão da linguagem filosoficamente mais tolerante e de modo geral inclusiva, não exclusiva”. Logo, é importante encararmos o mundo como ele é, uma teia de inter-relações, não fragmentado e separado por partes, incluindo e não excluindo.

### 1.3.1 O ecossistema linguístico: língua (L), população (P) e território (T)

A ecologia linguística/ecolinguística tem como objetivo estudar as inter-relações de língua e meio ambiente. De acordo com Couto (2014, p. 46), podem ser vistos conceitos basilares para tais estudos nos seguintes termos: “[...] o primeiro tipo de inter-relação corresponde à interação linguística ou comunicação, enquanto que o segundo equivale à referência”. Nessa perspectiva, buscamos esclarecimentos precisos acerca da ecolinguística, pois,

A primeira pergunta que devemos fazer é sobre quais são os equivalentes linguísticos dos quatro conceitos ecológicos, além dos dois já vistos. Melhor dizendo, quais são os conceitos centrais da Ecologia Linguística, ou Ecolinguística. Vejamos a opinião do leigo. Sempre que ele se defronta com o nome de uma língua de que nunca ouvira falar, a primeira pergunta que faz é que povo a usa. Diante da resposta, ele pode querer saber onde (território) esse povo se encontra. Ora, o povo (P) é igual à população biológica, enquanto que o habitat se equipara ao seu território (T). Quanto à língua (L) é equiparável às inter-relações, uma vez que, para o interacionismo, ela é constituída basicamente inter-relações, por interações. O todo formado pelo povo, vivendo em seu território e usando a própria variedade linguística é o ecossistema linguístico, às vezes também conhecido como comunidade (comunidade de língua e comunidade de fala). Ele é o ecossistema fundamental da língua, também chamado de ecossistema fundacional da língua (COUTO, 2014, p. 46).

Assim, usamos a Figura 1 como forma de representação para justificar a resposta do leigo na citação anterior e, dessa forma, observar que, na triangulação, a população está intermediando as relações entre língua e território. Posto isso, não é prudente dissociá-los, pois juntos formam o que denominamos de Ecologia Integral da Língua ou Comunidade.

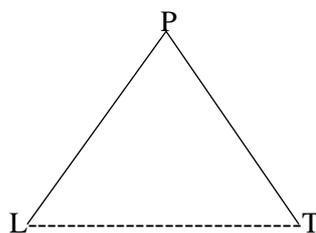


Figura 1 – Ecologia Integral da Língua  
Comunidade  
(COUTO, 2007)

Observando a triangulação (tripé), fica evidente não haver uma relação direta entre língua (L) e meio ambiente (T), a relação entre L e T dar-se-á pela mediação da população (P). Na totalidade, a forma L, P e T passou a ser designada de Ecologia Integral da Língua (anteriormente Ecologia Fundamental da Língua – EFL), também conhecida como comunidade. Ressaltando a língua em seu interior, o povo e o território formam o seu meio ambiente (MA), ou seja, o MA integral da língua, em que, de acordo com a Figura 1, P se equipara à população de organismos e T ao *habitat*/nicho, biótopo. Já L está para as inter-relações entre os organismos da mesma espécie que formam a população. Por essa razão, a língua pode ser definida como o modo de os membros da comunidade interagirem entre si.

Ainda com base na Figura 1, para existir uma língua (L), é necessária a existência de um povo (P) que conviva em um determinado espaço ou território (T). Desse modo, o ecossistema natural da língua funda-se em um povo (P), que vive em seu território (T),

falando sua própria língua (L). O ecossistema mental da língua seria como a língua é formada, armazenada e processada no cérebro (conexões neurais), levando em consideração a questão da adaptação. E, por fim, o ecossistema social da língua, que consiste, basicamente, na sociedade, isto é, no conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes e que interagem entre si formando uma comunidade (COUTO, 2007).

É condizente observar na ecolinguística, que a língua emerge de P e, conseqüentemente, emerge de T. Desta forma, L emerge de T, e,

Por outro lado, usamos L para intervir no mundo. Na verdade, usamos L para interagir com o mundo. Tanto com o mundo natural quanto ao mundo mental e o social. Nos atos de interação comunicativa, usamos L para interagir com nossos semelhantes, para nos entendermos sobre as diversas coisas do mundo. O que tudo isso significa é que, por qualquer lado que a encaremos, linguagem está intimamente ligada ao mundo. Sua autonomia em relação a ele é bem menor do que muita gente gostaria de admitir (COUTO, 2007, p. 155).

Após breve explanação, observamos, separadamente, os componentes da Ecologia Integral da Língua (L, P e T) e, posteriormente, relacionamo-os. Com base em Couto (2007), no decorrer desta seção apresentamos os conceitos dos componentes: i) língua, ii) população, e iii) território.

1. A **língua** (L) é interação, sendo o modo de os membros de P interagirem entre si no território (T) em que convivem. E, como componente de comunidade, inclui tudo o que orienta o comportamento no ambiente coletivo, que atribui eficácia aos atos interativos de comunicação entre seus membros. Em síntese, comunicação em geral, incluindo os animais, é linguagem (L) e, como os humanos se comunicam oral, visio-espacial de tato, é língua ( $l_1$ ). Na comunicação humana ocorrem manifestações secundárias, entre as quais a escrita é representada, arbitrariamente, por  $l_2$ , e assumida como uma das mais importantes. Desta forma,  $l_1$  e  $l_2$  são manifestações de capacidade cognitivas do indivíduo que se dão via território (COUTO, 2007).

Considerando os estudos de língua, nas bases da ecolinguística, destacamos:

Adam Makkai afirmou que “a ideia básica de que a língua não é um conjunto de ‘objetos’ mas uma rede de relações é essencial para a gramática pragmo-ecológica (MAKKAI, 1993: 71). “A língua é um sistema de subsistemas parcialmente dependente e parcialmente independente que forma uma ponte de duas mãos entre a cognição humana e uma variedade de códigos e desses códigos para a cognição humana por meio do qual seres humanos reais em sociedades humanas terrestres comunicam uns com os outros em diálogos, ou consigo mesmos em monólogos” (p. 141) (COUTO, 2007, p. 99).

Nessa sequência, o próprio sistema, enquanto estrutura que é, confere-se como o ponto em que se entrecruzam relações, ou seja, as diversas regras abstraídas e constituídas dos/nos atos de interação comunicativa, que podem construir uma gramática.

No processo da linguagem se interpor entre o homem e o mundo, Ferrari (2011) aponta que a interação com o mundo é mediada por estruturas mentais. A relação entre léxico e mundo é mediada pela cognição. Sendo assim, a língua é uma manifestação cognitiva, e, nesse contexto, o significado passa a ser visto como uma construção cognitiva por meio do qual o mundo é apreendido e experimentado.

Ademais, a língua é parte da formação da comunidade, é nela que estão contidos os aspectos de inter-relações endo- e exoecológicos, porém, é por meio da população que temos êxito ao averiguar como ocorre o processo entre L e T, assim:

Para Tonneau (1934: 115), “o homem real não é uma entidade abstrata. Para conhecer a realidade de sua vida econômica, nós o estudaremos no meio concreto em que ela se desenrola. Com isso, deve-se levar em consideração o meio natural, a população e os quadros institucionais”. O seu meio natural equivale a T, população a P e quadros institucionais a L. Isso é o todo que constitui a Comunidade, ou seja, a EFL (COUTO, 2007, p. 91).

2. A **população (P)** é o segundo componente e fundamental para a ecologia integral da língua, pois é por meio de P que acontece a mediação entre L e T. Assim: i) P determina os organismos humanos que fazem parte do meio ambiente físico; ii) P está para a parte mental dos membros da comunidade; e iii) P indica cada membro da comunidade da perspectiva da coletividade. Logo, P não é só o criador de L, mas também o seu mantenedor, dessa forma, P é, portanto, os membros e o elemento dinâmico da comunidade (COUTO, 2007).

Ao traçar os membros de P devemos fazer menção da homogeneidade, como menciona Couto (2007), no caso de algumas comunidades indígenas na América, África, Ásia e Oceania, em que, em muitas delas, não há grandes diferenças sociais, pois há um convívio diário de todos os membros componentes entre si. No entanto, em sua maioria, nas bases socioeconômicas das comunidades, há desigualdades, uma vez que a língua possui suas variedades e, em dados momentos, é alvo de exclusão do indivíduo. Outros fatores contribuem para o desenvolvimento da população, como etnicidade, idade e sexo. Segundo Couto (2007, p. 106),

Como está formulado de modo brilhante em Marx & Engels (1932), P é o agente da própria história, de que L é apenas um dos componentes. Um dos produtos mais importantes do processo de produção da própria história é a sociedade (S), cuja fórmula é  $S = P + L$ . A sociedade é população organizada, estruturada por L.

A sociedade está formada e inserida em um território, no qual os indivíduos interagem entre si por meio da língua. Sendo P o detentor de L, que a usa em seu benefício, para interagir com outros membros de T, ou para criar e recriar novos territórios reais ou imaginários.

3. O terceiro componente de comunidade é o **território**, representado por T e que também é composto de uma série de elementos. Podemos dizer que  $t_1$  seria constituído pelos “aspectos geográficos, ou seja, a topografia (costa, vale, planície, chapada ou montanha)”;  $t_2$  poderia ser o “clima e regimes de chuva”;  $t_3$  constitui “a fauna”;  $t_4$ , “a flora”, e assim por diante, até  $t_n$ . Como já mencionado por Sapir (1969), no ambiente os fatores físicos são entendidos pelos aspectos geográficos, como: a topografia, as condições climáticas e o regime de chuvas, a fauna e a flora.

T é o componente mais concreto de comunidade, é o seu suporte material, sobretudo o componente  $t_1$ , ou seja, o solo (podendo considerar ainda no nível social, a sociedade; no mental, a mente, pois são também territórios). Conforme salientado por Sapir (1980, p. 165), “[...] toda língua tem uma sede” física, ou seja, ninguém vive pairando no ar e é a partir daí que tudo se inicia quando pensamos em sociedade, tendo em vista que é em T onde vive e convive P e, por sua vez, estabelece a mediação entre L e T, constituindo assim as inter-relações entre os indivíduos.

Para além disso, o léxico é constituído, também, pelos nomes/signos toponomásticos (um dos primeiros é o próprio nome de  $t_1$ , ou seja, onde P se assenta), os dêíticos os quais dão suporte para o indivíduo se localizar no tempo e no espaço. E, pelos fatores sociais do ambiente é que se entende como as várias formas da sociedade se formam/moldam à vida e ao pensamento de P, já que o léxico “[...] age como elemento propagador do complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que abarcam a atenção da comunidade” (SAPIR, 1969, p. 27).

Para efeitos de compreensão e identificação, **L**, **P** e **T** foram analisados separadamente, com a finalidade de melhor entendimento da natureza de cada um dentro do todo, porém, do ponto de vista ecológico, não podem ser separados, pois, juntos, formam um todo, uma comunidade que está em sintonia com os achados da ciência moderna, a mecânica quântica e a teoria da relatividade. Dessa forma, proceder a análise em separado nos dá subsídios para relacionar um com o outro e, assim, sucessivamente.

Ainda sobre os elementos que compõem a comunidade, devemos lembrar que o indivíduo da espécie humana, representado pela sucessão ( $p_1, p_2, p_3, \dots, p_n$ ), além de ser produto físico de T, para se manter vivo precisou tirar oxigênio e alimento do próprio T. Ademais,

quanto mais o conhecimento científico e tecnológico evolui, mais esse ser humano irá interferir no meio ambiente, na natureza, a fim de se beneficiar e satisfazer suas necessidades. Sendo os humanos postos como sujeitos da linguagem, eles não só a adquirem e a transformam tirando material do meio ambiente, mas a usam em prol de suas necessidades imediatas, sociais e econômicas, de interação (COUTO, 2007). As relações entre L e T ficam evidentes porque P se apodera de L para intervir em T em seu benefício.

Voltando ao que se refere a T, há outros T existentes no caso do espaço geográfico, como o meio físico, que é mais salutar na localização de cursos d'água, fertilidade da terra, clima condizente com o desejo e a necessidade do indivíduo. Por outro lado, há os grandes centros urbanos, que nem sempre se devem aos fatores físicos, mas podem ser especificados pelos sociais, pois de uma maneira ou outra estão ligados, também, à necessidade de cada indivíduo. De qualquer forma, essa tendência de haver agrupamentos em pontos distintos de T traz consequência para a natureza de L, sendo a menos importante delas a variação sincrônica.

Em todo caso, a interação não é apenas entre os membros de P com T, eles interagem intensamente entre si e é dessa interação que emerge L. Assim, P forma L, visto que L é a própria interação e satisfaz, dessa forma, a necessidade imediata de comunicação entre os indivíduos. O homem se apodera da língua, pois

Na verdade, nós precisamos da linguagem para intervir no mundo, para nos orientar nele. Nesse sentido, em vez de nos dominar, nós é que a dominamos, uma vez que a usamos para nossas finalidades. Nós a usamos para descrever realidades concretas ou imaginárias, como faz a criança e o cientista, mas também para sugerir novas realidades, outros mundos, inclusive mundos absurdos, impossíveis. Usamo-la inclusive para brincar (COUTO, 2007, p. 152).

A ecologia da língua é determinada, primeiramente, pelas pessoas que adquirem, aprendem a língua, a usam e transmitem aos outros, ou seja, na interação. De acordo com o Ecosistema Integral da Língua, a língua está contida nos três MAs: i) meio ambiente natural; ii) meio ambiente mental e iii) meio ambiente social. Os aspectos exoecológicos (externos da língua) e endoecológicos (internos da língua) são necessários para a ecolinguística e seus desdobramentos, enquanto disciplina e constituinte da interação, pois só ocorre no processo de  $L \rightarrow P \rightarrow T$ .

Assim, o ecossistema da língua se dá em: i) natural, a língua do ponto de vista natural (articulatório, biológico, proxêmico, cinésico, paralinguístico) da comunicação; ii) mental, a língua do ponto de vista mental (mente, cérebro); iii) social, a língua do ponto de vista social (como fenômeno social).

Døør e Bang (1996) definem o meio ambiente de forma mais ampla, sendo: i) o ambiente ideológico, a organização mental do indivíduo; ii) o ambiente biológico, a organização física; e iii) o ambiente sociológico, a organização social, ou seja, a sociedade. Essa concepção de meio ambiente implica um olhar mais detalhado para os estudos de base ecolinguística, derivando numa visão ecossistêmica da linguagem, pois:

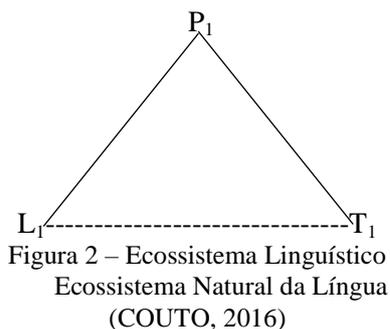
[...] a base dos estudos ecolinguísticos encontra-se nas inter-relações estabelecidas pelos membros de uma comunidade, na convivência destes indivíduos ao longo do tempo, e no ambiente do qual fazem parte. É nesse contexto que ocorre a interação comunicativa, onde os pares vivem seus conflitos e/ou comungam harmonicamente dos mesmos interesses. A expressão linguística ecossistêmica é decorrente da concepção de que a língua integra uma complexa teia de relações, ou um imenso ecossistema constituído por três esferas – território, população e língua – inter-relacionadas (ARAÚJO, 2014, p. 55).

Há uma teia de inter-relações entre os três MAs da língua e, de acordo com Couto (2009), para se falar em meio ambiente é necessário nos valermos da ecologia, pois não usa a expressão em sua tecnicidade. Por seu turno, ao mencionar MA, é prudente inseri-lo no ecossistema, que pode ser delimitado como o conjunto de organismos de determinado território e suas inter-relações, tanto entre si quanto com o próprio MA. O ecossistema consta de uma população (P) de organismos, um território (T) e respectivas inter-relações (I).

Contudo, a ecolinguística, em cada fenômeno da linguagem, está inter-relacionada ao sistema natural, mental e social da linguagem, pois ela adota uma abordagem ecossistêmica integradora (CASTRO, 2017). Sendo um ecossistema linguístico integrador, não existe apenas um ecossistema, mas dependendo do olhar que se tem dos fenômenos da linguagem podem existir outros. Apresentamos, a seguir, os ecossistemas e os tripés que os representam.

### 1.3.1.1 Ecossistema Natural da Língua

O **ecossistema natural da língua** é formado por uma população ( $P_1$ ), convivendo em território ( $T_1$ ) e interagindo por meio de sua língua ( $L_1$ ). Nesse contexto, Couto (2016) revela que a diferença entre o ecossistema natural e os demais ecossistemas linguísticos é que, P e T são tomados como entidades físicas, naturais, e L são as relações concretas que se dão entre eles. No entanto, temos no interior desse ecossistema o meio ambiente natural da língua, constituído por  $P_1$  e  $T_1$ , povo e território específicos e concretos. O tripé da figura 2 se diferencia dos demais por representar o ecossistema natural da língua.



A linha segmentada entre  $L_1$  e  $T_1$  revela que não há uma relação imediata entre eles, o que só ocorre mediante  $P_1$ . Ao ser observado em um campo estabelecido, o determinado território recebe um nome próprio, o signo toponomástico, por exemplo: o estado de Goiás, no qual os goianos (população) são representados por  $P_1$ , a parte física desse território que, por sua vez, é também formado pela cultura e recebe um nome. Dessa maneira, revela-se a concretude de cada elemento constituinte do ecossistema natural da língua.

Por sua vez, Sapir (1969, p. 45) faz menção ao MA físico (natural), o qual compreende o espaço onde determinada população vive, convive e de onde extrai matéria para sua sobrevivência, determinado por seus aspectos geográficos, topográficos, climáticos e recursos naturais. O autor acrescenta ainda que “[...] o ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuaram sobre ele as forças sociais”. A visão de mundo é determinada pela língua, pois só podemos falar daquilo que vemos ou conhecemos, ou, que tenhamos ouvido falar.

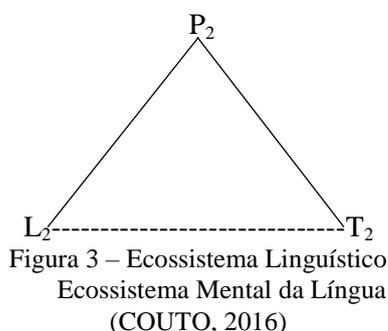
### 1.3.1.2 Ecosistema Mental da Língua

O **ecossistema mental da língua** é o *locus* imediato dela, e quando voltamos a atenção para cada membro da comunidade, notamos que a língua foi criada, está armazenada e é processada no cérebro de cada um deles. As inter-relações nesses cérebros que estão em movimento se dão nas conexões entre neurônios, o que designamos mente, assim, o indivíduo tem a língua na mente e dela faz uso para viver e sobreviver em um determinado território, por meio da interação.

Por sua localização na caixa craniana, o MA mental da língua é tido como um dos mais difíceis de ser estudado, independente da área científica, como a neurolinguística e outras neurociências, psicolinguística, linguística cognitiva, biolinguística e connexionismo; todas elas carecem de estudos mais aprofundados. De toda sorte, é pela mente que o MA

mental se relaciona com a sociedade; pelo cérebro, com o mundo natural, tudo o que acontece nele é autenticado pelo MA social, com suporte do MA natural.

Apesar do nome “meio ambiente mental da língua”, a mente é apenas um dos constituintes do ecossistema mental da língua. Na verdade, esse MA compreende o sistema nervoso central e o periférico. O primeiro é composto pelo encéfalo e a medula espinhal ou raquidiana. O encéfalo é formado pelo cérebro, o cerebelo, o tálamo, o hipotálamo e o tronco encefálico. O cérebro, para o que aqui interessa, subdivide-se em hemisfério direito e hemisfério esquerdo. O sistema nervoso periférico, constituído pelos nervos e gânglios nervosos, também se interliga ao cérebro ou ao encéfalo em geral, pois é ele que estabelece comunicação do indivíduo com o MA natural (COUTO, 2009, p. 158-159).



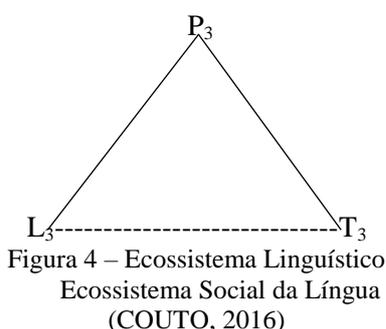
Observando a Figura 3, temos:  $L_2$ , que está para a língua como fenômeno mental, o conjunto de inter-relações mentais (regras interacionais, regras sistêmicas, vocabulário etc.), a linguística endoecológica;  $P_2$  está para a parte do indivíduo da população que interessa, ou seja, as próprias conexões neurais, a mente; e  $T_2$  está para o cérebro concreto de cada indivíduo da população, que é o suporte, o *locus* dessas conexões. Dessa forma, o ecossistema mental da língua é formado por  $P_2$  mais  $T_2$ , é aí que se dão as interações mentais da aquisição, do armazenamento e do processamento da língua. A linha segmentada revela que  $L_2$ , enquanto fenômeno mental, não se relaciona diretamente com o cérebro dos indivíduos, apenas por intermédio das conexões neurais (COUTO, 2016).

Contudo, é no meio ambiente mental, na mente, que o indivíduo passou a ter memória e nela armazenar informações e trazer fatos passados, logo, a memória contribui para o que temos e somos na contemporaneidade, para a cultura e para a sociedade.

### 1.3.1.3 Ecossistema Social da Língua

O **ecossistema social da língua** resulta das inter-relações de  $L_3$  com todos os membros de  $P_3$  e das inter-relações entre eles. Esse MA é constituído como sociedade. Como

o próprio Haugen (1972) afirmara, o meio ambiente da língua é a sociedade que a usa. A sociedade é  $P_3$ , organizada e estruturada por  $L_3$ . Coerente com isso, “[...] na exoecologia linguística entrariam as relações entre as línguas, entre língua e usuários, bem como entre língua e território (ou língua e mundo)” (COUTO, 2016, p. 218). Ao se referir às relações entre língua e território fica evidente que no processo de nomeação de lugares, o homem de alguma forma se apodera do território via língua, nesse caso representado pelo signo toponomástico.



Analisando a Figura 4, o ecossistema social da língua é formado por  $T_3$  mais  $P_3$ . É na sociedade que se dá a interação dos indivíduos em sua coletividade, que constitui a cultura do povo, isto é, tudo que tem valor social. A linha segmentada indica o fato de que  $L_3$  se relaciona com o conjunto de indivíduos por intermédio da sociedade. Nesse sentido, é no interior do ecossistema social da língua que reside a objetivação de perceber e ver os modos de transmissão e de uso, as ocasiões de uso e de interação da língua em dada comunidade. Como assegurado por outros pesquisadores, todo povo convive em um território e tem a própria língua. Contudo,

O que se nota em qualquer autor que se considera ecolinguista é a preocupação com uma visão da língua que siga os princípios da ecologia. Entre esses princípios estão a preocupação com a totalidade (holismo), a ênfase nas relações ou interações, a ideia de que a língua não é estática como querem nos impingir os gramáticos normativos, a defesa da diversidade intralinguística e inter-linguística, dos dialetos, dos idioletos e assim por diante (COUTO, 2007, p. 41).

Como a língua é tomada como propriedade por uma população no ato de interação comunicativa, configura-se na sociedade em que está o cerne dos estudos os quais envolvam: as variedades da língua, o multi-/bilinguismo, o contato de línguas, as formas e ocasiões de uso da língua, a língua estatal ou oficial estabelecida pelos estados e os demais casos que interessarem na linguística exoecológica.

### 1.3.1.4 Ecossistema Integral da Língua

O ecossistema linguístico denominado de comunidade forma o que acabamos de analisar, pois não há apenas um ecossistema, mas sim quatro, os quais são pontos de verificação dos fenômenos da linguagem, assim temos: i) ecossistema natural da língua, ii) ecossistema mental da língua e iii) ecossistema social da língua. Os três, por fim se fundam no iv) **ecossistema integral da língua**. De acordo com Couto (2016, p. 223), “[...] em cada um deles a língua deve ser relacionada ao respectivo meio ambiente, no caso: 1’) meio ambiente natural, 2’) mental e 3’) social da língua”.

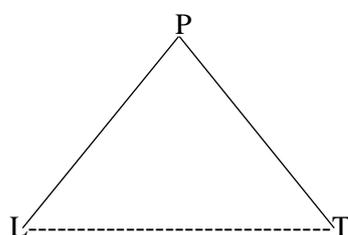


Figura 5 – Ecologia Integral da Língua  
Comunidade  
(COUTO, 2007)

O ecossistema integral da língua, também chamado de comunidade, pode ser visto da perspectiva de comunidade de fala e da comunidade de língua. A primeira é vista como um ecossistema linguístico formado por um território de pequenas proporções, em que os atos de interação comunicativa entre os membros se dão com certa frequência e estes estão sempre em comunhão. Já a segunda, ao contrário, independe do tamanho do território, pois ela é o ecossistema linguístico visto da perspectiva do sistema. Assim, a comunidade de língua portuguesa compreende os países que falam a referida língua, independentemente de atos de interação concretos (COUTO, 2016).

A língua é um fenômeno biopsicossocial tendo as dimensões biológicas (natural), sociais (social) e psicológicas (mental) e para a ecolinguística ela é um objeto de estudo holístico. No entanto, um dos objetivos de qualquer disciplina ecológica é a integração, uma visão holística na medida do possível. A ecolinguística também tem esse objetivo, encara o mundo como uma complexa teia de inter-relações. Então, torna-se uma disciplina, por primazia, interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar.

Segundo Fill (2016), decorrentes os sucessos que a ecolinguística tem atingido, muito precisa ser feito. Apesar de algum trabalho teórico ter sido conduzido, falta a sua aplicação nos seguintes casos: i) mostrar como uma abordagem holística para a linguagem pode ser

implementada; ii) quais métodos a serem empregados para mostrar a inter-relação entre língua, população e território. E a principal tarefa, segundo Fill (2016), seria a de mostrar na ecolinguística a ideia de Haugen (1972), de transferir a ecologia da biologia para as línguas, empregando-se com êxito no trabalho de salvar as línguas ameaçadas e de cooperar na efetivação de uma consciência da importância e necessidade de preservá-las.

Para Couto (2009), há uma série de equívocos em relação à ecolinguística: i) achar que ela é o mesmo que a Hipótese Sapir-Whorf, a qual afirma o contrário do que propõe a ecolinguística, de a língua ser projetada para e pelo meio ambiente, mas aceita até certo ponto a versão moderada da suposição de que a linguagem pode direcionar o modo do indivíduo ver o mundo; ii) algumas pessoas pensam que a ciência das relações entre língua e meio ambiente seria desnecessária, porque tudo que estuda já vem sendo estudado por outras ciências, mas não com o mesmo direcionamento da ecolinguística, a (inter)relação entre língua e seu meio ambiente.

Sendo assim, dissertamos, neste capítulo, acerca da inter-relação de L e T, mediada por um P que a usa, em que T é projetado sobre P, apoderando-se dele por meio da categorização de um nome, que pode ser renomeado e transformado. Tudo isso vem corroborar com nosso estudo, *A relação entre língua e meio ambiente nos hidrônimos do estado de Goiás*, uma vez que as bases teóricas da ecolinguística dão suporte às interpretações dos hidrônimos (capítulo VII), quando examinamos a relação do efetivo nome dado a cada curso d'água entre língua (L) e meio ambiente (T), via seu denominador (P). No próximo capítulo, por sua vez, apresentamos e descrevemos o processo metodológico empregado para a realização desta pesquisa.

## II ASPECTOS METODOLÓGICOS

*O foco conceitual da ecolinguística permite o casamento da técnica da análise linguística com a abordagem indutiva de se relacionar intimamente e pessoalmente com as ecologias social e natural onde a língua e os topônimos são usados (NASH, 2011).*

Apresentamos, neste capítulo, um panorama de alguns métodos da ciência da linguagem e, posteriormente, o contexto e os procedimentos metodológicos empregados na realização desta tese.

### 2.1 Os métodos da ciência da linguagem

Os métodos que têm a língua como objeto de pesquisa surgiram, em sua maioria, na linguística histórica e após o século XIX criou-se um método que permite categorizar e justificar a identidade genérica e a evolução de cada língua em relação às demais. O método comparativo, de acordo com Maurer Jr. (1967), busca: comparar, cuidadosamente, formas linguísticas apresentadas entre si e/ou de um grupo; distinguir a origem das línguas e; estudar a diversificação dessas línguas a fim de desvendar e recontar suas histórias. Esse método difere do método histórico-comparativo, embora apresentem o mesmo objeto de estudo, uma vez que usa documentos em suas análises. Em todo caso, o método comparativo cumpriu papel importante para o esclarecimento de inúmeras questões linguísticas das línguas antigas: grego, latim e sânscrito. Métodos estes, usados até hoje pela ciência da linguagem e muito corroboram com as pesquisas da área.

A geografia linguística vem corroborar com os estudos da língua. Conforme Coseriu (1956), este é um método dialetológico e comparativo, o qual propõe registrar em mapas específicos de formas linguísticas (fonética, lexical, gramatical), levando em conta o espalho geográfico correspondente à(s) língua(s), aos dialetos ou aos falantes estudados. Segundo Câmara Jr. (1975), ela é importante como uma nova abordagem para o método histórico-comparativo, pois, em vez de recorrer a textos antigos, o pesquisador busca apenas os aspectos contemporâneos da língua, absorvendo as bases linguísticas no intercâmbio oral.

Os linguistas italianos Giulio Bertoni e Matteo Bartoli criaram o método de linguística areal, cujo objetivo era classificar áreas linguísticas – de uma língua ou grupo de línguas – como forma de representação da contemporaneidade e do estágio linguístico de

desenvolvimento. Segundo Câmara Jr. (1975, p. 126), “[...] dividiram um território linguístico em áreas isoladas, áreas laterais, áreas principais e áreas desaparecidas (isto é, áreas homogêneas que desapareceram deixando apenas umas poucas formas remanescentes)” e, dessa forma, difundiam mais um método linguístico.

Câmara Jr (1975) faz uma divisão da linguística histórica em dois momentos: i) de 1786 a 1878, período de formação e de consolidação do método comparativo, o que finalizou o movimento dos neogramáticos; ii) 1878 até a contemporaneidade, período de tensão entre duas linhas interpretativas: uma imanentista, inserida pelos neogramáticos, pelo estruturalismo e pelo gerativismo – que vê a mudança como acontecimento interno da língua e pela própria língua; e a outra integrativa, sendo formada pelos primeiros críticos neogramáticos, pela dialetologia e pela sociolinguística – cuja mudança da língua está condicionada a fatores contextuais, nos quais o falante está inserido.

Com a evolução linguística na transição do século XIX para o XX, em que as centralidades das investigações passam do som (fonética) para o léxico, é que surge a onomasiologia. O seu triunfo se deu a partir do desenvolvimento dos métodos comparativos, histórico-comparativos e da geografia linguística. Na sequência, com a variedade regional da língua, recolhida pelos inquéritos linguísticos, surgiu a necessidade de um novo método, que auxiliasse os dialetólogos a compreenderem o homem regional em sua amplitude por meio da linguagem. Assim, na onomasiologia, toda a cultura popular de um local pode ser investigada, podendo-se priorizar os aspectos sincrônicos ou históricos.

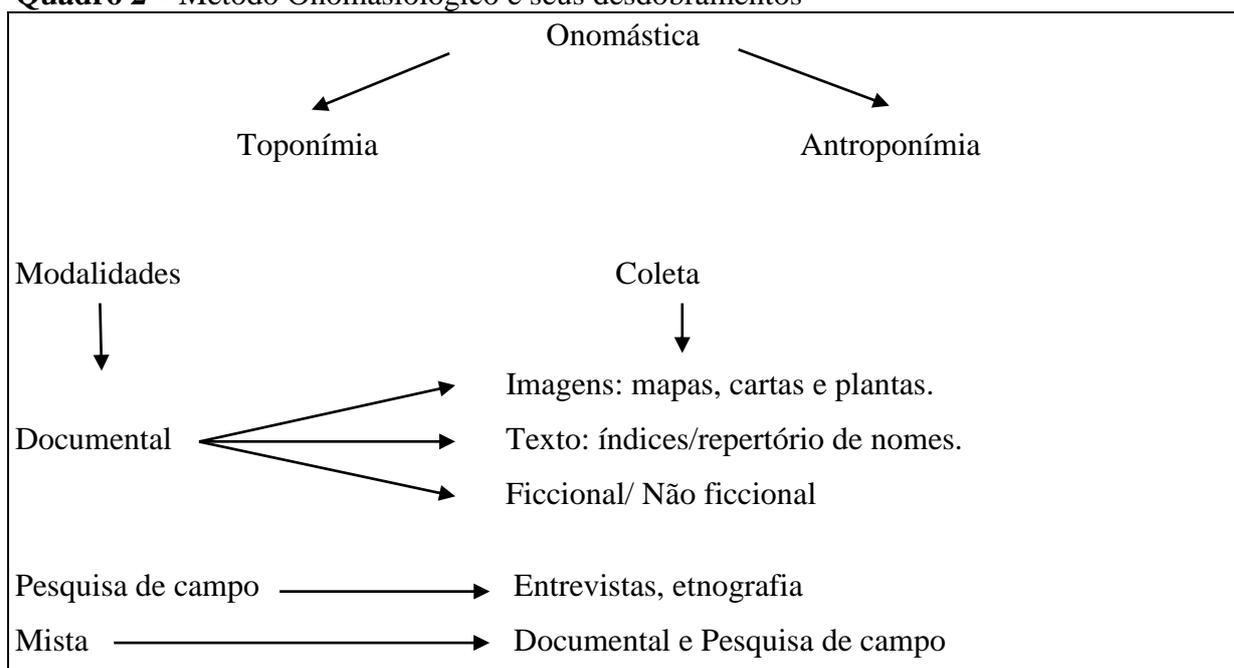
Para Couto (2012, p. 186), “[...] a onomasiologia vê a questão da referência, para usar um termo semiótico, partindo da coisa e indo na direção do nome que ela recebe”. Basseto (2001, p. 77), menciona que “[...] o método onomasiológico permite ver a cultura do povo cuja língua se estuda, costumes, ocupações, instrumental, crenças e credences, moradia, enfim sua mundividência. Permite sentir a linguagem viva traduzindo a vivência cultural do povo”. Portanto, tal método se constitui do estudo das designações e tem como objetivo estudar os diversos nomes atribuídos a um conceito, ou seja, parte da coisa indo na direção do nome que ela recebe. O referido autor acrescenta ainda que:

Com pontos em comum com a Geografia Linguística e “Palavras e Coisas”, o método onomasiológico, também conhecido como onomasiologia, isto é, o estudo das denominações, se propõe investigar os vários nomes atribuídos a um objeto, animal, planta, conceito etc., individualmente ou em grupo, dentro de um ou vários domínios linguísticos. Seus objetivos são, portanto, semânticos e lexicológicos, buscando descobrir os aspectos vivos e as forças criadoras da linguagem (BASSETO, 2001, p. 76).

No contexto desta pesquisa, a toponomástica intersecciona-se com a ecolinguística para, assim, tomarmos propriedade nos estudos dos nomes próprios de lugares, estabelecendo relações entre língua e meio ambiente, sendo de extrema necessidade observar os vínculos do nomeador com a coisa nomeada, a motivação que subjaz ao hidrônimo. Consideramos que a onomasiologia busca investigar como uma noção ou conceito é nomeado na língua, tendo sempre em mente que quem dá nome às coisas são os falantes e que o fazem em decorrência da cosmovisão de seu grupo (SILVA, 2017). O método onomasiológico permite que a cultura do povo pesquisado seja desvelada, revelando as relações das categorias da ecolinguística L – P – T.

Na perspectiva do método onomasiológico, apresentamos abaixo um quadro para melhor entendimento das modalidades de pesquisa e de coleta do *corpus*, pois o nosso trabalho se enquadra nesse formato.

**Quadro 2** – Método Onomasiológico e seus desdobramentos



**Fonte:** Silva (2017).

De acordo com Siqueira (2015), o percurso do fazer onomasiológico e da produção de significação se inserem em caminhos distintos: i) o fazer onomasiológico: é um percurso conceitual, cuja definição insere-se no processo lexicográfico; ii) a produção de significação: é interpretativa e percorre um processo semasiológico. Assim, quando conceituamos algo é necessário construir um modelo mental que, no primeiro momento, corresponda a um recorte

cultural para a escolha da estrutura lexical e, por sua vez, manifeste-se a partir da estrutura linguística utilizada.

É no fazer onomasiológico que buscamos as relações categoriais entre língua (L) e meio ambiente (T), uma vez que os hidrônimos analisados darão subsídios para averiguar tal ligação. Por seguinte, no contexto metodológico, a coleta e a análise de dados são feitos nos moldes das teorias linguística. Posteriormente, faz-se interpretações nas bases da ecolinguística,

verificando as inter-relações entre os elementos de L, P e/ou T, de somente uma dessas categorias (as relações dentro de L, ou somente dentro de P, ou somente dentro de T, como se dão as relações na EFL, entre outros temas.) (ALBUQUERQUE, 2015, p. 135).

Posicionando-se no mesmo sentido, Couto (2007) esclarece que a ecolinguística não visa a estudar objetos ainda não estudados por outras disciplinas, ela encara esses objetos já observados, analisados, estudados e compreendidos em outra perspectiva, de forma integradora e não fragmentada, numa visão holística. Acerca disso, Ramos (2008, p. 1197) observa que “[...] tal como noutras áreas da Linguística, persistem divergências entre ecolinguista quanto aos seus objectos, métodos, teorias e objectivos. Tal não espanta nem será particularmente grave: é da discussão que o avanço científico se alimenta”. Logo, podemos configurar que é a partir das discussões, análises e avaliações do objeto pesquisado que a ecolinguística se difere das demais áreas da linguística e constitui a ecometodologia.

Por ter a visão holística é que temos a autonomia de buscar em outros métodos linguísticos como proceder com: o levantamento do *corpus*, as análises e, por fim, a interpretação no viés ecolinguístico. Desta forma, esta pesquisa busca o suporte da onomasiologia.

Couto (2018, p. 22-23) pontua que “[...] em termos linguístico-ecossistêmicos, é preciso aceitar a multidisciplinaridade e a multimetodologia”. Assim, o ecolinguista se coloca na cumeeira da casa, uma espécie de *drone*, por ter uma visão holística do objeto e por analisar, caso necessário seja, algo mais específico nesse objeto, buscando auxílio em áreas específicas, para depois retornar ao ponto central, na cumeeira, a fim de avaliar os dados de acordo com o contexto em que se encontra. O método da focalização de Garner vem corroborar com a pesquisa ecolinguística, que implica prestar bastante atenção no objeto a ser pesquisado. Focalizando do macro ao micro, assim dando condições para analisar o objeto no ambiente que está inserido. Além disso, as metodologias das disciplinas que deram suporte

estão presentes no estudo. Dessa forma, a ecometodologia é multimetodológica e usa, portanto, critérios e conceitos ecológicos, sempre partindo da visão ecológica de mundo (COUTO, 2013).

Por ser uma disciplina relativamente nova, e com uma roupagem diferenciada na forma de encarar os fenômenos da linguagem alicerçada na visão ecológica de mundo, podendo estudar todo e qualquer fenômeno da linguagem, mesmo os que já tenham sido estudados por outras áreas, tem-se a necessidade de observar e de fazer reflexões acerca da metodologia ecolinguística. Couto (2007), em *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente* – mostra o fazer metodológico utilizado no processo de sistematização dos dados, que são apresentados e analisados nas seções do livro, a partir da ecologia da linguagem, na visão ecológica de mundo, e as relações entre L – P – T.

No percurso dos estudos ecolinguísticos, pesquisadores da área vêm corroborando com sua metodologia, inclusive, alguns ensaios já foram publicados. Dentre os quais, Albuquerque (2015) defende a ideia de que a ecolinguística só pode ser multimetodológica em consonância com o holismo da visão ecológica de mundo. E,

Finalmente, mesmo com a ecometodologia sendo apontada aqui como a proposta metodológica mais eficaz para a ecolinguística, o presente autor reconhece que se faz necessário ampliá-la, bem como refiná-la, por meio do desenvolvimento de alguns aspectos teóricos da multimetodologia, para que esta se torne mais clara aos investigadores. Deve-se levar em conta também que estes aspectos teóricos devem ser discutidos e desenvolvidos com base em um número maior de estudos de caso ecolinguísticos, ou seja, pesquisas que façam uso da ecometodologia na prática. Assim, a partir daí, os ecolinguistas poderão expandir a teoria da ecometodologia, bem como os benefícios e as características de como aplicá-la (ALBUQUERQUE, 2015, p. 139).

Baseado nisso, ainda, faz-se necessário que os estudos ecolinguísticos, em sua metodologia, desenvolvam pesquisas que fortaleçam o campo de estudo. Silva e Couto (2015), com a mesma visão multimetodológica, encaram os fenômenos da linguagem a serem estudados de forma holística, comparando metaforicamente a metodologia com uma “mexerica de três gomos”, na relação do ecossistema linguístico, inter-relacionando os meios ambiente natural, social e mental. Dado que,

[...] numa perspectiva bastante prática, o pesquisador que quer desenvolver uma pesquisa segura em ecolinguística pode seguir esses passos: 1) delimitar um ecossistema fundamental da língua a ser pesquisado, 2) olhar para as inter-relações no interior desse ecossistema, 3) verificando as diretrizes ecossistêmicas naturais, mentais e sociais de funcionalidade desse ecossistema conforme elencamos acima. É importante observar que essas diretrizes ecossistêmicas são fruto de uma reflexão

inicial sobre o tema, o pesquisador ao se debruçar sobre o seu ecossistema poderá encontrar outras diretrizes (SILVA; COUTO, 2015, p. 154).

Como nas demais formas de pesquisa, o todo deve ser investigado em um estudo ecolinguístico, levando em conta, para além disso, sua multimetodologia. Como observa Couto (2018, p. 32), isso se justifica por ela “[...] encarar seu objeto como formando uma rede e sendo parte de uma rede maior, qualquer ‘ponto’ das interconexões sobre o qual focalizarmos a atenção se relacionará com diversos outros de modo multilateral”.

O referido autor, em estudos posteriores, completa os ensaios que discutem a metodologia ecolinguística ao enfatizar que a mesma, a partir do holismo – visão ecológica de mundo – pode investigar fenômenos da linguagem em nível micro mediante uma proximidade do foco (método da focalização) e retornar uma posição abarcante para avaliar os resultados. É prudente observamos, ainda, que o “[...] objeto de investigação pode também sugerir qual é a metodologia mais adequada a ser utilizada em determinada investigação. Essa segunda postura é a preferida pela linguística ecossistêmica, fazendo-a dialogar com a outra” (COUTO, 2018, p. 30).

Por essas observações acerca da metodologia via ecolinguística, que se caracteriza sendo multimetodológica, é que justificamos os procedimentos de recolha do *corpus* de nossa pesquisa, bem como a sua interpretação. Outrossim, no decorrer deste trabalho, especificamos nosso caminho metodológico, guiados pela visão ecológica de mundo, num recorte do método onomasiológico, sendo o que mais se aproxima, já que a metodologia sugerida pelo objeto a ser investigado parece uma atitude inevitável na multimetodologia.

Com a escolha da metodologia, no subtópico seguinte apresentamos o objeto e os procedimentos metodológicos, os quais estarão subsidiados pela visão ecológica de mundo, justificando o uso da ecometodologia a partir do método onomasiológico, que visa buscar os sentidos empregados para um objeto ou coisa, em nosso recorte, os hidrônimos das bacias hidrográficas do estado de Goiás.

## **2.2 O objeto e os procedimentos metodológicos da pesquisa**

Inicialmente, procedemos com o levantamento bibliográfico para a constituição de um referencial teórico, a fim de subsidiar as discussões sobre as relações entre língua e meio ambiente, com foco na nomeação dos cursos d’água, de modo específico, dos hidrônimos das quatro bacias hidrográficas do estado de Goiás, que serão apresentados nesta seção.

Sendo assim, o levantamento bibliográfico se encontra distribuído ao longo da tese que é alicerçada nos fundamentos epistemológicos da ecolinguística (primeiro capítulo), conta com os delineamentos teóricos de Araújo (2014), Couto (2007, 2009, 2014, 2016 e 2018), Døør e Bang (1996), Fill (2015 e 2016), Haugen (1972, 2001 e 2016), Sapir (1969 e 1980). Nas bases da toponomástica (terceiro capítulo), temos: Andrade (2010), Cueva (2015), Dias (2016), Dick (1990, 1996, 2004, 2006), Piel (1979), Siqueira (2015, 2017), Silva (2017), Solís (1997), Trapero (1994, 2000) e outros. E no processo de categorização do ato de nomear (quarto capítulo), buscamos: Biderman (1998 e 2001), Cabral (2007), Cunha (2004), Frazer (1951), Lima (2007), López (2007), Silva (2000) entre outros. Assim, visamos construir um arcabouço teórico contundente para proceder à análise dos dados e chegar aos resultados, em consonância com os objetivos estabelecidos neste estudo.

Ademais, a metodologia que sustenta a tese proposta se caracteriza por ser de natureza documental, com base em mapas geográficos (documentos analógicos e/ou digitais, com o levantamento histórico geográfico por meio do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos<sup>3</sup> (IMB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de mapas do estado de Goiás) e de abordagem qualitativa para o levantamento dos dados, uma vez que a constituição (região, sub-região, limites e fronteiras) dos “lugares” está registrada em documentos públicos e no levantamento histórico-geográfico.

A escolha da abordagem metodológica deveu-se à natureza do próprio objeto do estudo: “a relação entre língua e meio ambiente dos hidrônimos do estado de Goiás”, já que segundo Couto (2007), o ecossistema é demarcado pelo pesquisador, pois esse fazer é exatamente como o do ecólogo. O recorte define bem como é a área e o objeto a ser estudado, nos seguintes termos: “[...] abordagem é ecológica, ou melhor, ecolinguística, uma vez que faz uso de conceitos da ecologia biológica, entre eles o de ecossistema, ou seja, as relações entre os seres vivos e o meio ambiente em que vivem” (COUTO, 2007, p. 89).

Com o estudo bibliográfico realizado, partimos para o levantamento do *corpus*. Inicialmente, utilizamos a base<sup>4</sup> digital disponibilizada no Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG), pertencente ao IMB, na escala de 1:2.500 000, os mapas do Sistema de Informações Geográficas do Estado de Goiás, e na escala de 1:1.000 000, os mapas de

---

<sup>3</sup> O Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) tem entre suas competências a produção, a sistematização e a disponibilização de bases cartográficas, mapas temáticos e estudos geográficos, além de ser responsável pela cartografia da Divisão Administrativa e Territorial do estado de Goiás.

<sup>4</sup> Os arquivos em formato *shapefile*, compactados (.zip) e disponibilizados em diversas escalas em função da base de dados utilizada, contêm informações relativas à base planialtimétrica e mapas temáticos. Após download e descompactação, os arquivos podem ser visualizados no QGIS ou visualizados e editados em diversos programas de SIGs. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/produtosIMB.asp?cod=1949>.

Drenagens da Base cartográfica, IBGE – revisão de topologia, alimentação, atualizações e edição da carta – SGM/SIC. Os mapas estão disponibilizados no site do IMB ([www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)), de domínio público, sendo uma das principais e confiáveis fontes de informações e de pesquisa do/sobre o estado de Goiás.

De acordo com Dick (1999, p. 11), os mapas são “[...] instrumentos metodológicos hábeis para o estudo onomástico a documentação cartográfica referida e a arquivologia, que se posicionam como fontes idôneas para o estabelecimento das etapas relativas à desconstrução e a recriação dos próprios dados”. Vale mencionar, ainda, sobre a importância que se tem o uso de mapas nos estudos ecolinguísticos com base na toponomástica.

O principal objetivo da cartografia é representar uma paisagem geográfica, assinalando as entidades geográficas que o formam e dão identidade. [...] a cartografia é o maior meio de difusão dos topônimos porque os socializa, fazendo amplo o conhecimento de um público. Com este poder, a cartografia é um instrumento de máxima importância em mãos da autoridade sobre nomes para a tarefa de uniformização ou nominalização toponímica (SOLÍS, 1997, p. 56, tradução nossa). [5]

Na observação e levantamento dos cursos d’águas (hidrônimos), usando as escalas citadas anteriormente, listamos o total de 50 (cinquenta) rios, cujas classificações são dadas por Guerra (1993), a partir de explicações sobre a rede fluvial de drenagem de uma bacia hidrográfica, que pode ser classificada segundo a seguinte hierarquia: i) rios de primeira ordem: canais que partem das cabeceiras, correspondem às nascentes, onde o volume de água ainda é baixo; ii) rios de segunda ordem: onde os canais de primeira ordem se unem, a junção de dois rios; iii) rios de terceira ordem: união de dois canais de segunda ordem e, assim, sucessivamente. Por fim, quanto maior for à ordem do rio principal, maior será a quantidade de rios existentes e sua extensão.

A partir dessas informações, justificamos a escolha dos cursos d’água não foi feita de forma aleatória, todos os rios pertencem a uma das bacias hidrográficas e estão em território goiano, em caso muito específico pode haver um ou outro que tenha a sua nascente em outro estado do território nacional. Na sequência, apresentamos o objeto de estudo desta pesquisa: as quatro bacias hidrográficas e seus afluentes, que estão distribuídos nos quadros 3, 4, 5 e 6.

---

<sup>5</sup> El principal objetivo de la cartografía es representar a un paisaje geográfico, señalando las entidades geográficas que lo conforman y dan identidad. [...] la cartografía es el mayor medio de difusión de los topónimos porque los socializa, haciendo de conocimiento de un público amplio. Con este poder, la cartografía es un instrumento de máxima importancia en manos de la autoridad sobre nombres para la tarea de uniformización toponímica (FONSECA, 1997, p. 56).

As quatro bacias hidrográficas do estado de Goiás correspondem a 14% (quatorze por cento) das reservas de água doce do mundo e são de longa extensão. Equivocado está quem pensa que as características de vegetação de savanas, típicas do Cerrado, são reflexos de escassez de água na região. Ao contrário, Goiás é abundante em recursos hídricos, sendo considerado um dos mais peculiares estados do Brasil quanto a sua hidrografia, o que o leva ao importante desenvolvimento socioeconômico, destacando os setores hidroelétricos, de agronegócios e da agroindústria.

Dentre elas, a bacia hidrográfica do Rio Araguaia está situada a noroeste do estado e abriga 49 municípios de Goiás, entre eles: São Miguel do Araguaia, Crixás e Cidade de Goiás. O Rio Araguaia nasce na serra do Caiapó, cidade de Mineiros, na divisa de Goiás com o Mato Grosso, a uma altitude de 850 metros, e percorre uma extensão de 2.115 km<sup>2</sup> até desaguar no Rio Tocantins. Alguns estudiosos unem as bacias do Araguaia e Tocantins (Tocantins-Araguaia), formando apenas uma, dessa forma, se tomássemos essa especificação, teríamos apenas três e não quatro, como optamos, pois, em nossa base de pesquisa dos dados, assim está apresentado.

### **Quadro 3 – Bacia hidrográfica do Rio Araguaia**

<b>Bacia hidrográfica do Rio Araguaia</b>	
<b>01</b>	Rio Água Limpa
<b>02</b>	Rio Araguaia
<b>03</b>	Rio Babilônia
<b>04</b>	Rio Caiapó
<b>05</b>	Rio Claro
<b>06</b>	Rio Crixás-Açú
<b>07</b>	Rio Crixás-Mirim
<b>08</b>	Rio do Peixe
<b>09</b>	Rio Matrinxã
<b>10</b>	Rio Palmeiral
<b>11</b>	Rio Pintado
<b>12</b>	Rio Piranhas
<b>13</b>	Rio Vermelho

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018).

A primeira bacia hidrográfica em importância, quanto à área drenada e ocupação antrópica, é a bacia do Rio Paranaíba, com 149.488 km<sup>2</sup>, na parte centro-sul do estado, abrangendo 125 municípios goianos, entre eles: Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Jataí, Itumbiara e Santa Helena de Goiás. O Rio Paranaíba nasce na Serra da Mata da Corda, no município de Rio Paranaíba, no estado de Minas Gerais, a uma altitude de 1.100 metros, e percorre uma extensão de 1.120 km até sua desembocadura no Rio Paraná. Sua bacia de captação e drenagem totaliza 222.767 km<sup>2</sup>.

**Quadro 4** – Bacia hidrográfica do Rio Paranaíba

<b>Bacia hidrográfica do Rio Paranaíba</b>	
<b>01</b>	Rio Aporé
<b>02</b>	Rio Claro
<b>03</b>	Rio Corrente
<b>04</b>	Rio Corumbá
<b>05</b>	Rio Descoberto
<b>06</b>	Rio Doce
<b>07</b>	Rio do Peixe
<b>08</b>	Rio dos Bois
<b>09</b>	Rio Formoso
<b>10</b>	Rio Jacuba
<b>11</b>	Rio Meia Ponte
<b>12</b>	Rio Paranaíba
<b>13</b>	Rio Piracanjuba
<b>14</b>	Rio Samambaia
<b>15</b>	Rio São Marcos
<b>16</b>	Rio Turvo
<b>17</b>	Rio Verde ou Verdão
<b>18</b>	Rio Verde
<b>19</b>	Rio Verdinho
<b>20</b>	Rio Veríssimo

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018).

Já a bacia hidrográfica do Rio São Francisco, dentro do estado de Goiás, ocupa uma área correspondente a 0,7% do total da área do território goiano. Sua nascente localiza-se na Serra da Canastra, município de São Roque de Minas, MG. O rio em si não adentra o estado de Goiás, mas pequenos afluentes têm suas nascentes em território goiano, precisamente na microrregião do Entorno de Brasília. A sua extensão total é de aproximadamente 639.219,4 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 8% do território nacional. Tal rio também é conhecido como “Velho Chico”.

**Quadro 5 – Bacia hidrográfica do Rio São Francisco**

<b>Bacia hidrográfica do Rio São Francisco</b>	
<b>01</b>	Rio Bezerra
<b>02</b>	Rio Bonito
<b>03</b>	Rio Preto/ Rio Paracatu
<b>04</b>	Rio Urucuia

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018).

Por último, a bacia hidrográfica do Tocantins é a segunda em abrangência territorial e está localizada na porção norte-oriental de Goiás, abrigando 71 municípios goianos, entre eles: Formosa, Planaltina, Goianésia e Niquelândia. O Rio Tocantins é formado a partir dos rios das Almas, Maranhão e Tocantinzinho, percorrendo uma extensão de 2.400 km<sup>2</sup>. A área da bacia hidrográfica é de 803.200 km<sup>2</sup> e atravessa os estados do Tocantins, do Maranhão, tendo ainda sua foz no Pará perto da capital Belém.

**Quadro 6 – Bacia hidrográfica do Rio Tocantins**

<b>Bacia hidrográfica do Rio Tocantins</b>	
<b>01</b>	Rio Cana Brava
<b>02</b>	Rio Corrente
<b>03</b>	Rio das Almas
<b>04</b>	Rio das Pedras
<b>05</b>	Rio do Peixe
<b>06</b>	Rio dos Patos
<b>07</b>	Rio Maranhão
<b>08</b>	Rio Padre Sousa

<b>09</b>	Rio Paranã
<b>10</b>	Rio Santa Teresa
<b>11</b>	Rio Tocantins
<b>12</b>	Rio Tocantinzinho
<b>13</b>	Rio Uru

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018).

Para o levantamento desses dados, foram utilizadas ferramentas de outras áreas do conhecimento, como a cartografia e a geografia. Nosso próximo passo consistiu na catalogação, isto é, preenchimento das fichas ecotoponomásticas, as quais foram elaboradas por nós com base na metodologia do *Atlas Toponímico Brasileiro*. Ademais, a toponomástica também dará sustento teórico às nossas interpretações. No desenrolar, apresentamos a referida ficha e a descrição dos campos que a compõe.

#### Ficha 1 – Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b>
<b>Hidrônimo:</b>
<b>Território (cidade/estado):</b>
<b>Bacia Hidrográfica:</b>
<b>Localização na Mesorregião:</b>
<b>Localização na Microrregião:</b>
<b>Entidade Geográfica:</b>
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b>
<b>Entrada lexical:</b>
<b>Semântica:</b>
<b>Língua (etimologia):</b>
<b>Estrutura morfológica:</b>
<b>Informações enciclopédicas:</b>
<b>Data:</b>
<b>Pesquisador:</b>

Para cada hidrônimo construímos (preenchemos) uma ficha ecotoponomástica, a qual é composta dos seguintes campos:

**Número de ordem:** corresponde ao número de ordem dos hidrônimos analisados, o que possibilita o controle e organização do trabalho, as fichas são organizadas por ordem alfabética dos topônimos, iniciando na ficha número um (1).

**Hidrônimo:** registro do nome do curso d'água coletado.

**Território** (cidade/estado): nome do município/estado onde o hidrônimo se encontra, precisamente, o local de nascente do rio.

**Bacia Hidrográfica:** registro do nome da bacia hidrográfica a que o hidrônimo pertence.

**Localização na Mesorregião:** localização do hidrônimo na mesorregião correspondente à sua nascente, conforme o IBGE.

**Localização na Microrregião:** localização do hidrônimo na microrregião correspondente à sua nascente, conforme o IBGE.

**Entidade Geográfica:** seguindo os estudos de Solís (1997), classificamos em entidade geográfica natural, que evidencia a influência do ambiente físico no ato de nomeação; ou entidade geográfica cultural, que evidencia a influência do homem no meio em que se encontra.

**Classe do hidrônimo** (taxe): registra-se a taxe do hidrônimo, seguindo as classificações de alguns pesquisadores da toponomástica, tais como: Cueva (2015), Dick (1992), Martínez Lema (2010), Piel (1979), Solís (1997). Assim, pode-se verificar se o nomeador recorreu a elementos de ordem natural ou cultural como motivação no ato da nomeação. Em relação, aos nomes compostos (Meia Ponte) classifica-se conforme Biderman (2001), considerando o todo significativo, não o seignativo em parte “meia + ponte”, mas “Meia Ponte”, assim, o núcleo semântico é que determina uma provável classe.

**Entrada lexical:** apresenta como o hidrônimo (nome) aparece nos dicionários consultados.

**Semântica:** estudo do significado (sentido) do hidrônimo, indica também a origem do termo. Se de origem portuguesa, latina, ou origem de uma língua indígena. Em Goiás, muitos topônimos são formados por morfemas tupi (Língua Geral Paulista<sup>6</sup>)

**Língua (etimologia):** indica a procedência do hidrônimo, classificando-o em relação à sua origem linguística.

**Estrutura morfológica:** nesta linha, indica-se se o nome é simples ou composto, considerando para tal a língua de origem, elementos formadores do topônimo tais como: nome simples “Rio Bonito” em que “Rio” termo genérico (designativo do tipo de elemento hídrico) + “bonito” hidrônimo propriamente dito; “Rio Aporé” em que há o termo genérico

---

<sup>6</sup> A Língua Geral Paulista, de base morfológica tupi, era a língua falada pela maioria dos bandeirantes que para Goiás acorreram a partir do século XVII em busca de riquezas, principalmente o ouro.

“Rio” + “Aporé”, hidrônimo propriamente dito; ainda nome composto: “Rio Água Limpa” formado por termo genérico “Rio” + “Água + Limpa” nome composto, morfologia portuguesa. Já o hidrônimo “Piracanjuba” tem a seguinte formação: “pirá + acã + juba, peixe de cabeça amarela” (TIBIRIÇA, 1985, p. 97), nome composto, formado por três morfemas tupi.

**Informações enciclopédicas:** informações várias e adicionais sobre o hidrônimo estudado, embasando a classificação sobre sua origem, sobre sua estrutura morfológica e sobre sua taxionomia. Ainda constam na ficha: a data da coleta dos dados e o pesquisador (autor desta tese).

Como visto, portanto, as fichas se constituem de uma análise detalhada do hidrônimo, porém, quando um dos itens da ficha não é encontrado ou não sendo possível sua classificação, essa ausência é marcada com as seguintes abreviações: i) n/c (não classificado) ou ii) n/e (não encontrado).

Após a catalogação das fichas, procedemos com a interpretação e o reconhecimento dos principais aspectos dos designativos nos hidrônimos observados, além de: i) investigar os prováveis fatores motivacionais inerentes a eles; ii) verificar a motivação referente à cultura e à história, evidenciando o vínculo língua/cultura e meio ambiente, principalmente aspectos físicos dos lugares que indicaram o processo de nomeação das bacias hidrográficas e de seus afluentes no estado de Goiás.

Ao interpretar, de acordo com a teoria da ecolinguística, as relações entre as categorias língua e meio ambiente nos hidrônimos, percebemos que estas relações se tornam mais evidentes a partir das classificações das taxionomias – descritas no terceiro capítulo desta pesquisa – que são procedidas por meio do recorte epistemológico dos dados coletados. É de praxe fazer uma distribuição quantitativa dos topônimos, de acordo com a entidade geográfica (natural ou cultural), para revelar os principais fatores influenciadores no ato de nomeação do curso d’água. Junto a isso, faz-se o remapeamento e a cartografia das bacias hidrográficas e de seus afluentes, mediante o elenco de seus hidrônimos, seguindo a metodologia do Projeto ATB, por meio de programas digitais usados para confeccionar mapas.

O uso de mapas torna o trabalho relevante, pois são elementos de comunicação visual, que pertencem à linguagem e contemplam a área tecnológica, uma vez que sua construção se dá por meio da utilização de equipamentos, de programas e de *sites*, os quais utilizamos, também, para cartografar os próprios mapas.

Tomar o mapa como corpus permite tomar, também, a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano. Pode-se então refletir como algo próprio do corpus em análise sobre a questão da nomeação dos espaços da

cidade, bem como o modo de distribuição dos nomes pelos espaços historicamente constituídos (GUIMARÃES, 2005, p. 43).

Normalmente entendidos como uma representação simbólica dos contornos de uma paisagem física ou urbana, os mapas se caracterizam por permitirem dois planos de interpretação: o “verbal”, expresso pelos nomes dos elementos e o “não-verbal”, caracterizado por símbolos convencionais distintos, segundo a natureza do elemento mapeado (cursos d’água, caminhos, serras, rodovias, estradas vicinais, ferrovias, vilas, povoados, cidades). A propósito,

Se o método empregado na Toponímia, como dissemos é aquele da investigação do pormenor tópico-nominal, apreendido no registro das cartas geográficas (base documental) ou, como variação, no exame do terreno ou do objeto, pelo próprio pesquisador, o material resultante, na maioria das vezes, é de origem descontínua e fragmentária. A sequência lógica dos termos areais deve ser buscada, o que exige cuidados de interpretação e reflexão, para que todo esse organismo construído coletiva ou individualmente, em momentos históricos distintos, venha a se construir em material de análise válido do ponto de vista linguístico (DICK, 2006, p. 99-100).

Nessa tarefa utilizamos o estudo linguístico dos sintagmas toponomásticos – semântica, língua/etimologia, entrada lexical e estrutura morfológica – que aqui realizamos em forma de análise, como é observado na ficha ecotoponomástica, a fim de completar os estudos ecolinguísticos dos hidrônimos e de suas relações com o meio ambiente, observando as influências das línguas que deram origem ao batismo do nome, bem como proceder com a interpretação das possíveis motivações desse ato de nomear.

Por meio da categorização dos hidrônimos é possível revelar se estes foram determinados pela população anterior ou pela presença de imigrantes no local, o que nos faz perceber que as palavras não apenas comunicam o que se quer dizer, mas apontam a história daquilo que foi dito, por necessidades dinâmicas das pessoas, repassadas pela tradição cultural e pela linguagem, trazendo à tona as relações entre língua e meio ambiente, mediada por um povo. No capítulo seguinte, abordamos a teoria da toponomástica, a qual nos auxiliou na interpretação do *corpus* da pesquisa.

### III TOPONOMÁSTICA

*A toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal (DICK, 1990b).*

A onomástica ou onomasiologia é um ramo das ciências da linguagem, a qual se ocupa dos estudos de nomeação e classifica-se em duas vertentes: a toponomástica ou toponímia, que estuda os nomes próprios de lugares; e a antroponímia, que estuda os nomes de pessoas. Neste capítulo realizamos um recorte nas bases teóricas da toponomástica, pois os hidrônimos (nomes designados a cursos d'água) são pertencentes às categorias da referida área, a fim de subsidiar as interpretações desta pesquisa. Além disso, tomamos o signo toponomástico justificando a sua não arbitrariedade, como é posta por Saussure (2008), demonstrando que ele é motivado por fatores (extra)linguísticos e contextuais no processo de nomeação. Por fim, apresentamos a hidronímia, uma subárea da toponomástica, fonte desta pesquisa.

#### 3.1 Onomástica ou onomasiologia

A onomástica vem do grego *onomastiké*, constituindo-se ramo da ciência linguística que tem o nome próprio como objeto de estudo e se constrói em relação a outros campos do saber. Contudo, ao relacionar o seu conhecimento aos de outras áreas, ela não os confunde, nem os nega. Fundamentar os estudos na teoria da onomástica é salutar, pois buscar a etimologia e a história dos nomes e dos respectivos lugares (no caso da toponomástica – combinando com o conhecimento linguístico e o ambiente em que o indivíduo está inserido – e da ecolinguística) se torna fundamental para evidenciar as inter-relações de L(íngua) – P(opulação) – T(errítório).

De acordo com Solís (1997), a onomástica no sentido restrito e primitivo é a disciplina que estuda os nomes (próprios), sejam de pessoas ou de lugares. Ela tem dois ramos: a antroponímia e a toponímia. Além desse objetivo mencionado, esta disciplina tem o compromisso ainda maior de fixar como objeto de estudo os sistemas de denominação que dão conta do processo de designar nomes em geral.

O contexto desse sistema de nomeação de lugares, de objetos ou de pessoas é uma elaboração cognitiva e está no universo cultural, portanto é um produto mental que de alguma forma evidencia uma determinada concepção cultural, e isso está enraizado na ciência

denominada onomástica. De acordo com Carvalhinhos (2002), já no século II a. C., com o gramático Dionísio Trácia, o estudo sobre o nome já tinha sido pensado e formulado. Percebemos, pois, que a preocupação com o processo de nomeação existe há muito tempo. Esses estudos propiciaram, por sua vez, o surgimento da onomástica.

Conforme Dubois (2004) e Houaiss (2004), a onomástica é um ramo da lexicologia e seu método de trabalho deve-se desenvolver em linha documental, a partir de dados oficiais de valor historiográfico e lexicográfico. No entanto, mesmo pertencendo à ciência da linguagem, ela se estabelece por meio do suporte de outras áreas do conhecimento, como a antropologia, a etnografia, a botânica, a geografia e a história. Nesse sentido, a onomástica é um campo de caráter interdisciplinar.

O percurso onomasiológico parte do conceito (da coisa) para o nome, de outra forma, observamos a partir da teoria do signo de Saussure (2008), que no processo de designação do objeto, a investigação do significante se dá a partir do significado, sendo: conceito (significado) → nome (significante). No *Curso de Linguística Geral*, Ferdinand Saussure (2008) define o signo linguístico como a junção de uma imagem acústica (significante) a um (ou vários) conceitos (significado). Saussure não inclui nessa definição a coisa nomeada, o objeto do mundo ou, em outros termos, o referente.

No que observa Dias, (2016, p. 42) o método de trabalho da onomástica se dá “[...] em linha documental a partir de dados oficiais como mapas, listas de nomes ou outros documentos de valor historiográfico e lexicográfico. Com isso, possibilita a junção da história da nomenclatura com momentos históricos e sociais mais amplos”.

Os estudos na área da onomástica, de acordo com Solís (1997), são de extrema relevância, têm importância científica e revelam concepções históricas, culturais e processos cognitivos dos indivíduos no ato da nomeação. Estabelecendo assim as relevâncias em: i) Importância cultural, pois o símbolo toponomástico é parte da identidade de um povo, sendo então criações humanas e em sua maioria insubstituíveis; ii) Importância prática, porquanto no processo de identificação via nome ocorre a interação entre o homem e o ambiente, auxiliando no reconhecimento e na localização do espaço geográfico; iii) Importância econômica, pois é um recurso para o desenvolvimento econômico e para planejamento, sendo um identificador de riquezas diversas para as áreas específicas; iv) Importância para a defesa nacional, pelas demarcações de território e soberania sobre o espaço demarcado, servindo para divisões políticas nacionais e internacionais (as fronteiras).

Consoante Ramos e Bastos (2010), a onomástica assume uma perspectiva integralizadora de métodos e demanda um considerável número de conhecimentos de campos

diversos, de maneira direta ou indireta e vertical ou horizontal, destacando-se a linguística, com valoração da pesquisa etimológica.

### 3.2 A Toponomástica ou toponímia

A toponomástica (termo utilizado nesta pesquisa), nome conhecido também como toponímia, é uma disciplina que estuda os nomes de lugares, ou seja, os topônimos (chamados também de nomes geográficos), ramo da onomástica. Em suma, conforme Solís (1997), é uma ciência cujo objeto de estudo são nomes próprios de lugares, e em sua extensão, os sistemas de denominação elaborados pelo homem para dar nomes às entidades geográficas. Ainda,

[...] se refere aos nomes de lugares habitados ou não (em geral). Por isso, um topônimo é o nome de qualquer ponto localizado no espaço terrestre que tenha recebido denominação. Por extensão, é o nome de qualquer ponto localizado no mundo real ou nos mundos idealizados pelas culturas, é dizer, naqueles universos que existem a partir da atividade ideacional dos homens (SOLÍS, 1997, p. 15, tradução nossa). [7]

A toponomástica refere-se a um conjunto de topônimos, que tem algo em comum com o lugar. Segundo Trapero (1994), a toponomástica é um registro dialetal, pois em todas as partes há acidentes geográficos iguais, como: rios, montanhas, terras, vales e etc., a única diferença encontra-se no fato de que esses nomes são dados em cada lugar de forma particular, devido ao processo motivacional. Além disso, a toponomástica busca por meio do levantamento sistemático, em fontes orais e escritas, indagar os aspectos do topônimo desde sua criação até seu desaparecimento, por meio de documentação histórica, de localização geográfica, da análise linguística, incluindo os estudos etimológicos, a classificação semântica e a ordenação taxionômica (POCKLINGTON, s/d).

Nos estudos toponomásticos, o investigador deve ter conhecimento da língua do território que está pesquisando. Além dos aspectos linguísticos, é necessário conhecer a história do lugar, os aspectos geográficos e histórico-culturais, para assim proceder com as análises dos topônimos. Inclusive, Andrade (2010, p. 103) afirma que:

Os estudos toponímicos, dentro do alcance pluridisciplinar de seu objeto de estudo, constituem um caminho possível para o conhecimento do *modus vivendi* das

---

<sup>7</sup> [...] se refiere a los nombres de lugares habitados o no (en general). Por eso, un topónimo es el nombre de cualquier punto ubicable en el espacio terrestre que haya recibido denominación. Por extensión, es el nombre de cualquier punto ubicable en el mundo real o en los mundos ideados por las culturas, es decir, en aquellos universos que existen a partir de la actividad ideacional de los hombres (SOLÍS, 1997, p. 15).

comunidades linguísticas, que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. Quando um indivíduo ou comunidade linguística atribui um nome a um acidente humano ou físico, revelam-se aí tendências sociais, políticas, religiosas, culturais (Grifos da autora).

Perceber essa disciplina em sua grandeza, é pensar como Dick (1990a, p. 16), considerando-a “[...] antes de tudo, como um complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente”. E, nesse pensar, Andrade (2010, p. 105-106) justifica que “[...] não se pode pensar em toponímia desvinculada de outras ciências como história, geografia, antropologia, cartografia, psicologia e a própria linguística”. Desta forma, a toponomástica “[...] deve ser pensada como um complexo linguístico-cultural: um fato do sistema das línguas humanas”, a consideramos, então, uma disciplina inter-, trans- e multidisciplinar.

Com a preocupação de identificar o lugar com um nome – a fim de dar visibilidade linguística e social e inseri-lo no contexto e na interação do indivíduo – na toponomástica, na perspectiva cognitiva, o ato de nomeação é idealizado pela atividade mental humana, que leva o homem a agir por meio de atos linguísticos e a caracterizar os lugares, os seres, os objetos e os próprios indivíduos com um nome, usando até mesmo de suas diferenças para melhor serem identificados. Igualmente,

A toponímia revela uma ideologia humanizadora, de natureza antropocultural, etnolinguística. Os aspectos conceptuais humanos são relevantes e materializam-se nas conceituações e classificações. O sujeito da língua é influenciado por aspectos sócio-históricos e da natureza física que o motivam a atribuir um nome ao habitat (CASTRO, 2017, p. 164).

Além disso, “[...] o estudo da toponímia leva a reconstruir um discurso linguístico e as suas condições referenciais, numa interação que determinou, no uso de uma dada língua, a criação e fixação de uma denominação com base nas estruturas dessa língua” (ROCHA, 2017, p. 27). Essa construção e viabilização do nome do lugar só é possível devido à interação do falante entre língua e território, sendo que “[...] o espaço, ou território é um dos primeiros pontos de referência para que um agrupamento de pessoas possa erigir-se em comunidade” (COUTO, 2007, p. 258). Posteriormente, ao surgir uma comunidade se faz necessário identificá-la, bem como, as coisas e pessoas circundantes e viventes nela.

Por conseguinte, a toponomástica vai além dos estudos etimológicos dos designativos que estão vinculados a uma língua, pois estão referenciados a um contexto em que o homem se apropriou do nome para especificar e dar vida ao lugar, constituindo até mesmo uma relação de posse com a coisa nomeada. Siqueira (2017, p. 177) menciona que “[...] a

denominação dos lugares advém de um processo-político cultural que merece uma abordagem que vá além do nome atribuído a uma localidade”. Nesse sentido, é necessário perceber na toponomástica, que o nome recebe uma carga significativa a mais que do linguístico.

Outra vez, a toponomástica em suas atribuições enfrenta dois aspectos, de um lado os sistemas de denominações no processo de criação e atribuição dos nomes às entidades geográficas; de outro, dar conta do fato de que os topônimos são signos linguísticos e pertencentes a uma determinada língua (SOLÍS, 1997). Nesse contexto, é necessário observar que,

A toponímia é, pois, língua funcional que em cada momento se mostra como “um todo” sincrônico próprio de um território, mas, às vezes, é resultado de uma diacronia onde os vestígios dos distintos estratos léxicos são muito perceptíveis, muito mais que no léxico comum. Como poucas partes do vocabulário de uma língua, o da toponímia é um léxico patrimonial nos dois sentidos em que devem entender-se este termo: no sincrônico e no diacrônico. No sincrônico, porque é de uso comum e pertence por igual a todos os falantes de uma localidade, de uma comarca ou do âmbito geográfico de uma língua. E no sentido diacrônico, porque tanto ou mais que qualquer outra parte do léxico de uma língua é léxico herdado, constituído ao longo da história desse território, e testemunha dos diversos estratos culturais que ali sucederam no tempo (TRAPERO, 2000, p. 2, tradução nossa). [<sup>8</sup>]

Fica evidente, que o léxico toponomástico é patrimônio línguo-cultural, herdado e pertencente aos falantes e fonte de transmissão histórica de dada população acerca de um território, local este, sede dos topônimos, onde hoje podemos buscar os fatores contextuais por meio de uma análise linguística, recorrendo ao auxílio de outras áreas do saber que nos ajudam a reconhecer o topônimo como um patrimônio histórico, linguístico e cultural de um povo.

Por fim, Piel (1979), de acordo com o objeto de denominação, a toponomástica pode denominar-se também como astronímia, hidronímia, litoronímia, odonímia, oronímia, para citar apenas alguns termos que correspondem a objetos que constituem ou são constituídos por formações aquosas, astros, formações pétreas, serras, vias ou caminhos. Essa ampla denominação justifica-se, assim, por toponomástica refletir de maneira muito estreita os

---

<sup>8</sup> La toponimia es, pues, lengua funcional que en cada momento se muestra como «un todo» sincrónico propio de un territorio, pero, a la vez, es el resultado de una diacronía en donde las huellas de los distintos estratos léxicos son muy perceptibles, mucho más que en el léxico común. Como pocas parcelas del vocabulario de una lengua, el de la toponimia es un léxico patrimonial en los dos sentidos en que debe entenderse este término: en el sincrónico y en el diacrónico. En el sincrónico, porque es de uso común y pertenece por igual a todos los hablantes de una localidad, de una comarca o del ámbito geográfico de una lengua. Y en el sentido diacrónico, porque tanto o más que cualquier otra parcela del léxico de una lengua es léxico heredado, constituido a lo largo de la historia de ese territorio concreto, y testimonio de los diversos estratos culturales que allí se han sucedido en el tiempo (TRAPERO, 2000, p. 2).

aspectos circundantes do ambiente do designador, ficando perceptível a relação entre povo, língua e território no ato de nomeação.

### 3.3 O signo toponomástico, topônimo

O topônimo é um signo linguístico, ou seja, uma unidade léxica de uma língua, pois é um nome dado a um lugar específico, um nome próprio geográfico, seja uma palavra, frase ou oração, “[...] semanticamente o topônimo funciona como um nome, pois é um substantivo que se refere a uma entidade” (SOLÍS, 1997, p. 17, tradução nossa) [<sup>9</sup>]. Para tanto, também se refere à entidade nomeada, por ser um elemento mental. Dessa forma, entende-se então que é pertencente aos objetos de uma cultura, posto que é constituinte da vida de um povo e tem um lugar na cultura e na civilização.

Solís (1997) nos diz que o topônimo é uma forma que o homem usa para humanizar a coisa nomeada fazendo com que se torne parte de suas relações, uma vez que na verdade “O homem requer identificar com nomes às entidades do mundo em que vive para responder as suas necessidades de relacionar com a natureza que o rodeia e para a organização e comunicação social” (SOLÍS, 1997, p. 13, tradução nossa). [<sup>10</sup>]

Essa necessidade do homem em nomear os lugares geográficos ocorre para se orientar espacialmente, facultando o acesso às vias de circulação e até mesmo aos pontos de localizações com uma maior precisão, o ponto concreto em que estamos ou necessitamos chegar. Imaginemos em nossa atualidade, em que temos vários aplicativos de localização (*waze*, *google maps*, entre outros), se as vias públicas não recebessem uma identificação, estaríamos em um caos.

Sabemos que, de acordo com os estudos saussurianos, a palavra é um signo linguístico que vincula um significante (som) a um significado (objeto), já o topônimo vincula o som diretamente a um lugar (POCKLINGTON, s/d). Sendo estabelecido desta forma como uma unidade léxica que possui conteúdo semântico e referencial, não indica apenas a denominação de um lugar, mas um elemento que permite conhecer os fatores sociais que permearam a habitação de uma dada localidade (CURVELO-MATOS, 2018).

<sup>9</sup> [...] semanticamente el topónimo funciona como un nombre, pues es un sustantivo que se refiere a una entidad (SOLÍS, 1997, p. 17).

<sup>10</sup> El hombre requiere identificar con nombres a las entidades del mundo en que vive para responder a sus necesidades de relación con la naturaleza que le rodea y para la organización y comunicación sociales. (SOLÍS, 1997, p. 13).

O significado de um topônimo está relacionado com o funcionamento da língua no discurso, como assegura Trapero (2000, p. 1), pois

A “realidade” do significado não depende, pois, da relação nome-coisa (ou, melhor dizendo, do significante-significado), senão da relação – e da oposição – que estabelece entre vários significados, sendo o significado resultante de um “valor” que não existe de antemão, senão que se constitui no funcionamento de uma língua (Tradução nossa). [<sup>11</sup>]

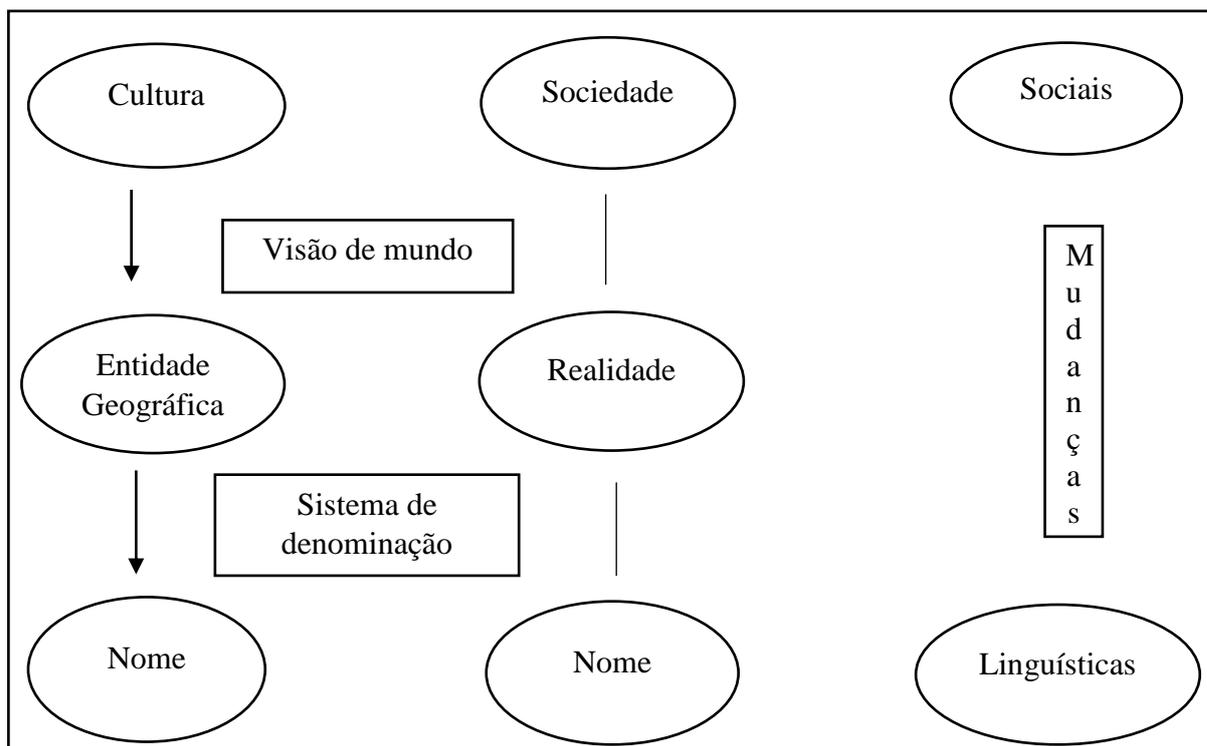
Assim, o topônimo é uma parte constitutiva da história de um povo, no qual ele é representado por uma língua, sendo parte de uma cultura, da história social de determinada comunidade, de sua relação com a natureza e de sua importância para o grupo humano que o batizou, revelando a maneira como o homem transformou o ambiente que o circunda. Destarte, o topônimo é o testemunho da história humana, podendo ser a única fonte e presença histórica de uma comunidade em determinado espaço geográfico. Ademais, Dick (2004, p. 125) assegura que “[...] muitas vezes, é o designativo o único registro do próprio traçado do acidente no terreno, ou das circunstâncias motivadoras do batismo.”

Segundo Silva (2017), o topônimo é um depósito da memória coletiva; não é algo estranho ou alheio ao contexto sócio-histórico-político da comunidade, porquanto guarda estreita ligação com o solo, com o clima, com a vegetação abundante ou pobre e com as próprias feições culturais de uma região em suas diversas manifestações de vida. Ele testemunha o passado no presente, razão pela qual permite recuperar sucessivas vivências humanas, sobretudo nos lugares onde povos de culturas e línguas diferentes se sobrepuseram.

Os estudos toponomásticos vêm se constituindo em um caminho possível para o conhecimento dos mais variados aspectos culturais das comunidades linguísticas que ocupam ou ocuparam uma determinada localidade. Não se busca nesses estudos apenas a origem do topônimo, mas também a motivação que subjaz à escolha do designativo. No quadro abaixo apresentamos as relações e interferências da cultura e da sociedade na toponomástica.

---

<sup>11</sup> La «relatividad» del significado no depende, pues, de la relación nombre-cosa (o, mejor dicho, del significante-significado), sino de la relación -y de la oposición- que se establece entre varios significados, siendo el significado resultante un «valor» que no existe de antemano, sino que se constituye en el funcionamiento de una lengua (TRAPERO, 2000, p. 1).

**Quadro 07:** Relações da cultura e da sociedade na toponomástica

**Fonte:** Adaptado de Solís (1997).

Ao apresentarmos esse quadro inferimos que, na toponomástica, o nomeador, no processo de nomeação, o ato ideacional da cultura, recebe interferência pela sua visão de mundo sobre a entidade geográfica (o ambiente), passando ao processo cognitivo que consiste na elaboração de um nome, o qual requer uma busca do sistema de denominação, a partir do uso de um sistema linguístico configurando o topônimo. Nesse contexto,

As entidades geográficas percebidas por uma cultura como resultado de um ato ideacional constituem parte da visão de mundo referida ao ambiente geográfico. Estas entidades recebem os nomes toponímicos pela ação e utilização das regras do sistema de denominação toponomástica, que por sua vez constitui outra criação da mesma cultura (SOLÍS, 1997, p. 39, tradução nossa). [12]

O topônimo é revelador da história e da cultura de uma dada comunidade ou entidade geográfica, mas com o tempo ele pode mudar o seu verdadeiro sentido, seja por fatores de mudanças sociais ou até mesmo linguísticas. Essas mudanças estão sempre relacionadas com o homem, pois o mesmo está inserido em dado ambiente e usando uma língua. O topônimo

<sup>12</sup> Las entidades geográficas percibidas por una cultura como resultado de un acto ideacional constituyen parte de la visión del mundo referida al ambiente geográfico. Estas entidades reciben los nombres toponímicos por la puesta en acción de las reglas del sistema de denominación toponomástica, que a su vez constituye otra creación de la misma cultura (SOLÍS, 1997, p. 39).

também é um símbolo social e a sua mudança implica na perda da identidade cultural dos lugares e da própria população local.

No instante em que o denominador atribui um nome a um objeto, esse se constitui como um objeto social e traz consigo distintas relações que são inseridas pela sua realidade momentânea, na verdade, uma interação social que ocorre seja do denominador com outro ou com o próprio ambiente.

No processo de nomeação pode acarretar mudanças de nomes por fatores sociais e/ou linguísticos. Um caso influenciado por fator social é o seguinte exemplo: no município de Pires do Rio-GO, na década de 1990, em um bairro denominado de Corumbá (um rio que corta a cidade), as ruas receberam nomes de peixes, Pacu, Piranha, Traíra, entre outros. Tão logo a comunidade local fez um abaixo assinado para proceder com a troca dos nomes, nesse caso os nomes traziam um valor pejorativo, principalmente o Piranha que chegava a ofender as mulheres que residiam nessa via.

A normalização de um topônimo é a regulamentação oficial do nome, feita pelos órgãos ou pessoas competentes, posteriormente à preparação técnica para a transcrição linguística no trabalho cartográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua importância é dada devido a algumas localidades, principalmente países multilíngues, onde há a necessidade de se oficializar a forma gráfica e fônica dos topônimos. Não podemos deixar de observar que no espaço mundial há o processo de equivalência linguística, nesse caso o termo pode sofrer alterações ou mudanças. No âmbito não oficial da toponomástica encontramos os exônimos, nomes usados pela população local, que fazem parte da sua herança cultural ou até mesmo linguística, mas não são reconhecidos oficialmente.

Nos estudos de Siqueira (2017, p. 177) destaca-se que,

Os topônimos refletem a importância do território (T) na formação, existência e transformação da língua, já que o T se manifesta na língua de múltiplas maneiras, mas a mais evidente se efetua no léxico da língua (L), nível linguístico mais susceptível a influências de fatores extralinguísticos, tais como topografia, diversidade biológica, clima entre outras.

De acordo com Solís (1997), o topônimo é uma fonte histórica de primeira ordem, uma forma de testemunho da história social e um recurso heurístico para se conhecer a história, podendo ser um dos únicos meios para esclarecer fatos ocorridos no passado ou até mesmo da história de povos que deixaram de existir. Como, o nome da Unidade da Federação de Goiás, que é dado devido à população indígena Goyá, moradores dessas terras até o século XVIII e XIX. Contudo, os topônimos também são fontes cartográficas quando figuram às

entidades geográficas representadas no mapa. Essas duas visões vêm ao encontro de nossa pesquisa, uma vez que os topônimos revelam a história de um estado, juntamente com os mapas, tanto representando as cidades como os cursos d'água que são a fonte primária deste estudo.

O topônimo se relaciona diretamente com o homem e com o ambiente, sendo assim, é o homem quem denomina o acidente geográfico que o rodeia e com certeza não faz isso de forma aleatória, acontece todo um processo motivacional para tal ato de batismo. O signo toponomástico faz parte de um acervo vocabular de determinado grupo e representa a sua visão de mundo. Nas palavras de Dutra *et. al.* (2014, p. 3), o topônimo é um signo linguístico motivado, pois ao ser designado, ocorre a motivação por parte do nomeador ao espaço que irá receber o devido designativo e não outro, sendo assim “[...] o topônimo tem relação estreita com o ambiente”.

Um topônimo, como qualquer outro signo linguístico, também pode sofrer alterações no decorrer do tempo, em função de mudanças fonológicas ou ortográficas, ou até mesmo pelo contato de línguas ou por fatores sociais, nesses últimos casos, podendo inclusive perder informações semânticas, dificultando a explicação etimológica e as relações motivacionais do topônimo com o local a que se refere. Para explicar ou analisar um topônimo é necessário conhecer a estrutura e funcionamento da língua, bem como as mudanças ocorridas com o tempo.

A morte ou desaparecimento de um topônimo pode se dar quando o lugar deixa de ser habitado ou até mesmo quando aquele nome com o qual se faz referência ao local deixa de ser utilizado. Segundo Bertran (1994, p. 19), “[...] nomes de lugares e regiões acostumam ser resistentes a mudanças rápidas, a menos que, quase em catarse, o povo decida rebatizá-los a partir de fatos novos, como, por exemplo, o surgimento de uma cidade”. Tanto o aparecimento como o desaparecimento de nomes são processos lentos que envolvem várias gerações humanas, e para compreender essas mudanças “[...] há exceções diversas que demandam estudos de semiologia e do imaginário histórico” (BERTRAN, 1994, p. 19).

Segundo Cunha (2004, p. 226), “[...] o nome próprio, topônimo ou antropônimo, participa da literariedade do texto, podendo conseqüentemente, enriquecer-se de valores semânticos denotativos e conotativos da mesma forma que as outras palavras que o estruturam.” Já que, quando nomeamos, atribuímos simultaneamente ao nome um predicado, um complemento, uma característica, um adjetivo. Também, “[...] é dizer, que um topônimo que seja uma vez apelativo tem a dupla função de individualizar, por parte, um lugar concreto

(valor de nome próprio) e de significar, por outra, a classe de acidente que se trará (valor que tem como apelativo) (TRAPERO, 2000, p. 4, tradução nossa). [<sup>13</sup>]

No que se refere a parte gramatical, sempre nos deparamos com preposições, que justamente vêm inseridas com a função de indicar subordinação, pertencimento, procedência, por exemplo: Rio do Peixe, estabelecendo assim, a relação de pertencimento entre o elemento geográfico (rio) e o nome geográfico (Peixe). Na constituição morfológica, formulada por Dick (1992), o signo toponomástico pode ser classificado como: i) simples, formado por um só vocábulo, mas que pode ser acompanhado ou não de sufixações; ii) composto, constituído por mais de um elemento, não importando a língua de origem; iii) composto híbrido, formado pela colocação de unidades léxicas de línguas diferentes de um mesmo designativo, no Brasil generalizou a seguinte estrutura: indígena + portuguesa ou portuguesa + indígena.

Como dito por Trapero (2000), um léxico toponomástico se organiza semanticamente, como o léxico comum, sendo que, o valor semântico de cada termo depende das relações e das oposições estabelecidas com o restante dos termos de seu campo léxico, nesse caso, as características que motivam a nomeação do lugar, ex. morro do Chapéu. Notavelmente, “[...] o único significado *operativo* de um topônimo é o lugar que designa” (POCKLINGTON, s/d, p. 3, tradução nossa). [<sup>14</sup>]

Para Câmara Jr. (1986), os topônimos brasileiros, ainda sem grandes mudanças fonéticas, representam: i) nomes comuns ou locuções substantivas, de caráter descritivo: Capinzal; ii) nomes de santos padroeiros: Santa Tereza; iii) reprodução de topônimos portugueses ou de imigrantes ou topônimos transplantados: Santarém; (iv) tupinismos e africanismos, com intenção descritiva: Córrego Mocambo; (v) nomes de autoridades governamentais ou homens públicos: Pires do Rio. Contudo, “[...] pode, aliás, afirmar-se que, em todo o mundo civilizado ou não, um antrotopônimo converte-se em topônimo com a mesma facilidade com que se opera o fenómeno inverso” (PIEL, 1979, p. 10).

Segundo Solís (1997), a necessidade do homem em referenciar um ponto qualquer à sua volta o obriga a nomear. Desta forma, o topônimo, em sua maioria, surge de forma espontânea, mas motivacional, visto que algo lhe chamou a atenção para o ato do batismo. Outras entidades nominativas surgem de forma fundacional, dados pelos fundadores ou até mesmo por meio de eventos comemorativos como forma de homenagear alguém. Os pesquisadores que se ocupam dos estudos toponomásticos, buscando meios para a

---

<sup>13</sup> [...] es decir, que un topónimo que sea a la vez apelativo tiene la doble función de individualizar, por una parte, un lugar concreto (valor de nombre propio) y de significar, por otra, la clase de accidente de que se trata (valor que tiene como apelativo) (TRAPERO, 2000, p. 4).

<sup>14</sup> [...] el único significado *operativo* de un topónimo es el lugar que designa (POCKLINGTON, s/d, p. 3).

sistematização dos topônimos, elaboraram modelos teóricos que possibilitaram o estudo dos designativos de lugar, relevando assim, as motivações empregadas em tal ato.

A motivação toponomástica deriva-se de um elemento natural ou cultural, que confere a um determinado local um nome no momento de seu batismo. Com relação aos elementos culturais, estes se referem a homenagens ou a fundações, quando se dão nomes de pessoas que de alguma forma se destacaram no cenário, por exemplo, a cidade de Anhanguera (GO), nome atribuído em homenagem a Bartolomeu Bueno, colonizador do estado de Goiás, apelidado de o Anhanguera. Já o motivo natural é qualquer elemento pertencente à natureza que dê motivação para tal denominação. Sendo assim,

[...] a motivação é uma força criadora inerente à linguagem social, que é um organismo vivo de origem empírica; somente depois que a palavra é criada e motivada (naturalmente ou intralinguisticamente) é que as exigências da função semântica acarretam um obscurecimento dessa motivação etimológica que pode aliás, ao se apagar, trazer uma alteração de sentido (GUIRAUD, 1986, p. 31).

Motivação esta que, com o passar do tempo, pode vir a se tornar obscura pelo distanciamento temporal do fato que lhe deu origem. Pode, inclusive, o nome sofrer inúmeras alterações de sentido, sem nenhum vínculo semântico com o significado original nem com o fenômeno de sua ocorrência primeira. No entanto, é forçoso ressaltar, mais uma vez, que o ato de nomear é motivado. Conforme Guiraud (1986), a nomeação é inerente à linguagem e decorre da relação entre homem e ambiente ao reconhecer os objetos do mundo extralinguístico. Para a toponomástica, a nomeação é “[...] a atividade que irá conferir outra substância as lexias comuns da língua, transformando-as em signos de um novo valor” (DICK, 1990a, p. 60).

No que tange à motivação, Biderman (1998) reafirma a noção de que o nome não é arbitrário, ele tem um vínculo de essência com a coisa ou o objeto que designa. Inclusive, “[...] o conjunto de nomes que constitui um léxico de uma língua tem em sua base o signo linguístico, que se constitui de forma motivada” (CASTRO, 2017, p. 163). Essa mesma autora menciona ainda em seus estudos que o conceito de motivação e classificação motivacional do signo toponomástico torna possível demarcar as nomenclaturas de acordo com as categorias semânticas constituídas pelos topônimos. Castiglioni (2014, p. 17) pontua que esta motivação

[...] permite ao pesquisador a busca da explicação da escolha do nome, a causa denominativa, e no caso do estudo dos topônimos, muitas vezes apenas a etimologia da palavra não é suficiente para explicar sua motivação. O topônimo configura-se como um elemento do léxico que é escolhido para melhor definir a ideia que um indivíduo tem de um espaço. Por essa razão é que os estudos toponímicos buscam

em outras ciências subsídios que colaborem na descoberta da história de um nome.

A razão de ser do topônimo está associada à função de nomear o espaço que circunda o nomeador, para diferenciar e reconhecer dos demais. Estes nomes normalmente são revestidos por características que ajudam o homem a identificar esse espaço geográfico. Tais referências são características motivacionais, podendo estar relacionadas à forma, à cor, à fauna e à flora, a acontecimentos históricos, a produtividades agropecuárias e, até mesmo, às pessoas. A ação do homem “[...] ao designar, o nome próprio de lugar, o topônimo, em sua formalização na nomenclatura onomástica, liga-se ao elemento geográfico que identifica, como ele constituindo um conjunto ou uma relação binômica” (DICK, 1992, p. 10).

No contexto da motivação toponomástica, Solís (1997) distingue seguindo a ordem de dois motivos: i) motivos ideais, resultantes de elementos culturais (assuntos honoríficos, divindades, personagens e fatos históricos); ii) motivos reais, resultantes de elementos naturais ou da natureza (configuração geográfica, propriedades e características físicas e ambientais do terreno e dos recursos naturais), que fazem parte da realidade do nomeador. Esse contexto motivacional é adotado para esta pesquisa, em que observamos as relações entre língua e ambiente nos hidrônimos goianos, por meio da toponomástica e na perspectiva da ecolinguística.

As classes dos topônimos, conforme Solís (1997), podem ser classificadas segundo vários critérios: i) Origem linguística, a qual língua (etimologia) pertence o topônimo, em que se observa que a maioria pertence à língua latina ou indígena; ii) A entidade geográfica a que se nomina, nesse quesito se faz necessário pensar em uma taxionomia, inicialmente entre entidades naturais e culturais, cada uma dessas podendo ter suas subclassificações, “[...] esta parte dos estudos toponímicos se relaciona diretamente com a atividade cognitiva que estabelece um grupo humano na organização e conceptualização da ecologia em que habita” (SOLÍS, 1997, p. 24, tradução nossa) <sup>[15]</sup>.

Nesse sentido, os topônimos, segundo a nossa cultura ocidental, podem ser classificados (taxionomia) de acordo com a divisão das entidades geográficas natural e/ou cultural, como observado no quadro abaixo.

---

<sup>15</sup> [...] esta parte de los estudios topónimicos se relaciona directamente con la actividad cognitiva que despliega un grupo humano en la organización y conceptualización de la ecología en que habita (SOLÍS, 1997, p. 24).

**Quadro 08:** Classificação das entidades geográficas

Entidades geográficas naturais	Entidades geográficas culturais
Areia	Assentamentos humanos
Cavernas	Caminhos (odônimos)
Colinas/Serras	Circunscrições políticas e outros
Ilhas	Chácaras (agrônimos)
Ladeiras/Encostas e outros	Pontes
Lagos	Ruas
Mares	
Penhasco/Rocha	
Planaltos	
Rios	

Fonte: Solís (1997).

A partir das divisões de entidades geográficas (físicas) naturais e culturais, consoante Solís<sup>16</sup> (1997), o topônimo pode ser observado em classes e subclasses e, respectivamente, os membros de cada uma das classes. O topônimo recebe um nome (taxe), organizado por meio de uma terminologia técnica formada pela unidade léxica “topônimo” e pelo elemento que contem o campo de estudo específico, como apresentado no quadro abaixo.

**Quadro 09:** Classificação topossemântica de Solís (1997)

Classe	Taxionomia	Referência
i) Astionímia	astiônimo	nomes de centros povoados.
ii) Astronímia	astrônimo	nomes de astros.
iii) Econímia	ecônimo	nomes próprios de lugares habitados.
iv) Hidronímia	hidrônimo	nomes de entidades hidrográficas.
v) Litonímia	litônimo	nomes de formações rochosas.
vi) Nesonímia	nesônimo	nomes de ilhas, ilhotas e banco de areais.
vii) Oronímia	orônimo	nomes de entidades orográficas.

Fonte: Solís (1997).

Solís (1997) destaca, ainda, outras classificações toponomásticas ao se considerar as realidades que motivam o ato designativo do topônimo, podendo ser: i) fitotopônimo,

<sup>16</sup> Os estudos de Solís (1997) referem-se à toponomástica peruana.

relacionados à ordem vegetal; ii) zootopônimo, de origem animal; iii) animotopônimo, relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física iv) antrotopônimo, relativos aos nomes próprios individuais.

Partindo dos estudos de Solís (1997), novas pesquisas foram impulsionadas, até mesmo sob sua orientação. Nesse sentido, Cueva<sup>17</sup> (2015), em sua pesquisa de doutoramento, apresenta algumas classes de topônimos (classificações topossemânticas), as quais classificam os topônimos de *Checacupe*, partindo da realidade geofísica a que estão representados. No quadro, a seguir, apresentamos as categorias estabelecidas pelo autor.

**Quadro 10:** Classificação topossemântica de Cueva (2015)

<b>Taxionomia</b>	<b>Referência</b>
i) Agrônimos	nomes de entidades culturais que compreendem chácaras, fazendas, terras de rotação e de cultivo alternativo.
ii) Antroponesônimos	topônimos motivados pelo nome ou sobrenome de seres humanos (pessoas).
iii) Astrônimos	topônimos motivados por astros ou corpos celestes.
iv) Ecônimos:	nomes de lugares habitados, divididos em: i) astiônimos (urbanos) e ii) comônimos (rurais).
v) Litônimos	nomes correspondentes às formações rochosas.
vi) Espelônimos	nomes de formações subterrâneas como as cavernas.
vii) Fitotopônimos	entidades que levam nomes de plantas
viii) Helônimos	nomes de lugares aquosos como os mananciais e zonas úmidas.
ix) Hidrônimos	nomes referentes aos cursos d'água, dividindo em: i) limnônimos, águas lênticas (represas, lagos, lagoas, baías); ii) potamônimos, águas correntes (rios, riachos, canais, córregos, ribeirões).
x) Necrônimos	nomes motivados pela morte ou atos fúnebres.
xi) Odônimos	entidades culturais que motivam a denominação das vias de transporte como ruas, pontes, avenidas e outros.
xii) Orônimos	nomes de origem orográfica, como: montanhas e serras.
xiii) Sacrônimos	nomes das entidades sagradas ou lugares sacralizados pelos povoadores como templos e santuários.
xiv) Zootopônimos	nomes relacionados aos animais.

Fonte: Cueva (2015).

Piel<sup>18</sup> (1979) destaca que o estudo dos nomes de lugares, a toponomástica, pertence ao campo na onomatologia geral<sup>19</sup>. E, na mesma vertente dos autores que fazem as divisões em

<sup>17</sup> Os estudos de Cueva (2015) referem-se à toponomástica peruana.

<sup>18</sup> Os estudos de Piel (1979) referem-se à toponomástica portuguesa.

classes e subclasses do topônimo, de acordo com a classificação topossemântica, traz uma classificação oriunda das entidades geográficas natural ou cultural. Abaixo, apresentamos as que são pertencentes aos estudos do referido autor nas suas pesquisas em Portugal e na Galiza, sendo ele um dos grandes nomes referenciados em pesquisas na atualidade.

**Quadro 11:** Classificação topossemânticas de Piel (1979)

Classe	Referência
i) Antroponímia	nomes de pessoas
ii) Etnonímia	nomes referentes a grupos humanos
iii) Fitonímia	nomes de plantas
iv) Hagionímia	nomes de santos
v) Oronímia	nomes de serras
vi) Potamonímia	nomes de rios
vii) Talassonímia	nomes de costas e enseadas marítimas, incluindo a submarina
viii) Terionímia	nomes de animais
ix) Toponímia	nomes de lugares

Fonte: Piel (1979)

Nos estudos de Piel (1979) acerca da toponímia da Galiza, a qual não se classificou de acordo com a categoria da toponomástica estabelecida por ele, recorreu-se ao que podemos mencionar por campo topossemântico, outra classificação subordinada a dez categorias nacionais, sendo: 1º relevo, aspecto e situação particular; 2º estabelecimentos sedentários e habitação; 3º revestimento vegetal; 4º senhorios medievais; 5º águas; 6º construções e vias de comunicação; 7º igreja e santos; 8º exploração da terra; 9º animais bravos e domésticos; 10º outras noções várias, como nomes de “episódicos”, ocasionais, (*Boimorto*), de pastoreio, abstratos, de administração, de monumentos pré-históricos, de indústrias, de instituições feudais, de grupos étnicos imigrados.

Piel (1979, p. 10) ainda destaca que: “[...] o léxico toponímico, símbolo da perenidade da Galiza, apresenta-se, a quem tem o condão e a paciência de o decifrar, como uma espécie de livro aberto em que se inscreveram as muitas gerações que sucessivamente viveram, habitaram e morreram no seu solo.” O topônimo carrega a história e a cultura de um ambiente, de um povo, conhecimentos esses que são transportados por meio da língua.

<sup>19</sup> É o mesmo que a onomasiologia, tratando-se do estudo de nomes ou da sua classificação.

A partir das entidades geográficas que são sustento da classificação tipológica referencial do topônimo, de acordo com Martínez Luma<sup>20</sup> (2010), a tipologia referencial corrobora com o pesquisador, pois ele deve estar familiarizado não só com a forma externa dos termos, mas, também, com as acepções específicas mostradas no contexto espacial e cronológico apresentadas na documentação ou fonte pesquisada. Desta forma, a tipologia referencial do signo toponomástico divide-se em duas grandes categorias, a toponímia delexical e a toponímia deonomástica.

A toponímia delexical refere-se ao topônimo originário do léxico comum da língua, tendo suas classificações topossemânticas (semântico-motivacional), como fixado no quadro abaixo.

**Quadro 12** – Categorias topossemânticas de Martínez Lema (2010) – Toponímia delexical

Classe	Referência
i) Agrotoponímia	topônimos relacionados com atividades agrárias.
ii) Ecotoponímia	topônimos relativos a construções humanas ou agrupamentos de edifícios.
iii) Fitotoponímia	topônimos baseados em fitônimos, em nomes de plantas.
iv) Hagiotoponímia	topônimos vinculados às religiões e suas concreções socioculturais (instituições, lugares de culto e hierarquias eclesiais).
v) Hidrotoponímia	topônimos baseados em hidrônimos, i.e., em substantivos relacionados semanticamente com a água.
vi) Litotoponímia	topônimos que incluem o traço semântico 'pedra'.
vii) Orotoponímia	topônimos criados a partir de nomes comuns alusivos a características do solo e a diferentes acidentes do terreno.
viii) Zootoponímia	topônimos baseados em zoônimos, i.e., em nomes de animais.

Fonte: Martínez Lema (2010).

A toponímia deonomástica refere-se aos topônimos oriundos de elementos onomásticos já existentes, sejam eles nomes próprios de pessoas ou geográficos, “[...] incluindo até topônimos a darem secundariamente origem a novos topônimos” (ROCHA, 2018, p. 1084).

<sup>20</sup> Os estudos de Martínez Luma (2010) referem-se à toponomástica espanhola.

**Quadro 13** – Categorias topossemânticas de Martínez Lema (2010) – Toponímia deonomástica

Classe	Referência
i) Antrotoponímia (ou toponímia deantroponímica)	topônimos formados a partir de um antigo nome de pessoa, geralmente empregado pelo proprietário.
ii) Etnotoponímia	topônimos procedentes de antigo etnônimo, nome que era conhecido uma determinada coletividade ou grupo étnico.
iii) Hagiotoponímia	topônimos com origem em nomes de santos.
iv) Gentilícios	topônimos formados a partir de outros topônimos ou antropônimos pré-existentes.

Fonte: Martínez Lema (2010).

Segundo Aguilera<sup>21</sup> (1999), a equipe do ATEPAR (Atlas Toponímico do Paraná), de acordo com o campo semântico do signo toponomástico, propõe novas classificações topossemânticas recorrendo a raízes gregas, como apresentado no quadro abaixo.

**Quadro 14:** Classificação topossemântica do Atlas Toponímico do Paraná – ATEPAR

Taxionomia	Referência
i) Acronimotopônimos	quando o nome é formado através do processo da siglagem, Cianorte.
ii) Estematopônimos	quando o nome evoca impressões sensoriais ou refere-se aos cinco sentidos, Água Morna, Água Doce.
iii) Grafematopônimos	quando representado por letras, Seção C.
iv) Higiētopônimos	quando se refere à limpeza, à saúde e ao bem estar físico, Água Limpa.
v) Necrotopônimos	quando se refere ao campo semântico da morte, ou atos fúnebres, rio Caveira.

Fonte: Aguilera (1999).

Os modelos das taxionomias elaborados por Dick<sup>22</sup> (1992) objetivam possibilitar ao pesquisador descobrir o significado dos topônimos sem ter que retomar, especificamente, ao passado histórico. Os modelos subdividem-se em 11 taxes de natureza física e 16 de natureza antropocultural. Assim, podemos verificar se o nomeador recorreu a elementos de natureza física ou sociocultural como motivação no ato da nomeação.

As taxionomias de natureza física referem-se às motivações topossemânticas oriundas das características físicas que são tomadas por referência no ato do batismo do lugar. A seguir apresentamos as 11 taxes dessa natureza.

<sup>21</sup> Os estudos de Aguilera (1999) referem-se à toponomástica brasileira.

<sup>22</sup> Os estudos de Dick (1990; 1992) referem-se à toponomástica brasileira, sendo referência para trabalhos posteriores.

**Quadro 15** – Classificação topossemânticas de natureza física de Dick (1992)

<b>Taxionomia</b>	<b>Referência</b>
i) Astrotopônimos	topônimos que se referem aos corpos celestes.
ii) Cardinotopônimos	topônimos referentes às posições geográficas.
iii) Cromotopônimos	topônimos relativos à escala cromática.
iv) Dimensiotopônimos	topônimos referentes às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, espessura, altura, profundidade.
v) Fitotopônimos	topônimos originados de nomes de vegetais.
vi) Geomorfotopônimos	topônimos referentes às formas topográficas, elevações ou depressões do terreno.
vii) Hidrotopônimos	topônimos originados de acidentes hidrográficos.
viii) Litotopônimos	topônimos originados de nomes de minerais e de nomes relativos à constituição do solo.
ix) Meteorotopônimos	topônimos relativos a fenômenos atmosféricos.
x) Morfotopônimos	topônimos que refletem o sentido de forma geométrica.
xi) Zootopônimos	topônimos de índole animal.

**Fonte:** Dick (1992).

As taxionomias de natureza antropocultural referem-se às motivações topossemânticas oriundas de características humanas, culturais e sociais, que influenciaram o nomeador no ato do batismo, na constituição do topônimo. Em seguida, apresentamos as 16 taxes estabelecidas pela autora.

**Quadro 16** – Classificação topossemântica de natureza antropocultural de Dick (1992)

<b>Taxionomia</b>	<b>Referência</b>
i) Animotopônimos ou Nootopônimos	topônimos relativos à vida psíquica e à cultura espiritual.
ii) Antropotopônimos	topônimos relativos aos nomes próprios individuais.
iii) Axiotopônimos	topônimos que se referem a títulos e a dignidades que acompanham os nomes próprios individuais.
iv) Corotopônimos	topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.
v) Cronotopônimos	topônimos que encerram indicadores cronológicos como novo/nova, velho/velha.
vi) Ecotopônimos	topônimos que fazem referência às habitações de um modo geral.
vii) Ergotopônimos	topônimos relacionados aos elementos da cultura material.
viii) Etnotopônimos	topônimos relativos aos elementos étnicos, tribos, isolados ou

	não.
ix) Dirrematotopônimos	topônimos construídos por meio de frases ou enunciados linguísticos.
x) Hierotopônimos	topônimos referentes aos nomes sagrados, às efemeridades religiosas, aos locais de culto. Podem apresentar duas subdivisões: i) hagiotopônimos: referentes aos santos e às santas do hagiolégio romano; ii) mitotopônimos: referentes às entidades mitológicas.
xi) Historiotopônimos	topônimos que se referem a movimentos de cunho histórico-social, aos seus membros ou ainda às datas correspondentes.
xii) Hodotopônimos	topônimos relacionados às vias de comunicação.
xiii) Numerotopônimos	topônimos que dizem respeito aos adjetivos numerais.
xiv) Poliotopônimos	topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.
xv) Sociotopônimos	topônimos relacionados às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.
xvi) Somatotopônimos	topônimos com relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal.

**Fonte:** Dick (1992).

Essas classificações taxionômicas funcionam como auxiliares no processo de verificação que subjaz o topônimo, sem mencionar o processo de revisitação da origem e da motivação que levaram à efetivação de determinado designativo de lugar. Em algumas situações se encontrarmos topônimos que não conseguimos proceder com sua classificação topossemântica, as taxionomias podem ser consideradas incompletas por não darem conta dos topônimos a sua volta.

De acordo com Aguilera (1999), ao se analisar as dificuldades de classificação dos topônimos, verifica-se que estas podem se situar nos seguintes níveis: i) morfológico, no tratamento dos nomes compostos; ii) semântico, atendendo a um dos objetivos da toponomástica que consiste na identificação dos padrões motivadores e na caracterização semântica dos topônimos em geral; iii) formal, em particular da homonímia, atribuição de um único nome a topos de natureza diversa: rio, montanha, distrito, cidade; iv) taxionômico, isto é, não existe entre as propostas já estabelecidas uma taxa especial para determinados nomes de lugares. E, em outra circunstância, a etimologia obscura, por se tratar de um signo opaco.

São nas características naturais e culturais que se encontram a motivação do topônimo e é por meio dessas características que nos são reveladas a história e a cultura de uma dada comunidade, por isso, observamos a relevância dos signos toponomásticos não só para a área dos estudos linguísticos, mas também para outros campos do conhecimento, já que o

topônimo é plurissignificativo, tendo assim um alcance pluridisciplinar. A toponomástica está intimamente ligada ao homem e ao ambiente, sendo que “[...] na onomástica, os aspectos do local, do acidente, do relevo, das ações e atividades humanas, da pessoa e da família, ou do grupo, são os traços definitórios recorrentes, empregados pelo falante” (DICK, 2004, p. 124).

### 3.4 A hidronímia

Os estudos toponomásticos, especialmente os relacionados ao universo das águas, revelam a estreita relação existente entre a população (P) e o ambiente, constituído pelo território (T). O caminho das águas é, ao mesmo tempo, forma de divisão territorial, meio de sobrevivência e via de transportes marítimo e fluvial, sendo que os mapas os registram, inclusive, com nomes e nos orientam onde estão registradas as suas nascentes. Refazer esse caminho é ao mesmo tempo reviver a história cultural e social de um povo. Segundo Dick (1990b, p. 126) “[...] a água sempre foi o fator de equilíbrio em um determinado meio. Grandes civilizações nasceram e desenvolveram junto a oceanos, rios e zonas ribeirinhas”.

O antropogeógrafo alemão Friedrich Ratzel disse que “[...] os seres humanos são inconcebíveis sem a superfície terrestre, assim como a maior obra humana sobre a terra, o estado” (RATZEL, 1923, p. 2). Ainda segundo ele, “[...] o estado precisa viver da terra”; “[...] as propriedades do estado consistem nas propriedades do povo e nas do solo” (p. 4). No caso, estado (*Staat*) inclui língua (*apud* COUTO, inédito). Fica evidente a importância de um território para o homem se estabelecer.

Nos mapas em que estão registrados os nomes dos cursos d’água, são demarcados os termos rio, córrego, ribeirão, elementos estes provenientes de origem da água, e, juntamente o nome com o qual cada um é designado, exemplo: “Rio das Almas”, “Córrego Laranjal”, “Ribeirão Sampaio”. Nesse sentido, a relação que há entre o termo referente ao elemento geográfico e seu nome de “relação binômica” e “simbiose” é formada por uma “[...] entidade geográfica que irá receber a denominação e o outro, o topônimo, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a entre outras semelhantes” (DICK, 1992, p. 10).

Os rios foram e são importantes para a constituição, manutenção e sobrevivência de várias cidades e estados do país. Não é diferente com o estado de Goiás, pois foram as principais vias de acesso para a chegada das bandeiras e demais desbravadores do estado. Dutra, Dargel e Silva (2014, p. 6) afirmam que “[...] observar a hidrografia de um lugar é desvendar as riquezas que subjazem as suas águas além das crenças, dos mitos e das histórias criadas, vivenciadas e contadas pelos que por ali passaram e/ou habitaram”. Contudo,

[...] os caminhos fluviais representam um fator preponderante a ser considerado no estudo da toponímia, em especial, em regiões privilegiadas por correntes hídricas, razão pela qual há a tendência de o nome do rio inspirar o nome da cidade e não raras vezes instaurar-se nesses contextos um amálgama entre rio e cidade, em termos toponímicos, que só informações históricas elucidam a questão da motivação do nome (ISQUERDO e DARGEL, 2014, p. 63).

Essas relações entre rio e cidade são sempre notadas ao procedermos com as análises toponomásticas, como é o caso de bairros de cidades, como bairro Corumbá motivado pelo nome do rio que corta a cidade de Pires do Rio-GO. O estado do Tocantins recebe o nome do rio que o corta e abastece. A cidade de Rio Paranaíba também recebe o nome do rio que nasce em seu território.

O elo existente entre o homem e o curso d'água sempre esteve presente na construção da humanidade. A vitalidade da água e sua historicidade vem desde a antiguidade, antes de Cristo, como observado na Bíblia Sagrada, os principais rios eram canais e fonte de sustento do povo judeu e egípcios, destacando os principais rios Píson, Giom, Tigre, Eufrates e Nilo. Sendo assim, Isquerdo e Seabra (2010, p. 79) destacam, ainda, que “[...] a vida do homem, nos vários estágios da história da Humanidade, independente do espaço habitado e da civilização a que pertença, sempre esteve direta ou indiretamente atrelada ao papel dos rios com os quais, não raras vezes, estabelece uma relação de dependência.”

Como qualquer indivíduo, objeto ou coisa, os cursos d'água necessitam de um nome, de serem identificados. A hidrografia exerce um papel fundamental na vida do homem, principalmente em tempos como esse em que a poluição e escassez de água doce traz sofrimento e fome a muitos povos no planeta terra. Dessa necessidade de nomear, dar existência aos cursos d'água, apresentamos a diferença entre hidrônimos e hidrotopônimos nos estudos toponomásticos, de acordo com pesquisadores da área:

Chamamos *hidrônimos* nomes dos acidentes geográficos em geral não importando a natureza linguística do objeto nomeado, e evidenciado pela denominação, se humano ou não, animado ou inanimado, nem a natureza dos campos semânticos envolvidos. *Hidrotopônimos*, por sua vez, são os acidentes geográficos em que, na denominação toponímica, o elemento hidronímico está presente, seja o termo genérico *água* ou as designações de cursos d'água específicos como *córrego*, *rio*, *ribeirão*, etc. (DICK, 2004, p. 126-127, grifos da autora).

Então, o hidrônimo é o nome dado aos cursos d'água; a hidronímia diz respeito ao conjunto de acidentes hidrográficos, como: rios, córregos, corixos, lagoas, lagos, baías, saltos e cachoeiras; e, o hidrotopônimo é o conjunto de hidrônimos de mesma base lexical ou campo

semântico. Além disso, “[...] o agrupamento dos topônimos, segundo a origem étnica, no caso os hidrotopônimos, permite a reconstrução, por meio do caminho das águas, de verdadeiros mapas etnolinguísticos das regiões pesquisadas” (ISQUERDO; SEABRA, 2010, p. 89).

A criação de um hidrônimo se inicia quando o indivíduo necessita referir-se a um curso d’água que ainda não tem nome. O nomeador no processo de interação, seja com o lugar ou com outro indivíduo, necessita fazer referência ao que foi nomeado, para isso ele usa uma expressão, a qual antes de tudo é um signo linguístico, mas naquele momento torna-se um novo signo, o hidrônimo, que vem carregado de carga semântica e que, para mais, o torna capaz de evocar o lugar sem carga de ambiguidade. Após a sua criação “[...] o hidrônimo serve como fonte de localização espacial e, além disso, como elemento a motivar novos signos toponímicos” (DUTRA; DARGEL; SILVA, 2014, p. 17).

O hidrônimo é um vínculo entre o curso d’água com o nome a ele dado, desta maneira pode ser classificado a partir dos mesmos parâmetros do topônimo: i) segundo as características geográficas do lugar designado, para identificar que tipo de nomes são aplicados habitualmente a cada categoria de lugar; ii) segundo as características sintáticas e semânticas dos nomes, para descobrir que tipos de nomes se usam na toponomástica, independente da natureza do lugar a que se aplicam (POCKLINGTON, s/d).

Em seu processo designativo, o hidrônimo passa da força impositiva para a identitária, porque situa o curso d’água no quadro das significações, retirando-o do anonimato e dispensando-o até do recurso das descrições referencializadas. Nesse ato identitário, o mesmo passa a representar todo um curso sendo que, em sua maioria e no contexto referencial, não chega a se utilizar o termo **antecessor (elemento genérico)**, passando apenas pelo uso do **identificador (elemento específico)**, exemplo: Rio Corumbá ➔ Corumbá.

Em linhas gerais, buscar a hidrografia goiana com o objetivo de verificar as relações existentes entre a língua e o ambiente, no processo de nomeação dos hidrônimos, nos faz refletir com Isquerdo e Dargel (2014, p. 7) que os cursos d’água vão “[...] além do papel histórico-político e geográfico na formação do Brasil, alguns desses cursos tiveram o nome totalmente transposto para o topônimo do município cujo nome motivaram.”

Por fim, os pesquisadores que se ocupam dos estudos toponomásticos, buscando meios para a sistematização dos topônimos, elaboraram modelos teóricos que possibilitaram o estudo dos designativos de lugar. Assim, no próximo capítulo *O ato de nomear*, buscamos por meio da história e do processo de nomeação, apresentar o nome próprio e o próprio de lugar, e, posteriormente, justificar o nome em função toponomástica.

## IV O ATO DE NOMEAR

*Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano (BIDERMAN, 2001).*

Nomear é instituir, é dar existência social a seres e coisas. A partir dessa premissa, discutimos, de acordo com teóricos que trazem em seus estudos o ato de nomear, tanto os nomes próprios quanto os nomes de lugares. Nos estudos ecolinguísticos observamos o processo de lexicalização, no qual se funda o nome de algo, o que só ocorre no momento em que o objeto passa a ser reconhecido pelo denominador. Silva (2017) aponta-nos que a nomeação é uma atividade bastante significativa para o ser humano e se constitui de uma ação complementar do modo como determinada população entende o meio em que vive.

### 4.1 A história e o processo de nomeação

Nomear é um ato linguístico no qual o homem, por meio do uso do signo, do sistema de uma língua, categoriza outro ser ou um objeto, apresentando-nos suas tradições históricas/culturais (mediante as leis das sociedades) e a forma como os povos originários elaboraram representações e teorias, ritos e práticas mágicas ligadas de uma forma ou outra à linguagem, pois ela é poder e força material.

Em todas as sociedades conhecidas, há referência aos nomes e, conseqüentemente, à ação de nomear. Muitas vezes, essa atividade humana é revestida de mitos e de rituais que conferem ao nome poderes mágicos ou sobre-humanos. De acordo com Biderman (1998), muitas são as culturas que acreditam que o nome está ligado à essência da pessoa. Nas culturas arcaicas, em geral, os nomes atribuídos às pessoas tinham um significado podendo indicar, às vezes, a vocação ou o destino do indivíduo, o que corrobora a justeza dos nomes nos rituais de passagem e em outras atividades de nomeação, pois “[...] o homem primitivo acreditava que o nome não é arbitrário mas existe um vínculo de essência entre o nome e a coisa ou objeto que ele designa” (BIDERMAN, 1998, p. 81).

Nas sociedades primitivas, de acordo com Cunha (2004), um nome pode dar valor ao sagrado ou ao ritual, isso ocorre quando membros se ingressam em uma ordem (congregação, irmandade) e recebem um novo nome, deixando o seu de batismo nas lembranças do passado, no qual acredita-se que com a mudança do nome nasce um novo homem. Desta forma,

nomear alguém é tocar na personalidade da pessoa, sendo que até mesmo as partes da escrita que compõem o nome são carregadas de simbologia e forças sobrenaturais. Cunha (2004, p. 220) acrescenta que, “[...] nas mais diversas culturas, não ter nome é não existir, nomear é instituir”, sendo a nomeação um ato de diferenciação e, também, de identificação.

Nos rituais de passagem é possível entender que a atividade de nomeação advém de fatores que propiciam uma motivação resultante na escolha de um nome. Na ritualística da escolha de um novo Papa (igreja católica) ou de um novo membro do candomblé, o indivíduo fica recluso por alguns dias e, no momento do ritual, apresenta seu novo nome à comunidade, fato esse que reside, de alguma forma, na escolha do novo nome. Deste modo, o nome é escolhido de acordo com suas características psicofísicas e também com as que ele deseja ter a partir do momento de escolha desse novo nome. A exemplo, o atual Papa da Igreja Católica adotou o nome de Francisco, por suas características psicofísicas e religiosas se assemelharem as de São Francisco, voto de pobreza e amor aos irmãos menos favorecidos.

De acordo com Erlin (2011), segundo a tradição judaica, no dia da circuncisão é que a criança recebe um nome e deve ser o do pai como forma de eternizar a sua dinastia. Um caso específico e particular se dá com a história de João Batista, que todos pensavam deveria chamar Zacarias, nome de seu pai, mas no ato da circuncisão Izabel (mãe de João Batista) interveio e anunciou o nome, houve espanto e rejeição do povo, pois em sua família não havia ninguém com esse nome. Esses fatos mostram que o nome está ligado com a vida, com a missão do homem, pois João Batista, de acordo com os estudos sagrados é quem anunciaria a vinda do Salvador.

O ato de nomear se constitui também como algo divino, sagrado e para Biderman (1998, p. 85), “[...] o gesto criador de Deus identifica-se com esta palavra ontológica essencialmente divina. O que nós homens somos e o que sabemos nasce dessa revelação primordial da palavra criadora, do gesto divino de dizer”. Nesse sentido, Cunha (2004) diz que a palavra já é reveladora do poder, desde a antiguidade, e isso se expressa de forma clara por meio da Bíblia Sagrada e, em vários textos, conclama que o poder é revelado por meio da palavra, como percebe-se no livro de Gênesis, capítulo I, versículos 19 e 20:

**19** Tendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais dos campos, e todas as aves dos céus, levou-os ao homem, para ver como ele os havia de chamar; e todo o nome que o homem pôs aos animais vivos, esse é o seu nome verdadeiro. **20** O homem pôs nomes a todos os animais, a todas as aves dos céus e a todos os animais dos campos; mas não se achava para ele uma ajuda que lhe fosse adequada (BÍBLIA, 1995, p. 51).

Nessa lógica, o cristianismo explica a atividade humana de nomeação. Isso nos é afirmado porque todos os objetos recebem um nome (comum) mediante uma ação deliberada de escolha, individual (como em Gênesis) ou coletiva. Esse nome recebe uma função de significação, ou melhor, passa a significar algo no mundo, sua referência, refletindo assim "[...] numa única resposta a uma determinada categoria de estímulos do meio ambiente" (BIDERMAN, 1998, p. 88).

Assim, o homem primitivo acreditava que seu nome tinha parte vital com o seu ser. Nas histórias relatadas dos povos primitivos em relação aos nomes, podemos observar que, para alguns, quando se sabia o nome da pessoa, o inimigo poderia fazer magia negra com ele e até absorver as suas forças. Essas relações culturais com os nomes são recorrentes em vários países e histórias da antiguidade clássica.

Segundo o antropólogo escocês Frazer (1951), em várias tribos primitivas, o nome era considerado como uma realidade e não uma convenção artificial, arbitrário ou motivado, era algo real e material, fazia parte do homem. Podendo servir de intermédio para fazer atuar a magia sobre a pessoa, o nome era parte integral do indivíduo, como qualquer outra parte física: cabelo, unha, olhos e outros. Essas crendices ou mitos acerca do nome são observadas em outros países e culturas distintas, como: para os ameríndios da América do Norte, o nome é uma parte de seu corpo, em que o mau tratamento (uso) dele pode trazer ferimento físico. Além disso, o nome não deve ser pronunciado, podendo no ato de sua pronúncia/materialização revelar as propriedades reais, as forças da pessoa que o usa, e, assim, torná-la vulnerável perante os seus inimigos.

Nas narrativas das sociedades primitivas relatadas por Frazer (1951), o homem do povo esquimó recebe um novo nome quando chega à velhice; na África, as pessoas podem receber até doze nomes no decorrer de sua vida e, em alguns casos, na infância recebem dois nomes, um nome de preto, usado em casa e junto à família e outro nome de branco, usado na escola e na sociedade; os egípcios também recebiam mais de um nome: um nome pequeno, que era bom e usado em família e na comunidade, e um nome grande, que era mau e dissimulado, julgamos esse último ser usado em valor pejorativo a pessoa.

Nos relatos de Frazer (1951), para os Celtas, o nome era sinônimo da alma e da respiração, como outros povos era parte do corpo humano, considerado tão importante como o órgão vital, que é o coração. Entre os Yuíns (sul da Austrália) e outros povos, o pai revela o nome ao filho no momento da iniciação e poucas pessoas o conhecem, só vindo a conhecer na maioridade. Também na Austrália, as pessoas deixam de usar o seu nome e passam a chamar

um ao outro de primo, tio, sobrinho ou irmão. Nessas relações, as histórias dos nomes vão estar sempre entrelaçadas aos fatores culturais das comunidades.

Em várias culturas a não pronúnciação de nomes era tabu, pois esse ato gerava desconforto entre os seus indivíduos, como em Cafres, onde as mulheres não podiam pronunciar o nome de seus maridos ou sogros, nem qualquer palavra que se assemelhasse aos nomes, desta forma elas tinham uma língua diferente dos homens, mas eles as entendiam. Algo similar a isso ocorria em outras civilizações, pois, não era permitido evocar o nome dos mortos e nem pronunciar nomes de animais, plantas, reis, deuses, personagens sagrados considerados perigosos, pois isso seria como invocar o próprio perigo (FRAZER, 1951).

No antigo Egito conta-se a história do deus Rá, que tinha vários nomes, cujo verdadeiro nome lhe dava poder sobre os outros deuses e este não era conhecido. Mas, em determinado momento, a invejosa deusa Ísis o lançou um feitiço, sendo picado por uma serpente e o veneno só seria retirado de seu corpo no momento em que ele revelasse o seu verdadeiro nome, Rá lamenta-se “eu sou aquele que tem muitos nomes e muitas formas [...] O meu pai e minha mãe disseram-me o meu nome; está escondido no meu corpo desde o meu nascimento para que não se possa dar nenhum poder mágico a alguém que me queira lançar uma maldição” (FRAZER, 1951 *apud* KRISTEVA, 2007, p. 64). O veneno foi tomando conta do corpo de Rá e já não mais conseguia andar. Ísis continuou a atormentar o deus e o veneno foi penetrando profundamente e queimava seu corpo. Então, Rá consentiu que Isis buscasse o seu verdadeiro nome no íntimo do seu ser, assim ela fez, arrebatou-lhe o verdadeiro nome e ordenou que o veneno que o queimava caísse por terra e libertasse o deus, pois o que ela queria já havia conseguido. Acreditava-se, assim que quem conhecesse o verdadeiro nome de um deus (alguém), possuiria a sua essência, o seu verdadeiro ser e até o seu poder (FRAZER, 1951).

Na língua acádia, os verbos “ser” e “nomear” são sinônimos, estabelecendo como exemplo a seguinte sentença, “o que quer que seja” é o mesmo que usar a locução “tudo o que tem nome”, assim, uma sendo sinônimo da outra, “[...] esta sinonímia é apenas o sintoma da equivalência geralmente admitida entre as palavras e coisas, e que subtende as práticas mágicas verbais” (KRISTEVA, 2007, p. 63).

Os nomes fazem parte da realidade social e são elementos importantes na interação humana, sendo constituídos como símbolos sociais, pois é inevitável se referir a algo ou a alguém sem identificá-lo. O nome além de pertencer ao nível social, também é cultural, pois de uma forma ou de outra carrega consigo simbologias e significados distintos uns dos outros.

Na relação das práticas de nomeação, segundo López (2013), ocorrem fatores internos e externos da seguinte forma: i) mudanças internas, quando elementos do sistema toponímico, que designa lugares, passam para o sistema antroponímico, que designa pessoas; ii) mudanças externas ou forçadas, como as que ocorreram na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, e obrigaram os judeus a adotarem nomes cristãos e abandonarem os seus de origem hebraica. Para os judeus, assim como para muitos povos, perder o nome é o mesmo que perder a história, a identidade e a família. Desta forma, as autoridades europeias acreditavam que os judeus deixariam (perderiam) as suas identidades e constituiriam uma nova, uma identidade europeia.

Quando nomeamos, designamos algo sobre o que foi nomeado, seja qual for o fator motivacional. Segundo Platão (2001), nomear significa dar informação daquilo que se está designando aos outros, é distingui-lo entre outros conforme suas constituições. Estabelecemos então que, nomear é um ato de identidade, que separa e difere os seres, estados de coisas, criando assim a identidade. Contudo, a nomeação vai além do simples ato de identificar pessoas ou coisas no mundo, ela é uma ação de força, mas só terá capacidade para realizar essa nomeação se vier de alguém com a autoridade devida para isso. Quando se nomeia, a autoridade da palavra não é intrínseca à própria língua, como não é em nenhum outro uso da palavra, a força é designada pela pessoa ou instituição que a usa. Condizente a isso,

Berman conclui que o processo linguístico de “nomear” os fenômenos sociais reflecte a forma como a sociedade os concebe e como os gere e que, portanto, a Natureza não é o que se vê, mas como se vê. Manifesta a necessidade de criar e empregar novas metáforas e novos dialectos para representar a Natureza e o nosso relacionamento com o mundo natural (RAMOS, 2008, p. 14).

A nomeação exige do nomeador a relação conhecimento *versus* lugar nomeado, em muitas situações, o nome reflete características motivacionais de cunho cultural, social, religioso, econômico, geográfico, histórico, entre outros, que estão/são presentes na vida do indivíduo da comunidade. Esses traços motivacionais para ele são capazes de representar a relação/realidade do lugar nomeado, pois “[...] o nome de lugar é uma testemunha do valor, da importância e das particularidades que influenciaram o denominador na hora de nomeá-lo” (CURVELO-MATOS, 2018, p. 32).

A nomeação por causa da predicação é um ato que diferencia, sendo considerada também um ato que identifica. De acordo com Lima (2007, p. 51),

O acto de nomear é um dos primeiros momentos de inserção da pessoa numa categoria social de género [...]. Mas ainda, mostra-nos que, neste contexto social, nomear é uma das formas mais importantes de construir género e pessoa dentro da família.

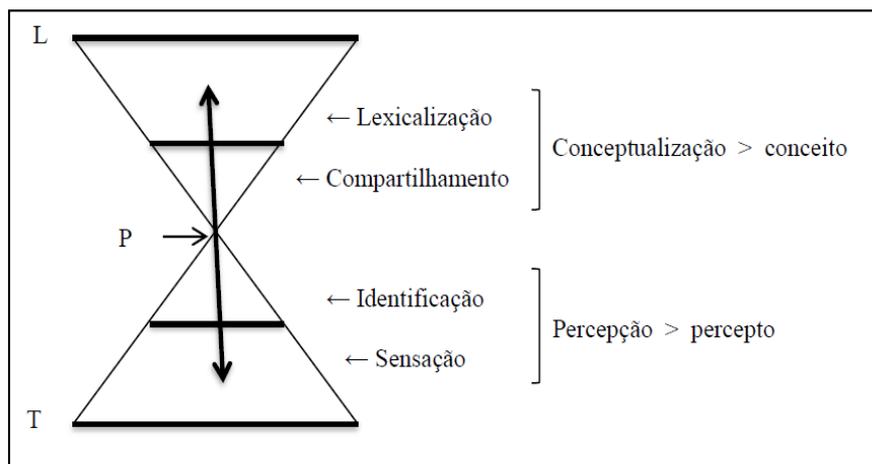
A inserção da pessoa na sociedade por meio de seu nome é uma relação hierarquizada, construída à luz de valores tanto sociais como familiares. Como já sabemos, o nome é uma forma de identidade, de revelar o que o outro não é, assim, nomear é um aspecto crucial da conversão de qualquer um em alguém (GEERTZ, 1973).

Na conversão mencionada, Parkin (1989) justifica que nomear pode ser: uma forma de atribuir direitos, de dar autoridade tanto ao nomeado, quanto ao nomeador; ou um modo de objetivação, por meio da escolha de um nome em particular, o qual estabeleça controle sobre o nomeado. Nessas situações, pode ocorrer que as pessoas antecipem essas consequências escolhendo ou controlando a atribuição do seu próprio nome, ou em alguns casos, como acontece quando o nome possui uma carga negativa perante a sociedade, recorre-se ao poder judiciário para a troca do nome.

A nomeação é, assim, uma atividade bastante significativa para o ser humano e se constitui de uma ação complementar do modo como determinada população entende o meio em que vive. Sendo que,

Todo processo começa pela percepção, que compreende um primeiro momento de contato direto com o fenômeno do MA, que poderíamos chamar de momento da sensação (1). Esse momento é individual e apenas **sensorial**. Ainda no próprio indivíduo, o contato sensorial com o objeto pode se repetir, com o que o indivíduo pode passar a reconhecê-lo. Trata-se do momento da **identificação** (2). O resultado do processo de **percepção** individual é a formação do **percepto**. Quando a experiência com o dado do MA se intensifica, inicia-se o processo indicado pela seta descendente. Ele começa pelo **compartilhamento** da experiência com outros membros de P. que é o momento 3. Se a interação entre membros da Comunidade se intensificar, acaba surgindo um nome para o dado da experiência, momento 4, que é o da **lexicalização**. Compartilhamento e lexicalização constituem o processo de **conceptualização**, cujo resultado é o **conceito** (COUTO, 2007, p. 128, grifos do autor).

Na linguística ecossistêmica o ato de nomear está na interação indivíduo-mundo, e que ele se consolida na interação indivíduo-indivíduo. Ou seja, só surge um novo termo quando ele é compartilhado, quando as pessoas se comunicam usando-o. Trazemos a figura da ampulheta da formação de conceitos para melhor compreender e visualizar o processo de lexicalização da linguística ecossistêmica.

**Figura 6:** Ampulheta da formação de conceitos

Fonte: Couto (2007, p. 128)

E no processo da conceptualização surge um novo item lexical na língua, a que o indivíduo passa a usar para se referir ao ser ou objetivo nomeado. Não é equivocado afirmar que o nome corporifica aquilo que determinada comunidade assimilou de seu meio circundante, mediante relações estabelecidas entre a língua – a qual possibilita a representação daquilo que foi evidenciado – e as impressões sociopsíquicas oriundas dos objetos do mundo, as quais se tornaram salientes aos olhos do nomeador.

A nomeação é apenas uma das funções da linguagem, mas tem um papel importante, pois o significado dos nomes organiza e classifica as formas de perceber a realidade, além de estar ligado diretamente a uma cultura ou comunidade, mas “[...] é certo que há *normas administrativas* reguladoras dessa função, *critérios convencionais* a que a comunidade, qualquer que seja ela, não pode fugir, para o *bem-nomear*” (DICK, 2007a, p. 143).

#### 4.2 O nome próprio e o próprio de lugar

O nome é a base para que a identidade surja, é ele quem diferencia as coisas e os seres no mundo, o nome não é apenas um rótulo ou etiqueta colocada sobre o ser ou objeto. Nessa sequência “[...] o nome incorporou em si, no seu conceito, significado ou no pensamento individual, as próprias características daquilo que designa” (DICK, 2004, p. 124). Ser nomeado significa ser identificado como parte da comunidade, como um sujeito igual àqueles que a ela pertence e diferente daqueles que se acham fora desta sociedade. Ter um nome é ser individualizado, é se diferenciar dentre os existentes, seja com relação aos seres e aos objetos, bem como relativo aos espaços geográficos.

Em Guimarães (2005), o ato de dar nome é também um ato de identificar um indivíduo biológico como tal para o Estado e para a sociedade e torná-lo sujeito. De acordo com esse ponto de vista, ganha interesse o funcionamento determinativo da construção do nome próprio da pessoa, no qual segundo Guimarães (2005, p. 52), “[...] há uma relação particular entre a nomeação e o objeto nomeado que se apresenta por uma materialidade histórica e não física”.

Os nomes próprios tratam de identificar as pessoas em particular, personagens culturalmente significativas ou lugares, “[...] o sentido do nome próprio, portanto, pode ser considerado o conjunto de conhecimento relacionado ao portador desse nome, compartilhado pelos membros da coletividade” (DIAS, 2016, p. 48). Eles não aparecem com artigo, modificadores e possuidores, gramaticalmente se diferem do comum. Desse modo,

O interesse de marcar afinal uma diferença entre os nomes próprios e os nomes comuns: como as expressões definidas, os nomes próprios também têm carácter contextual, com a particularidade de terem uma permanência que aquelas não têm, porque se tornam estáveis e se institucionalizam num dado contexto cultural. Tal determina a historicidade dos nomes próprios, a qual acaba por conduzir à cristalização de traços fonéticos e morfológicos do passado e à perda da transparência referencial e semântica que se encontrava na sua gênese (ROCHA, 2017, p. 32).

A nomeação é uma função da linguagem e tem um papel importante, pois os significados dos nomes apresentam e organizam a forma de ver a realidade, estando ligados diretamente com a cultura ou a comunidade. Realidade esta referida até mesmo ao contexto ou território que o homem esteja inserido.

Platão (2001), em *Crátilo*, narra um diálogo entre Hermógenes e Sócrates acerca da justeza dos nomes, debate no qual Sócrates aponta para ambas as possibilidades, isto é, para os socráticos, tanto se pode entender os nomes como vinculados à coisa, ou, podem ser vistos como inteiramente sem elo com as coisas do mundo. Nomear era considerado como pressupor a existência de algo, Platão (2001, p. 48) justifica que por isso: “[...] as coisas devem ser nomeadas como lhes pertence por natureza serem nomeadas e por meio do que devem sê-lo, e não como nós queremos; e assim, faremos e nomearemos melhor, mas de outra maneira não”.

Hermógenes não acredita que os nomes sejam motivados e sim arbitrários, “[...] uma convicção e um acordo de modo que o nome que alguém puser a uma coisa, esse será o nome correcto”, sendo então, a justeza dos nomes se baseia em um acordo ou convenção no qual “[...] cada membro de uma comunidade poderá sempre nomear a seu bel-prazer com inteira propriedade” (PLATÃO, 2001, p. 11). Usar um nome é, para Platão (2001), estabelecer um

compromisso com a verdade, algo que existe na realidade. Entretanto, a inverdade às vezes pode ocorrer, quando ao certo não se conhece o nome ou ele não está demarcado, o que ocorre no exemplo a seguir, quando:

O viajante se engana a respeito do nome de uma cidade ou de um rio, logo encontrará quem desfaça o equívoco; mas se atravessa terras despovoadas e não consegue guardar a memória os nomes que lhe foram dados previamente, é inevitável que persista no erro, acabando por transmiti-lo a outros que por ali passam depois dele (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 85).

O erro assim observado é falta do (re)conhecimento, às vezes, por não saber o nome do local ou até mesmo por não o aceitar. Para Solís (1997), os nomes são o resultado de algo que os provoca, isto é, o sistema denominativo elaborado pelas culturas para nomear as coisas apreendidas por sua atividade cognitiva. Considerando assim, um nome é comum porque serve para se referenciar não somente um objeto em particular, mas um tipo de objeto que parece ser igual a outro, mesmo que ainda não sejam, todavia, a língua os iguala ao colocar um nome que convém a cada tipo de coisa.

*Nomes são formas de língua virtuais, muitas vezes de natureza plástica, que se amoldam às regiões de duas maneiras peculiares: ou designando-as segundo suas especificidades mais salientes, consubstanciadas, linguisticamente, em suas próprias semias; ou adotando uma denominação artificial, no sentido de seu distanciamento em relação ao grupo (DICK, 2007a, p. 142, grifos da autora).*

Os nomes variam conforme o momento e o local em que são escolhidos, de acordo a pessoa que os nomeia e em consonância com as normas de uso. Podem indicar gênero, filiação, origem geográfica, religião e etnia. Há também inúmeras crenças de que existe uma relação entre a pessoa, seu nome e o significado deste; inclusive, muitos nomes são únicos (LÓPEZ, 2013). Podemos observar que o homem, ao dar um nome, usa da língua para interferir no ambiente, categorizando-o, devido as suas necessidades imediatas, de reconhecimento, de individualização e de localização no espaço. Dessa maneira, tal situação mostra a interinfluência que há entre a língua e a forma de o homem se relacionar com o ambiente, ou com o próprio espaço geográfico. É observável isso, quando Casal (1976, p. 45) apresenta alguns nomes em seu relato de viagens a província de Goiás,

[...] e porque ali fizeram uns pilões para preparar algum mantimento, lhe deram o nome de Rio dos Pilões. [...] marchou por alguns dias a este rumo até encontrar um rio, ao qual denominaram Rio das Perdições, por se considerarem já de todo fora do rumo de Goiás. Continuando, sem embargo disto, a mesma marcha, encontraram outro maior; e depois deste ainda terceiro, ao qual puseram o nome de Rio das

Areias, em razão de correr por um álveo de areia, naquela paragem; e adiantando mais a jornada contra o poente, acharam ouro que denominaram Rio Rico, por causa do ouro que também nele descobriram.

Segundo Silva (2000), é o nome que diferencia os seres e os objetos do mundo. Identidade e diferença ocorrem simultaneamente como produto de um mesmo processo, o da identificação. Pode-se afirmar que, depois de nomeado, o objeto passa a ser identificado também pelas diferenças que possui em relação àquilo que não é, ou melhor, é diferenciado face aos demais elementos do mundo extralinguístico, conferindo-lhe existência. Tem um nome porque existe, tornou-se conhecido e é reconhecido como elemento cultural importante para a continuidade de uma população como um dos milhares de traços que a caracteriza e, desta forma, “[...] o processo de nomeação é uma forma pela qual a sociedade cria os seus membros à sua imagem” (CABRAL, 2007, p. 85). A nomeação tem relações profundas entre o nomeador e o nomeado.

Os nomes atribuídos aos lugares representam a cosmovisão que a população tem do ambiente que a cerca. Tendo estabelecida nesse ato a atividade biopsicossocial que faz parte do processo de interação do indivíduo com o mundo. No ato do batismo, o homem classifica o lugar, simultaneamente, mediante o contexto de todo o processo que envolve essa ação – além de línguo-cultural e social, também, cognitivo – considerando então que, dar nome a algo ou alguém não se reduz apenas a indicar, mas a classificar, situar, identificar e, sobretudo, uma vez categorizado, inscreve-se também em um sistema cognitivo permeado por essa mesma cultura.

### **4.3 O nome em função toponomástica**

Um *corpus* toponomástico contém duas classes de nomes: os primários, termos que funcionam como signos toponomásticos, topônimos; e os secundários, que passaram à toponomástica após serem de natureza apelativa, um termo comum. Acerca desse tema, Mendes (2009) destaca que “O signo linguístico, sob a função toponímica, aproxima-se do real e torna clara a natureza semântica de seu significado” (MENDES, 2009, p. 34). Para Benveniste (1976, p. 17) o signo linguístico “[...] estabeleceu-se sempre em dois planos, significante e significado”, é também “um fato humano, é no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação.”

No processo de surgimento de um signo toponomástico, derivado de um signo linguístico, ele passa a ser caracterizado como um nome próprio de lugar, mas as suas classificações são sempre tomadas a partir do nível lexical da língua, pois

[...] na criação da grande maioria das designações de lugar, há um item lexical do vocabulário comum da língua alçado à categoria de nome próprio no ato de nomeação, os topônimos, em primeira instância, reúnem as características do léxico da língua a que pertencem e são, por consequência, sujeitos às mesmas regras que regem o sistema linguístico desta língua. Dito isto, no estudo desta categoria de nome, o ponto de partida é sempre o nível lexical (ISQUERDO, 2012, p. 115).

Partindo desse estudo do topônimo ao nível lexical da língua, pensemos, Saussure (2008) define o signo linguístico como a junção de uma imagem acústica (significante) a um (ou vários) conceito (significado). Ele não inclui nessa definição a coisa nomeada, o objeto do mundo ou, em outros termos, o referente. De outro modo, os gestos epistemológicos de Saussure (2008), ao definirem a língua como objeto próprio de estudo e também no sentido de imprimirem cientificidade aos estudos linguísticos, excluem o referente, construindo assim um domínio específico para a Linguística, diferente de outras áreas que também se atêm aos estudos da linguagem humana. Para Guiraud (1986, p. 33) “[...] o signo linguístico é uma associação de duas imagens mentais, uma forma acústica significante ou nome, e um conceito significado, ou sentido”.

O topônimo é um signo linguístico, em sua maioria é sempre um substantivo, e para se distinguir do comum ele vem grafado com a primeira letra em maiúsculo. De acordo com Solís (1997), pelo processo de nominalização, os topônimos podem ser oriundos de outras classes de palavras, ex.: *Rio Descoberto*, des.co.ber.to, adjetivo formado a partir do verbo descobrir.

Os membros de qualquer comunidade nomeiam tudo, mas também aquilo que de alguma maneira, apresenta algum tipo de interesse para eles. O “batismo de lugares” é, pois, profundamente influenciado pela cultura do povo, da sociedade, por meio de eventos ocorridos em tempos passados. E, nesse processo “[...] a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano, uma vez que o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo” (BIDERMAN, 1998, p. 91).

Ao atribuir um nome a alguém ou a alguma coisa, o homem usa de suas funções mentais (cognitivas), que estão intimamente relacionadas com a produção determinada pela cultura. Ademais, o nome também é revestido por elementos linguísticos, históricos,

ideológicos, culturais e sociais, tendo a carga semântica relacionada a fatores contextuais, podendo ser intra- ou extralinguístico.

O homem ao nomear algo, não o faz de forma aleatória, geralmente, utiliza-se do próprio ambiente como elemento motivador do ato. Saint-Hilaire (1974, p. 15-21), ao passar pela província de Goiás, destaca alguns nomes e a semântica motivacional deles: Inhumas “[...] nome este que se dá no Brasil a uma ave cujo nome científico fica agora na escapa”; Vargem “[...] os brasileiros, dão este nome a todas as planícies úmidas que se encontram entre as montanhas, nos lugares de mata virgem”. Essas observações mostram que “[...] o uso competente de um nome identifica assim o objecto que com ele causalmente conectado e veicula um conteúdo que também está determinado por essa relação causal” (GRAÇA, 2002, p. 18). Observamos assim, que

O processo nominalizador de um território é, por força, complexo e heterogêneo se for considerado como um todo, mas extraordinariamente simples se se tornar nome a ser nomeado ao ponto geográfico a que se refere. Na maioria dos casos havia “batismo” expresso no local, por assim dizer; bastaria que o nome comum com o qual começou a ser chamado naquele momento seja generalizado no discurso da comunidade local correspondente (TRAPERO, 1994, p. 53-54, tradução nossa). [23]

Concomitante a isso, é por meio da relação povo-território que os nomes de lugar são estabelecidos. Inicialmente, pela posse do território, uma vez que, segundo Couto (2007), o território é uma das primeiras referências para que um agrupamento de pessoas possa receber o status de comunidade e todo território entendido como tal tem de ter um nome, um topônimo. Com isso, recortam-se os aspectos do meio ambiente mais salientes aos olhos do povo, como uma espécie de acordo que permite a vivência e a convivência em sociedade no território apossado.

Tomar posse de um território é fazer-se proprietário dele e, muitas vezes, o nome pode estabelecer tal ação, mas, nem sempre é o descobridor ou dono da terra/lugar quem nomeia o local, podendo esse nome ser designado por outros que ali passaram e foram motivados por características do próprio local, sendo determinado por fatores extralinguísticos, como reitera Gardner (1975, p. 150) “[...] o lugar chamava Cachoeira, por causa da pequena queda de água

---

<sup>23</sup> El proceso nominalizador de un territorio es, por fuerza, complejo y heterogéneo si se considera en su conjunto, pero extraordinariamente simple si se torna nombre a nombre en su relación con el punto topográfico a que se refiere. En la mayoría de los casos había “bautizo” expreso del punto del terreno, por así decirlo; bastaría que el nombre común con que ha se ha empezado a llamar a ese punto se generalice en el habla de la comunidad local correspondiente (TRAPERO, 1994, p. 53-54).

ali perto”, nesse instante o fator motivador foi relacionado a um hidrotópônimo, fazendo referência à água ao nomear o lugar, sendo de entidade geográfica natural.

Em outro exemplo, apresentado por este autor, observamos o seguinte trecho, “[...] ficamos por essa noite na Fazenda das Três Léguas, por ser essa a distância da vila, como o nome indica” (GARDNER, 1975, p. 161), nesse caso o fator motivador é a distância entre a fazenda e a vila mais próxima, um numerotópônimo, sendo de entidade geográfica cultural. Portanto, “[...] o designativo toponímico que é, conceitualmente, um signo de língua, com forma expressiva e um conteúdo unívoco ou biunívoco, passa a incorporar, ele próprio, as características do espaço que nomeia” (DICK, 2007a, p. 144).

Por fim, essas discussões, acerca das histórias do ato de nomear, revelam formas de organização social, bem como mudanças linguísticas, políticas e culturais. É, pois, por meio do nome que as pessoas ou lugares permanecem vivos na memória coletiva de sua linhagem. A partir das ponderações feitas neste capítulo é que no próximo apresentamos a história da província de Goiás, sede dos hidrônimos por nós estudados.

## V GOYAZ E SUA HISTÓRIA

*As viagens são uma das fontes da história  
(CHATEAUBRIAND, 1861).*

A partir do topônimo *Goyaz*<sup>24</sup>, revisitamos a história do estado baseado nas narrativas dos viajantes, sendo nossas principais fontes: o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire (1937, 1974, 1975); o médico, botânico inglês George Gardner (1975); o presbítero secular do Gram Priorado do Crato, Pe. Manuel Aires de Casal (1976). A revisão de literatura e discussões expostas neste capítulo são baseadas na escrita de viajantes, que por sua singularidade narram o encontrado em suas viagens pelo estado de Goiás, especialmente, na botânica e zoologia, sendo que nosso interesse reside especificamente nos fatos que contribuem para a efetivação da história de Goiás.

Por meio das narrativas em vertente histórica, temos condições de, posteriormente, proceder com as interpretações da relação entre língua e meio ambiente nos hidrônimos goianos (capítulo VII), uma vez que as relações de nomeação podem estar ligadas a fatores históricos e culturais de dada comunidade. De outra sorte, as influências dos colonizadores e dos desbravadores do estado, e dos povos que nele também habitavam, podem nos revelar as possíveis motivações e etimologia dos hidrônimos.

### 5.1 O topônimo *Goyaz* e o descobrimento de um “Novo Estado”

As primeiras bandeiras<sup>25</sup> saíram de São Paulo com destino ao sertão em busca do novo e de riquezas. Esse trajeto, normalmente, levava até três anos para ser percorrido. A partir dessas viagens “[...] chegaram com frequência até o extremo norte de Goiás, região do Estreito<sup>26</sup>. De início, seguiam em canoas o curso dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia, até voltarem pelo Tietê a São Paulo” (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 17). Essas bandeiras vinham também em busca de indígenas, cada vez mais escassos. Observamos ainda, que

<sup>24</sup> No decorrer do capítulo adotaremos a nomenclatura Goiás.

<sup>25</sup> A bandeira era uma expedição organizada militarmente e também uma espécie de sociedade comercial. Cada um dos participantes entrava com uma parcela da capital, que consistia ordinariamente em certo número de escravos (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 21).

<sup>26</sup> **Estreito.** 1. Braço de mar teoricamente mais apertado do que o canal, o qual separa duas terras ou une duas extensões d'água. Ex: *English Channel*, denominação usada pelos ingleses para o Canal da Mancha. 2. Vale de pequena largura geralmente escarpado. Ex: *Estreito*, vi. (RS). O mesmo que *garganta* (OLIVEIRA, 1993, p. 202).

Os antigos paulistas se espalhavam pelo interior do Brasil afim de caçar indígenas. Estes, reduzidos a escravidão, formavam uma das riquezas dos habitantes de S. Paulo, e mais de uma casa importante possuía, nessa cidade, até seiscentos índios. Um paulista, que penetrou por esse modo nos desertos, afim de agarrar escravos, MANOEL CORRÊA, chegou, antes de 1670, até um Rio, chamado *Rio dos Araés*<sup>27</sup>, na região que constitui hoje em dia a província de Goyaz, e voltou á patria carregado de ouro e índios escravizados. Corrêa, morrendo, deixou o itinerario das regiões que percorrera; mas, a sua ignorancia era tal, que foi impossivel aproveitar os seus manuscritos [sic] (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 280).

O referido autor, ainda nos apresenta a chegada de outro paulista, vindo com sua bandeira e adentrando em terras onde viviam os indígenas.

Pelo anno de 1680 outro paulista, BARTHOLOMEU BUENO DA SILVA, chegou ao local onde está actualmente situado *Villa Boa* e que, nessa época, era occupada pelos índios *Goyá*. As parcelas de ouro com que se ornavam as mulheres desses selvagens trahiram a riqueza da zona. Para submeter os habitantes, Bueno recorreu ao estratagemas, na apparencia, mais pueril: acendeu um vaso cheio de aguardente perante os índios espantados, e ameaçou-os de queimar da mesma maneira a elles e seus rios si ousassem resistir-lhe. Os índios se submeteram e Bueno, depois de deixar algumas plantações no local, voltou a S. Paulo carregado de ouro e tão grande numero de captivos que com elles seria possivel povoar uma cidade. Os expedientes censuraveis de que, com exito, lançou mão esse aventureiro, valheram-lhe o cognome de ANHANGUERA, que significa velho diabo, designação que os seus descendentes conservaram até nossos dias [sic] (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 280-281).

Os indígenas eram, praticamente, os únicos habitantes dessas terras, até os bandeirantes difundirem as riquezas existentes nesse aglomerado no interior de uma colônia, pois devido à distância do litoral e dos portos era de difícil acesso e nenhuma comunicação. Achada, a Província de Goiás foi colonizada por mineiros (mineradores) e teve início no ano de 1749, mas sendo criada em 1739 como comarca de São Paulo. Segundo Palacín; Moraes (2008, p. 20), é comum dizer que o descobridor de Goiás é Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, porém isso não significa que ele tenha sido o primeiro a chegar nesta região, “[...] mas sim que ele foi o primeiro a ir a Goiás com intenção de fixar nas terras”. A intenção e desejo, não só do Anhanguera, como de outros tantos que se fixaram nessas terras, fizeram com que o estado de Goiás nascesse “[...] sob o símbolo do ouro e da garimpagem, sendo o africano a principal figura, e, ou mesmo o motor propulsor dessa estrutura” (BAIOCCHI, 1999, p. 72).

Revisitar a história de Goiás narrada pelos viajantes é também reconhecer a origem do nome que é dado a esse estado. Para alguns, talvez tenha sido um processo de nomeação qualquer (imotivado), contudo, quando olhamos com mais atenção para esse passado, torna-se

---

<sup>27</sup> Os Araés ou Araéis eram uma tribu indigena [sic] (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 280).

possível verificar a justeza e a base motivacional nele presente, além de permitir uma melhor compreensão acerca da formação histórica dessa população.

Acerca da história de Goiás, não podemos deixar de mencionar a situação excludente a que viveram os habitantes dessas terras nos séculos XVIII e XIX, porquanto foram massacrados, expulsos, catequizados, colonizados e obrigados a viver uma cultura que não era a deles.

Nas bases documentais do estado de Goiás, Decreto Estadual nº 1.174, em relação ao topônimo, observamos:

Por que “Goiás”? Porque os Indígenas que habitavam o território descoberto por Sebastião Marinho pertenciam à nação “Guaiá”, nome que, por evolução normal, se transformou em “Goiá”, mas continua a ser usado a parta com esta, embora com menor frequência. O etnônimo passou a designar a unidade da Federação Brasileira onde aqueles Índios viviam. Etimologia – A palavra “goiá”, evolucionada de “guaiá”, que, por sua vez, é formada de “guá” + “iá”, quer dizer o indivíduo semelhante, o indivíduo parecido, gente da mesma raça (GOIÁS, 2016, p. 15).

Necessário se faz observar o topônimo (etnônimo) que designa a Unidade da Federal. O nome significa indivíduo parecido ou gente da mesma raça, o que justifica que nessas terras viviam outros indígenas, como pode ser observado na narrativa seguinte:

A época em que os paulistas formaram na Província de Goiás os primeiros núcleos os Caiapós, sem dúvida irritados pelas crueldades praticadas por alguns deles, começaram a atacar os tropeiros na estrada de S. Paulo a Vila Boa e a espalhar o terror entre eles. Antônio Pires, que tinha civilizado várias tribos indígenas na região de Cuiabá e era conhecido por sua intrepidez, foi chamado a socorrer a incipiente colônia. Já de idade avançada, ele não pôde colocar-se à frente da expedição e mandou em seu lugar o filho, o Coronel Antônio Pires de Campos, acompanhado de um grupo de índios de várias tribos diferentes, principalmente Bororos e Parecis. Os Caiapós foram subjugados e tratados com inominável crueldade (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 129).

As mazelas a que os indígenas foram submetidos, com o passar do tempo deram espaço para a criação das povoações no interior da província de Goiás. O Arraial Ferreiro, segundo Casal (1976), foi o primeiro a ser visitado por Bartolomeu Bueno. Conforme consta nas narrativas, o local foi habitado por paulistas, mas que devido às minas de ouro se mudaram para Vila Boa. Entretanto, um ferreiro que os acompanhava decidiu ficar no arraial, o que fez com que esse local fosse reconhecido por tal designação. Após deixar o Arraial Ferreiro, o Anhanguera lançou mão dos alicerces da capital da província, as margens do Rio Vermelho construiu uma casa, que posteriormente viria a ser o núcleo de um arraial,

recebendo em primeira ordem o nome de Sant'Ana. Devido às autoridades instalarem suas residências nessa nova localidade, tornou-se vila em fevereiro de 1736. Por ora,

A região não constituía ainda uma província separada, e o Governador de S. Paulo, D. Luís de Mascarenhas, Conde de Sarzedas, ao qual estava subordinada, só fez entrar em vigor o decreto em julho de 1739, dando à nova vila o nome de Vila Boa de Goiás em honra a Bartolomeu Bueno, seu fundador. Um decreto promulgado por D. João VI e datado de 18 de setembro de 1818 deu título de Goiás à capital da província. Ao invés, porém, de receber o nome de Cidade Boa, o que seria mais lógico, ela passou a ser chamada de Cidade de Goiás, o que tem o grande inconveniente de repetir o mesmo nome que designa a província inteira (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 49).

O governador de São Paulo encarregou Bartolomeu Bueno de administrar a província de Goiás, na qualidade de capitão-mor regente, e distribuir partes de terras (sesmarias) aos novos colonos. Os novos colonos chegaram com bons tratos e tentaram estabelecer uma relação amigável com os indígenas *Goyá*, os quais sabendo que viriam a se tornar escravos, tão logo revidaram e a guerra se formou, o que foi fatal para os indígenas. No fim, desapareceram pouco a pouco e hoje deles restam apenas o nome.

Com a fama e a riqueza do ouro, surgiram as primeiras povoações da província. Ao mesmo tempo, com o surgimento de uma numerosa população em detrimento da falta de policiamento (por não haver profissionais especializados) e da distância dos grandes centros, um bando de audaciosos criminosos usaram de má fé e usurparam tudo o que podiam, até mesmo com a extração irregular do ouro, a garimpagem. Com o difícil acesso à comunicação entre os capitães-generais da província com o governo de São Paulo, no ano de 1749, Goiás tornou-se uma capitania, tendo como primeiro governador o Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha.

## **5.2 A história da Província de *Goyaz* a partir da narrativa dos viajantes**

A província de Goiás, descoberta no século XVII e tão logo colonizada pela província de São Paulo, “[...] figurou no nome da Capitania (1744), no da Província (1822) e figurou no Estado (1889)” (GOIÁS, 2016, p. 32). Nesse tópico, a partir dos escritos de Pe. Aires Casal, Gardner e Saint-Hilaire, viajantes que por essas terras passaram, ressaltamos alguns de seus principais escritos. Na sequência, apresentamos de forma sucinta os viajantes que corroboram com nossa pesquisa, justificamos que no decorrer do texto estes não serão discutidos separadamente.

Pe. Manuel Aires de Casal, presbítero secular do Gram Priorado de Crato, em sua obra intitulada “Corografia Brazilica, ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil” – foi impressa em 1817, no Rio de Janeiro, sendo dedicada à sua Majestade – mostra além da história do Brasil (1500-1532), o método de colonização, o estado das povoações, a agricultura e a indústria, descrevendo, também, a hidrografia, a fauna, a flora e o relevo.

George Gardner, médico, naturalista, botânico inglês, chegou ao Brasil no século XIX, ficando em território brasileiro entre os anos de 1837 até 1841, percorrendo os principais estados do país e descrevendo a fauna e a flora, bem como os costumes dos habitantes da época, relata em seus escritos o que encontrou na comarca do Norte da província de Goiás, região em que visitou.

Saint-Hilaire, naturalista francês, veio ao Brasil em 1816 e permaneceu até 1822, por influência do Conde de Luxemburgo. Visitou as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, onde nessa última percorreu apenas a comarca do Sul, não chegando a visitar e a descrever a do Norte e o que nela havia. Os seus relatos são informações sobre a história, a geografia, a etnografia, a fauna e a flora.

A província de Goiás foi entregue a uma administração descuidada e que queria somente as suas riquezas, a rentabilidade, além de estar distante da coroa e fora dos olhos de seus primeiros colonizadores (a província de São Paulo). A população estava entregue à própria sorte, espalhada na região de cerrado e sem nenhum estímulo ou aspiração, vivendo sem a vontade de saber e de querer mudanças.

Segundo Saint-Hilaire (1937) e Casal (1976), a província de Goiás, que é central e uma das maiores do Brasil, é separada ao norte com a província do Pará por uma linha imaginária que se estenderia desde a confluência dos rios Araguaia e Tocantins até a Serra do Tocantins e de São Francisco, e ainda pela província do Maranhão; ao lado oeste está separada da província de Mato Grosso (Cuiabá) pelo Rio Araguaia; ao sul é limitada pelo Rio Paranaíba e pelo Rio Grande, com a província de São Paulo e parte de Minas Gerais; ao leste pelas serras do Tocantins, São Francisco e Paranaíba, que separam de Minas Gerais, além de, Pernambuco<sup>28</sup>, Piauí e Maranhão. O tamanho da província é de 200 léguas de comprimento e largura proporcionada, contadas da confluência dos rios Araguaia com o Tocantins, até o Rio Pardo com o Rio Paraná.

---

<sup>28</sup> Pernambuco perde o território da Comarca do São Francisco, como punição ao desencadeamento do movimento separatista (Confederação do Equador, movimento revolucionário emancipatório). D. Pedro I em 1824 anexou o território provisoriamente a Minas Gerais e, em 1827, ao estado da Bahia (SANT’ANA, 1972).

No período em que a província de Goiás foi criada e entregue ao governo do Conde d'Arcos, D. Marcos de Noronha, quase todos os arraiais e vilas já existiam. Com base em Saint-Hilaire (1937) e Casal (1976), no ano de 1809, o governo expediu um decreto que dividia<sup>29</sup> a capitania de Goiás em duas comarcas: a do Sul e a do Norte: i) a do Sul ou de Vila Boa, compreendia os julgados: Vila Boa, Crixá, Pilar, Meia-Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz, Desemboque, e Araxá<sup>30</sup>; ii) a do Norte, ou de São João das Duas Barras, compreendia oito julgados: Arraias, Cavalcante, Conceição, Flores, Natividade, Porto Real, São Felix e Traíras.

---

<sup>29</sup> Essa divisão seria a que em 05 de outubro de 1988 eleva a comarca do Norte no estado do Tocantins.

<sup>30</sup> Desemboque e Araxá, no ano de 1816, tornaram-se distritos da Província de Minas Gerais.



Nessa divisão em duas comarcas, sendo elas: i) Caiapônia, Goiás e Nova Beira, compreendendo a parte ocidental e; ii) Rio das Velhas, Paranã e Tocantins, referentes a parte oriental, fez-se ainda outra subdivisão<sup>31</sup> em três grandes distritos ou províncias menores. Com base nessas divisões e nas narrativas dos viajantes, no decorrer desta seção apresentamos os principais arraiais, aldeias, lugarejos, povoados e vilas, que são destacados nas narrativas desses aventureiros que percorreram a província de Goiás.

### 5.2.1 O distrito de Caiapônia

O nome do distrito de Caiapônia deve-se à nação Caiapó, formada por indígenas que viviam nessa região, mas que também se encontravam repartidos em várias outras tribos espalhadas por essa e outras províncias. Ao norte, deste está o Distrito de Vila Boa,

É a menos conhecida, não havendo ainda nela estabelecido alguns cristãos. Os caiapós, que a dominam (repartidos ainda, segundo dizem, em várias tribos), têm sido fatais por vezes aos comboios cuiabanos, e invadido a parte setentrional da Província de São Paulo, onde causaram a deserção de muitos estabelecimentos (CASAL, 1976, p. 151).

Os Caiapós, ainda viviam nus, usavam arco e flecha e se alimentavam de mel, de peixes, de frutas e da caça silvestre. No interior desse distrito, ao sul, há inúmeros rios, os quais davam enormes riquezas naturais à região e auxiliavam no sustento da população indígena.

### 5.2.2 O distrito de Goiás

Goiás, distrito maior que o antecedente, está ao sul. A nação Goyá<sup>32</sup>, que lhe deu o nome, não era a única que o dominava, posto que ao norte vivia o indígena Crixá. As principais povoações eram de Vila Boa, Pilar e Crixá. Destacamos Vila Boa, que a princípio

---

<sup>31</sup> “Como esta divisão, unicamente dirigida a indicar os limites da jurisdição de cada um, não ajuda nem medianamente a formar ideia do país, sendo extrema a desigualdade, que entre eles se nota, em razão da sua maior ou menor população, pareceu-me acertado seguir a Natureza, que o repartiu em Cantões, ou Distritos, sem maior desigualdade, e separados por limites visíveis” (CASAL, 1976, p. 151).

<sup>32</sup> Segundo Quintela (2006, apud Siqueira, 2017b, p. 47), “desde a criação da Capitania de Goiás, a nação dos Goyases somente existia como uma vaga lembrança no imaginário coletivo”. Etimologicamente, “goyá” é apresentado como contraparte ao termo “tapuia”, também de origem tupi, este, para se referir a outros povos indígenas de procedência não tupi, ou seja, aqueles que falavam línguas de outros troncos linguísticos, principalmente as línguas do Macro-Jê. Enquanto que o termo “goyá” se referia à gente da mesma etnia tupi, mesma língua.

foi denominada de arraial de Sant'Ana, elevada no ano de 1739, caracterizando-se por ser: populosa, capital da província e residência do governador e demais autoridades civis, religiosas e do judiciário da época. Encontrava-se, ainda, alguns pequenos arraiais, como: da Anta, dos Anicuns, da Barra, do Ferreiro, da Freguesia do Bom Jesus, dos Gorinos, de Ouro Fino, de Santa Rita.

Vale ressaltar que o Arraial do Ferreiro é a povoação mais antiga da província e o seu nome se deve a profissão de um homem desertado por seus companheiros que foram minerar em outros lugares (CASAL, 1976). Esse lugarejo é famoso na história de Goiás, pois foi nele que os primeiros paulistas, inclusive o Anhanguera, se fixaram antes de procurarem riquezas em outras partes (SAINT-HILAIRE, 1975).

Vila Boa está “[...] localizada a 16° 10’ de lat. Sul e a 200 léguas do litoral” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 50), teve somente o ouro a favor de sua fundação, pois era uma terra estéril, distante dos rios navegáveis e dificilmente se estabelecia comunicação com as outras partes do império. Em função disso, a única possibilidade era estabelecer nela as residências de todo o corpo administrativo da província, caso contrário, devido a esses aspectos negativos não se tardaria em ocorrer um abandono dos habitantes.

No distrito de Goiás, ao norte, estavam os arraiais de Crixá e de Pilar, que até então não haviam sido visitados, mas apresentava uma população e tinha o ouro, uma de suas principais motivações para elevação. Com sua decadência, a criação de gado passou a ser uma das principais fontes de subsistência. Havia outras pequenas povoações, mas miseráveis e que se assemelhavam a Ouro Fino, que

[...] fica situado acima do Rio Vermelho, numa elevação, e defronta uns morros baixos que têm a denominação de Morro do Sol e ficam do outro lado do rio. O arraial, que nunca teve importância, deve sua origem ao ouro que era extraído outrora do Rio Vermelho, e o seu nome à boa qualidade desse ouro. Como atualmente só existam minas nos morros vizinhos e, devido à falta de água, sua exploração se torne impraticável. Ouro Fino apresenta agora um aspecto de triste decadência. Todas as casas estão semi-arruinadas, e várias delas se acham desabitadas. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 48).

Infelizmente, a situação dos pequenos vilarejos não era diferente desta, depois da queda do ouro, todos viviam um aspecto triste/decadente e suas habitações se encontravam em ruínas, porque a maioria dos habitantes partia em busca de outros lugares para morar.

No distrito de Goiás havia dois arraiais que foram elevados para os indígenas viverem: i) fundado em 1774, o arraial e paróquia de São José de Mossâmedes era habitado por indígenas de três nações distintas: Carajás, Javaés e Acroás; ii) a Aldeia Maria, fundada em

1781, para abrigar aproximadamente 300 indígenas caiapós, sendo que no ano seguinte chegaram outros 200. A criação desses arraiais se deu em função da necessidade de existir um lugar para os indígenas viver, os quais foram retirados de suas terras.

Em 1749 fundaram algumas aldeias como as do Douro e da Formiga, perto do arraial das Almas, que no início foram confiadas aos jesuítas. No ano de 1754, instalou-se uma junta militar na aldeia, o que causou grande revolta e batalhas, quando os indígenas em sua maioria foram massacrados. O mesmo ocorreu nos anos de 1773 e 1774, momento em que os chefes foram executados e o restante aprisionado e levado para uma aldeia nas proximidades da capital, a aldeia de São José.

Os Caiapós de S. José aprenderam com os portugueses a construir casas, cultivar a terra, fiar o algodão, etc., mas os que vivem ainda nas matas só sabem fabricar arcos e flechas, e um tipo de cesto a que dão o nome de *jacunu* cujo uso é conservado na aldeia, como já foi dito (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 70).

Após deixar as terras habitadas pelos Caiapós, seguiu-se caminho ao vilarejo Pilões, situado no caminho de Vila Boa a Mato Grosso. Nesse percurso, o cenário do cerrado é descrito em suas peculiaridades como ainda se vê na atualidade, “[...] o caminho que leva até lá atravessa um vasto campo salpicado de árvores enfezadas e emoldurado por duas séries de morros” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 79). As águas sempre são recorrentes no caminho, nesse trajeto o Rio dos Pilões, local onde se tinha o “minhocão” (enguia elétrica) que devorava animais (cavalos, bois e burros) e era sempre temido pelos viajantes e habitantes da região. Esse mesmo rio desagua no Rio Claro, onde se encontravam ouro e diamantes.

### 5.2.3 O distrito de Nova Beira

Nova Beira é um distrito que fica ao norte do de Goiás, está entre os rios Araguaia e Tocantins, pertence a ele a ilha de Sant’Ana (Ilha do Bananal) e sua extensão conta com 130 léguas de comprimento norte-sul e 40 léguas de largura. Quase todo o território é de domínio dos indígenas, sendo eles: Xavantes<sup>33</sup>, Pochetis, Noroquages, Apinagés, Carajás, Cortis e Xerentes. As principais povoações eram do arraial do Pontal e da aldeia de Matança.

O arraial do Pontal, fundado em 1738, está a 120 léguas de Vila Boa e recebe esse nome em virtude de uma ponta ou cotovelo que o rio faz na sua vizinhança. A população

---

<sup>33</sup> “Os índios Chavantes, depois de estabelecidos (e batizados muitos) na Aldeia de Pedro Terceiro (no sítio do Carrerão, Distrito de Pilar) para eles edificada, em consequência da vassalagem que haviam ido oferecer, desertaram por uma vez, tornando ao seu natural modo de vida; e são hoje os mais formidáveis inimigos dos cristãos” (CASAL, 1976, p. 154).

desse arraial criava gado e cultivava mandioca, milho, legumes e algum algodão. A três léguas de Pontal está a aldeia da Matança, até aquele momento insignificante devido a invasão dos indígenas, mas abastada de peixe, de frutas e de caça. (CASAL, 1976).

Na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, no destacamento para registrar as embarcações que por ali passavam ou chegavam, com o decreto de 1809, mandou-se fundar a vila de São João das Duas Barras, que seria sede da comarca do Norte até o ano de 1814, quando foi transferida para a vila Barra da Palma.

#### **5.2.4 O distrito do Tocantins**

O distrito do Tocantins toma o mesmo nome do rio que o limita a oeste, separando-o do de Nova Beira. Em grande parte, o terreno é montanhoso e, ao norte, ainda é dominado pelos indígenas Xerentes, Xavantes e Tapacoás. As regiões de matas se encontram em sua maioria as margens dos rios, sendo em maior volume a caatinga e em outras partes há vegetação xerófila, apropriada para a criação de gados.

As principais povoações estão estabelecidas assim: Natividade, Carmo e Chapada. Fundado em 1739, o arraial de Natividade era cabeça de Julgado e sede da residência ordinária do ouvidor da comarca. Os habitantes do arraial viviam praticamente do cultivo de cana-de-açúcar, algodão, milho, tabaco, mandioca, legumes e frutas e também da criação de gado; o produto da mineração era pouco, pois não os animava. No arraial da Chapada, a população cultivava as mesmas coisas que no anterior e se dedicavam à mineração. No vistoso arraial do Carmo, fundado em 1741, as casas eram de adobo e seus habitantes eram mineiros ou agricultores. Já os habitantes do arraial das Almas, criavam gados e cultivavam alimentos e algodão.

Não sendo diferente dos outros distritos, no distrito de Tocantins também havia indígenas, os quais eram encontrados em duas aldeias, a saber: aldeia do Duro e aldeia da Formiga. Na primeira podia ser encontrado um registro no qual se impedia o extravio do outro. Seus habitantes eram, na maioria, indígenas cristãos, pobres e felizes e cultivavam apenas o necessário para sua subsistência. Na segunda, um local também habitado por indígenas cristianizados, o cenário era um pouco diferente, haja vista que os índios eram preguiçosos, não tendo o costume de plantarem, viviam apenas da caça.

Relativo aos arraiais encontrados neste distrito de Tocantins, nota-se que posteriormente surgiu o arraial de São Pedro Alcântara, às margens do Rio Tocantins, sobre este não encontramos descrição alguma de seus habitantes.

Gardner (1975, p. 145), após meses na região norte do país, adentrou a província de Goiás, via Pernambuco-Bahia, e em seus relatos nos direciona ao norte da província, onde hoje é o estado do Tocantins. As suas primeiras impressões são destacadas por meio da paisagem, em que segundo ele: “[...] o solo era arenoso e branco, escassamente coberto de arbustos nanicos e pequenos tufo secos de grama: apenas aqui e ali, entre moitas, surgia uma ou outra pequena árvore enfezada.” Essa visão tão logo seria as primeiras imagens apresentando a chapada da Mangabeira.

Em destino a aldeia de Duro, localidade de missão índia<sup>34</sup>, que fica situada na serra de mesmo nome, sobre colinas baixas e achatadas, banhada pelo riacho de Sucuriú, que abastece os habitantes em todas as estações do ano (GARDNER, 1975). Após alguns dias entre a aldeia de Duro, passando por Santa Rosa, Cachoeira e pernoitando nas fazendas da região, encontraram indígenas, alguns escravizados e outros semicivilizados. Nesse ponto, a caminho da vila das Almas, atravessaram bela região de montes e vales, beneficiadas pelas chuvas.

As dificuldades financeiras e de gêneros alimentícios na vila das Almas era evidente, em partes, devido às condições do lugar situado “[...] em um recôncavo e consiste de poucas ruas irregulares, com casas baixas e de mísero aspecto. O número de habitantes eleva-se a cerca de oitocentos, negros e mulatos em maior parte, e mestiços destes com índios”. De outro lado, essa dificuldade se justificava pela ociosidade da população e falta de recursos do lugar, “[...] apesar das redondezas oferecerem abundância de excelentes terras de lavoura, mas nada se plantavam”. Assim, a causa da fome e pobreza do lugar fica evidente pela ociosidade da população (GARDNER, 1975, p. 152).

A medida das léguas de Goiás era maior que as de outras províncias já visitadas por Gardner, isso deve a razão da compra de terras serem medidas em léguas. Saindo de vila das Almas com destino a Natividade, passa e pernoita em fazendas pertencentes à aldeia de Morrinhos. Já na vila de Natividade, lugar que o viajante ficou por um período de três meses, por ser seu desejo e também pela necessidade dos animais descansarem, foram abundantes as chuvas nesse período (outubro-fevereiro). O local tinha cerca de dois mil habitantes, em sua maioria preguiçosos e que viviam de furtos em plantações alheias para se sustentarem. A região era plana e de poucas matas, com uma serra que prolonga a vila de norte a sul. Relativo

---

<sup>34</sup> “Fui informado de que a missão se estabeleceu no ano de 1730, com tropas trazidas de Pernambuco pelo tenente-coronel Wenceslau Gomes, que conquistara a tribo dos índios coroás, dos quais descende a raça atual. Formaram-se três aldeias com um total aproximado de mil indivíduos. Aquelas três aldeias uniram-se para formar a que hoje se chama Duro e em sua língua Ropechedi, que significa bela situação, título bem recebido” (GARDNER, 1975, p. 149).

ao solo, notou-se ser de aspecto arenoso, causa disso eram as antigas lavras de ouro, que já estavam abandonadas pela escassez do mineral.

### 5.2.5 O distrito do Paranã

O distrito do Paranã recebe o nome do rio que o atravessa na diagonal, tem um número considerável de rios e montes, sendo o distrito mais povoado. Conta com as principais povoações: São José, São Felix, Traíras, Cavalcanti, Conceição, Águaquente, Arraias, São Domingo e Flores. Em suas terras, a criação de gado era maior que a extração do ouro. Nesse distrito encontra-se a serra dos Veadeiros, a mais elevada das centrais e dela sai o Rio Tocantins e o Rio Preto. O único dos viajantes a percorrer parte da região norte da província de Goiás foi Gardner (1975).

A região norte da província de Goiás, apesar de ter grandes espaços de terra, plantações e uma enorme criação de gado, por ter se tornado mais rentável que as minas de ouro (escassas nessa época), era formada por uma população carente, cheia de preguiça, de atos insanos e sem recurso algum. Saint-Hilaire (1937, p. 326) acrescenta que “A comarca do norte, que possui pastagens imensas, e é mais próxima do litoral que a do sul, envia todos os anos consideráveis manadas de bois á Bahia [sic]”.

O arraial de Águaquente teve seu início no ano de 1732, seu nome deriva-se de um grande lago onde está situado e apresentava uma água salobre, fétida e quente. O ouro era abundante no princípio, chegando a ter doze mil habitantes. Devido ao grande interesse e achamento do ouro, nas proximidades surgiu o arraial do Cocal, nome recebido devido aos numerosos coqueiros que ali haviam. No ano de 1735, há algumas léguas, fundou-se o arraial das Traíras, que era cabeça de Julgado. No mesmo ano, fundou-se também o arraial de São José de Tocantins.

Posterior, no ano de 1736, fundaram pequenos arraiais, sendo eles: da Cachoeira, do Moquém e o de São Felix, que se tornou cabeça de Julgado e por longo tempo teve uma casa de fundição, seus habitantes mineravam, criavam gado grosso e cultivavam diversos mantimentos. Já no ano de 1740, surgiram três arraiais, cabeça de Julgado: i) Cavalcante, bem abastecido de água, recebeu a casa de fundição vinda de São Felix; ii) da Conceição, que deu nome ao orago da matriz; iii) Arraias, nome emprestado pelo rio que a nascente é sua vizinha.

Fundado em 1769, o arraial do Morro do Chapéu recebeu esse nome motivado por um monte em formato de chapéu, de onde se retirou muito ouro. Algumas léguas de distância encontrava-se o arraial de São Domingos. O arraial de Flores, cabeça de Julgado, estava à

margem direita do Rio Paranã, local de terras férteis, a criação de gado *vacum* era a principal riqueza do povo que ali habitava, e em seu vasto território encontrava-se a aldeia de Mato Grosso e o pequeno arraial de Santa Rosa. E, por fim, antiga cabeça de julgado, que foi transferida para Cavalcante, o arraial dos Couros, com um extenso território onde criava-se muito gado grosso.

O arraial da Conceição, lugarejo de poucos habitantes, era uma região “[...] quase plana, com grandes campos abertos, mas bem providos de gado que quaisquer outros por que passáramos nesta província” (GARDNER, 1975, p. 163). A vila de Arraias estava situada em um recôncavo, era muito pequena e sua população, com cerca de trezentos habitantes, era sua maioria muito pobre. De todas as vilas e arraiais percorridos, Arraias tinha três escolas públicas, duas de instrução primária, sendo uma para meninos e outra para meninas, e a terceira voltada apenas para o ensino de latim.

Na vila de Arraias, Gardner (1975), o médico botânico, colheu muitas espécies de plantas nativas, até o momento não encontradas em nenhuma outra província. Partindo dali teve como destino a vila de São Romão, distrito de Paracatu, Minas Gerais. No caminho passou pelo arraial de São Domingos, que estava erguido entre pequenas colinas, cujas habitações eram em torno de quarenta, muito embora a maioria delas estivessem desocupadas, por serem propriedades dos fazendeiros da região que por ali só passavam nos períodos de festas religiosas. Posteriormente, atravessando uma alta e bela região, chegaram a uma aldeiazinha chamada Capela da Posse, de aspecto misero, com meia dúzia de casas e uma igrejinha.

Uma de suas últimas hospedagens foi no povoado de Nossa Senhora da Abadia, um recôncavo de poucas casas e uma igreja. Transcorridos longos meses de viagem e desbravamento do norte da província de Goiás, narrando e destacando as belezas e as mazelas do lugar, Gardner deixou o território que lhe rendeu grandes experiências e a recolha de espécies nativas para estudo botânico, partindo em seguida para a província de Minas Gerais.

#### **5.2.6 O distrito do Rio das Velhas**

O distrito do Rio das Velhas é o último da subdivisão. O nome que recebe é originário do rio que o atravessa. Conta com as principais povoações: Meia Ponte, Santa Luzia, Santa Cruz, São Domingos do Araxá e Desemboque. O primeiro arraial a que sempre chegavam nessa província era o de Santa Luzia, pois habitualmente vinham do arraial de Paracatu, província de Minas Gerais.

Nas proximidades do Rio de Ponte Alta e de São Bartolomeu, que tornavam o arraial abundante em água. Santa Luzia, assim como Goiás e Minas Gerais, teve seu início por causa do ouro. Segundo as narrativas que se tem sobre o povoamento de Santa Luzia (1746), seus imigrantes eram mineradores da cidade de Paracatu-MG. Por essa razão, o local, em 1757, foi povoado rapidamente, contribuindo para que o arraial se tornasse um dos julgados da comarca do Sul.

As viagens seguiram rumo ao ocidente, pois muito ainda havia a se percorrer, a passagem pelas planícies, as estradas abertas com o pisar das tropas que passavam. Ali já começava a se notar pelo ano de 1819, que a decadência do ouro abatera o lugar, pois “[...] devido à falta de braços, o garimpo foi abandonado e o Arraial de Santo Antônio dos Montes Claros praticamente desapareceu, ficando reduzido apenas à capela e à casa em ruína pouco distante da capela” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 30).

A paisagem sempre era ressequida devido ao forte calor, durante o dia o sol era escaldante e a noite extremamente fria, pela manhã o termômetro ainda marcava “[...] cinco graus e meio *Réaumur* (aproximadamente 7°C)” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 31). A caminho de Corumbá, a região não mudava, ainda se avistava grandes capoeiras nas encostas do morro, as terras não mais pareciam cultivadas e o caminho pouco transitado, tanto que o capim-gordura havia tomado conta dele, “[...] o pequeno Arraial de Corumbá tem o formato de um triângulo, achando-se situado na encosta de um morro, tendo a seus pés o rio que lhe dá o nome. Suas ruas são largas, e as casas pequenas e extremamente baixas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 32).

Entre esse arraial e o de Meia-Ponte, paralelamente, estava o Monte dos Pirineus, região montanhosa e cheia de matas, com árvores sem flores, mas que conservavam as suas folhas, por esse caminho chegava-se ao arraial do Meia Ponte, fundado em 1731, cabeça de julgado. Depois da capital Vila Boa é a maior em comércio e povoação da província de Goiás, “[...] o que a faz considerar como o berço e centro da agricultura e indústria na província” (CASAL, 1976, p. 160).

O arraial do Meia Ponte foi elevado em uma pequena planície, coberta de montanhas e pequenas árvores típicas do cerrado, estendendo-se ao longo das margens do Rio das Almas. Mesmo no período aurífero, os mineradores que ali chegaram não tiveram muito êxito. Logo, os habitantes perceberam que estavam em uma localização privilegiada e começaram a produzir e vender os produtos da terra, uma vez que ali passava muitas tropas, em consequência da junção das estradas que davam acesso à província. Tudo indica que foram eles os primeiros, em toda capitania, a terem êxito ao dedicar ao cultivo da terra.

O próximo arraial após o Meia Ponte é o de Jaraguá, fundado por volta de 1736, quando negros ali chegaram à procura de ouro, o que atraiu muitos a se mudarem para este local. No ano de 1819, tal arraial era um dos únicos em que ainda havia pessoas sobrevivendo da extração do ouro, mas vários habitantes viviam da agricultura, da criação de gados e da plantação de canas com engenhos de açúcar.

Nas distâncias entre um arraial e outro, era comum encontrar uma fazenda ou um lugarejo, que servia para o viajante pernoitar e recolher algum elemento da flora nativa brasileira. O lugarejo de Piracanjuba, a uma légua do Rio de Jurubatuba<sup>35</sup>, que servia de limite ao do Meia Ponte, pertencendo as terras da outra margem ao arraial de Santa Cruz, era composto por uns casebres distantes um do outro e situados à beira de um riacho, um vale coberto de matas.

Na estrada, em algumas léguas, encontrava-se o pequeno arraial do Bonfim, no qual seus habitantes extraíam ouro, criavam gados e da terra recolhiam os melhores gêneros alimentícios que se dava no território. Nas regiões dos arraiais de Meia Ponte e do Bonfim era recorrente o plantio de cana de açúcar, tornando frequente também a presença dos engenhos (ouviam-se dizer que teria mais de trinta só nessa região) e de escravos. Os senhores de engenho tinham a cultura do plantio de outros gêneros alimentícios, mesmo assim, alguns deles ainda enviavam seus escravos à procura de ouro no Rio Vermelho.

A léguas desses arraiais, situava-se um arraial, que segundo Saint-Hilaire (1975), reza a tradição dos indígenas Bororos, foi criado pelos Jesuítas e habitado primitivamente pelos indígenas do litoral, o arraial de Sant'Ana, que

É paróquia de todos os índios cristãos, que vivem na vizinhança da estrada de São Paulo nestas paragens. Foi fundado em 1741 para habitação de 500 índios Bororos, vindos de Cuiabá em socorro dos cristãos contra os Caiapós, que devastavam os novos estabelecimentos, e onde viveram até o ano de 1775, em que foram mudados para o Arraial de Lanhoso, ficando em seus lares uma horda de índios Chacriabás, trazidos das margens do Rio Preto, onde habitavam (em terras de Pernambuco), e são hoje seus moradores com alguns de outras nações. Cultivam mandioca, milho e legumes, proporcionadamente à necessidade da povoação (CASAL, 1976, p. 161).

A seis léguas do arraial Sant'Ana estava a aldeia das Pedras, que também era povoação dos Bororos, mas segundo Casal (1976), essa já estava quase despovoada, sendo que por volta de 1811 havia se mudado para os presídios de Nova Beira. Vale ressaltar que os indígenas dessas regiões eram em sua maioria civilizados e viviam como os demais habitantes da província.

---

<sup>35</sup> Nome derivado das palavras *iyriba* e *tiba*, que significa grupo de palmeiras.

Cerca de 22 léguas distante do arraial do Bonfim estava Caldas Velhas (nome dado onde estão as fontes das águas termais), pois a 3 léguas denominavam Caldas Novas, na localidade não tinha nenhum lugarejo ou arraial, apenas fazendas, entre elas a de Caldas, em que Saint-Hilaire (1975) se hospedou. Devido às águas termais, o local lhe causou muita curiosidade, até mesmo pelo uso medicinal atribuído pelos visitantes, oriundos dos arraiais do Meia Ponte, de Santa Luzia e de Bonfim e inclusive das províncias do Mato Grosso e do Rio de Janeiro. O destaque, além das águas e suas propriedades medicinais (também usada por ele em um banho na fonte Poço de Gameleira) foi a sequeidão e a paisagem,

Ora percorremos várias léguas sem vermos outra coisa senão campos pontilhados de árvores enfezadas, ora encontramos capoeiras alternando-se com pastos [...]. Como em outras partes, a seca ali fora prolongada. Não se viam flores, nem pássaros, nem insetos, a não ser a danosa espécie dos mosquitos hematófagos, que nos atacavam aos milhares (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 107).

A paisagem pitoresca do cerrado era notória em toda a parte da província como Saint-Hilaire (1975) já descrevera em outras partes de sua narrativa. Saindo da fazenda Caldas Novas, o próximo destino foi o arraial de Santa Cruz, um dos povoados mais antigos da província e que nos tempos áureos fora habitado por homens possuidores de um grande número de escravos devido às minas de ouro. Entretanto, na época de 1819, passava por um período de decadência em virtude da falta de ouro, no qual grande parte dos escravos havia falecido, situação recorrente, também, em outros arraiais visitados.

Na ocasião da passagem por esse arraial, o naturalista não conseguiu encontrar nem cravo para ferrar os burros, nem gêneros alimentícios, pois o que se produzia era apenas para a subsistência das famílias. Sendo assim, em função das condições oferecidas, Saint-Hilaire prosseguiu a viagem, chegando 6 léguas depois em uma localidade onde atualmente se situa a cidade de Pires do Rio – GO (lugar em que vivo e que foi objeto de minhas primeiras pesquisas, enquanto pesquisador).

Depois de caminhar 2 léguas cheguei ao Sítio do Brejo, composto de duas ou três choupanas miseráveis cujas paredes, feitas segundo o costume com paus cruzados, não tinham nem mesmo sido rebocadas com barro. A pouca distância dali passei por outro sítio, que não melhor do o anterior, e alcancei finalmente o Rio Corumbá, às margens do qual havia um engenho-de-açúcar cujo estado era tão precário quanto os dos dois sítios (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 119).

Nos arraiais e vilas da província de Goiás, por menor que fossem, poderia até faltar trabalho, alimento e conceder vida precária a seus habitantes, mas a presença da igreja

católica era infalível. Onde houvesse gente, por lá estava a presença de um vigário. Fato curioso era que quem pagava os religiosos era a comunidade do lugar, como abaixo relatado:

A aldeia era do mais mísero aspecto, com cerca de uma dúzia de casa e uma pequenina igreja; é tão pobre, que não pode sustentar um padre pois o que ali viera, cerca de um ano antes de nossa chegada, para residir no lugar, foi-se embora, ou porque os habitantes não podiam ou não queriam pagar-lhes mais que metade do salário prometido (GARDNER, 1975, p. 177).

Essa situação era comum em vários outros locais, a comunidade muito pequena e com poucos recursos, mal tinha para a sobrevivência das famílias. Mas, a igreja e o vigário estavam inseridos nos arraiais, sendo que alguns ajudavam o povo, instruindo-os na vida religiosa, ou até mesmo ensinando a cuidar da terra. Já outros, eram tomados pelas coisas devastas, inclusive tinham até filhos com suas escravas.

### **5.3 A população de *Goyaz* no início do século XIX**

Os primeiros goianos que tiveram riquezas e as conservaram, arrumaram meios para proporcionar a boa educação de seus filhos. Aos poucos, a polidez se espalhou entre os homens “menos abastados”, já a pequena parcela dos fazendeiros de posses, não teve nenhum “apuro no trato”. Os colonos goianos conservavam uma “mudez bronca”, com “ar de indolência”, uma forma que os distinguiu sem nenhuma dificuldade (SAINT-HILAIRE, 1937).

Em geral, não podemos dizer que a população da província era desprovida de inteligência, pois vários artesãos de extrema habilidade eram encontrados, sem instrução nas escolas de belas artes, eram habilidades naturais deles. Alguns membros da comunidade eram cristãos, já outros, devido à falta de guias espirituais faziam substituir a crença em Deus por superstições, acreditando em feiticeiros, em lobisomens, trazendo preso ao pescoço amuletos, e se doentes recorriam a remédios de simpatia e a palavras mágicas (benzições).

A união dos casais em sua maioria pelo amasiamento, até mesmo pelo valor alto que a igreja cobrava para realizar os casamentos, a população era de pouco recurso. As crianças não eram vistas brincando com as demais, a alegria e inocência lhes faltava, fazendo a juventude ser cada vez mais triste e conhecendo apenas o gozo impuro e quando homens feitos se entregavam ao embrutecimento, ao tédio e ao mundo do alcoolismo.

A população de Goiás, de acordo com a estatística publicada no ano de 1824 pelo antigo governador militar da província o senhor da Cunha Mattos, de acordo com Saint-Hilaire (1937), estabelecia como apresentado no quadro 7.

**Quadro 17** – População de Goiás no início do séc. XIX

População	Subtotal	Total
Indivíduos brancos do sexo masculino, casados	1.745	5.391
Indivíduos brancos do sexo masculino, não casados	3.646	
Indivíduos brancos do sexo feminino, casados	1.519	5.144
Indivíduos brancos do sexo feminino, não casados	3.625	
<b>Subtotal</b>		<b>10.535</b>
Homens de cor descendentes de libertos, casados	4.242	16.566
Homens de cor descendentes de libertos, não casados	12.324	
Mulheres de cor descendentes de libertos, casadas	4.486	18.439
Mulheres de cor descendentes de libertos, não casados	13.953	
<b>Subtotal</b>		<b>35.005</b>
Homens de cor libertos, casados	550	1.539
Homens de cor libertos, não casado	989	
Mulheres de cor libertas, casadas	544	1.441
Mulheres de cor libertas, não casadas	897	
<b>Subtotal</b>		<b>2.980</b>
Índios catequizados	304	623
Índias catequizadas	319	
Escravos do sexo masculino	7.329	13.375
Escravos do sexo feminino	6.046	
<b>Subtotal</b>		<b>13.998</b>
<b>Total Geral</b>		<b>62.518</b>

Fonte: Adaptado de SAINT-HILAIRE, 1937, p. 296-297.

Outros dados foram observados, mas nada era oficial, nesse acaso estabelecemos esses para compor a nossa pesquisa. Visto que,

O povoamento determinado pela mineração de ouro é o povoamento irregular e instável, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali

surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e povoação definha ou desaparece (PALACÍN; MORAES, 2008, p. 23).

Os antigos mineradores eram, em sua maioria, homens sem fortuna, nem sempre recompensados pelos seus esforços, o que fazia com que fossem em busca de lugares que lhes dessem rentabilidade, ficando os empregados escravizados para exercer o trabalho.

Os impostos cobrados à população eram um grande vilão, pois se os pequenos produtores não tivessem como pagar, alguém designado pelo governo iria até a sua propriedade e lhe tiraria o que pudesse, até mesmo a propriedade. Isso fazia com que muitos abandonassem as suas casas e mudassem para outras localidades. De acordo com Saint-Hilaire (1937), os impostos se destacavam entre: i) um direito sobre as mercadorias que entravam na província; ii) o dízimo (10%) dos produtos do solo, um acordo entre o clero e o governo, mas passaria às mãos do último; iii) as passagens dos rios arrendada pela administração; iv) imposto sobre a venda de carnes e imóveis; v) o quinto, a quinta parte descontada sobre o ouro em pó, antes de virar barra; vi) a coleta, imposto destinado ao pagamento dos professores; vii) um direito cobrado às lojas em proveito do banco do Rio de Janeiro.

Nessa situação, de acordo com Casal (1976), apenas os criadores de gado e os senhores de engenho viviam independentes e não experimentaram a fome. Os demais, que não tiveram a sorte de achar e manter riquezas, acabavam sofrendo com as desigualdades e os desmandos dos poderosos da província, ficando a ermo e vivendo de forma até mesmo subumana. Os escravos eram os que mais sofriam, mas não podemos esquecer que devemos “[...] sem dúvida, alguma coisa aos seus escravos, aos quais se misturam tão frequentemente, e que talvez lhes tenham ensinado o sistema de agricultura que adotam e a maneira de extrair o ouro dos córregos. Além do mais, foram os mestres de dança” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 47).

Reescrever a história da província de Goiás por meio da narrativa de viajantes e desbravadores deste território é de fundamental importância para este estudo, pois no capítulo seguinte, na mesma base teórica deste, apresentamos a hidrografia de Goiás, objeto de nossa pesquisa. Assim, consideramos a influência do homem no ambiente em que está inserido.

## VI GOYAZ E AS BACIAS HIDROGRÁFICAS

*A água em suas potencialidades é de grande relevância e meio de sobrevivência para a vida humana (SILVA, 2017).*

O estado de Goiás, região de cerrado, não é sinônimo nem reflexo de escassez de água, pelo contrário, é rico em recursos hídricos, sendo considerado um dos mais peculiares e abundantes do país, conforme assinalado por Gardner (1975, p. 194), em sua passagem por estas terras: “[...] durante todo o tempo desde que deixamos a Província de Goiás nunca sofremos de falta de água, como sofrêramos nas áridas províncias do norte”. Essa abundância de água, de acordo com o IMB (2018) se deve ao histórico geológico da região, constituído durante milhões de anos, em que foram depositadas várias rochas sedimentares, entre elas o arenito de alta porosidade e alta permeabilidade, que permitiram a formação de grandes cursos d’água e o depósito de parte de grandes aquíferos. É por isso, que, no estado, há condições para grande produção de energia (hidroelétrica), agropecuária e agronegócios, dando chances para ser um dos grandes exportadores dessas matérias para outros estados e países. Dessa maneira, este capítulo se organiza de forma a apresentar as bacias hidrográficas.

### 6.1 Os cursos d’água, caminho para o descobrimento

As águas são a expressividade da vida humana, foi por meio delas que os primeiros viajantes chegaram a terras ocupadas pelos povos goyazes, os habitantes da província de Goiás na época. Outrossim, “[...] grandes civilizações nasceram e desenvolveram junto a oceanos, rios e zonas ribeirinhas” (DICK, 1990b, p. 126). Como justifica Ellen Semple que o homem é produto da terra “Isso significa não apenas que ele é filho da terra, pó de seu pó, mas também que a terra o pariu, alimentou-o, atribuiu-lhe tarefas, direcionou seus pensamentos, apresentou-lhe dificuldades que fortaleceram seu corpo e aguçou seus sentidos” (SEMPLE 1941, p. 1, *apud* COUTO, inédito).

Desde a antiguidade, era por meio dos cursos d’água que os navegantes chegavam as mais longínquas terras, inclusive, no Brasil. Isso indica, também, que quando se formava um novo povoado, ali teria um ou mais cursos d’água, que assim, serviria para auxiliar no plantio e sobrevivência de dada comunidade. Como no Brasil, em Goiás não poderia ser diferente, foi por meio dos principais rios, que os navegantes chegaram por essas terras, uma província onde se encontraram uma das principais riquezas no período imperial, o ouro. Desta forma,

A Província de Goiás é cortada por grandes rios, e o principal deles, o Tocantins, é facilmente navegável. Para dar escoamento aos produtos da região bastaria mandar construir algumas barcas, instalar às margens do rio, de espaço a espaço, uma espécie de armazém onde se vendessem víveres e estabelecer postos militares nas vizinhanças. O governo já percebeu as vantagens desse plano e há bastante tempo vem concitando os habitantes de Goiás a se cotizarem para que seja usado o transporte fluvial. Mas eles são tão pobres que ninguém se apresentou como acionista (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 125).

De fato, os principais rios que cortam a província de Goiás são navegáveis e ligam a outras províncias, como a de São Paulo, de onde vieram os primeiros desbravadores e exploradores dessas terras. Assim, apresentamos o caminho fluvial das primeiras bandeiras que chegaram a esta província.

**Imagem 2** – Mapa do caminho fluvial das primeiras bandeiras



**Fonte:** Palacín; Moraes, 2008, p. 18.

De acordo com Saint-Hilaire (1937), a região de Goiás deveria ser muito elevada e extensa, pois dá nascimento de uma parte os rios Araguaia e Tocantins, de outro os afluentes do Paranaíba. E de um lado os dois primeiros correm ao norte e do outro ao sul, dando a formar o Rio da Prata. Ressaltando, ainda,

Antigamente a Província de Goiás ultrapassava de 34 ou 35 léguas o seu limite atual, ou seja, ia até o Rio Grande. Como, porém, o território compreendido entre esse rio e o Paranaíba fizesse parte do julgado de Desemboque, ambos anexados à Província de Minas. O Paranaíba passou então a constituir o limite meridional de Goiás (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 127).

Devido à extensão territorial, fez-se uma divisão em cantões ou distritos que vieram a favorecer o que chamamos hoje de bacias hidrográficas. Segundo Casal (1976), os principais rios são os do: Tocantins, Araguaia, Corumbá, Paraná, Paranaíba e os que recolhem todos os outros e em grande número regam a província. No desenrolar deste capítulo apresentamos tais divisões, estando elas embasadas na literatura dos viajantes, assim como o capítulo V.

## **6.2 A divisão da província, o surgimento das bacias hidrográficas**

A divisão da jurisdição da província de Goiás nas comarcas de Vila Boa e na de São João das Duas Barras (antiga do Ouvidor), serviu unicamente para indicar os limites de cada uma. E, com isso, fez-se uma subdivisão, que segundo Casal (1976, p. 151), pareceu-lhe mais acertada, por se basear na natureza, repartindo em seis “Cantões” ou “Distritos” e por limites visíveis. Seguindo

Uma linha tirada da foz do Paranaíba pelo seu álveo até à confluência do Rio Anicuns, águas deste acima subindo pelo Rio dos Bois até a sua nascente, cortando a do Rio das Pedras, e por ele abaixo até o Rio das Almas, que a continua com o Maranhão e Tocantins, divide a província em duas partes, oriental e ocidental, que é a maior. Cada uma das quais é subdividida em três grandes distritos ou províncias menores (CASAL, 1976, p. 151).

A divisão em cantões ou distritos, com o limite feito a partir dos cursos d’água, veio corroborar posteriormente com a divisão denominada de bacias hidrográficas. Pelo observado, essa necessidade surgiu devido à extensão da província e a falta de comunicação, sendo os rios uma marca visível e de fácil referência. Deste modo, fixaram os seguintes grandes distritos ou províncias menores: i) na parte ocidental estão Caiapônia, Goiás e Nova Beira e ii) na parte oriental estão Rio das Velhas, Paranaíba e Tocantins.

No distrito de Caiapônia, temos “[...] o Rio Verde, que também é considerável, e de águas mui cristalinas e excelentes [...]. A água deste rio, antes de tirada do seu leito, parece tinta verde. Nas suas margens há matos mui formosos, e de boa madeira” (CASAL, 1976, p. 152). Ainda se destacam outros cursos d’água, sendo de maior importância os rios Caiapó, Turvo e Apari.

Os rios Claro, Vermelho, das Tesouras e Crixá são os principais do distrito Goiás. E, segundo Casal (1976), o Rio Vermelho ainda pequeno corta a capital, a Cidade de Goiás, a poucas léguas recebe as águas do Rio das Tesouras, de pouco volume e extensão, e no caminho se une ao Rio Crixá, maior que os antecedentes. Além disso, o Rio Vermelho se encontra com outros cursos d’água, como: os ribeirões dos Índios, Taquaral, dos Tigres e o Rio da Cachoeira, esse se torna navegável. O Rio dos Bugres é a primeira torrente volumosa que se junta a ele pela esquerda, sendo o Rio do Ferreiro a segunda.

Há ainda outros rios de volumes observáveis e que compõem a bacia hidrográfica do distrito de Goiás, sendo: o Rio Moquém que é ramo do Crixá, o Rio do Peixe que é um ramo do das Tesouras, o Rio das Caldas que é de curta extensão e deságua no Maranhão. E os rios de Santa Tereza e Cana-Brava que saem ao Tocantins por uma mesma embocadura de nome Santa Tereza, o qual acaba sendo o mais volumoso.

No distrito de Nova Beira, encontramos os rios Araguaia e Tocantins, sendo que

O Rio Crixá (o setentrional), o de Santo Antônio, e o da Taboca são os mais consideráveis entre os que desaguam no Tocantins: o considerável Rio Chavante, formado de grande número de outros, que regam o terreno do gentio, que dá o nome, entra no Araguaia pouco acima dos dois braços, que formam a Ilha de Sant’Ana (CASAL, 1976, p. 154).

Muitos rios caudalosos nascem e banham a província de Goiás, sempre fora considerado um dos estados mais abundante em água. No distrito do Tocantins, os principais cursos d’água são os dois rios de Manuel Alves (um a norte e outro a sul), e o Rio do Sono. Destacando ainda o pequeno Rio de Santo Antônio e os ribeirões Sucuriú e da Matança, que abastecem a população do referido distrito. Ainda,

Na confluência do Paranatinga, que se crê estar na latitude de 12° e um terço, toma o Maranhão o nome de Tocantins, e o conserva até perder no Oceano abaixo da cidade do Pará. Perto de 20 léguas ao norte daquela confluência deságua na margem esquerda o considerável Canabrava; e um pouco abaixo pela direita o considerável Rio de Manuel Alves, que sai da Serra do Duro, que lhe unem por um e outro lado no espaço de 40 léguas que dão de curso (CASAL, 1976, p. 149).

A confluência dos rios e até mesmo a nomenclatura, faz com que um rio de primeira ordem acabe se juntando a outro, se tornado de segunda ordem e assumindo com isso um novo nome. O distrito mais regado de rios é o Paranaã, onde banham o rio de mesmo nome, o Maranhão, o Traíras do Sul e do Norte, o Preto, o Bagagem, o Tocantins Pequeno, o Gameleira, o Bacalhau, o Galheiro, o São Domingos, o Correntes e o Ribeirão Custódio. De acordo com Casal (1976), o Rio da Palma, que é formado pelos rios: Palmeira, Mosquito e Sobrado.

Com grande número de rios, o distrito do Rio das Velhas recebe o nome do principal rio que o atravessa, e, ainda, se encontram outros: o Capivari, o Piracanjuba e o do Peixe, os quais desaguam no Corumbá, que “[...] nasce nas proximidades (do Arraial Corumbá) e pode ser atravessado a pé. Logo, torna-se um dos rios mais volumosos da província, indo engrossar as águas do Paranaíba depois de correr do norte para o sudoeste” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 33).

O Rio Corumbá juntando com os demais rios: o Veríssimo, o Quebra-anzóis, o da Prata, o Tijuco, vão volumar as águas do Paranaíba. Essa região, graças ao grande volume de águas, era favorável ao plantio, como observa Saint-Hilaire (1975, p. 101) “[...] ali há um vale de mata, onde passa o Rio Capivari, às margens do qual vi um engenho-de-açúcar de consideráveis proporções pelos padrões da região. O Rio Capivari é um dos afluentes da margem direita do Corumbá”.

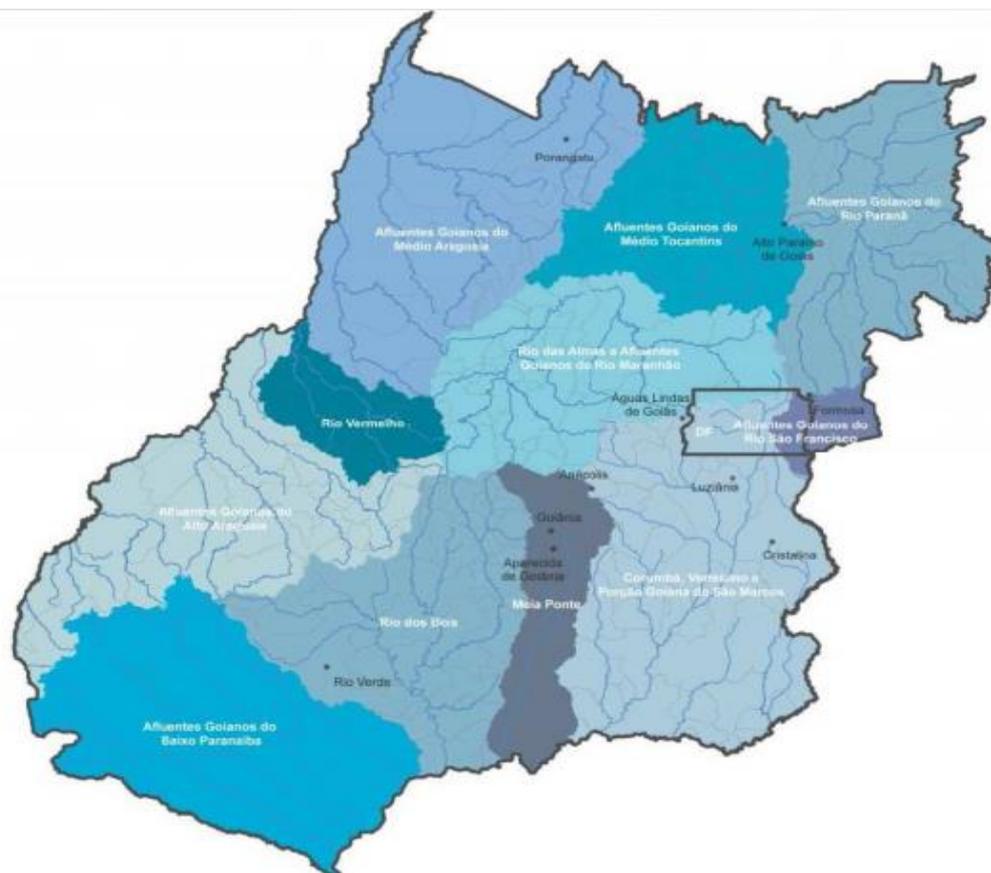
Segundo Casal (1976, p. 160), ao norte do distrito de Rio das Velhas está o Rio das Almas, o do Peixe, o dos Patos, “[...] que corre ao longo da serra e a leste da Serra Negra, e vai unir-se o Maranhão, [...]. Estes rios criam os pescados do Tocantins”. A caminho de Paracatu (província de Minas Gerais) estão: o Rio das Areias, o de Montes Claros, o da Ponte Alta, todos com acesso de pontes, e o de São Bartolomeu. No mesmo distrito, nas proximidades do arraial de Santa Cruz “[...] estão as Caldas do mesmo nome: são diversas fontes de diferentes graus de calor, em pouca distância uma das outras. Muitas pessoas têm experimentado melhoras com os seus banhos. Suas águas juntam e formam a Ribeira das Caldas” (CASAL, 1976, p. 161).

As águas termais do interior da província de Goiás foram palco das viagens de Saint-Hilaire, em agosto de 1819. Após sair do arraial de Bonfim, a cerca de 22 léguas, com uma paisagem pitoresca do cerrado, passando pelos rios dos Bois, Preto, Passa-Quatro e do Peixe, conseguiu chegar a fazenda Caldas, pelas indicações seria hoje a cidade de Caldas Novas. O Ribeirão d'Água Quente (fonte das águas termais) se lança ao Rio Piracanjuba, que vai se



A formação das bacias hidrográficas de Goiás, além de receber um volume de águas dos rios oriundos de outros estados, também recebe afluentes que nascem no próprio território. Na imagem 4, apresentamos a divisão dos maiores rios, que se juntam e constituem as bacias hidrográficas por região, onde podemos observar que: i) A bacia do Rio Araguaia é formada pelos afluentes goianos do Médio e Alto Araguaia e pelo Rio Vermelho; ii) a bacia do Rio Paranaíba tem em sua formação o Corumbá, o Veríssimo e porção goiana do São Marcos, Meia Ponte e dos Bois, afluentes goianos do Baixo Paranaíba; iii) A bacia do Rio São Francisco é constituída pelos afluentes goianos do Rio São Francisco, no entorno de Brasília; iv) e a Bacia do Rio Tocantins é composta pelos afluentes goianos do Médio Tocantins, do Rio Paranã, do Rio das Almas e do Rio Maranhão.

**Imagem 4** – Mapa da divisão dos rios que constituem as bacias hidrográficas por região.



**Fonte:** <http://www.mpgp.mp.br/porta/conteudo/atuacao-integrada-por-bacias-hidrograficas#>.

Com o auxílio dos mapas e buscas feitas junto aos órgãos IBGE, IMB e Vocabulário Geográfico do IBGE (1957), na sequência descrevemos as bacias hidrográficas de Goiás e seus afluentes, a fim de dar sustento para a análise e interpretação dos dados de nossa pesquisa, no capítulo VII.

### 6.2.1 A bacia hidrográfica do Rio Araguaia

A bacia do Rio Araguaia consiste no conjunto de todos os recursos hídricos convergindo para a área banhada pelo Rio Araguaia e seus afluentes. Esse rio está localizado na região centro-norte do território brasileiro e sua nascente fica na Serra do Caiapó, cidade de Mineiros (estado de Goiás). Ele corre na direção norte, desaguardo no Rio Tocantins, passando por quatro estados: Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. É uma das doze regiões hidrográficas do território brasileiro. É muito frequente a classificação deste rio e do Tocantins como uma unidade denominada de bacia Tocantins/Araguaia, mas em nossa pesquisa tratamos como distintas. Esse rio já foi observado por vários viajantes que em Goiás tiveram e sua importância é a nível internacional, pois “[...] o Araguaia, ou Araguaia, é quase tão extenso como a mesma província, à qual serve de limite ocidental, como se disse, desde a embocadura até a origem da sua principal cabeceira, que fica nas vizinhanças da do Hipiaugui” (CASAL, 1976, p. 149).

O conjunto localiza-se a nordeste do estado de Goiás e conecta-se a 49 municípios. A nascente do principal rio da bacia localiza-se na Serra do Caiapó, próximo ao Parque Nacional das Emas, na divisa entre os estados de Mato Grosso e Goiás, desaguardo no Rio Tocantins. O rio ainda apresenta uma peculiaridade: entre os meses de julho e agosto, com o clima seco, propicia o retrocesso do rio em vários pontos, formando ilhas de areia muito utilizadas por turistas. Além disso, é considerado um dos rios mais piscosos do mundo, sofrendo com a crescente pesca predatória.

A extensão desse rio é de aproximadamente 2.115 km e a de sua bacia é de 86.108 km<sup>2</sup>. Em suas águas está localizada a maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal, chamada no início de Ilha de Sant’Ana. No quadro 18 apresentamos os afluentes que formam a bacia hidrográfica do Rio Araguaia.

**Quadro 18:** Descrição dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Araguaia

Bacia hidrográfica do Rio Araguaia				
	Rio	Pág.	Descrição	Cidade de Nascente
01	Rio Água Limpa	05	Rio, afluente da margem direita do rio Araguaia.	Britânia
02	Rio Araguaia	13	Rio, nasce na região meridional do município que separa do Estado de Mato Grosso, como também ocorre, adiante, com os de Rio Bonito e de	Mineiros

			Goiás, onde a bifurcação fluvial forma a ilha do Bananal, a leste da qual se distende o município de Peixe. A jusante, deixa, à direita, Pôrto Nacional, Santa Maria do Araguaia, Boa Vista e São Vicente, e do outro lado, o Estado do Pará, até a junção com o Tocantins, pela margem esquerda.	
03	Rio Babilônia	18	Rio, afluente da margem direita do Araguaia.	Mineiros
04	Rio Caiapó	50	Rio, afluente da margem direita do rio Araguaia, na divisa dos municípios de Paraúna e Goiás.	Caiapônia
05	Rio Claro	70	Rio, corre na região setentrional do município para o de Goiás, onde desemboca no rio Araguaia, pela margem direita.	Paraúna
06	Rio Crixás-Açú	77	Rio, segue para o município de Goiás, onde desemboca no rio Araguaia, pela margem direita.	Crixás
07	Rio Crixás-Mirim	77	Rio, afluente da margem direita do rio Crixás-Açú, na divisa dos municípios de Santana e Goiás.	Crixás
08	Rio do Peixe	165	Rio (do), afluente da margem direita do rio Araguaia.	Caiapônia
09	Rio Matrinxã	141	Rio, afluente da margem direita do rio Diamantino.	Doverlândia
10	Rio Palmeiral	157	Rio, afluente da margem direita do rio Vermelho.	Uirapuru
11	Rio Pintado	170	Rio, afluente da margem direita do rio Crixás-Mirim.	Mundo Novo/ Bonópolis
12	Rio Piranhas	171	Rio, afluente da margem esquerda do rio Caiapó.	Caiapônia
13	Rio Vermelho	230	Rio, afluente a margem direita do rio Araguaia.	Cidade de Goiás

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018); Vocabulário Geográfico, IBGE (1957).

**Quadro 19:** Mesorregião e Microrregião dos afluentes da bacia do Rio Araguaia

<b>Bacia hidrográfica do Rio Araguaia</b>			
	<b>Rio</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
01	Rio Água Limpa	Noroeste Goiano	Rio Vermelho
02	Rio Araguaia	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
03	Rio Babilônia	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
04	Rio Caiapó	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás

05	Rio Claro	Sul Goiano	Vale do Rio dos Bois
06	Rio Crixás-Açú	Noroeste Goiano	São Miguel do Araguaia
07	Rio Crixás-Mirim	Noroeste Goiano	São Miguel do Araguaia
08	Rio do Peixe	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
09	Rio Matrinã	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
10	Rio Palmeiral	Noroeste Goiano	São Miguel do Araguaia
11	Rio Pintado	Noroeste Goiano	São Miguel do Araguaia
12	Rio Piranhas	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
13	Rio Vermelho	Noroeste Goiano	Rio Vermelho

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018).

### 6.2.2 A bacia hidrográfica do Rio Paranaíba

A bacia hidrográfica do Rio Paranaíba está na rota de expansão da cana-de-açúcar. Possui 222.767 km<sup>2</sup> e ocupa 2,6% do território nacional; 68,4% da sua área localiza-se na região Centro-Oeste e 31,6% no estado de Minas Gerais. Sua nascente está situada na Serra da Mata da Corda, no município de Rio Paranaíba, MG, e possui altitude de cerca de 1.100 metros. Percorre aproximadamente 100 km até alcançar o perímetro urbano de Patos de Minas/MG e segue mais cerca de 150 km até tornar-se limítrofe entre os estados de Goiás e Minas Gerais. Neste ponto, encontram-se os limites municipais entre Coromandel e Guarda-Mor, em Minas Gerais, e Catalão, em Goiás. A partir deste trecho, o Rio Paranaíba continua sendo o divisor entre Goiás e Minas Gerais até o município de Paranaíba-MS, onde passa a formar a divisa entre os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. O Paranaíba segue até a confluência com o Rio Grande, para formar o Rio Paraná.

Após tornar-se limite estadual entre Minas Gerais e Goiás, o Rio Paranaíba recebe o Rio São Marcos, um de seus principais afluentes pela margem direita, onde alcança o reservatório da usina hidrelétrica – UHE Emborcação. Adiante recebe o Rio Araguari pela margem esquerda e o Rio Corumbá pela margem direita. Estes dois cursos d'água desembocam em áreas de remanso do reservatório da UHE Itumbiara, que também está situada no Rio Paranaíba. Em importância,

O Rio Corumbá tem sua origem próxima à do Rio das Almas, na vizinhança dos Montes dos Pirineus, corre vasto espaço descrevendo um grande semicírculo pelo oriente (onde recolhe entre outros o Rio de S. Bartolomeu), até chegar ao meridiano, da sua própria nascente, onde recolhe pela direita o Rio do Peixe. Obra de 8 léguas

abaixo se une pela esquerda o Rio do Veríssimo, que vem de longe, e traz as águas de outro chamado Braço do Veríssimo (CASAL, 1976, p. 150).

Ao passar entre os municípios de Itumbiara-GO e Araporã-MG, o Rio Paranaíba encontra a UHE Cachoeira Dourada. Dado esse ponto, o rio recebe outros três grandes afluentes da bacia, que são os rios Meia Ponte e Turvo e dos Bois pela margem direita, e o Rio Tijuco pela margem esquerda. Em seguida, encontra outro barramento, a UHE São Simão, que é a última usina do Rio Paranaíba, a partir da qual se inicia a hidrovía Tietê-Paraná, com vários terminais para o transporte de grandes cargas.

Em seu trecho final, recebe os rios Claro, Verde e Corrente, afluentes na sua margem direita. Em seguida o Rio Paranaíba recebe o Rio Aporé ou do Peixe, rio limítrofe entre Goiás e Mato Grosso do Sul, e assim inicia-se a fronteira entre o estado do Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Depois de aproximadamente 100 km, o Rio Paranaíba encontra o Rio Grande para formar o Rio Paraná. De outra forma o

Rio Grande tem sua nascente na Comarca de Paracatu, na vertente oriental da cadeia que divide suas águas das do S. Francisco (Serra do S. Francisco e do Paranaíba). Seus principais afluentes são o Rio das Velhas, o S. Marcos e o Corumbá [...]. Grandes pedras afloram à sua superfície bem como à do Paranaíba, e infelizmente impedem que este último seja navegável. Que eu saiba, nunca foi encontrado ouro em seu leito, mas o rio tem fama de ser muito piscoso (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 127).

Por fim, de acordo com Casal (1976), abaixo da foz do Rio Corumbá se une com o Paranaíba, o considerável Rio das Velhas, cuja principal cabeceira é a vizinha da do Andaiá na raia de Minas Gerais. Numa distância considerável da confluência do Rio das Velhas está a do Paranaíba com o Rio Grande, limite do estado de Goiás. No quadro seguinte destacamos os afluentes que formam a bacia hidrográfica do Rio Paranaíba.

**Quadro 20:** Descrição dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba

<b>Bacia hidrográfica do Rio Paranaíba</b>				
	<b>Rio</b>	<b>Pág.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Cidade de Nascente</b>
<b>01</b>	Rio Aporé ou do Peixe	13	Rio, afluente da margem direita do Paranaíba, na divisa do Estado de Mato Grosso.	Jataí
<b>02</b>	Rio Claro	70	Rio, nasce na serra do Caiapó e segue o município de Jataí, que separa, no curso inferior, do município de Rio Verde, antes de desaguar no Paranaíba, pela	Caiapônia

			margem direita.	
<b>03</b>	Rio Corrente	75	Rio, afluente à margem direita do rio Paranaíba.	Jataí
<b>04</b>	Rio Corumbá	75	Rio, nasce nos arredores de Pirineus, atravessa o município, como o de Santa Luzia, depois de servir, em pequeno trecho, de divisa a Bonfim. Adiante, separa Ipameri e Corumbaíba, de um lado, e Campo Formoso, Pires do Rio, Caldas Novas, Buriti Alegre, do outro, até desaguar no rio Paranaíba, pela margem direita.	Corumbá
<b>05</b>	Rio Descoberto	80	Rio, afluente da margem esquerda do Corumbá.	Brasília
<b>06</b>	Rio Doce	82	Rio, afluente da margem esquerda do rio Claro, na divisa do município de Rio Verde.	Jataí
<b>07</b>	Rio do Peixe	165	Rio, nasce na região sul-oriental do município, que separa dos de Campo Formoso e Pires do Rio, entre cujo território e o de Caldas Novas, desemboca no rio Corumbá, pela margem direita.	Vianópolis
<b>08</b>	Rio dos Bois	33	Rio (dos), nasce na serra das Divisões, atravessa o município do norte a sul, e separa, adiante, Goiânia, Pouso Alto, Pontalina, Goiatuba, Santa Rita do Paranaíba, à esquerda de Palmeiras, Paraúna, Rio Verde, do outro lado, até desaguar no Paranaíba, pela margem direita.	Americano do Brasil
<b>09</b>	Rio Formoso	93	Rio, classificado anteriormente como ribeirão, corre para o município de Jataí, onde toma o nome de Corrente.	Mineiros
<b>10</b>	Rio Jacuba	112	Rio, afluente da margem esquerda do rio Santo Antônio, na divisa do município de Paraúna.	Mineiros
<b>11</b>	Rio Meia Ponte	141	Rio, nasce na serra dos Brandões e corre para o município de Inhumas, que atravessa, bem como o de Goiânia e Pouco Alto, depois de servir de divisa aos de Anápolis e Bela Vista. Separa, em seguida, Pontalina de Morrinhos e vara de Goiatuba e Santa Rita do Paranaíba, até desaguar no rio deste nome, pela margem direita.	Itaberá

12	Rio Paranaíba	160	Rio, oriundo do estado de Minas Gerais, separa-lhe o território de Goiás, nos municípios de Catalão, Goiandira, Corumbá, Buriti Alegre, Santa Rita do Paranaíba, Rio Verde, Jataí.	Catalão/ Rio Paranaíba-MG
13	Rio Piracanjuba	171	(Piracanjuba ou Paracanjuba) – Rio, nasce na serra de Passa Quatro e atravessa o município bem como o de Pouso Alto. Adiante, separa Caldas Novas de Morrinhos e Buriti Alegre, até desaguar no rio Corumbá, pela margem direita.	Bela Vista
14	Rio Samambaia	194	Rio, afluente da margem esquerda do rio Descoberto.	Brasília
15	Rio São Marcos	204	Rio, afluente da margem direita do Paranaíba, na divisa de Ipameri e Cristalina.	Cristalina
16	Rio Turvo	223	Rio, nasce na serra das Divisões e separa o município e o de Palmeiras, de Goiás e o Paraúna, antes de desaguar no rio dos Bois, pela margem direita.	Americano do Brasil
17	Rio Verde ou Verdão	-	Rio, Sua nascente se localiza próximo às rodovia GO-220 e GO-184 na Serra do Caiapó, no município de Caiapônia, cruzando os municípios de Montividiu, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Maurilândia.	Caiapônia
18	Rio Verde	227	Rio, nasce na região central do município e corre para o de Jataí, onde desemboca no Paranaíba, pela margem direita.	Portelândia/ Mineiros
19	Rio Verdinho	227	Rio, afluente da margem direita do rio Verde.	Rio Verde
20	Rio Veríssimo	229	Rio, atravessa o município, como o de Goiandira, depois de servir, em pequeno trecho, de divisa a Catalão, e desemboca no rio Paranaíba, pela margem direita, no limite de Corumbá.	Ipameri/ Campo Alegre de Goiás

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018); Vocabulário Geográfico, IBGE (1957).

**Quadro 21:** Mesorregião e Microrregião dos afluentes da bacia do Rio Paranaíba

<b>Bacia hidrográfica do Rio Paranaíba</b>		
<b>Rio</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>

01	Rio Aporé ou do Peixe	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
02	Rio Claro	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
03	Rio Corrente	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
04	Rio Corumbá	Leste Goiano	Entorno de Brasília
05	Rio Descoberto	De Brasília	De Brasília
06	Rio Doce	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
07	Rio do Peixe	Sul Goiano	Pires do Rio
08	Rio dos Bois	Centro Goiano	Anicuns
09	Rio Formoso	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
10	Rio Jacuba	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
11	Rio Meia Ponte	Centro Goiano	Anápolis
12	Rio Paranaíba	Sul Goiano	Catalão
13	Rio Piracanjuba	Centro Goiano	Goiânia
14	Rio Samambaia	Brasília	Brasília
15	Rio São Marcos	Leste Goiano	Entorno de Brasília
16	Rio Turvo	Centro Goiano	Anicuns
17	Rio Verde ou Verdão	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
18	Rio Verde	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
19	Rio Verdinho	Sul Goiano	Sudoeste de Goiás
20	Rio Veríssimo	Sul Goiano	Catalão

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018).

### 6.2.3 A bacia hidrográfica do Rio São Francisco

A bacia hidrográfica do Rio São Francisco é formada pelo Rio São Francisco (principal curso d'água, conhecido como “Velho Chico”) e seus afluentes. Esta bacia estende-se pelas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Ela é de extrema importância, pois é a principal fonte de água doce da região Nordeste do Brasil, sua nascente está na Serra da Canastra, no município de São Roque de Minas, em Minas Gerais.

A bacia do Rio São Francisco é a mais extensa entre as bacias exclusivamente nacionais e possui uma área total de 639.219,4 km<sup>2</sup>, sendo que: 62,5% dessa área localiza-se na região Nordeste do Brasil; 36,8%, na região Sudeste; e 0,7%, na região Centro-Oeste. A

bacia abrange os estados de Goiás (e o Distrito Federal), Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais.

O Rio São Francisco desloca-se em boa parte do semiárido nordestino, estendendo-se por regiões de clima semiárido, árido e úmido. Tem, aproximadamente, 2.700 km, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocupando cerca de 8% do território nacional. De acordo com Isquierdo; Seabra (2010, p. 83) “[...] na bacia do São Francisco, o lendário “Velho Chico”, [...], o maior rio totalmente brasileiro, é considerado o rio da unidade nacional que liga o sudeste ao nordeste (cerrado a caatinga). Culturalmente é considerado o “Nilo brasileiro””.

No quadro 22 estão destacados os afluentes da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, que compõem esta pesquisa, sendo estes os que estão em território goiano.

**Quadro 22:** Descrição dos rios afluentes da bacia hidrográfica do Rio do São Francisco

<b>Bacia hidrográfica do Rio São Francisco</b>				
	<b>Rio</b>	<b>Pág.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Cidade de Nascente</b>
<b>01</b>	Rio Bezerra	30	Rio, anteriormente ribeirão, afluente da margem esquerda do rio Preto, serve, em parte de seu curso, de limite ao Estado de Minas Gerais.	Cabeceira/ Formosa
<b>02</b>	Rio Bonito	36	Rio, afluente da margem esquerda do rio Urucuia, na divisa do Estado de Minas Gerais.	Formosa
<b>03</b>	Rio Preto/ Rio Paracatu	179	Rio, afluente da margem direita do rio Maranhão.	Formosa
<b>04</b>	Rio Urucuia	224	Rio, corre na região oriental do município para o estado de Minas Gerais.	Formosa

**Fonte:** IBGE (2018); IMB (2018); Vocabulário Geográfico, IBGE (1957).

**Quadro 23:** Mesorregião e Microrregião dos afluentes da bacia do Rio São Francisco

<b>Bacia hidrográfica do Rio São Francisco</b>			
	<b>Rio</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
<b>01</b>	Rio Bezerra	Leste Goiano	Entorno de Brasília
<b>02</b>	Rio Bonito	Leste Goiano	Entorno de Brasília
<b>03</b>	Rio Preto	Leste Goiano	Entorno de Brasília
<b>04</b>	Rio Urucuia	Leste Goiano	Entorno de Brasília

**Fonte:** IBGE (2018); IMB (2018).

#### 6.2.4 A bacia hidrográfica do Rio Tocantins

O Rio Tocantins, com aproximadamente 2.400km<sup>2</sup> de extensão é o segundo maior curso d'água 100% brasileiro, nasce entre os municípios goianos de Ouro Verde de Goiás e Petrolina de Goiás. A área da bacia hidrográfica é de 803.200 km<sup>2</sup>, atravessa os estados do Tocantins, Maranhão e tem sua foz no Pará perto da capital Belém. O rio também pode ser chamado de Tocantins-Araguaia, por se encontrar com o Rio Araguaia entre Tocantins e Pará. Sendo

a principal cabeceira do Tocantins é o Rio Uruu, que principia na falda meridional da Serra Dourada, pouco distante da capital para o sul; e depois de 20 léguas, ou pouco mais de curso contra o nordeste, perde o nome, confundindo-se com o Rio das Almas, que não lhe é inferior, e desde sua origem na falda dos Montes Pirineus vem procurando o noroeste com igual número de léguas. Este, depois de 25, ou com pouca diferença, contra o nordeste, perde também o nome, unindo-se ao Rio Maranhão, que lhe é pouco inferior no volume e extensão, e cuja cabeceira principal está na Lagoa Formosa, à qual dão 4 léguas de comprimento, e meia de largura. Nesta confluência onde fica assaz caudaloso, endireita para o norte, descrevendo pequenas tortuosidades, e engrossando sensivelmente com os muitos, que se lhe unem especialmente pelo lado oriental (CASAL, 1976, p. 148).

No Rio Tocantins estão instaladas importantes usinas hidrelétricas, sendo elas: Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado, Estreito e Tucuruí. Além de importante vetor no setor de transporte aquaviário, a região se destaca pela agropecuária e mineração. A climatologia de precipitação é marcada por dois períodos bem definidos: o chuvoso, de outubro a abril, e o seco, de maio a setembro. Os meses de maio e setembro são, notadamente, os meses de transição, que marcam a passagem de um período para outro.

No quadro a seguir apresentamos os afluentes da bacia hidrográfica do Rio Tocantins que compõem o *corpus* desta pesquisa.

**Quadro 24:** Descrição dos afluentes da bacia hidrográfica do Rio Tocantins

Bacia hidrográfica do Rio Tocantins				
	Rio	Pág.	Descrição	Cidade de Nascente
01	Rio Cana Brava	54	Rio, afluente da margem esquerda do rio Maranhão.	Campinaçu
02	Rio Corrente	75	Rio, afluente da margem esquerda do rio Paranã.	Alto Paraíso de Goiás
03	Rio das Almas	09	Rio, nasce nos Pirineus e correndo para oeste, atravessa o município, bem como o de Jaraguá, que,	Pirenópolis

			adiante, separa do de Goiás. Prossegue pelo de Pilar e Santana até desaguar no rio Maranhão, pela margem esquerda.	
<b>04</b>	Rio das Pedras	164	Rio (das), afluente da margem esquerda do rio Paranã.	Alto Paraíso de Goiás
<b>05</b>	Rio do Peixe	165	Rio (do), nasce na serra do Cocalzinho e segue para o município de Jaraguá, onde desemboca o rio das Almas, pela margem direita.	Pirenópolis
<b>06</b>	Rio dos Patos	162	Rio, afluente da margem esquerda do rio Maranhão.	Pirenópolis
<b>07</b>	Rio Maranhão	-	O rio Maranhão é um curso de água que banha o Distrito Federal e os estados de Goiás e Tocantins, no Brasil. É formado a partir da confluência entre o córrego Vereda Grande (oriundo da Estação Ecológica de Águas Emendadas, no Distrito Federal) e as águas da lagoa Formosa, em Planaltina, Goiás. É um dos afluentes do rio Tocantins, onde suas águas ajudam a formar o lago de Serra da Mesa, junto com o rio das Almas e o rio Paranã.	Planaltina de Goiás
<b>08</b>	Rio Padre Sousa	156	Rio, antigamente ribeirão, nasce na serra Jurema e corre para Pirenópolis, onde desemboca no rio das Almas, pela margem esquerda, depois de servir, em pequeno trecho de seu curso, de divisa ao município de Jaraguá.	Anápolis
<b>09</b>	Rio Paranã	160	Rio, nasce nos arredores da cidade de Formosa, e seguindo para norte, separa o município do de Sítio da Abadia. Adiante, deixa Cavalcante de um lado e Posse, São Domingo, Arraias, do outro lado, antes de entrar no território de Palma, onde se junta com o Maranhão para formar o Tocantins.	Formosa
<b>10</b>	Rio Santa Teresa	197	Rio, nasce na serra Dourada e corre para o município de Peixe, onde desemboca no rio Tocantins pela margem esquerda.	Mara Rosa
<b>11</b>	Rio Tocantins	221	Rio, formado pela junção do Paranã e Maranhão, segue para o município de Peixe, que atravessa, como também o de Porto Nacional, depois de deixar à direita Natividade.	Entre os municípios de Ouro Verde e Petrolina de Goiás

			Adiante, serve de limite de Pedro Afonso, de um lado, e Santa Maria do Araguaia e São Vicente do outro, até a divisa do estado do Maranhão.	
12	Rio Tocantinzinho	221	Rio, afluente da margem direita do rio Maranhão, nas divisas dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João da Aliança.	Alto Paraíso de Goiás
13	Rio Uru	224	Rio, afluente da margem esquerda do rio das Almas, na divisa dos municípios de Itaberaí e Mossamedes.	Americano do Brasil/ Itaberaí

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018); Vocabulário Geográfico, IBGE (1957).

**Quadro 25:** Mesorregião e Microrregião dos afluentes da bacia do Rio Tocantins

<b>Bacia hidrográfica do Rio Tocantins</b>			
	<b>Rio</b>	<b>Mesorregião</b>	<b>Microrregião</b>
01	Rio Cana Brava	Norte Goiano	Porangatu
02	Rio Corrente	Norte Goiano	Chapada dos Veadeiros
03	Rio das Almas	Leste Goiano	Entorno de Brasília
04	Rio das Pedras	Norte Goiano	Chapada dos Veadeiros
05	Rio do Peixe	Leste Goiano	Entorno de Brasília
06	Rio dos Patos	Leste Goiano	Entorno de Brasília
07	Rio Maranhão	Leste Goiano	Entorno de Brasília
08	Rio Padre Sousa	Centro Goiano	Anápolis
09	Rio Paranã	Leste Goiano	Entorno de Brasília
10	Rio Santa Teresa	Norte Goiano	Porangatu
11	Rio Tocantins	Centro Goiano	Anápolis
12	Rio Tocantinzinho	Norte Goiano	Chapada dos Veadeiros
13	Rio Uru	Centro Goiano	Anicuns

Fonte: IBGE (2018); IMB (2018).

Ao apresentarmos os dados dos rios das quatro bacias hidrográficas do estado de Goiás, objeto de estudo de nossa pesquisa, faremos no decorrer do próximo capítulo considerações relevantes acerca das relações entre língua, população e território (L – P – T) na hidronímia goiana, pois de acordo com Silva (2017), no efetivar do hidrônimo, a partir da importância da água, o nomeador diferencia o elemento geográfico dos demais, auxiliando na

orientação do homem no espaço que o cerca, proporcionando subsídios para um melhor (re)conhecimento do local.

## VII UMA INTERPRETAÇÃO ECOLINGUÍSTICA DOS HIDRÔNIMOS GOIANOS

*A terra não pertence ao homem: é o homem que pertence a terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si (SEATTLE, 1887).*

A base teórica da ecolinguística com o suporte da toponomástica (esta junção pode ser identificada por ecotoponomástica) sustentam as discussões deste último capítulo de nossa pesquisa, no qual propomos interpretar as relações entre língua e meio ambiente dos hidrônimos goianos. Para chegarmos a este momento foi necessário: a catalogação e o preenchimento das fichas ecotoponomásticas e a sistematização dos dados. Com isso, pormenorizamos as relações supracitadas e categorizamos as possíveis motivações dos hidrônimos e suas nuances. Por fim, apresentamos, na sequência, os hidrônimos e suas relações com o território; e, no segundo momento, procedemos com as interpretações destes no viés da ecolinguística, estabelecendo a relação entre Língua-População-Território.

### 7.1 Panorama dos hidrônimos goianos e suas relações com o território

O caminho das águas, no início da capitania de Goiás, permitiu a chegada das primeiras bandeiras e ajudou na formação do estado. Sendo também fonte de extração e rota da riqueza no período aurífero, tornou-se, de modo simultâneo, ponto de referência para que os bandeirantes se localizassem e até mesmo se orientassem quanto ao caminho que deveriam tomar. A esse respeito, devemos lembrar que a água é o meio de subsistência do homem e que às margens dos rios surgiam novos aglomerados de pessoas, uma vez que, segundo Dick (1990b, p. 196): “O aparecimento de topônimos, nos mais diferentes ambientes, revestindo uma natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos d’água para as condições humanas de vida”.

O estado de Goiás desde sempre foi abundante em água, como observado em relatos dos viajantes nos séculos XVIII e XIX: “Durante todo o tempo desde que deixamos a Província de Goiás nunca sofremos de falta de água, como sofrêramos nas áridas províncias do norte” (GARDNER, 1976, p. 194). Os viajantes são citados nesta pesquisa, pois trazem a relação da ocupação do território pelo homem, fazendo uma descrição ecológica, já que eles eram naturalistas e botânicos.

Perceber a importância dos cursos d'água nos faz buscar em nossa pesquisa a origem do termo rio que é oriundo do latim *rivus*, tendo como significado:

Corrente líquida resultante da concentração do lençol de água num vale. Um rio constitui, por conseguinte, a reunião do lençol de água numa calha cujo declive contínuo permite uma hierarquização na rede hidrográfica. Eles possuem várias cabeceiras que dão origem ao seu curso e recebem vários afluentes. São limitados lateralmente pelas margens e pelas vertentes às quais dão a forma, ou melhor, o tipo do vale. Chegam ao mar, a um lago, desembocado, às vezes, por um longo canal; outras vezes a foz é constituída por uma série de ilhas. No tocante aos elementos que formam os rios devemos considerar as cabeceiras, o álveo com leito menor e o leito maior, margens, afluentes e subafluentes, confluência, foz e seus diferentes tipos, bacias hidrográficas, talvegue e divisor de águas. Os rios e os vários cursos de água de menor importância muito dependem da região que atravessam; assim, o que se chama de rio no sul do Brasil poderá ser na Amazônia um simples igarapé (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 545-546).

Em importância e tamanho, descrevemos os principais hidrônimos goianos que foram pesquisados em bases do SIEG/IMB e IBGE, em uma escala de 1:2.500 000, destacando-se somente os rios de maior extensão. Posto isso, a partir das classificações topossemânticas, catalogadas nas fichas ecotoponomásticas<sup>36</sup>, interpretamos os 50 (cinquenta) hidrônimos (rios) das quatro bacias hidrográficas do estado de Goiás e informamos a qual entidade geográfica, classe (taxe), língua e estrutura morfológica cada um pertence. Esses dados foram tabulados e transferidos das fichas para quadros e gráficos, visando uma melhor discussão e compreensão tanto do pesquisador como do leitor.

Os hidrônimos revelam por si só as concepções históricas, sociais, culturais e os processos cognitivos do nomeador no ato de batismo. As motivações estão ligadas a fatores contextuais e de relevância, os quais podem ser de importância cultural, social, prática e/ou econômica. Estas relações sempre estarão inter-relacionadas com o homem e o ambiente. Sendo assim, o hidrônimo é um meio que o homem utiliza para humanizar o espaço geográfico, nomear um curso d'água é parte do processo de introdução humana no ambiente.

### **7.1.1 Os hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia**

Os hidrônimos são signos de caráter pluridisciplinar, porquanto, por meio deles podemos reconhecer a história da população que está inserida no ambiente, além de serem demarcadores do próprio território e se estabelecerem como limites de fronteira para os municípios e estado. Ao proceder com suas classificações topossemânticas é observável as

---

<sup>36</sup> As fichas ecotoponomásticas encontram-se no apêndice do trabalho, por ser uma quantidade elevada – 50 fichas – optamos por não as colocar no corpo do texto.

características motivacionais do nomeador ao designar o nome à entidade hidrográfica, bem como as características geomorfológicas do ambiente e a origem da língua do referido hidrônimo.

Dos 50 (cinquenta) hidrônimos catalogados: 13 (treze) pertencem à bacia hidrográfica do Rio Araguaia, os quais estão apresentados no quadro abaixo e, na sequência, tem seus dados demonstrados em gráficos.

**Quadro 26:** Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia

<b>Bacia hidrografia do Rio Araguaia</b>					
<b>Hidrônimo (Rio)</b>	<b>Entidade Geográfica</b>	<b>Classe do Hidrônimo</b>	<b>Língua</b>	<b>Estrutura morfológica</b>	<b>Nº de ordem<sup>37</sup></b>
<b>Água Limpa</b>	Natural	Higietopônimo	Latim + Latim	Composto	01
<b>Araguaia</b>	Natural	Zootopônimo	Tupi + Tupi	Composto	03
<b>Babilônia</b>	Natural	Astiotopônimo	Latim	Simples	04
<b>Caiapó</b>	Natural	Etnotopônimo	Tupi	Simples	07
<b>Claro</b>	Natural	Estematopônimo	Latim	Simples	09
<b>Crixás-Açú</b>	Natural	Etnotopônimo	Tupi + Tupi	Composto	14
<b>Crixás-Mirim</b>	Natural	Etnotopônimo	Tupi + Tupi	Composto	15
<b>do Peixe</b>	Natural	Zootopônimo	Latim	Simples	21
<b>Matrinxã</b>	Natural	Zootopônimo	Tupi	Simples	28
<b>Palmeiral</b>	Natural	Fitotopônimo	Latim	Simples	31
<b>Pintado</b>	Natural	Zootopônimo	Latim	Simples	34
<b>Piranhas</b>	Natural	Zootopônimo	Tupi	Simples	36
<b>Vermelho</b>	Natural	Cromotopônimo	Latim	Simples	50

Os hidrônimos catalogados podem se resumir em fenômenos associados ao território a que pertence isso só foi possível ser constatado mediante os estudos ecotoponomásticos e com o auxílio de outras áreas do conhecimento, como a história e a geografia, as quais foram revisitadas por meio das narrativas dos viajantes.

No que se refere ao território no qual os hidrônimos da bacia do Rio Araguaia estão inseridos é possível detectar que os fatores de ordem natural prevalecem no processo motivacional no ato de nomeação dos rios, sendo estes fatores visíveis e relevantes aos olhos

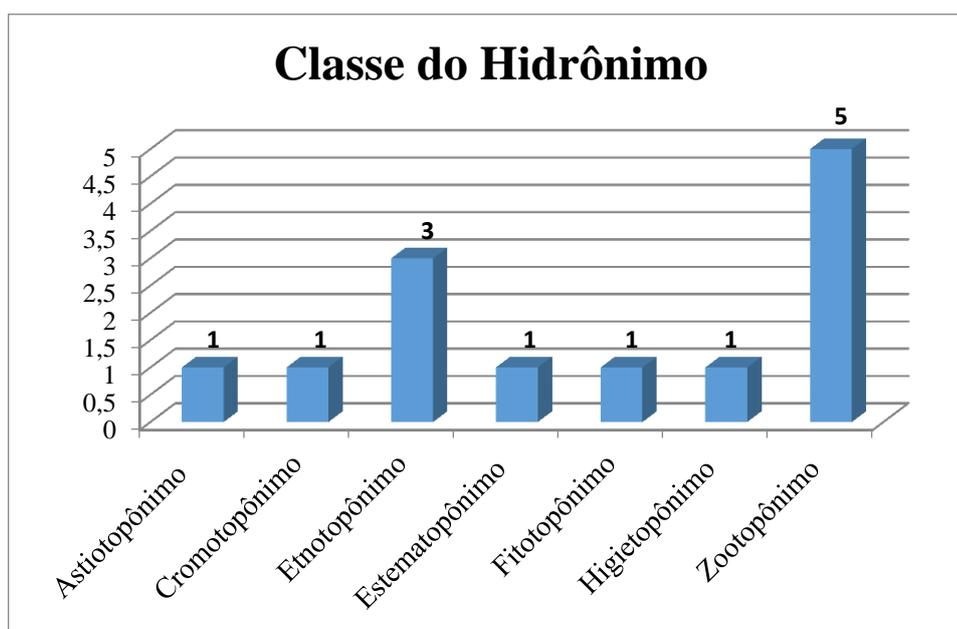
<sup>37</sup> O número de ordem refere-se à ficha (no apêndice do trabalho) a qual se encontra a descrição dos dados do hidrônimo.

da população. Ecolinguisticamente fica interposto entre a relação homem-ecossistema e homem-mundo o hidrônimo, que se torna o território que é revelado por meio da língua.

A população, com a necessidade de nomear os lugares e os objetos, como forma de se apropriar da coisa nomeada, buscou no processo de batismo dos cursos d'água a motivação dos recursos naturais presentes no território. Dentre estes o de maior recorrência foi à fauna (zootopônimo), representada pelas espécies variadas de peixes, o que pode ter ocorrido provavelmente pelo contato do nomeador com os rios e por estes serem as fontes primárias onde se encontrava o principal alimento da época e o mais acessível. Quanto aos aspectos de ordem cultural são demarcados os centros povoados e as tribos indígenas Crixás e Caiapó, estas eram pertencentes ao território goiano.

De tal forma, no ato de nomear fica evidente que o nomeador toma como base elementos naturais e culturais relacionados ao território, de forma direta ou indireta, e que, por sua vez, são revelados à população via língua por meio do hidrônimo. Tudo na língua está inter-relacionado com a população de forma direta ou indiretamente, seja pelo ambiente físico ou mental dos indivíduos (COUTO, 2007). Posterior a estas interpretações, se faz necessário observar as classificações topossemânticas – a classe dada a cada nome de rio –, pois estas são as representações das reais motivações que influenciaram o nomeador no ato de batismo.

**Gráfico 1** – Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia



As classificações topossemânticas dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia estão representadas pelas seguintes classes: astiotopônimo, cromotopônimo,

etnotopônimo, estematopônimo, fitotopônimo, hígietopônimo e zootopônimo. O astiotopônimo é dado aos hidrônimos que fazem alusão a centros povoados, como *Rio Babilônia*, o qual de acordo com a semântica refere-se a uma cidade grande e sem planejamento urbano. Tal motivação deve estar ligada às condições de semelhança do próprio rio ou, também, pelo fato do nomeador conhecer os fatos históricos e de importância desta cidade para a Mesopotâmia. A metáfora está ligada ao meio ambiente mental.

A escala cromática, cromotopônimo, está presente no hidrônimos e *Rio Vermelho*, evidentemente, a motivação está ligada às características avermelhadas do solo que estabelecem os seus matizes motivacionais. No campo do estematopônimo encontramos o *Rio Claro* a sua motivação está ligada ao aspecto da água, tendo a sua limpidez como motivação, que está ligada ao campo da visão, pertencente a um dos cinco sentidos. Ambos os rios têm um significado para a região da Cidade de Goiás, antiga Vila Boa, capital da província de Goiás. O meio ambiente natural foi fonte da motivação dos hidrônimos.

Os hidrônimos *Rio Caiapó*, *Rio Crixás-Açú* e *Crixás-Mirim* são etnotopônimos e referem-se a nomes de tribos indígenas que viveram na região de Goiás no início da chegada dos primeiros bandeirantes à província. As relações étnicas são estabelecidas pelo nomeador com o território levando-nos a perceber que estas tribos tiveram significados relevantes para a região. O meio ambiente social está presente nesse ato de nomeação e podendo ser notado também o etnocultural. Por outro lado, dá-se a entender que os rios de alguma forma foram elementares para a sobrevivência de determinados povos.

A flora é uma das características mais evidentes na toponímia brasileira, por exemplo: o *Rio Palmeiral*, um fitotopônimo, que provavelmente recebeu esse nome por ter uma concentração de palmeiras nas proximidades do rio. O território da província de Goiás foi palco de expedições às quais botânicos e naturalistas estrangeiros recolhiam várias espécies de plantas para estudos. Sendo parte do meio ambiente natural é representado por t<sub>4</sub>. Em seus relatos, Gardner (1975, p. 145) destaca que,

No segundo dia avançamos cerca de seis léguas, às vezes através de densas florestas à margem do rio, às vezes sobre prados relvosos em que cresciam grupos de buritis e, a intervalos sobre tractos planos e ligeiramente elevados, de moitas baixas e abundantes de uma espécie de *Vellosia*, grande e de aspecto excêntrico, na qual em vão procurei flores, porque estas só se produzem no tempo da seca.

O olhar do nomeador será sempre essencial para a denominação do acidente geográfico. O hígietopônimo é uma classificação dada ao hidrônimo *Rio Água Limpa* devido à limpidez das águas do rio. Essa motivação topossemântica refere-se a qualquer topônimo

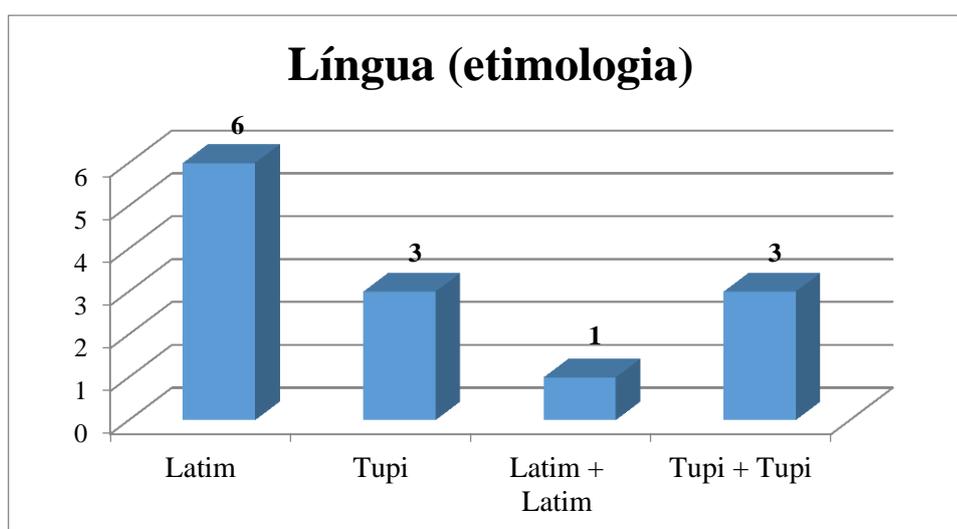
que tenha como base a limpeza, a saúde e o bem-estar físico, enquadrando-se a fatores de ordem natural, estando ligado ao meio ambiente mental de P.

A fauna é uma das particularidades da região do cerrado e, por essa razão, a classificação topossemântica de origem animal (zootopônimo) foi a de maior recorrência, estabelecendo assim as inter-relações da população com o território nos hidrônimos. O meio ambiente físico/natural,  $t_4$ , é a maior base motivacional para P externar as características presentes no território.

O *Rio Araguaia*, em tamanho e importância para a região centro-oeste do Brasil e Goiás, tem relação motivacional ao papagaio, uma ave encontrada por estas regiões. Tomando por importância para a população, sendo fonte de alimento tanto para os primeiros habitantes (os indígenas), como para os que posteriormente chegaram às terras goianas, destacamos o *Rio do Peixe*, que designa toda uma classe de animal vertebrado aquático. Assim, em suas subclassificações foi possível encontrar o *Rio Matrinxã*, *Rio Pintado* e o *Rio Piranhas* que são diferentes espécies de peixes. Ademais, consoante Theodoro Sampaio (1914 *apud* DICK, 1990a), dificilmente o nome do animal estaria desvinculado de sua existência na localidade.

As classificações topossemânticas expressam a força que o nomeador tem sobre o território e que por meio de um nome ele é capaz de relevar as nuances da entidade nomeada de acordo com as peculiaridades de cada lugar, estabelecendo assim, a relação de poder entre nomeador-objeto-nome. E tudo isso torna-se perceptível por meio da língua.

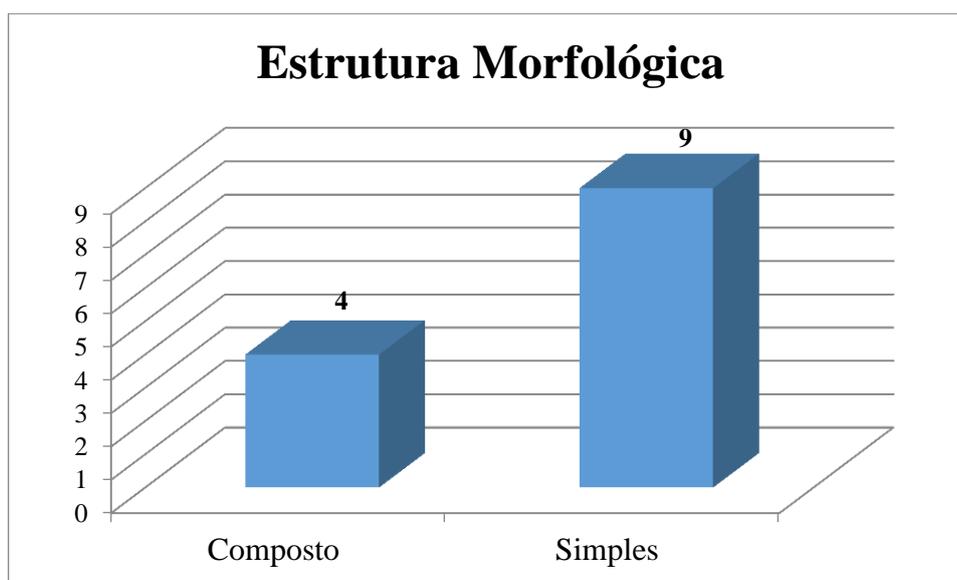
**Gráfico 2** – Línguas de origem dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia



Ao referir-se à língua de origem dos hidrônimos até aqui interpretados, nota-se que a maior recorrência é o latim, o qual originou a língua portuguesa. Desta forma, constata-se que

os nomeadores eram falantes do português, uma vez que o Brasil já havia sido colonizado por Portugal. Tendo ainda a língua indígena (tupi) um destaque aparente, isso não significa que foram os falantes desta língua os designadores dos hidrônimos, mas evidentemente os colonizadores, posto que estes também faziam uso da língua em geral. Juntamente com a língua parte-se para a necessidade de destacar a estrutura morfológica desses hidrônimos.

**Gráfico 3** – Estrutura morfológica dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Araguaia



A estrutura morfológica como estabelecida nos estudos toponomásticos pode ser classificada como simples, composta e híbrida. Encontramos nessa seção apenas duas estruturas: a simples, que é a de maior recorrência e é formada por apenas uma lexia; e a composta, a qual está em menor evidência e é formada por duas lexias de uma mesma língua (latim + latim ou tupi + tupi).

### 7.1.2 Os hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba

O hidrônimo *Rio Paranaíba*, o qual designa também a bacia hidrográfica de maior importância para a região sul e sudeste do estado de Goiás, advém de um termo de origem tupi *paranã-ayba*, que significa “o grande caudal ruim”, podendo ser entendido como um rio impraticável e difícil para a navegação. É sabido que este rio era navegável e suas águas foram e são fontes de sustento e abastecimento de muitas comunidades localizadas nos estados de Minas Gerais e Goiás.

Os hidrônimos pertencentes à bacia do Rio Paranaíba são 20 (vinte), do total de 50 (cinquenta) catalogados nesta pesquisa, e têm relevância tanto para o estado quanto para o país, pois se confluem no correr do percurso com o Rio Grande e desaguam na bacia do Rio Paraná. Muitos destes cursos d'água tinham, nos séculos XVIII e XIX, postos de pedágios, inclusive o do Rio Corumbá o qual pertencia à família de Bartolomeu Bueno. De outra forma, diante da infraestrutura da época, esses postos serviam para auxiliar na travessia do rio, onde “[...] as pessoas e as mercadorias fazem a travessia em canoas, ao passo que os animais são induzidos a fazê-la a nado, presos à canoa por cordas longas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 120).

**Quadro 27:** Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba

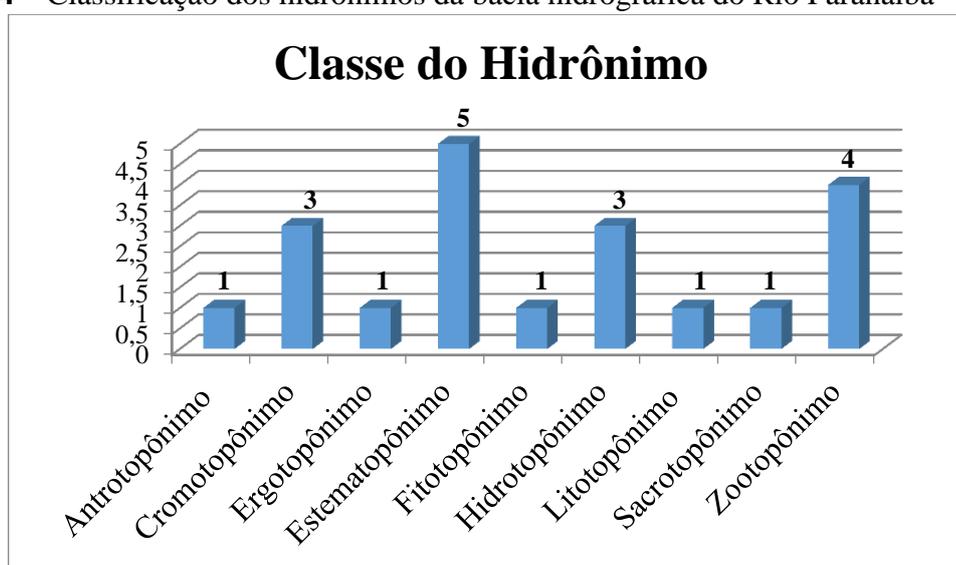
<b>Bacia hidrográfica do Rio Paranaíba</b>					
<b>Hidrônimo (Rio)</b>	<b>Entidade Geográfica</b>	<b>Classe do Hidrônimo</b>	<b>Língua</b>	<b>Estrutura morfológica</b>	<b>Nº de ordem</b>
<b>Aporé</b>	Natural	Hidrotopônimo	Tupi	Simple	02
<b>Claro</b>	Natural	Estematopônimo	Latim	Simple	10
<b>Corrente</b>	Natural	Hidrotopônimo	Latim	Simple	11
<b>Corumbá</b>	Natural	Litotopônimo	Tupi + Tupi	Composto	13
<b>Descoberto</b>	Natural	Estematopônimo	Latim	Simple	18
<b>Doce</b>	Natural	Estematopônimo	Latim	Simple	19
<b>(do) Peixe</b>	Natural	Zootopônimo	Latim	Simple	20
<b>(dos) Bois</b>	Natural	Zootopônimo	Latim	Simple	23
<b>Formoso</b>	Natural	Estematopônimo	Latim	Simple	25
<b>Jacuba</b>	Natural	Zootopônimo	Tupi + Tupi	Composto	26
<b>Meia Ponte</b>	Natural	Ergotopônimo	Latim + Latim	Composto	29
<b>Paranaíba</b>	Natural	Hidrotopônimo	Tupi + Tupi	Composto	33
<b>Piracanjuba</b>	Natural	Zootopônimo	Tupi + Tupi	Composto	35
<b>Samambaia</b>	Natural	Fitotopônimo	Tupi	Simple	38
<b>São Marcos</b>	Natural	Sacrotopônimo	Latim + Latim	Composto	40
<b>Turvo</b>	Natural	Estematopônimo	Latim	Simple	43
<b>Verde/Verdão</b>	Natural	Cromotopônimo	Latim	Simple	46
<b>Verde</b>	Natural	Cromotopônimo	Latim	Simple	47
<b>Verdinho</b>	Natural	Cromotopônimo	Latim	Simple	48
<b>Veríssimo</b>	Natural	Antrotopônimo	Latim	Simple	49

Os dados apresentados no quadro acima demonstram que os hidrônimos pertencentes a esta bacia revelam as características basilares que influenciaram o nomeador no processo de batismo do acidente geográfico. Conseqüentemente, as várias facetas significativas que dão realce aos hidrônimos e às inúmeras informações extraídas deles tornam-se material de um grande armazenamento de dados e fatos culturais em larga extensão, dando-nos condições de interpretar e reconhecer o hidrônimo como um fóssil linguístico e sócio-histórico-cultural.

Em suas classificações é aparente o vínculo estreito estabelecido entre o hidrônimo e o seu nomeador, em que os elementos naturais e culturais tornam-se fonte de motivação no processo de denominação. A grande recorrência de taxas de ordem natural evidencia a influência de aspectos do ambiente físico no ato de nomeação dos acidentes hidrográficos no universo de designativos aqui focalizados. É perceptível que o indivíduo tende a nomear os lugares fazendo referência aos elementos circundantes ao território, demonstrando que o meio ambiente exerce notável influência no ato do batismo.

Os elementos pertencentes ao território e que foram motivadores dos hidrônimos do Rio Paranaíba estão inseridos: na fauna, como os animais mamíferos, aquáticos e aves; na flora, sendo as plantas muito recorrentes na região de cerrado; nos rios, fontes de subsistência da vida humana e caminhos de descobrimento; e nas escalas cromáticas que chamam a atenção do nomeador seja pelo belo ou estranho. Em referência aos elementos culturais, foram evidentes aqueles relacionados à medida, à religiosidade na figura dos santos, à cultura material e à vida psíquica, bem como a referência a algum dos cinco sentidos.

**Gráfico 4** – Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba



As classes dos hidrônimos da bacia do Rio Paranaíba estão distribuídas em: antrotopônimo, cromotopônimo, ergotopônimo, estematopônimo, fitotopônimo, hidrotopônimo, litotopônimo, sacrotopônimo e zootopônimo. Conseqüentemente, as relações de motivação do nomeador com o acidente hidrográfico estão relacionadas com os fatores que circundam o território, revelando a verdadeira influência do meio ambiente na vida humana.

O antrotopônimo *Rio Veríssimo* está ligado ao meio ambiente social do homem, tal designação pertence a um patronímico, sobrenome português, da região de Trás-os-Montes. Veríssimo é uma palavra portuguesa que significa "Algo muito verdadeiro". Os Cristãos Novos utilizavam esse sobrenome como prova da sua lealdade para com a Igreja Católica, por outras palavras queriam provar como era "verdadeiro" o seu empenho para com a nova fé (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, s/d).

A impressão da vida psíquica humana estabelece as relações mantidas pelo homem e o ambiente natural. Nessa linha, encontramos os cromotopônimos: *Rio Verde ou Verdão, Rio Verdinho*, hidrônimos relativos à escala cromática. Claramente, as nuances da água saltam aos olhos do nomeador e suas características são transplantadas no processo de nomeação. Relativo ao Rio Verde, Casal (1976, p. 152) justifica que o hidrônimo “[...] Rio Verde, que também é considerável, e de águas mui cristalinas e excelentes [...]. A água deste rio, antes de tirada do seu leito, parece tinta verde. Nas suas margens há matos mui formosos, e de boa madeira”. As escalas cromáticas vão desde o límpido ao escuro, o verde fazendo referência à vegetação.

O espaço que circunda o nomeador tem influência direta no registro dos hidrônimos, sejam os elementos de ordem natural ou cultural. O *Rio Meia Ponte* é um ergotopônimo, que diz respeito a elementos da cultura material. Sua classificação foi feita a partir da lexia ponte. As histórias orais recorrentes que traduzem a motivação de tal hidrônimo, diz-se que em determinada parte do rio havia uma pedra a qual sua extensão era até a metade do curso d’água e as pessoas a utilizavam como ponte, sendo verdade ou não, a história corrobora com o hidrônimo.

As impressões sensoriais ligadas aos cinco sentidos (visão, olfato, paladar, audição e tato) estão representadas nas motivações topossemânticas, denominado de estematopônimo. Nessa classificação encontramos os: *Rio Claro, Rio Descoberto, Rio Doce e Rio Turvo*. Os estematopônimos estão ligados à vida psíquica do homem – meio ambiente mental –, tendo estes sendo atrelhados a um campo dos cinco sentidos, como visão e o paladar, tal como fica visível na seguinte descrição de Saint-Hilaire (1975, p. 79): “[...] o Rio Claro, que tem pouca largura e cujo nome veio a calhar, pois suas águas são de uma limpidez sem igual, permitindo

ver (julho) os seixos e a areia que formam o leito.” E o *Rio Formoso*, podendo ser motivado pela beleza tanto do rio quanto da região por onde suas águas correm. Tal processo de nomeação deixa evidente que fatores sensoriais estão inter-relacionados com o nomeador e o território.

O *Rio Samambaia*, um fitotopônimo, faz alusão a uma planta da família das *gleiçeniáceas*, muito comum de ser encontrada em regiões tropicais e úmidas. Desta forma, entendemos que às margens do rio teriam samambaias, o que corroborou para o batismo do acidente hidrográfico.

O hidrotopônimo refere-se ao hidrônimo originário de acidentes geográficos onde o elemento água está presente, segundo Dick (1990a, p. 196), a ocorrência de topônimos de “[...] natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos de água para as condições de vida”. Os hidrônimos *Rio Aporé*, *Rio Corrente* e *Rio Paranaíba* receberam a motivação – meio ambiente natural – do elemento água, no qual o primeiro significa rio do índio, provavelmente pelos primeiros habitantes do território goiano serem os indígenas. O segundo pelas correntezas das águas. O terceiro traz o significado de rio ruim, impraticável, assim as influências do ato do batismo podem estar relacionadas com o seguinte registro entre o caminho dos rios Corumbá e Paranaíba,

Nesse percurso a região ora montanhosa, ora levemente ondulada, continua a apresentar alternadamente matas e pastagens, aquelas nas baixadas e estas nas encostas e no alto dos morros. O terreno mostra-se muitas vezes pedregoso e arenoso, e nesses trechos as árvores têm menor vigor e nascem afastadas uma das outras. As espécies são sempre as mesmas, invariavelmente (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 120).

Já referente ao litotopônimo, de origem mineral ou relativo a constituição do solo, encontramos o hidrônimo *Rio Corumbá*. Corumbá designa banco de cascalho, fica evidente, desta forma, que recebeu tal nome uma vez que “Nele é feita a extração de areia para construção civil, suas ilhas servem de pontos de recreação para vários moradores e as suas margens são praticamente ocupadas pelas pequenas propriedades” (DIAS, 2008, p. 84). Fato importante ocorreu na consulta a dicionários de origem tupi ao nos depararmos com duas definições semânticas: i) Corumbá cid. Mato Grosso do Sul; de corumbá, cágado (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 44); e ii) **Curú-mbá**, o banco de cascalho. Mato Grosso (SAMPAIO, 1987, p. 225). Diante delas optamos pela segunda, por este rio ser fonte de extração de areia em quase todo seu percurso.

Outrossim, nomear os espaços com o nome de santos e santas foi uma prática comum com a vinda dos portugueses para o Brasil, inclusive um dos primeiros arraiais da província de Goiás recebeu o nome de Sant'Ana, hoje a Cidade de Goiás. Nas classificações topossemânticas são representados pelos sacrotopônimos (alguns toponimistas classificam também como hagiopotônimos), meio ambiente social. Assim, no grupo de hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, destaca-se o *Rio São Marcos*. Na história, São Marcos foi evangelista e um dos discípulos de São Pedro. Sendo o autor do Evangelho Segundo São Marcos e o fundador da Igreja de Alexandria, o nome é derivado de marte e significa guerreiro.

Ademais, outra classe de topônimos é o zootopônimo, o qual revela que o animal pode influenciar o designador em decorrência de um encontro casual do homem com ele na localidade ou perto dela, ou até mesmo por visualizar características físicas do animal no formato do rio. Essa classificação topossemântica é a de maior recorrência em nossos estudos, visto que o cerrado tem diversas espécies de animais, revelando o meio ambiente natural da ecolinguística.

Desta variedade temos o *Rio do Peixe* e o *Rio Piracanjuba*, uma vez que os peixes são animais aquáticos muito comuns devido aos inúmeros cursos d'água no território goiano e também porque eles servem como fonte de alimento para o homem. O *Rio dos Bois*, tendo como motivador um animal mamífero, ruminante, do qual se tinham criações no início da província de Goiás, como observado em Saint-Hilaire (1975), Casal (1976) e Gardner (1975), ao relatarem que na maioria das fazendas criavam-se gado vacum. A ave galiforme jacu, traduzida pelo hidrônimo *Rio Jacuba*, revela a forte influência da fauna sobre o processo de categorização do homem no território.

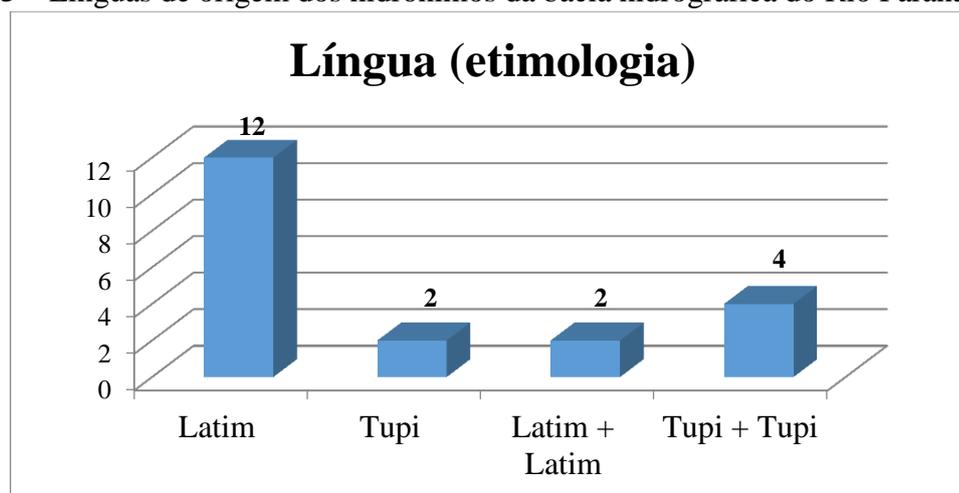
A motivação do hidrônimo *Rio Piracanjuba*, que também designa um município atravessado por esse rio, se dá de acordo com a seguinte história:

o nome do município tem sua origem ligada a uma lenda indígena que remonta aos tempos do Ciclo do Ouro em Goiás. Diz a lenda que chegaram à região situada entre o rio Meia Ponte e um canal sem designação duas tribos indígenas que vieram à procura de caça e rios piscosos a fim de proverem seu sustento. A aguerrida disputa pelo território e pelos recursos naturais do lugar os tornaram inimigos mortais, mas, pela força do destino, o forte e belo guerreiro, cacique dos Piracãs, apaixonou-se pela filha do cacique inimigo, Jurara, amor proibido! Piracã e Jubara, impedidos de se unirem, de se amarem, atiraram-se juntos ao rio, onde morreram afogados. Depois do trágico infortúnio, apareceu nas águas do mesmo rio numa espécie de peixe antes nunca vista pelos índios. Supersticiosos e temerosos, os índios relacionaram o aparecimento do peixe à morte dos jovens apaixonados, denominando assim o rio e também o peixe, de Piracanjuba. As duas tribos se uniram, como unidos

permaneceram os amantes para sempre, no rio e no nome Piracan e Juba(ra) (SIQUEIRA, 2017, p. 184).

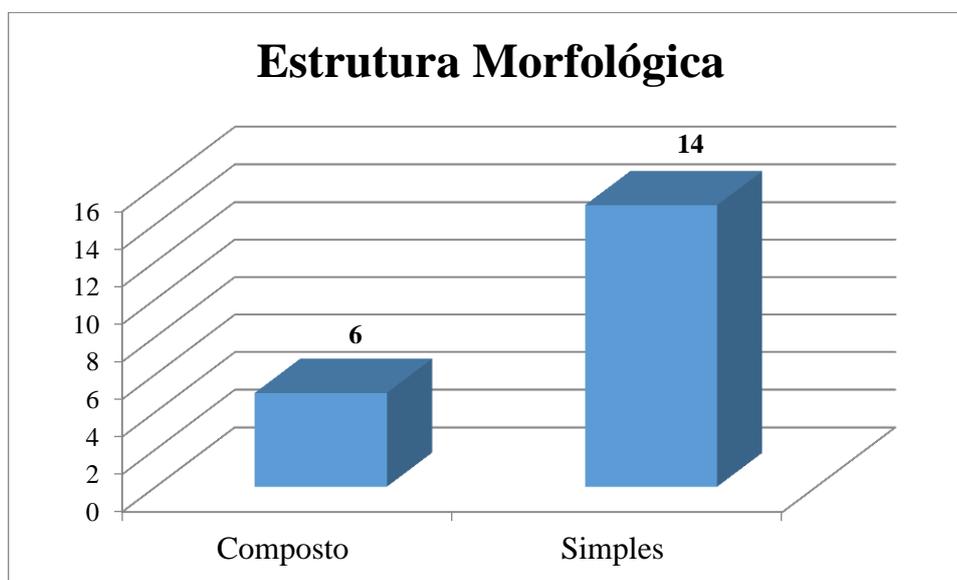
Todas as informações dos hidrônimos só podem ser observadas e interpretadas mediante o registro linguístico, que nos dá a possibilidade de extrair as verdadeiras relações existentes entre o homem e o território.

**Gráfico 5** – Línguas de origem dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba



Como nas outras bacias hidrográficas, a língua de origem dos hidrônimos de maior ocorrência é o latim, o que pode ser justificado pelo Brasil ter sido colonizado pelos portugueses e pelos nomeadores da época provavelmente serem falantes da língua portuguesa originária do latim. Quanto a língua indígena tupi, não podemos afirmar que foram os indígenas os denominadores dos hidrônimos, mas, eventualmente, os nomes de origem tupi foram internalizados pelos bandeirantes que adentraram o território goiano no início da província de Goiás. “O léxico é o componente da língua que mais diretamente tem a ver com o meio ambiente da comunidade, isto é, as unidades lexicais revelam as experiências dos falantes com o mundo e a interação entre os pares por meio dos significados que carregam as palavras” (ARAÚJO, 2014, p. 123).

A língua é propagadora da cultura humana, por meio dela se conta e reconta a história de um povo. Registrando assim nos hidrônimos as impressões e a visão de mundo e do próprio território em que cada um está inserido, assim se justifica a relação entre língua, população e território, pois ela é um arcabouço sócio-histórico-cultural.

**Gráfico 6** – Estrutura morfológica dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba

A estrutura dos hidrônimos com maior índice foi a simples, tendo sua formação em uma só lexia, enquanto a composta aparece em quantidade menor, mas como declarado por Isquierdo e Seabra (2010, p. 91) a motivação dos hidrônimos “[...] de estrutura composta normalmente valoriza mais de uma característica do meio ambiente como foco denominativo.”, o que fica evidente no hidrônimo *Rio Meia Ponte*, dado a relação do elemento da cultura material ponte, referente a construção destinada a estabelecer ligação entre margens opostas.

### 7.1.3 Os hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco

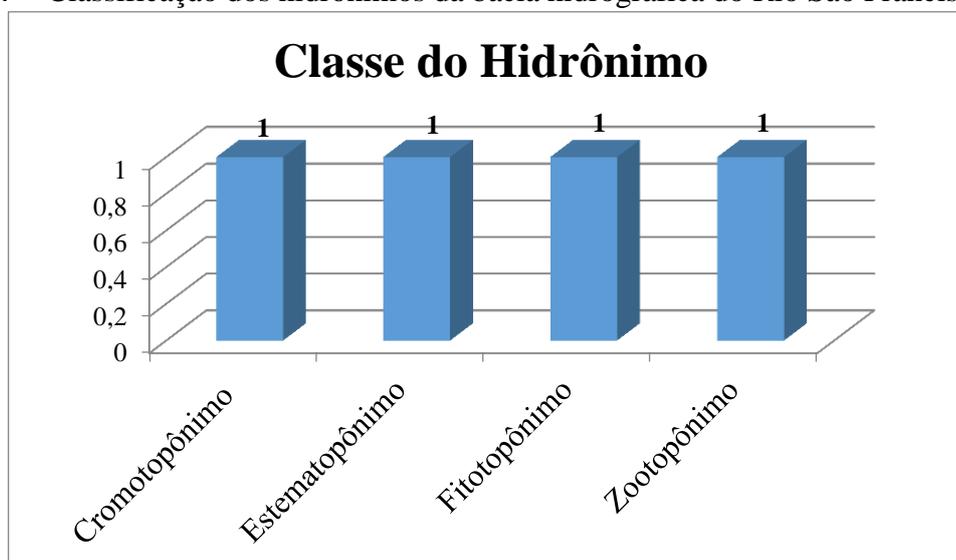
O hidrônimo *Rio São Francisco* é de ordem cultural e classifica-se topossemanticamente enquanto um sacrotopônimo. Esse nome foi dado em homenagem a São Francisco de Assis, que de acordo com sua semântica significa francês livre ou aquele que vem da França. Sua estrutura morfológica é de nome composto e de origem latina. Esta bacia hidrográfica é a de menor proporção no estado de Goiás. No entanto, é o maior rio totalmente brasileiro, vai de um extremo ao outro do país, sendo considerado por alguns de o “Nilo brasileiro”. Dos 50 (cinquenta) hidrônimos inventariados, 04 (quatro) são pertencentes a esta bacia.

**Quadro 28:** Classificação dos hidrônimos da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco

<b>Bacia hidrográfica do Rio São Francisco</b>					
<b>Hidrônimo (Rio)</b>	<b>Entidade Geográfica</b>	<b>Classe do Hidrônimo</b>	<b>Língua</b>	<b>Estrutura morfológica</b>	<b>Nº de ordem</b>
<b>Bezerra</b>	Natural	Zootopônimo	Latim	Simples	05
<b>Bonito</b>	Natural	Estematopônimo	Castelhano	Simples	06
<b>Preto</b>	Natural	Cromotopônimo	Latim	Simples	37
<b>Urucuia</b>	Natural	Fitotopônimo	Tupi	Simples	45

Os dados apresentados no quadro acima são reveladores dos principais fatores que motivaram e contribuíram para a nomeação dos hidrônimos, vindo a estabelecer a relação existente entre o nomeador e o território. É notável, por meio dos nomes que, no ato do batismo o homem recorre a elementos e características circundantes ao acidente hidrográfico nomeado, demonstrando que o meio ambiente exerce grande influência no ato de nomeação, especialmente dos hidrônimos por nós interpretados.

A influência dos elementos do ambiente físico está em maior proporção, pois salta aos olhos do nomeador aquilo que está a sua volta, isso já era observado por Sapir (1969) e Biderman (2001) ao afirmarem que o ambiente físico é refletido no léxico da língua, servindo assim como elemento motivador dos hidrônimos. Os elementos inerentes ao cultural ocorrem em menor frequência, isso pode ser justificado pelo fato do nomeador se ater ao máximo aos elementos naturais, pois esses eram os de maior contanto e por ventura de serem os que mais lhe chamavam a atenção.

**Gráfico 7 –** Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco

O que salta aos olhos do nomeador é a primeira clarividência na motivação topossemântica, a escala cromática, o cromotopônimo. *Rio Preto* pertence a essa classe de hidrônimo. Conseqüentemente, o fato motivador ao nome do rio se justifica pelo relato de Gardner (1975, p. 143) “O rio tem aqui cerca de trinta jardas de largura, é muito fundo e de correnteza rápida. À distância suas águas parecem negras como tinta e daí vem o nome [...].” O Rio Preto recebe esse nome somente em seu curso no estado de Goiás e ao adentrar o estado de Minas Gerais se torna o Rio Paracatu. Segundo Bertran (1994, p. 20),

Subindo o Paracatu, logo damos com seu maior afluente, o já chamado Iuna, que na estratigrafia de nosso sítio etimológico, um século depois, traduzia-se, nos primeiros roteiros das minas dos Goiazes, pelo que sempre quis dizer: *rio preto*. A cor da água, ou a cor do fundo do leito deram o nome do curso: rio Preto. Uma qualificação geográfica precisa no deserto de nomes do sertão.

A respeito da mudança de nome de um acidente geográfico, percebe-se que antes da chegada do homem branco o indígena já havia instituído algum nome conhecido por ele. No caso do Rio Preto, o nome expressa as relações entre o indígena e o homem branco, o qual transcreveu o nome para sua língua, não perdendo o sentido original. Assim, fica constituído, ainda, como um fóssil linguístico, mesmo que registrado na língua de seu desbravador/colonizador.

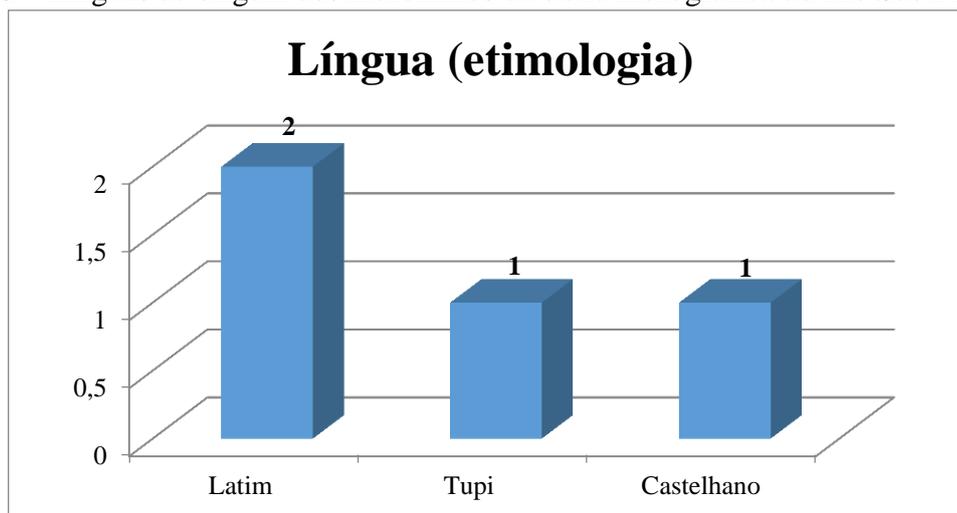
Referente ao estematopônimo, quando o nome evoca impressões sensoriais ou se refere aos cinco sentidos, nos deparamos com *Rio Bonito*, que tem em sua origem o significado de belo, formoso. Hipoteticamente, a beleza do rio ou do território foi a principal motivadora para a designação do hidrônimo, sendo “[...] o registro pelo qual se concretizou a ‘assimilação do mundo’ através do código de linguagem vivenciado por determinada comunidade linguística” (DICK, 1990a, p. 29). O meio ambiente mental é a fonte de busca da nomeação dos primeiros hidrônimos dessa bacia hidrográfica.

O hidrônimo *Rio Urucuaia*, um fitotopônimo, tem sua origem em alusão a um fruto chamado urucum, uma substância de cor vermelha, a qual os indígenas extraíam e pintavam seus corpos. Especificamente, o Rio Urucuaia significa águas vermelhas ou rio vermelho. Outro fato curioso que nos chama atenção nesse rio é que no inverno ele possui águas claras esverdeadas e no verão e nos períodos chuvosos, em razão das enchentes constantes, suas águas ficam avermelhadas da cor de barro. Era comum os indígenas chamarem as coisas que viam pelos seus adjetivos, pelas qualidades de tal coisa.

As interferências do homem no ambiente sempre foram constantes e isso não se difere no processo de nomeação, em que o nomeador recebe influências exoecológicas,

extralinguísticas, tal como ocorreu com o hidrônimo *Rio Bezerra*, um zootopônimo que se refere a um animal, um vitelo, um novilho, a cria da vaca e do boi. De modo evidente, a grande criação de gado na região foi o fator primordial na designação do rio. A estes últimos hidrônimos é evidente que os fatores do meio ambiente natural foi preponderante para as suas motivações.

**Gráfico 8** – Línguas de origem dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco



A língua tem valor e relevância para o homem e para a sociedade, por isso está intimamente relacionada com a cultura e refletindo as formas que o indivíduo possui de enxergar, habitar e interpretar o mundo e o ambiente em que está inserido. Segundo Castiglioni (2014, p. 18), nos estudos toponomásticos no Brasil, os hidrônimos não são originários apenas da língua portuguesa “[...] como também com designativos provenientes da língua dos outros povos que existiram no País, desde o início da sua história: os indígenas, os africanos, e os europeus.”

Nos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco deparamo-nos, como nas demais interpretações, com um índice maior de hidrônimos de origem latina, seguido do tupi. De acordo com Dias (2016), o tupi e o latim são uma fonte virtual, um repositório de raízes lexicais para formar hidrônimos. Na catalogação e interpretação das lexias encontramos o hidrônimo Rio Bonito, que segundo Cunha (2010) provavelmente seja originário da palavra castelhana *bueno*, uma língua românica ocidental do grupo ibero-românico e que surgiu a partir do latim.

Tocante a estrutura dos hidrônimos interpretados, constatamos ser simples, formados apenas de um nome, assumindo uma posição descritiva, pois cada qual usa de características

do espaço circundado do acidente hidrográfico para proceder com a nomeação. Nesse processo fica coerente à influência do território sobre o homem no ato do batismo de cada rio.

#### 7.1.4 Os hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins

O *Rio Tocantins*, o qual designa também a bacia hidrográfica, é o principal do estado de Goiás, facilmente navegável e como os demais contribuiu para a expansão no período do Brasil Colônia. Em Goiás não foi diferente, pois “[...] alguns negociantes das vilas do sudoeste descem anualmente o Rio Tocantins para irem ao Pará vender couros e comprar artigos europeus” (GARDNER, 1975, p. 150). Além de servir de rota para o comércio, também servia para os religiosos irem à busca dos nativos para evangelizar e civilizar, não esquecendo que os bandeirantes e os mineradores percorriam os rios em busca de ouro e de metais preciosos. Desta feita, justifica-se assim que “[...]o rio Tocantins e seus principais afluentes desenvolveram esse papel na conquista do território goiano e tocaninense” (DIAS, 2016, p. 147).

Dos 50 (cinquenta) hidrônimos catalogados, 13 (treze) são pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Tocantins e mostram em suas descrições a influência do ambiente sobre o nomeador e também dos vários fatores de ordem natural e cultural, os quais são motivadores para a designação dos hidrônimos coletados.

**Quadro 29:** Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins

<b>Bacia hidrográfica do Rio Tocantins</b>					
<b>Hidrônimo (Rio)</b>	<b>Entidade Geográfica</b>	<b>Classe do Hidrônimo</b>	<b>Língua</b>	<b>Estrutura morfológica</b>	<b>Nº de ordem</b>
<b>Cana Brava</b>	Natural	Fitotopônimo	Latim + Latim	Composto	08
<b>Corrente</b>	Natural	Hidrotopônimo	Latim	Simple	12
<b>das Almas</b>	Natural	Animotopônimo	Latim	Simple	16
<b>das Pedras</b>	Natural	Litotopônimo	Latim	Simple	17
<b>do Peixe</b>	Natural	Zootopônimo	Latim	Simple	22
<b>dos Patos</b>	Natural	Zootopônimo	Onomatopaica	Simple	24
<b>Maranhão</b>	Natural	Hidrotopônimo	Tupi	Simple	27
<b>Padre Sousa</b>	Natural	Axiotopônimo	Latim + Latim	Composto	30
<b>Paraná</b>	Natural	Hidrotopônimo	Tupi	Simple	32
<b>Santa Teresa</b>	Natural	Sacrotopônimo	Latim + Grego	Hibrido	39
<b>Tocantins</b>	Natural	Zootopônimo	Tupi	Simple	41

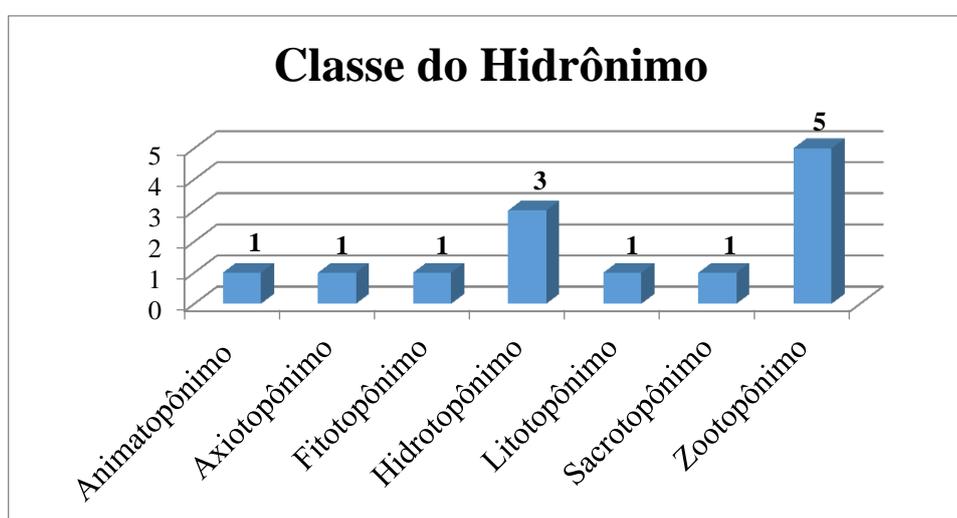
<b>Tocantinzinho</b>	Natural	Zootopônimo	Tupi	Simples	42
<b>Uru</b>	Natural	Zootopônimo	Tupi	Simples	44

Mediante os dados apresentados foi possível observar e interpretar as principais motivações do homem no processo de nomeação do acidente hidrográfico. Sendo assim, constatamos que os elementos mais evidentes nos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins são relativos ao ambiente natural, de modo específico, referente à fauna, isto é, o zootopônimo, o que se justifica por ser o de maior contato do nomeador e por estar ligado diretamente ao território, espaço no qual ele intimamente vive e convive.

Pelo caráter motivado, o hidrônimo possibilita reconhecer os vários fatores que subjazem a escolha do nome do lugar. Por conseguinte, possibilita ao pesquisador/interpretante levantar, por meio da história e da geografia, os fatores sócio-histórico-culturais e ambientais necessários à interpretação e à análise motivacional, entendendo ainda sua etimologia, sua estrutura morfológica e a estreita relação do hidrônimo com a língua, com o ambiente e com o próprio nomeador.

Os dados apresentados confirmam uma tendência toponomástica brasileira de predominância de hidrônimos rotulados segundo as classificações topossemânticas dos elementos naturais da região em que estão inseridos. Tal fato vem corroborar com as perspectivas desta pesquisa, a qual almeja verificar as relações entre a língua e o meio ambiente, o que só pode ser apurado mediante a interpretação do hidrônimo, um signo linguístico instituído pela ação humana no ato de nomear.

**Gráfico 9** – Classificação dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins



Os hidrônimos correspondentes à bacia hidrográfica do Rio Tocantins estão divididos em: animotopônimo, axiotopônimo, fitotopônimo, hidrotopônimo, litotopônimo, sacrotopônimo e zootopônimo. As classificações topossemânticas revelam que no processo de nomeação e compartilhamento do hidrônimo se dá a medida que P vai ampliando o contato com T. Consequente a interação entre indivíduo-indivíduo também é aceitável para o compartilhamento entre todos desse novo signo.

O hidrônimo *Rio das Almas* advém da cultural espiritual e se classifica como animotopônimo, por estar relacionado à vida psíquica e à cultura espiritual. As histórias orais, nossas auxiliadoras na justificativa da motivação do hidrônimo (as quais não sabemos se são verídicas), relatam que em tempos remotos veio uma enchente, a qual matou muita gente e levou os corpos para o fundo do rio, sendo possível ouvir o clamor das almas por vários dias. Outra história conta que, no tempo das bandeiras, um bandeirante fez uma promessa de que se encontrasse ouro nesse rio rezaria uma missa pelo sufrágio das almas do purgatório. Achando-se ouro no dia de Nossa Senhora do Rosário rezaram a missa e deram, então, o nome ao rio em homenagem às almas do purgatório. Tais motivações estão no cognitivo humano, desta forma o ecossistema mental é o centro desse processo.

Um fato interessante, o Rio das Almas recebe, também, o nome de Rio Branco no território kalunga do Vão de Almas. Fato esse está relacionado com a carga negativa do nome, pois neste rio muitas vidas foram perdidas.

O *Rio Padre Sousa*, por sua vez, é um axiotopônimo, classificação dada ao hidrônimo que se refere a títulos e a dignidades que acompanham os nomes próprios individuais. O uso do antrotopônimo revela a relação que P tem consigo mesmo. Refletindo o meio ambiente social. Nesse caso específico homenageia um sacerdote de nome José Nicolino de Sousa, filho de uma índia, descendente das tribos soberanas que dominaram o rico vale de Trombetas-PA. Segundo Oliveira (1922, p. 8): após ter vivido e convivido com a civilização, o padre teria

sido atacado pela nostalgia da floresta. Despira a batina, abandonara tudo e fugira para ir viver com os selvagens, vida erradia, entregue à caça e à pesca, esquecido completamente da educação que recebera e da civilização onde vivera, para morrer, revestido da tanga imunda, no meio de sua tribo, entre seus irmãos da mata virgem.

Todo e qualquer fato da vida cultural é relevante para se chegar à verdadeira motivação que levou o nomeador a declarar o hidrônimo ou objeto. Isso mostra a relação existente entre o homem e os fatos culturais que conhecem e/ou que carregam consigo.

A flora é um forte elemento na vida humana, servindo de alimento tanto para o homem quanto para os animais, sendo usada também nas práticas culturais de remédios e benzeções. Nessa ordem temos o fitotopônimo *Rio Cana Brava*, evidentemente a nomeação se deu em virtude de o lugar ter várias espécies de plantas com caule ou pela própria cana-de-açúcar, já que em algumas partes da região norte da província de Goiás se produzia cachaça. A fitologia sempre foi descrita pelos viajantes e botânicos, pois suas variedades lhes chamavam atenção. Casal (1976, p. 147) descreve que,

[...] há variedade de plantas medicinais; diversidade de palmeiras; árvores que dão casca para cortumes, boa cinza para decoadas: conhecem-se os grandes jatobás, que suam a goma copal; os angicos que dão outra alambreada: o pau-brasil, e o estimado sebastião-de-arruda, são quase inúteis por causa da grande distância, em que ficam dos portos.

O nomeador sempre faz referência ao que lhe é útil ou está mais próximo de sua observação, por isso, às vezes, o nome pode ser opaco e não ter nenhuma relação com o local, sendo selecionado apenas por apresentar semelhança com a coisa nomeada.

Os acidentes hidrográficos são fontes de vida humana e os nomes originados a partir do elemento água são classificados como hidrotopônimos. O *Rio Corrente* tem suas motivações em corrente/correnteza, característica de cursos d'águas que pode ser levantada a partir de Casal (1976, p. 157), a quem observa “[...] o Rio Corrente, que é um dos primeiros ramos do Paranã, sai da Serra de São Domingos, e depois de algumas léguas esconde-se por espaço de 3 milhas através de um monte, onde suas águas perdem a cor e a bondade.” O *Rio Paranã*, de origem tupi, significa semelhante ao mar, denominação dada aos grandes rios. Sua motivação se deve às suas características dimensionais, à sua extensão e em função do seu percurso, em que as formações rochosas com a força das águas vão formando as corredeiras, os travessões e as belíssimas cachoeiras. Em importância e tamanho

O rio Paranã serviu desde muito cedo, desde a época colonial, como caminho para alcançar as regiões mais interioranas do sertão tocantinense, vindo do sul. Depois serviu de caminho para se chegar ao comércio de Belém, estado do Pará. Esse rio é citado pelos viajantes do século XIX e XX, demonstrando a permanência do hidrônimo e a importância desse rio para as populações ribeirinhas (DIAS, 2016, p. 151).

O hidrônimo *Rio Maranhão* segue a mesma linhagem do Rio Paranã, traz em seu nome características de suas águas sendo o mar corrente, o grande caudal que simula o mar a correr. Ao interpretarmos esses hidrônimos percebemos que a geografia empresta o termo para denominar os acidentes hidrográficos, descrevendo assim suas principais características.

Nomes originados de minerais ou da constituição do solo recebem a classificação de litotopônimos, sendo exemplo dessa classificação o *Rio das Pedras*, caracterizado consequentemente pelo acúmulo de pedras no seu interior e por causa da exploração do mineral de areia. Assim, como observado em Dick (1990a, p. 125), os referidos hidrônimos de origem mineral se referem ao primeiro caso, que é o de “índole genérica”, aspectos físicos e específicos às regiões da terra, revelando características minerais da região em que está localizado determinado rio. Estando intrinsecamente ligados ao meio ambiente natural.

A religiosidade é uma influenciadora na designação dos lugares no Brasil, visto que no início da colonização vieram os jesuítas, bem como, o próprio povo português com as suas devoções. O hidrônimo *Rio Santa Teresa*, um sacrotopônimo, demonstra que o denominador evidentemente homenageou uma santa que é tida como doutora da igreja, por revelar um dos traços culturais/religiosos mais marcantes do local e de seus antepassados, a fé católica, também conhecida como Santa Teresa D’Ávila, por ser de uma nobre família de Ávila, na Espanha.

A interpretação dos zootopônimos da localidade pesquisada evidenciou a valorização da fauna local, uma vez que os nomes de animais foram recuperados para nomear os acidentes hidrográficos. Destacam-se na bacia hidrográfica do Rio Tocantins os animais: pato, peixe, tucano e uru. O *Rio do Peixe* leva-nos a interpretar como sua possível motivação o fato de este ser encontrado em suas águas. Além disso, pode ter recebido esse nome graças a grande quantidade de peixes encontrada e por servir de alimento para o homem. Consequentemente, o *Rio dos Patos* não seria diferente, consequentemente por ali se tinha muitos patos. Mas um traço comum poderia ser pelo barulho do caminhar do animal, que se assemelhava ao feito pelo rio, usando assim uma onomatopeia.

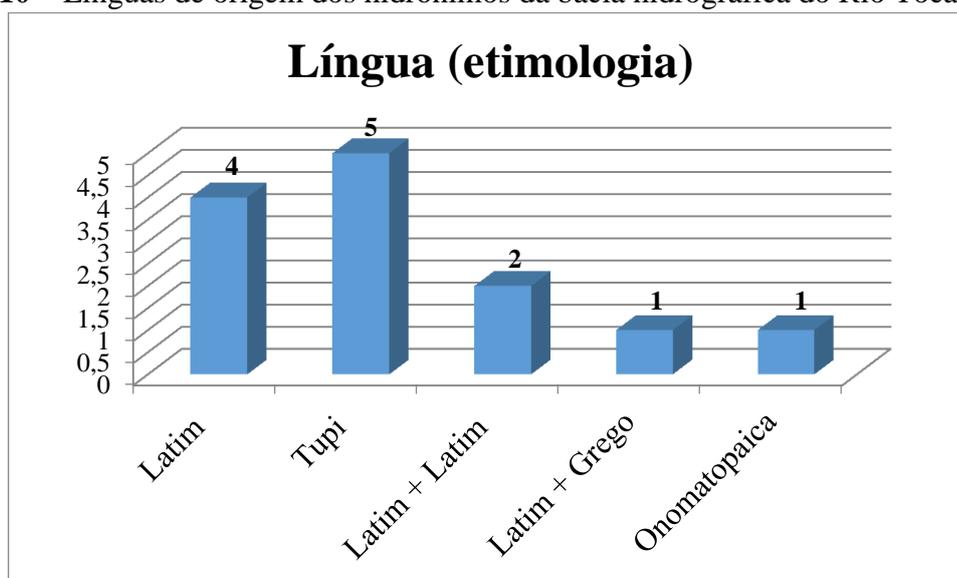
Já os hidrônimos *Rio Tocantins* e *Rio Tocantinzinho* têm suas bases motivacionais na figura de um animal, o tucano. Segundo Dias (2016, p. 149), podemos destacar ainda outra possível motivação, devido “[...] a presença do grupo indígena que habitava a região, local em que os primeiros exploradores tiveram contato com esse rio.” Já Tibiriçá (1985, p. 113) confirma a nossa classificação de ser um zootopônimo, pois “[...] este vocábulo quer dizer “nariz de tucano”, apelido dado a uma tribo indígena que habitava a região e dera seu nome.”

Nas interpretações encontramos o hidrônimo *Rio Uru*, nome de uma ave galiforme. Possivelmente essa ave, em algum momento, tenha chamado a atenção do nomeador, mas o curioso é que esse nome passou pelo processo de apócope, no qual suprimiu-se partes da palavra, isso fica evidente nas narrativas dos viajantes. Saint-Hilaine (1975, p. 47) relata: “Logo depois que deixei Mandinga atravessei uma ponte de madeira sobre o **Rio Urubu**. Esse

rio, que era considerado na região como sendo origem do Tocantins.” Já Casal (1976, p. 148) descreve: “A principal cabeceira do Rio Tocantins é o **Rio Uruu**, que principia na falda meridional da Serra Dourada, pouco distante da capital para o sul [...]”, contudo, nos documentos e mapas oficiais da contemporaneidade a grafia é **Rio Uru**.

A fauna na província de Goiás era de variadas espécies, que em sua maioria serviram de alimento para a população. De acordo com Casal (1976, p. 147) “[...] grande parte destes viventes morrem freichados pelos selvagens, que os comem sem sal, nem algum outro tempero”. Entretanto, os animais que motivaram a nomeação dos acidentes hidrográficos estão vinculados de alguma forma à vida do denominador, por isso exercem um importante papel no processo onomástico toponímico do universo pesquisado. Doravante, os nomes de animais estabelecem a relação entre homem-animal e o modo como P percebe, maneja e classifica esses animais em T.

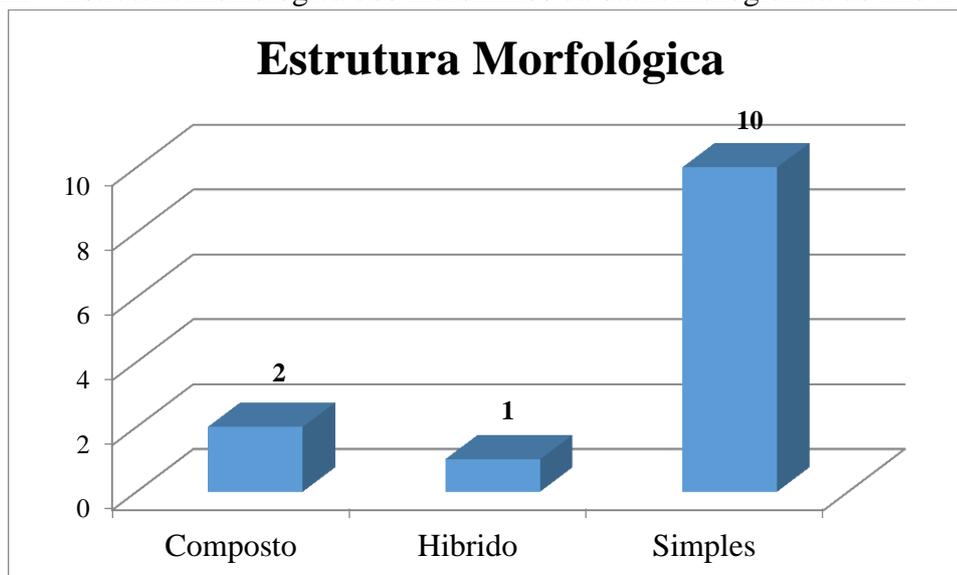
**Gráfico 10** – Línguas de origem dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins



Sapir (1969, p. 46), ao explicar a influência do ambiente no léxico de uma língua, assinala que “[...] não são especificamente a fauna e os aspectos topográficos da região que uma língua reflete, mas o interesse da nação nesses traços ambientais”. Desse modo, conforme o interesse do grupo designador, o traço ambiental que mais lhe interessa é perpetuado como signo linguístico, marcando a língua com tipologias identificadoras ligadas às suas necessidades e, por extensão, significativas para o grupo que nomeia o meio que o circunda (PEREIRA, 2009).

Nesse contexto, as línguas que deram origem aos hidrônimos seguem a mesma sequência dos outros interpretados, o latim e o tupi aparecem em maior destaque. Deparamo-nos ainda com uma formação composta híbrida latim + grego e uma onomatopaica, esta última consiste na criação de uma unidade lexical que procura reproduzir aproximadamente certos sons ou certos ruídos.

**Gráfico 11** – Estrutura morfológica dos hidrônimos da bacia hidrográfica do Rio Tocantins



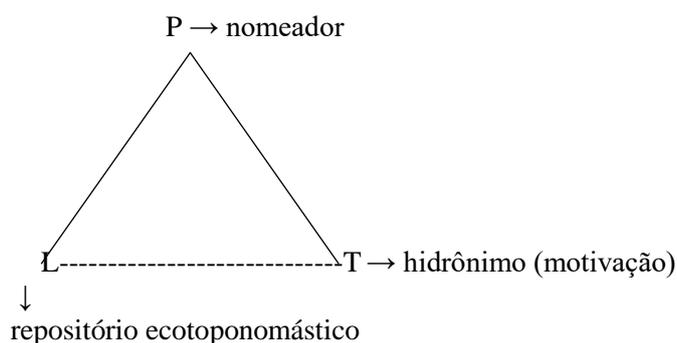
Na composição da estrutura morfológica: a simples teve maior ocorrência, sendo formada de uma só lexia; a composta formada por duas lexias de uma mesma língua; e uma híbrida, formada por duas lexias de línguas diferentes (latim + grego). Por fim, ao traçar um panorama dos hidrônimos interpretados é elementar que o nomeador, ao longo das nomeações, buscou em suas bases motivacionais preservar a memória local, seja pelos fatores físicos e/ou sociais.

## 7.2 Os hidrônimos goianos na perspectiva da ecolinguística

O processo de interpretação dos hidrônimos goianos, com suporte da ecolinguística – observando às relações entre língua e meio ambiente via processo de nomeação – só é possível mediante a presença de uma população que nomeia os acidentes hidrográficos. As manifestações sociais, religiosas, culturais e físicas inerentes ao território podem ser vislumbradas mediante tal interpretação.

Por meio do ato de nomeação de um hidrônimo, é possível também traçar um paralelo com o ecossistema integral da língua L – P – T, demonstrado no gráfico abaixo, do

ecossistema ecotoponomástico. A equivalência de L está para o repositório ecotoponomástico (guarda, preserva, organiza aquilo que é recortado por determinada comunidade como fundamental para interações); P está para o nomeador, que pode ser individual ou coletivo; T, onde o hidrônimo (lugar designado pelo hidrônimo de onde advém a motivação para escolha do nome) que passa a carregar toda a história e características físicas inerentes ao lugar que designa.



O surgimento de um hidrônimo se dá pela percepção dos elementos do meio ambiente o que leva a conceptualização, que ocorre na produção de modelos mentais feitos por P e representados em L. O nomeador (P) com a necessidade de se referir ao lugar, busca mediante as suas motivações identificá-lo e, assim nasce uma lexia. Que deixa o nível mental e se converte em signo. Nesse caso um signo toponomástico e motivado.

Com uma visão holística, princípio da ecolinguística, os seres vivos inseridos em um território encontram-se ligados de alguma forma a terra, pois pertencem a ela. Segundo Castro (2017, p.157) “Em uma visão por demais progressista e mercadológica é a terra que pertence ao homem, e esta concepção reflete-se no processo denominador e na toponímia.” Por sua vez, ao categorizar um acidente hidrográfico, o homem apodera-se dele, pois, dar nome é apropriar-se do que antes não era conhecido ou identificado. No entanto,

A hipótese de Couto – que nesse aspecto não difere dos demais modelos ecolinguísticos – é de que **a língua é projetada para e pelo meio ambiente** e, por isso, designa-o; o Território, projetado sobre o Povo, faz com que este o nomeie, renomeie e o transforme (SCHMALTZ NETO, 2017, p. 37, grifos do autor).

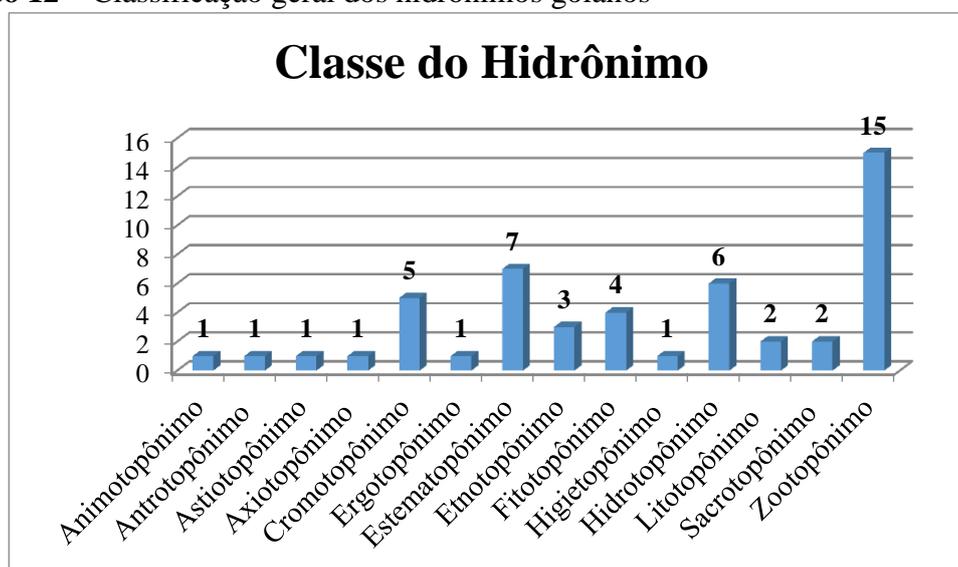
É nesse nomear e renomear que o homem usa da língua para se apoderar do território e até mesmo transformar o que nele existe. Nos estudos ecolinguísticos, a proposta de Haugen (1972) foi pensar o MA como cenário social-cultural, onde a língua é usada, sendo

determinada pelo povo que a aprende/adquire, a usa e a transmite. A língua existe na mente dos usuários e ela funciona na interação de uns com os outros e com a natureza, isto é, com o ambiente social e com o natural (HAUGEN, 1972).

O processo da linguagem se interpor entre P e T se dá por estruturas estabelecidas na mente humana, onde toda a construção cognitiva é apreendida, experimentada, explorada e, conseqüentemente, empregada no momento da interação entre os indivíduos por meio de L. Por conseguinte, P não é só o criador de L, mas também o seu mantenedor. Dessa forma, P é formado, portanto, dos membros e do elemento dinâmico da comunidade.

Ver o homem como o criador e o mantedor de L e, por vez, suas relações com o T é fundamental para esta pesquisa, a qual descreve e interpreta os hidrônimos goianos. Nesse quesito é importante observar as classificações topossemânticas, uma vez que dão sustento na inventariação das principais motivações que levaram P a batizar tal acidente hidrográfico com o nome, designando-o em hidrônimo. Assim, fica evidente as relações entre L e T mediadas por P, que é o mantenedor de L.

**Gráfico 12** – Classificação geral dos hidrônimos goianos



Os signos toponomásticos emprestam à geografia o termo para denominar os acidentes hidrográficos em estudo. Nessas circunstâncias, o elemento genérico transforma-se em elemento específico, o signo por excelência, gerando o fenômeno da toponimização que resulta do aproveitamento de nomes de acidentes fluviais que fazem parte de um curso d'água na toponomástica.

Os rios e os mares bem como os lagos, são imprescindíveis, pois sem água não há vida, e sem vida não há povo nem indivíduo. Sem ela, não haveria flora ( $t_4$ ) nem fauna ( $t_3$ ). Elas são, elas próprias, vida. São a fonte de alimento para os indivíduos que compõem P. Todos os outros fatores têm sua importância maior ou menor, até chegar a  $t_n$ , o último componente de T (COUTO, 2007, p. 102).

Relativo à importância da água para população, nota-se que esta última tem a necessidade de nomear os rios, que além de contribuir com o sustento do homem, servem também para locomoção, para a demarcação do próprio território e, até mesmo, para orientação geográfica. Nesta pesquisa foram catalogados 50 hidrônimos pertencentes às quatro bacias hidrográficas do estado de Goiás – do Rio Araguaia, do Rio Paranaíba, do Rio São Francisco e do Rio Tocantins –, que se caracterizam por serem os maiores em extensão e volume de águas, sendo também os mais importantes para as regiões que suas águas atravessam.

Justificar a nomeação dos hidrônimos é observar que todo e qualquer agrupamento de indivíduos está inserido em um território, no qual a interação/comunicação deles se dá por meio da língua. Ademais, P via L é capaz de criar e recriar novos territórios (T), sendo ele o componente mais concreto da comunidade, o suporte material. O hidrônimo está inserido em um território, o solo, especificando-se por  $t_1$ , o qual obteve interferência de P por meio de L no processo da nomeação, devido às motivações recebidas de fatores exoecológicos ou endoecológicos, estando no nível social, mental e/ou natural.

Os hidrônimos de índole animal, zootopônimos, foram os de maior frequência, porquanto dentre os 50 interpretados eles somam 15. Tal fato é justificado mediante o que Casal (1976, p. 147) nos apresenta relativo à fauna da província de Goiás, no momento de sua viagem ao interior deste território,

Os veados, por toda a parte numerosos, fornecem com suas peles um ramo de comércio. As onças, antas, porcos do mato, lobos, ou guarás, macacos, tamanduás, raposas, cotias, quatis, pacas, com outras muitas espécies de quadrúpedes comuns às províncias convízinhas, são aqui mui conhecidas, e geralmente perseguidas: dumas aproveita-se-lhes a carne, doutras a pele, e de algumas uma e outra. As perdizes, e emas encontram-se freqüentemente nos descampados: os mutuns habitam nos bosques, e com seu lúgubre canto chamam o caçador, que não lhes perdoa: conhecem-se bem os tucanos, os pombos procazes, as aracuãs, as arapongas, os jacus. Grande parte destes viventes morrem freichados pelos selvagens, que os comem sem sal, nem algum outro tempero.

Os animais, além de serem utilizados como fonte alimentícia para o homem, foram/são usados de diversas formas: ofertando couro e penas para roupas e adornos; servindo como bichos de estimação; e sendo empregues como um meio de transporte para o ser humano

(carregando-o de um lado para outro). Essas relações entre o homem e o animal são refletidas no próprio território, pois de alguma forma há uma interferência do homem no habitat do animal e, em contrapartida, esse animal, em alguns pontos, serve de referência motivacional para o homem no processo de nomeação dos lugares, em nosso caso na nomeação dos rios.

Segundo Dick (1990a), a função do animal vai além da fonte alimentícia, figurando em um eixo relacionante integrado pelo homem que o personifica, o qual nem sempre chega a ter com ele um contato direto, podendo ser apenas algo visual e que tenha lhe chamado à atenção. Portanto, o uso de nomes de animais por P estabelece a relação entre ambos e o modo que P vê, maneja e classifica os animais em T.

Em segunda posição encontramos os estematopônimos, com 7 hidrônimos, os quais evocam as impressões sensoriais ou se referem aos cinco sentidos – audição, olfato, paladar, tato e visão – estando interligados ao cognitivo humano, meio ambiente mental, pois de algum modo algo chamou a atenção do nomeador via mental e foi transferido no processo de nomeação do acidente hidrográfico, acontecendo a cristalização da lexia.

A água é fonte de vida humana e caminho de descobrimento de novos territórios a serem explorados e modificados pelo homem. Os hidrônimos originados de acidentes hidrográficos classificam-se como hidrotopônimos e dos 50 interpretados, 6 são dessa natureza. De acordo com Dick (1990a, p. 196), a ocorrência de hidrônimos de “[...] natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos de água para as condições de vida.”, daí a tendência de os primeiros povoados se formarem nas margens dos rios. Em termos de Brasil, os desbravadores no período colonial na maioria das vezes utilizavam os rios como caminho, nas chamadas monções, e se alojavam perto de um rio ou de um córrego.

As águas são elementos preponderantes na vida humana e, assim, estabelecem a relação de P com T. Conseqüentemente, ao se batizar o acidente hidrográfico P usou de elementos do meio ambiente natural para se referir a T. Desta forma, destacamos que a geografia empresta elementos para a nomeação do lugar.

É possível observar, que aquilo que está no território desperta o interesse do homem. É o que ocorreu no caso do cromotopônimo, hidrônimo relativo à escala cromática, apresentando 5 hidrônimos dentre os 50 catalogados. Esses dados demonstraram que as cores sempre estão ligadas às características das águas, umas dando a ideia de sujas, vermelhas semelhante ao barro ou lama, outras sendo claras e límpidas, de tal forma a situação remete às relações entre P e T via L. Nessa categorização P retira de T motivações que estão armazenadas no meio ambiente mental e transfere para o próprio T, por meio da nomeação do acidente hidrográfico.

E, no ato de nomear, acontece a motivação, que está ligada aos fatores cognitivos. Assim, o léxico que a ele é determinado, por meio do uso da linguagem, se transporta no tempo, sendo capaz de revelar os fatores culturais e motivacionais que estão nesse nome, o hidrônimo (BIDERMAN, 1998).

A presença dos hidrônimos de índole vegetal na região estudada, os fitotopônimos, dentre os 50 foram encontrados 4, podendo ser justificados pela importância das plantas no cotidiano do homem. Os nomes de plantas estabelecem a relação entre planta e povo, já que são imprescindíveis à qualidade de vida, daí a tendência de valorização da vegetação no processo de nomeação dos acidentes hidrográficos e também os humanos. No que se refere à flora, na província de Goiás, Casal (1976, p. 147) registra que,

Há variedades de plantas medicinais; diversidade de palmeiras; árvores que dão casca para cortumes, boa cinza para decoadas: conhecem-se os grandes jatobás, que suam a goma copal; os angicos que dão outra alambreada: o pau-brasil, e o estimado sebastião-de-arruda são quase inúteis por causa da grande distância, em que ficam dos portos. A planta do tabaco recompensa bem o trabalho, quando cultivada em terreno substancioso, ou bem esterçado. Do fruto das mamoeiras se extrai azeite para luzes. O algodoeiro prospera em muitas partes, e a sua lã fomenta um ramo de indústria, que começa a variar a benefício do povo. As canas-de-açúcar são cultivadas em vários distritos, e entretêm muitos engenhos; do seu suco a maior parte é reduzida à aguardente e rapaduras. Farinha de mandioca, milho, e legumes são as mais abundantes produções da agricultura.

Desde a cana-de-açúcar, muito usada para fazer açúcar, álcool, aguardente e até mesmo servindo de alimento para o gado, teve grandes plantações em Goiás no início dos séculos XIX e XX. As palmeiras e samambaias recorrentes no território goiano são fontes motivacionais para a nomeação de hidrônimos, os quais evidenciam a relação existente entre T e P.

Ao que se refere a hidrônimos relativos aos elementos étnicos ou tribos destacam-se os etnotopônimos, sendo 3 interpretados e todos referentes a tribos indígenas, os caiapós e os crixás (açú e mirim), os quais viveram em território goiano. Tal ato revela que mesmo sendo dominados pelo estrangeiro, ainda tem uma representatividade no meio ambiente onde foi seu espaço de vivência e sobrevivência, isso caracteriza o meio ambiente social e o etnocultural e a importância dessas tribos para a constituição do território goiano.

O litotopônimo está associado ao meio ambiente natural, referindo-se ao mineral que de alguma forma seja abundante nas redondezas do território. Nesse sentido, encontramos 2 hidrônimos com essa classificação, o Rio Corumbá, que em suas bases semânticas significam banco de cascalho. Na verdade, esse rio realmente serve para se extrair tal mineral tendo inúmeras dragas no correr de seu curso. O litotopônimo evidencia como os aspectos físicos do

ambiente despertam o interesse do homem que o transforma em hidrônimo. As motivações que levam P a categorizar T são específicas do próprio T, pois via L, P organiza, busca e recupera o que lhe é importante ser retirado para nomear o lugar.

Com a mesma frequência de 2 hidrônimos temos o sacrotopônimo, referente a nomes de entidades sagradas. Em geral, ao usar nomes sagrados, o nomeador reflete a mentalidade coletiva de uma época que tenha alguma relação com o acidente hidrográfico nomeado e “[...] liga-se a todo um processo subjetivo de reflexão, muito mais próximo, portanto, do inatingível, que das manifestações reais do mundo sensível, a cercar o ambiente natural onde o indivíduo se movimenta” (DICK, 1990b, p. 311). Podendo ainda, usar no processo de nomeação São ou Santo, para homenagear alguém que teve destaque histórico na região. Destacamos nesse processo o meio ambiente social e mental, pois as motivações de P para nomear o acidente geográfico foi buscada em T, sendo T<sub>2</sub> (mental) e T<sub>3</sub> (social).

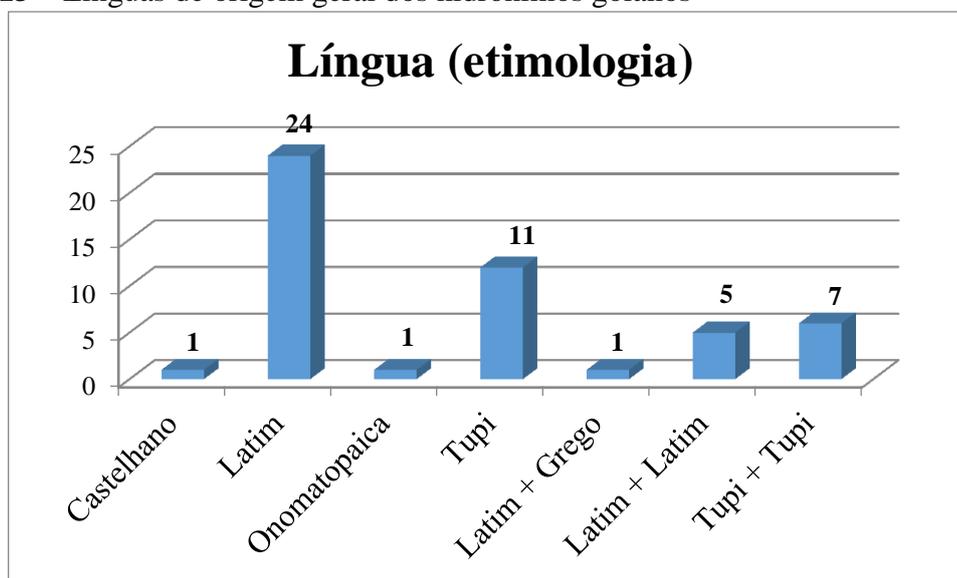
Nas interpretações dos 50 hidrônimos, alguns tiveram aparecimento apenas 1 vez, são estes: animotopônimo, antrotopônimo, astiotopônimo, axiotopônimo, ergotopônimo e hietopônimo. O animotopônimo está relacionado ao psíquico do nomeador do hidrônimo – meio ambiente mental. Por isso, nessa categoria tem forte carga subjetiva, pois reflete as impressões humanas frente ao meio ambiente em que estão inseridos. O antrotopônimo faz referência a nomes próprios, nesse caso o Rio Verrísmo, um patronímico, podendo especificar como posse do lugar, ou até mesmo a demarcação de quem nomeou o rio.

Em suas características o astiotopônimo faz alusão a centros povoados e nesse sentido o nomeador de alguma forma busca alguma ligação mental, social ou natural para exprimir o nome do acidente hidrográfico. Já o axiotopônimo refere-se a títulos e a dignidades que acompanham os nomes próprios individuais, tal motivação no contexto da pesquisa se deu com o Rio Padre Sousa. Demonstrando as relações de P consigo mesmo. Como já observado, o padre era filho de uma índia e com o passar do tempo deixou a batina e foi viver entre os gentios. Evidentemente, tal fato teve relevância para o nomeador do rio.

É evidente que o hidrônimo apresentou também como fonte motivacional a relação existente entre a cultura material e o seu nomeador, o ergotopônimo, Rio Meia Ponte, o qual se insere no meio ambiente social da língua, visto que a classificação topossemântica recupera elementos da cultura material do povo da localidade e identifica a influência do homem no meio em que se vive. As características inerentes à limpeza, à saúde e ao bem-estar físico estão demarcadas nos hietopônimos, esses se referem à vida social do homem e de alguma forma estão presentes no meio ambiente, no contexto da pesquisa ficou evidente no Rio Água Limpa, em que a água reflete o aspecto de limpeza e salta aos olhos de P.

Por fim, ao descrevermos e interpretarmos os hidrônimos goianos, pertencentes às quatro bacias hidrográficas, fica evidente a relação que há entre P e T expressa por meio de L, refletindo a existência e o uso dos meios ambientes da língua: natural, social e mental.

**Gráfico 13** – Línguas de origem geral dos hidrônimos goianos



Analisar as línguas que deram origem aos hidrônimos, estratos linguísticos, antes de tudo, é perceber as influências das etnias que povoaram o nosso país e o estado de Goiás. Sabemos que, no início do século XVI, quando os povos lusófonos chegaram a terras brasileiras, os indígenas já as habitavam, embora fossem os donos da terra, tão logo os portugueses se instalaram e se fizeram os novos donos. Mas, com o passar dos séculos outros povos foram chegando e também se instalando no território goiano.

Partindo da etimologia dos hidrônimos goianos interpretados nesta pesquisa é pertinente às observações de Câmara Jr. (1986), em que os hidrônimos brasileiros, ainda sem grandes mudanças fonéticas, representam: i) nomes comuns ou locuções substantivas, de caráter descritivo: *Rio Samambaia*; ii) nomes de santos padroeiros: *Rio São Marcos*; iii) reprodução de topônimos portugueses, de imigrantes ou topônimos transplantados: *Rio Babilônia*; (iv) tupinismos e africanismos, com intenção descritiva: *Rio Caiapó*; (v) nomes de autoridades governamentais ou homens públicos: *Rio Padre Sousa*. Contudo, “[...] pode, aliás, afirmar-se que, em todo o mundo civilizado ou não, um antrotopónimo converte-se em topónimo com a mesma facilidade com que se opera o fenómeno inverso” (PIEL, 1979, p. 10).

Por sua vez, de acordo com os estudos ecolinguísticos, L é interação, sendo o modo de os membros de P interagirem entre si em T em que convivem. E como componente de comunidade inclui tudo o que orienta o comportamento no ambiente coletivo, que atribui eficácia aos atos interativos de comunicação entre seus membros. Segundo Schmaltz Neto (2017, p. 32): “Para o fundador da ecolinguística [...] É preciso enxergar a língua como um organismo. É preciso compreender a maneira como esse organismo interage no seu meio ambiente. É preciso enxergar a língua sob a perspectiva biológica.”

Na visão ecológica de mundo, referir-se ao que está nele centra-se nas bases teóricas da ecolinguística, pois, para falar de algo, é necessário que a população esteja em um território, conheça-o e reconheça do que se fala, proferindo por meio da língua e “[...] não há como eludir o fato de que a língua faz parte do meio ambiente. Ela foi criada por quem está no meio ambiente. No meio ambiente ela está. Se está nele, está relacionada com ele” (COUTO, 2007, p. 134-135).

As línguas de origem dos hidrônimos goianos são: castelhano, latim, onomatopaica e tupi, podendo ser: nome simples, formados por uma única lexia; nomes compostos, formados por duas lexias (latim + latim e tupi + tupi); nomes compostos híbridos, formados por duas lexias de línguas diferentes (latim + grego). É necessário observar que o latim é uma língua da qual várias outras se originaram, inclusive o português, hoje língua oficial do Brasil, visto que o país foi colonizado por Portugal. O castelhano também tem suas origens no latim.

Dos 50 hidrônimos interpretados, 24 são simples e 5 são compostos, somando 29 de origem latina, tendo 1 híbrido com formação de duas lexias sendo latim + grego e 1 de origem castelhana. Uma classificação inusitada foi encontrar 1 hidrônimo de origem onomatopaica, o Rio dos Patos, tudo leva a crer que a lexia se formou mediante o barulho do caminhar da ave, ou até mesmo uma quantidade inusitada da ave no local. “O léxico constitui um processo complexo que vai da percepção da realidade que nos cerca até o surgimento do nome propriamente dito (lexicalização), como resultado da interação indivíduo-indivíduo e indivíduo-mundo” (ARAÚJO, 2014, p. 124).

Os hidrônimos originados da língua tupi somam 18, sendo 11 simples e 7 compostos, é possível perceber, de acordo com Siqueira (2017, p. 181), que “O tupi emerge como um repertório vasto de possibilidades de representação da paisagem goiana com suas peculiaridades da fauna e da flora muito bem descritas pelas raízes nominais da língua tupi.” Em paralelo, Couto (2007, p. 57) afirma que “[...] do léxico do português brasileiro, pode-se deduzir que houve uma grande influência indígena e africana. A primeira mais na fauna e na flora; a segunda no linguajar cotidiano.” Ainda, Bearzoti Filho (2002, p. 43), ao tratar das

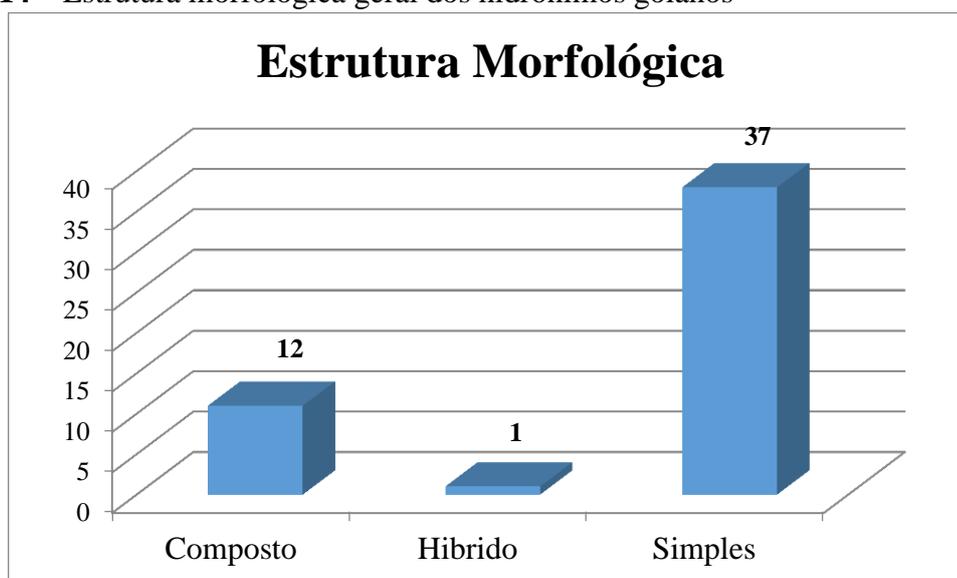
designações de origem tupi, assinala que “[...] em grande parte, trata-se de topônimos atribuídos não por índios, mas por bandeirantes, que, como já vimos, utilizavam a língua geral como idioma de comunicação ordinária em suas expedições”.

Segundo Dick (1992), quanto a utilização e a aceitação da denominação indígena, por necessidade de identificação do próprio habitat, ela é preexistente ao branco, que a aceitou e promoveu a criação de novos vocábulos dessa origem. O negro também ocupou o país, só que teve um papel secundário em relação ao processo denominativo. Às vezes em alguns estudos podem-se encontrar poucos nomes os quais tenham sua base no português africano, a exemplo disso temos o Ribeirão Mucambo, o qual significa esconderijo dos negros (escravo) fugidos (*mocambo*).

Em relação às línguas indígenas, vale ressaltar uma assertiva feita no início do século XIX pelo viajante Saint-Hilaire (1975, p. 74) em seu relato de viagem a província de Goiás, “Já tratei de estudar em outro relato o problema de origem dos idiomas da América. Os indígenas vão desaparecendo diante dos olhos de nossa raça previdente e usurpadora, e em breve não restará de suas línguas senão vocabulários incompletos e quase sempre inexatos.” Depreende-se que os hidrônimos de origem tupi aparecem em quantidade menor que os em latim em consonância com esse relato do autor.

Para Trapero (2000), a etimologia do léxico comum passa a ter um novo significado no que tange ao léxico hidronímico enquanto termo básico em função primária (toponomástica) e não um apelativo, em função secundária, passando a significar o mesmo nas duas funções. Nesses termos, a etimologia é o estudo básico do léxico patrimonial, mas secundária para a toponomástica. Quando na etimologia se encontram razões que expliquem as significações que adaptaram o hidrônimo, em desvio do léxico comum, é necessário recorrer a ela. Tampouco, “De certa forma, do léxico se pode inferir até mesmo um pouco da história de uma língua e de sua cultura. Se os termos forem transparentes, elas devem ser recentes no território em questão. São opacos, deduz-se que se trata de uma longa história” (COUTO, 2007, p. 57).

Por fim, a relação entre L e T é mediada por P e vale ressaltar que a importância de T para o surgimento de L é o fato da nomeação para o próprio T, o nascimento de um novo item lexical, para fazer referência, identificar e até mesmo orientar o indivíduo a se localizar com maior facilidade.

**Gráfico 14** – Estrutura morfológica geral dos hidrônimos goianos

Os dados desta pesquisa revelaram que o processo de nomeação segue tendências universais. Em sua maioria, os hidrônimos são nomes recorrentes em ordem descritiva, os quais apresentam qualidades de T em si, sendo a base motivacional para o nome dado ao acidente hidrográfico. P valendo-se de um nome batiza o acidente hidrográfico com um nome cuja motivação pode ser facilmente percebida por qualquer indivíduo. A exemplo de características descritivas do hidrônimo, citemos, o Rio Samambaia, que evoca a possível existência dessa planta no local onde se localiza o rio, daí a motivação para a escolha desse nome.

Em sua maioria, no processo de nomeação P utiliza apenas um elemento descritivo e, assim, a estrutura morfológica predominante em uma área toponomástica tende a ser simples. No contexto de nossa pesquisa foram os de maior recorrência dos 50 hidrônimos, 37 deles são de estrutura simples, formado de uma só lexia. Já os compostos somaram 12, sendo formados por duas lexias com origem na mesma língua, e apenas 1 híbrido formado por duas lexias com origem de línguas distintas.

No hidrônimo, além dessa observação, se faz importante mencionar a estrutura morfológica, as principais classes de palavras de sua formação, pois convém também assinalar que alguns hidrônimos podem retirar o seu nome de adjetivações, suscetíveis ou não de se terem convertido em antropônimos (ROCHA, 2018).

Tomando por observação a estrutura morfológica da língua portuguesa, o substantivo é a classe de palavra mais recorrente na formação do hidrônimo, em alguns casos encontra-se com o uso de sufixo. Outra situação é o uso de preposições, situação utilizada evidentemente

como uma “[...] tentativa do nomeador de expressar aspectos particulares e diferenciadores dos outros elementos nomeados. [...] As preposições promovem, então, a união entre o termo genérico e o termo específico” (CASTIGLIONI, 2018, p. 1098). As preposições estabelecem relações semânticas tornando umas dependentes das outras. Sendo assim, expressam a dependência e o pertencimento do nome com o elemento geográfico denominado. Podendo P nesse instante fazer referência a T de forma a estabelecer posse ao lugar nomeado, sendo esta para si mesmo ou a outro.

Enfim, considerando a assertiva de Isquierdo; Dargel (2014, p. 69) “[...] o amálgama língua e ambiente é algo tão natural ao homem que nem sempre o designador se dá conta desse feixe de relações estabelecidas por ele no ato de batismo de um espaço geográfico.” Desta forma, as relações entre L e T ficam evidentes porque P se apodera de L para intervir em T em benefício próprio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Felizes os que chegarem ao término de sua viagem sem deixarem o porto, e que não palmilharam como eu, inutilmente, a terra (SAINT-HILAIRE, 1975).*

As relações entre L e T, mediadas por P no ato do batismo de um hidrônimo, nos fazem perceber a influência de fatores extralinguísticos e contextuais, revelados por meio de L e da cultura de P. Com base nos estudos ecolinguísticos, que nasce da ecologia biológica, com a finalidade de estudar as (inter)relações entre a língua e o seu meio ambiente. Ao entrecruzar as áreas da ecolinguística e da toponomástica, consideramos agora como estudos ecotoponomásticos. Nessa sequência, é evidente que pesquisas dessa natureza levam o homem a conhecer mais sobre si e sobre o ambiente que o cerca, pois esse é um campo de estudos que envolvem, indissolavelmente, língua, cultura, história e sociedade.

Justificando a construção teórica de suma importância para a realização deste estudo, destacamos que,

Segundo a ecolinguística e a toponímia, o referente comum, a natureza, precisamente, o espaço geofísico, o território, foi ponto seminal de discussão e de correlação entre ambas, portanto, fundante como foco de análise linguística. Os conceitos pertinentes a esses campos como os de holismo, diversidade, comunhão, e de motivação, iconicidade e prototipicidade são muito mais um intercruzamento, um enlace comum, do que definições demarcadoras de áreas (CASTRO, 2017, p. 170).

As causas evidentes que motivaram a nomeação dos hidrônimos são autênticos testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da história de Goiás, por isso, encerram em si a importância que transcende ao próprio ato de nomeação dos cursos d'água. É a partir do hidrônimo que uma dada realidade social pode ser desvelada, conhecida, desvendada através dos tempos, posto que o hidrônimo sendo descritivo e nominativo, se refere à realidade geomorfológica do rio nomeado e estabelece a pura relação existente entre P e T, com a necessidade de por meio do nome se apoderar da coisa nomeada, mediante L.

Propusemos, como objetivo central desta pesquisa, descrever e interpretar os hidrônimos do estado de Goiás, observando noções pertinentes à elaboração das classificações topossemânticas. Conseqüentemente, o objetivo estabelecido foi contemplado mediante o levantamento, a catalogação e a interpretação dos hidrônimos, os quais nos possibilitaram identificar, em sua maioria, os fatores motivacionais de cada nome. Isso só foi possível

mediante as bases teóricas da ecotoponomástica e as narrativas dos viajantes, apresentadas na geografia e história de Goiás. Nesses escritos identificamos fatores ligados ao meio ambiente físico, social e mental do nomeador, em que é perceptível a relação da língua com o meio ambiente e com a população.

No desenrolar deste estudo outros objetivos foram se concretizando, tais como: relacionar as áreas da ecolinguística e da toponomástica na fundamentação e interpretação do *corpus*, o qual ao final constituímos como um estudo ecotoponomástico. Com a categorização e interpretação dos hidrônimos revelou-se os fatores que desencadearam a motivação para o nome categorizado a cada acidente hidrográfico, os quais revelam a estreita relação e vínculo com a língua, a história e a cultura do nomeador. Bem como, as motivações para a nomeação do lugar são extraídas do próprio T.

A ecolinguística é a mola propulsora deste estudo e, conseqüentemente, a relação entre L e T foi constatada pela interpretação dos 50 hidrônimos catalogados. Além disso, contribuir com as pesquisas ecotoponomásticas foi um dos grandes incentivos e objetivos deste estudo, então, este está consumado, pois concretizamos o que foi estabelecido.

Ressaltamos que no momento em que os viajantes passaram pela província de Goiás, ainda não existia a teoria da ecolinguística. Mas as relações do homem com o ecossistema são relatadas em suas narrativas, pois essa sempre existiu. Nesse sentido, a descrição é compreendida pelo meio ambiente mental, pois o nomeador no processo de nomeação e reconhecimento dos rios busca fazer referência a algo já conhecido por ele, transferindo o nome comum para um hidrônimo.

Em síntese, o problema de pesquisa consistia em responder a seguinte pergunta: A origem dos hidrônimos do estado de Goiás era aquela atribuída oficialmente pelo IBGE ou foi dada pela comunidade do lugar, a partir de fatos que lhe chamaram atenção? Nessa perspectiva, ficou claro que os nomes registrados nas narrativas dos viajantes – Casal, Gardner e Saint-Hilaire – são os mesmos apresentados nos documentos e mapas oficiais do IBGE e IMB/SIEG. Com certeza, os nomes aos quais foram apresentados pelos viajantes no século XIX e XX, possivelmente foram dados pela população e, posteriormente, cartografados pelos meios oficiais responsáveis para por tal feito. Encontramos apenas dois hidrônimos que sofreram alterações, um foi o Rio Urubu (SAINT-HILAIRE, 1975) que passou para Uruu (GARDNER, 1975) e ao final Uru (IBGE, 2018) e o outro o Rio Tocantinzinho (IBGE, 2018), o qual Casal (1976) descreveu como Rio Tocantins Pequeno.

Deste modo, nossa hipótese de pesquisa levantada foi de que o signo toponomástico possibilita reconhecer fatores vinculados à motivação que subjaz à escolha dos nomes de

lugares, o que pode possibilitar o levantamento de fatores sócio-histórico-culturais e ambientais, necessários à interpretação dos hidrônimos goianos, como índice da estreita relação entre L, P e T. É evidente que a pesquisa demonstra do início ao fim das interpretações dos hidrônimos, a presença dos fatores naturais relacionados ao meio ambiente no processo de nomeação, por exemplo: Rio Samambaia, Rio do Peixe, Rio Tocantins, entre outros. A cultura tanto material quanto imaterial se aclara nos rios Meia Ponte e das Almas. Quanto aos fatores sócio-históricos vão desde os hidrônimos Rio Caiapó, fazendo referência à etnia indígena, e o Rio Babilônia, o qual faz alusão a cidade da Mesopotâmia. Por isso, justifica-se a relação existente nos hidrônimos goianos entre L e T, visto que esta é mediada por P, nomeador do acidente hidrográfico.

Quanto ao processo de interpretação, o qual esteve ancorado nos recursos metodológicos da onomasiologia e na ecometodologia, partimos do percurso analítico interno da nomenclatura geográfica, com o registro cartográfico oficial, estabelecendo parâmetros motivadores internos, com validade ou não, por meio das narrativas dos viajantes apresentadas nos capítulos cinco e seis. Tais narrativas foram capazes de transmitir os vínculos causais que justificam a criação dos nomes de lugares. Usamos, ainda, de uma análise qualitativa, seguindo um sistema de categorias que considera a etimologia dos hidrônimos e a possível intenção motivacional. Os dados foram catalogados e interpretados a partir do preenchimento das fichas ecotoponomásticas. Procedemos, então, com a quantificação dos hidrônimos e a formulação de gráficos para facilitar o entendimento e, posteriormente, a interpretação e discussão dos dados.

Os estudos ecotoponomásticos propiciaram a percepção da relação entre P, L e T, considerando que esse território pode ser físico e/ou imaginário. As entidades nomeadas podem ser acidentes geográficos que fazem parte do meio ambiente em que vive determinada população e, sobretudo, que tenham importância para ela, caso contrário não há necessidade de serem nomeados. Portanto, vale ressaltar que nem todas as nomeações ocorrem pela necessidade espontânea de identificação, uma vez que podem refletir a imposição de forças ideológicas, políticas e sociais.

Foi possível evidenciar, outrossim, por intermédio deste estudo, a importância da ecolinguística, dos caminhos pelos quais o homem anda e tem acesso a novos territórios, além de marcar e identificar um novo espaço por meio do hidrônimo e dele fazer um ponto de referência, localização e demarcação de um território. Isso revela a verdadeira relação existente entre L e T, visto que P se apodera de L para intervir em T em benefício próprio.

Importante e necessário se faz a realização de outros estudos ecotoponomásticos em conjunto com a etnografia.

Vale reafirmar, tal como já foi declarado por Couto (2007), que para existir uma língua, é necessária a existência de uma população convivendo em um determinado espaço ou território. Desse modo, o ecossistema natural da língua funda-se em uma população vivendo em seu território, falando sua própria língua. O ecossistema mental da língua seria como a língua é armazenada e processada no cérebro (conexões neurais), levando em consideração a questão da adaptação. Já, o ecossistema social da língua, consiste, basicamente, na sociedade, no conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes e interagem entre si formando uma comunidade.

Tais ecossistemas se fundam e revelam, por meio do processo de nomeação, que é uma atividade humana via cognição, isso depreende ao hidrônimo um revelador da tríade da ecolinguística (Ecossistema Integral da Língua), o próprio hidrônimo passa a ser um território ( $t_1$ ), onde foi necessária a mediação da população entre T e L.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Taxionomia de topônimos: problemas sem solução? In: **Signum: Estudos Linguísticos**. Londrina-PR, n. 2, p. 125-137, out. 1999.
- ALBUQUERQUE, Davi Borges. Palavras iniciais sobre metodologia em ecolinguística. In: **Via Litterae**. Anápolis-GO, v. 7, n. 1, p. 131-142, 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/article/view/4456>>. Acesso em 03 out. 2018.
- ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: ATITO. Goiânia-GO: Ed. PUC Goiás, 2010.
- ARAÚJO, Gilberto Paulino de. **O conhecimento etnobotânico dos Kalunga**: uma relação entre língua e meio ambiente. 2014. 218f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília-DF, 2014.
- BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Kalunga**: Povo da Terra. Brasília-DF: Ministério da Justiça, 1999.
- BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: história, externa das línguas. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- BEARZOTI FILHO, Paulo. **Formação linguística do Brasil**. Curitiba-PR: Nova Didática, 2002.
- BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Nova Fronteira, 2011.
- BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo-SP: Ed. Nacional/Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central**: eco-histórica do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília-DF: Solo, 1994.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução: Centro Bíblico Católico. 100ª ed. rev. São Paulo-SP: Ave Maria, 1995.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria Linguística**: teoria lexical e linguística computacional. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. Dimensões da palavra. In: **Filologia e Linguística Portuguesa**. Araraquara-SP, n. 2, p. 81-118, 1998.
- CABRAL, João de Pina. Mães, pais e nomes no baixo sul (Bahia, Brasil). In: \_\_\_\_\_; VIEGAS, Susana de Matos. **Nomes**: género, etnicidade e família. Coimbra-Portugal: Almedina, 2007, p. 63-87.
- CABRERA, Genoveva Torres. Sobre toponomástica. In: **Philologica Canariensia**. Grã Canária-Espanha, n. 8-9, p. 191-206, 2003.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Dicionário de Linguística e gramática**: referente à língua portuguesa. 13ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. **História da Linguística**. 6ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes LTDA, 1975.

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Antroponímia: Um velho caminho, um novo instrumental de análise linguístico-literária. In: **Revista Álvares Penteado**, São Paulo-SP, v. 4, n. 8, p. 115-135, 2002.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte-MG/São Paulo-SP: Ed. Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

CASTIGLIONI, Ana Claudia. **Dicionário enciclopédico de topônimos do estado de Mato Grosso do Sul**: uma proposta de modelo. 2014. 233f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto-SP, 2014.

\_\_\_\_\_. Verbete toponímico: microestruturas para hidrônimos. In: **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte-MG, v. 26, n. 3, p. 1095-1122, 2018.

CASTRO, Maria Célia Dias de. A ecolinguística e os estudos toponímicos. In: COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. et. al. (Orgs.). **Linguística Ecosistêmica – 10 anos de Ecolinguística no Brasil**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2017, p. 153-172.

CHATEAUBRIAND, René. **Voyage en Amérique (1827)**. Paris-França: Garnier, T.VI, 1861.

COSERIU, Eugenio. **La geografía lingüística**. Montevideu-Uruguay: Universidad de la República, 1956.

COUTO, Hildo Honório do. **A microtoponímia nas interações indivíduo-mundo e indivíduo-indivíduo**. (Inédito).

\_\_\_\_\_. A metodologia na Linguística Ecosistêmica. In: **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**. Brasília-DF, v. 04, n. 02, p. 18-33, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/erbel/article/view/12355>>. Acesso em 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Linguística Ecosistêmica. In: \_\_\_\_\_ et.al. (Org.). **O paradigma ecológico para as ciências da linguagem**: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos. Goiânia-GO: Editora UFG, 2016, p. 209-262.

\_\_\_\_\_. A concordância e a função da linguagem: uma visão ecolinguística. In: **Confluência, Revista do Instituto de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro-RJ, n. 46, p. 45-77, 2014. Disponível em: <<http://llp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/7>>. Acesso em 04 set. 2018.

\_\_\_\_\_. O que vem ser a ecolinguística, afinal?. In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Brasília-DF, v. 14, n. 1, p. 275-313, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/9179>>. Acesso em 09 de out. 2018.

\_\_\_\_\_. Onomasiologia e semasiologia revisitadas pela ecolinguística. In: **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte-MG, v. 20, n. 2, p. 183-210, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2748>>. Acesso em 04 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Ecolinguística. In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Brasília-DF, v. 10, n. 1, p. 125-149, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1214>>. Acesso em 12 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Língua e meio ambiente. In: **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte-MG, v. 17, n. 1, p. 143-178, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2524>>. Acesso em: 01 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ecolinguística** – estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília-DF: Thesaurus, 2007.

CUEVA, Bernabé Cardeña. “**Estudio de topónimos del distrito de Checacupe (Canchis – Cusco)**”. 2015. 274f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Facultad de Letras y Ciencias Humanas, Unidad de Posgrado. Lima-Perú, 2015.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro-RJ: Léxicon, 2007.

CUNHA, Celso. A magia da palavra. In: \_\_\_\_\_. **Sob a pele das palavras**. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira: Academia Brasileira de Letras, 2004, p. 217-233.

CRYSTAL, David. **Pequeno tratado da linguagem humana**. Tradução: Gabriel Perissé. São Paulo-SP: Saraiva, 2012.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. Estudos toponímico dos nomes de bairros de São Luís/MA. In: **Matraga**. Rio de Janeiro-RJ, v. 25, n. 43, p. 32-49, jan./abr. 2018.

DIAS, Ana Lourdes Cardoso. **Toponímia dos antigos arraiais tocantinense**. 2016. 207f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiânia, Faculdade de Letras, Goiânia-GO, 2016.

DIAS, Cristiane. **Mapeamento do município de Pires do Rio-GO: usando técnicas de geoprocessamento**. 2008. 187f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2008.

**Dicionário de nomes próprios**. Significado dos nomes. s/d. Disponível em: <<https://www.dicionariodenomespropios.com.br/saouza/>>. Acesso em: 18 set. 2019.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. In: **Revista Trama**. Marechal Cândido Rondon-PR, v. 3, n. 5, p. 141-155, 2007a.

\_\_\_\_\_. A terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ISQUERDO, Aparecida Negri; ALVES, Ieda Maria. (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Vol. III. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2007b, p 459-472.

\_\_\_\_\_. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça. (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. Vol. II. Campo Grande-MS: Editora da UFMS, 2004, p. 121-130.

\_\_\_\_\_. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: **Investigações**. Linguística e Teoria Literária. Recife-PE, v. 9, p. 119-148, 1999.

\_\_\_\_\_. O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas (um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). In: **Revista Brasileira de Linguística**. São Paulo-SP: Plêiade, v. 08, n. 01, p. 59-67, 1995.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo-SP: Serviço de Artes Gráficas; FFLCH/USP, 1992.

\_\_\_\_\_. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo-SP: Governo do Estado de São Paulo/Edições Arquivo do Estado, 1990a.

\_\_\_\_\_. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo-SP: USP, 1990b.

DØØR, Jørgen; BANG, Jørgen C.. Language, ecology and truth - dialogue and dialectics. In: FILL, Alwin (ed.). **Sprachökologie und Ökolinuistik**. Tübingen: Stauffenburg, 1996. p. 17-25. Disponível em: <jcbang.d main ecolinguistics Six.pdf >. Acesso em 06 set. 2018.

DUBOIS, Jean et. al. **Dicionário de linguística**. São Paulo-SP: Cultrix, 2004.

DUTRA, Neidiani Alves da Silva; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício; SILVA, Camila André do Nascimento da. A inter-relação hidronímia e toponímia: um estudo de caso. In: **Revista Ave-Palavra**. Alto Araguaia-MT, ed. 18, p. 1-22, 2014.

ERLIN, Luís. **9 meses com Maria**: novena da Anunciação ao nascimento de Jesus. São Paulo-SP: Editora Ave-Maria, 2011.

FERNÁNDEZ, Xulio Sousa. Sobre um proxecto de cartografía da toponímia Galicia. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Volume V. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2010, p.15-31.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo-SP: Contexto, 2011.

FILL, Alwin. Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem. Tradução: Maria Jandyra Cavalcanti Cunha. In: COUTO, Hildo Honório et.al. (Org.). **O**

**paradigma ecológico para as ciências da linguagem:** ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos. Goiânia-GO: Editora UFG, 2016, p. 77-95.

\_\_\_\_\_. Ecolinguística: a história de uma ideia verde para o estudo da linguagem. In: **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**. Brasília-DF, v. 01, n. 01, p. 07-21, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/15123>>. Acesso em 05 set. 2018.

FRAZER, Sir James George. **The golden bough**. 3ª ed. Nova Iorque-USA: The MacMillan Company, 1951.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução: Milton Amado. Belo Horizonte-MG/São Paulo-SP: Ed. Itatiaia/Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro-RJ: Zahar, 1973.

GOIÁS, Governo do Estado de. **O topônimo Goiás:** Decreto Estadual nº 1.174. Goiânia-GO: Gráfica da UFG, 2016.

GRAÇA, Adriana Silva. Referências e denotação: duas funções semânticas irreduzíveis. In: **Disputatio**. Lisboa-Portugal, 12, p. 3-21, 2002.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Geológico e Geomorfológico**. 8ª ed. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 1993.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. 2ª. ed. Campinas-SP: Pontes, 2005.

GUIRAUD, Pierre. **A semântica**. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 1986.

HAUGEN, Einar. Ecologia da linguagem. Tradução: Hildo Honório do Couto. In: COUTO, Hildo Honório et.al. (Org.). **O paradigma ecológico para as ciências da linguagem:** ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos. Goiânia-GO: Editora UFG, 2016, p. 57-75.

\_\_\_\_\_. The Ecology of Language. In: FILL, Alwin; MÜHLHÄUSLER, Peter (Org.). **The Ecolinguistics Reader**. Language, Ecology and Environment. Londres-Inglaterra: Continuum, 2001, p. 57-66.

\_\_\_\_\_. **The Ecology of Language**. Essays by Einar Haugen. Ed. Anwar S. Dil. California-USA: Stanford U.P., 1972.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo-SP: Ed. Moderna, 2011.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro-RJ: Objetivo, 2004.

HUMBOLDT, Wilhelm Von. **Linguistic Variability and Intellectual Development**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa Físico do Estado de Goiás**. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/fisicos/regionais.html>>. Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Geografia. **Vocabulário Geográfico Estado de Goiás**. Rio de Janeiro-RJ: Serviço Gráfico do IBGE, 1957.

IESA, Observatório Geográfico de Goiás. **Capitania de Goyaz (1809) – divisão de julgados**. Goiânia-GO, Universidade Federal de Goiás, 2014. Disponível em: <<https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/p/2343-mapas>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IMB – Instituto Mauro Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos. Disponível em: <[www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)> Acesso em: 06 out. 2018.

ISQUERDO, Aparecida Negri; DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. Hidronímia e Toponímia: interinfluências entre meio ambiente e história. In: \_\_\_\_\_; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Volume VII. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2014, p. 63-80.

\_\_\_\_\_. Léxico regional e léxico toponímico: interfaces linguísticas, históricas e culturais. In: \_\_\_\_\_; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. vol. VI. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012, p. 115-139.

\_\_\_\_\_; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotoponímia na fronteira entre Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. In: \_\_\_\_\_; BARROS, Lídia Almeida. (orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Volume V. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2010, p. 79-98.

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Tradução Margarida Barahona. Lisboa-Portugal: Edições 70 Lda, 2007.

LIMA, Antónia Pedroso de. Intencionalidade, afecto e distinção: as escolhas de nomes em famílias de elite de Lisboa. In: CABRAL, João de Pina; VIEGAS, Susana de Matos. **Nomes**: género, etnicidade e família. Coimbra-Portugal: Almedina, 2007, p. 39-61.

LÓPEZ, Laura Álvarez. Nomes pessoais e práticas de nomeação à sombra da escravidão. In: BORBA, Lilian do Rocio; LEITE, Cândida Mara Brito. (Orgs.). **Diálogos entre língua, cultura e sociedade**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2013, p. 139-171.

MAKKAI, Adam. Por que **\*\*Ecolinguística\*\***. Tradução: Hildo Honório do Couto; Elza Kioko N. N. do Couto. In: COUTO, Hildo Honório et.al. (Org.). **O paradigma ecológico para as ciências da linguagem**: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos. Goiânia-GO: Editora UFG, 2016, p. 98-117.

MARTÍNEZ LEMA, Paulo. **A Toponímia das Comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na Documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)**. 2010.

574f. Tese (Doutorado em Filoloxía Galega). Universidade de Santiago da Compostela, Facultade de Filoloxía, Santiago de Compostela-Espanha, 2010.

MAURER JR, Theodoro Henrique. Linguística Histórica. In: **Alfa Revista de Linguística**. São José do Rio Preto-SP, v. 11, p. 19-42, 1967.

MENDES, Leticia Rodrigues Guimarães. **Hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto a Sumidouro**. 2009. 260f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte-MG, 2009.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. 4ª ed. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 1993.

OLIVEIRA, Padre Hosannah de. **Lendas e factos de minha terra**. Petrópolis-RJ: Centro da Boa Imprensa, 1922.

PALACÍN, Luis; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. 7ª ed. Goiânia-GO: Ed. da UCG, Ed. Vieira, 2008.

PARKIN, David. The politicx of naming among the Giriama. **Sociological Review Monograph**, 36, p. 61-89, 1989.

PIEL, Joseph Maria. Considerações gerais sobre toponímia e antroponímia galegas. In: **Verba**, v. 6, p. 5-11. 1979. Disponível em: <[dspace.usc.es/bitstream/10347/3556/1/pg\\_007-014\\_verba6](https://dspace.usc.es/bitstream/10347/3556/1/pg_007-014_verba6)>. Acesso em: 23 jun. 2019.

PLATÃO. **Crátulo**. Lisboa-Portugal: Instituto Piaget, 2001.

POCKLINGTON, Robert. **Introducción a la Toponomástica**. Aspectos universales de la toponimia. s/d, p. 1-17. Disponível em: <[https://www.academia.edu/21713377/introducción\\_a\\_la\\_toponomástica\\_-\\_1.\\_aspectos\\_universales\\_de\\_la\\_toponimia](https://www.academia.edu/21713377/introducción_a_la_toponomástica_-_1._aspectos_universales_de_la_toponimia)>. Acesso em: 07 jun. 2019.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim; BASTOS, Gleyce Ramos. Onomástica e possibilidades de releitura da história. In: **Revista Augustus**. Rio de Janeiro-RJ, ano 15, n. 30, p. 86-92, 2010.

RAMOS, Rui. A ecolinguística entre as ciências da linguagem. In: MARTINS, Moisés de Lemos; PINTO, Manuel. (Orgs.). Comunicação e Cidadania – **Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação**. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), Braga-Portugal, p. 1187-1199, 2008.

ROCHA, Carlos Alberto Matias de Abreu. **Etimologia dos hidrotopónimos de Portugal continental** – história linguística de um território. 2017. 704f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa-Portugal, 2017.

\_\_\_\_\_. Estratigrafia linguística da hidrotponímia de Portugal continental. In: **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte-MG, v. 26, n. 3, p. 1057-1093, 2018.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte-MG/São Paulo-SP: Ed. Itatiaia/Ed. da USP, 1975.

\_\_\_\_\_. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo, 1822.** Tradução: Vivaldi Wenceslau Moreira. Belo Horizonte-MG/São Paulo-SP: Ed. Itatiaia/Ed. da USP, 1974.

\_\_\_\_\_. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz.** Tradução: Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo-SP: Companhia Editora Nacional, 1937.

SALAZAR-QUIJADA, Adolfo. **La toponímia en Venezuela.** Caracas-Venezuela: Universidade Central de Venezuela, 1985.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional.** 5ª ed. São Paulo-SP: Editora Nacional, 1987.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de (org.) **Documentos para a história da independência.** Recife-PE: Comissão executiva dos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil/IHGAL, 1972.

SAPIR, Edward. **A Linguagem.** Tradução: Joaquim Mattoso Câmara Júnior. São Paulo-SP: Perspectiva, 1980.

\_\_\_\_\_. **Linguística como ciência.** Tradução: Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro-RJ: Livraria Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** 30ª ed. São Paulo-SP: Cultrix, 2008.

SCHMALTZ NETO, Genis Frederico. **Vale do Amanhecer como comunidade de fala: uma visão ecolinguística.** 2017. 165f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Brasília-DF, 2017.

SIEG – Sistema Estadual de Geoinformação. Disponível em: <<http://www.sieg.go.gov.br/produtosIMB.asp?cod=1949>>. Acesso em 10 out. 2018.

SIQUEIRA, Kênia Mara de Freitas. Toponímia de origem tupi: relação entre os nomes de lugares goianos e o ambiente. In: COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. et al. (Orgs.). **Linguística Ecolinguística – 10 anos de Ecolinguística no Brasil.** Campinas-SP: Pontes Editores, 2017a, p. 173-189.

\_\_\_\_\_. Os lugares goianos na “Corografia Brasília” de Aires de Casal: os topônimos como fundo de memória. In: ALMEIDA, Fabíola A sartin dutra Parreira; XAVIER, Vanessa Regina Duarte. **Diálogos e perspectivas nos estudos do léxico e formação de professores.** Campinas: Mercado das Letras, 2017b. p. 131-158.

\_\_\_\_\_. O léxico tupi na nomeação dos lugares goianos nos séculos XVII e XVIII. In: PAULA, Maria Helena de. (Org.). **Língua e Cultura: estudos de léxico em perspectiva.** Goiânia-GO: Ed. UFG, 2015. p. 85-104.

SILVA, Cleber Cezar da. **Os cursos d'água de Pires do Rio: análise das motivações toponímicas**. 2017. 122f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão-GO, 2017.

SILVA, Samuel de Sousa; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki do. Para uma metodologia própria para a Ecolinguística e a ADE. In: **Via Litterae**. Anápolis-GO, v. 7, n. 1, p. 143-155, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/>>. Acesso em 01 out. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

SOLÍS FONSECA, Gustavo. **La gente pasa, los nombres quedan...** Introducción en la Toponimia. Lima-Perú: Ed. Lengua e Sociedad, 1997.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. **Dicionário de topónimos brasileiros de origen tupi**. Significação dos nomes geográficos de origen tupo. São Paulo-SP: Traço Editora, 1985.

TRAPERO, Maximiano. **La perspectiva semántica en los estudios de toponomástica**. 2000, p. 1-6. Disponível em: <<http://www.canatlantico.ulpgc.es/pdf/8/7/ART>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Un nuevo método de estudio del texto toponímico: las estructuras semánticas. In: **Contextos**. León-España, v. XII, n° 23-24, p. 41-69, 1994.

WHORF, Benjamin Lee. **Language, Pensamiento y Realidad**. Barcelona-Espanha: Barral Editores, 1971.

## APÊNDICE

Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 01
<b>Hidrônimo:</b> Rio Água Limpa
<b>Território</b> (cidade/estado): Britânia-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Noroeste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Rio Vermelho
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Higietopônimo
<b>Entrada lexical:</b> <sup>1</sup> Água <sup>2</sup> Limpa
<b>Semântica:</b> <sup>1</sup> líquido incolor, inodoro e insípido, essencial a vida, <i>ăqua</i> (CUNHA, 2010, p. 19). <sup>2</sup> Claro transparente, sem mancha, <i>limpīdus</i> (CUNHA, 2010, p. 390).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim + Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do rio Araguaia (IBGE, 1957, p. 05).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 02
<b>Hidrônimo:</b> Rio Aporé
<b>Território</b> (cidade/estado): Jataí-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Hidrotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Aporé
<b>Semântica:</b> rio do índio, <i>abá-ry</i> (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 20).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi

<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do Paranaíba, na divisa do Estado de Mato Grosso (IBGE, 1957, p. 13).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 03
<b>Hidrônimo:</b> Rio Araguaia
<b>Território</b> (cidade/estado): Mineiros-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Araguaya
<b>Semântica:</b> Ará nome genérico para aves da família dos papagaios (SAMPAIO, 1901, p. 111) + guaya (guá-y) rio, vale dos papagaios (SAMPAIO, 1901, p. 112).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi + Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce na região meridional do município, que separa do Estado de Mato Grosso, como também ocorre, adiante, com os de Rio Bonito e Goiás, onde a bifurcação fluvial forma a ilha do Bananal, a leste da qual se distende o município de Peixe. A jusante, deixa, à direita, Porto Nacional, Santa Maria do Araguaia, Boa Vista e São Vicente, e do outro lado, o Estado do Pará, até a junção com o Tocantins, pela margem esquerda (IBGE, 1957, p. 13).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 04
<b>Hidrônimo:</b> Rio Babilônia
<b>Território</b> (cidade/estado): Mineiros-GO

<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Astiotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Babilônia
<b>Semântica:</b> cidade grande, sem planejamento urbano, <i>babylōnīa</i> (CUNHA, 2010, p. 76).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente a margem direita do Araguaia (IBGE, 1957, p. 18).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 05
<b>Hidrônimo:</b> Rio Bezerra
<b>Território (cidade/estado):</b> Cabeceira/ Formosa-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio São Francisco
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> bezerro → <b>bezerra</b>
<b>Semântica:</b> vitelo, novilho, lat. hisp. <i>*ibicerra</i> , <i>*ibicirra</i> (CUNHA, 2010, p. 88).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, anteriormente ribeirão, afluente da margem esquerda do rio Preto, serve, em parte de seu curso, de limite ao Estado de Minas Gerais (IBGE, 1957, p. 30).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 06
<b>Hidrônimo:</b> Rio Bonito
<b>Território</b> (cidade/estado): Formosa-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio São Francisco
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Estematopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Bonito
<b>Semântica:</b> belo, formoso, provavelmente de <i>bueno</i> (CUNHA, 2010, p. 97).
<b>Língua (etimologia):</b> Castelhana
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do rio Urucuia, na divisa do Estado de Minas Gerais (IBGE, 1957, p. 36).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 07
<b>Hidrônimo:</b> Rio Caiapó
<b>Território</b> (cidade/estado): Caiapônia-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Etnotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Caiapó
<b>Semântica:</b> rio do E. de Goiás; nome de uma tribo da fam. Linguística Jê que habitou na região (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 34). “ <i>kaia pó</i> ”, o que traz fogo na mão, incendiário, queimador. (HOUAISS, 2011, 150).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples

<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do rio Araguaia, na divisa dos municípios de Paraúna e Goiás (IBGE, 1957, p. 50).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 08
<b>Hidrônimo:</b> Rio Cana Brava
<b>Território</b> (cidade/estado): Campinaçu-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Norte Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Porangatu
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Fitotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> <sup>1</sup> Cana <sup>2</sup> Bravo
<b>Semântica:</b> <sup>1</sup> caule de várias plantas da fam. Das gramíneas, tais como o bambu, a cana-de-açúcar, <i>canna</i> (CUNHA, 2010, p.119). <sup>2</sup> Corajoso, valente, intrépido, feroz, selvagem, <i>barbarus</i> (CUNHA, 2010, p. 101).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim + Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do rio Maranhão (IBGE, 1957, p. 54).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 09
<b>Hidrônimo:</b> Rio Claro
<b>Território</b> (cidade/estado): Paraúna-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Vale do Rio dos Bois
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural

<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Estematopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Claro
<b>Semântica:</b> luminoso, brilhante, iluminado, <i>clarus</i> (CUNHA, 2010, p. 155).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, corre na região setentrional do município para o de Goiás, onde desemboca no rio Araguaia, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 70).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 10
<b>Hidrônimo:</b> Rio Claro
<b>Território</b> (cidade/estado): Caiapônia-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Estematopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Claro
<b>Semântica:</b> luminoso, brilhante, iluminado, <i>clarus</i> (CUNHA, 2010, p. 155).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce na serra do Caiapó e segue o município de Jataí, que separa, no curso inferior, do município de Rio Verde, antes de desaguar no Paranaíba, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 70).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 11
<b>Hidrônimo:</b> Rio Corrente
<b>Território</b> (cidade/estado): Jataí-GO

<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Hidrotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Corrente
<b>Semântica:</b> água corrente, que corre; corrente <sup>2</sup> adj. 2 g. ‘(água) que corre’, do latim <i>currens-en-tis</i> (CUNHA, 2010, p. 220).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente a margem direita do rio Paranaíba (IBGE, 1957, p. 75).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 12
<b>Hidrônimo:</b> Rio Corrente
<b>Território (cidade/estado):</b> Alto Paraíso de Goiás-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Norte Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Chapada dos Veadeiros
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Hidrotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Corrente
<b>Semântica:</b> água corrente, que corre; corrente <sup>2</sup> adj. 2 g. ‘(água) que corre’, do latim <i>currens-en-tis</i> (CUNHA, 2010, p. 220).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do rio Paranaíba (IBGE, 1957, p. 75).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 13
<b>Hidrônimo:</b> Rio Corumbá
<b>Território</b> (cidade/estado): Corumbá-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Litotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Corumbá
<b>Semântica:</b> <b>Curú-mbá</b> do tupi <i>curú-mbd</i> ‘seixos esparsos, cascalho raso’ (SAMPAIO, 1928, p. 122).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi + Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce nos arredores de Pirineus, atravessa o município, como o de Santa Luzia, depois de servir, em pequeno trecho, de divisa a Bonfim. Adiante, separa Ipameri e Corumbaíba, de um lado, e Campo Formoso, Pires do Rio, Caldas Novas, Buriti Alegre, do outro, até desaguar no rio Paranaíba, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 75).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 14
<b>Hidrônimo:</b> Rio Crixás-Açú
<b>Território</b> (cidade/estado): Crixás-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Noroeste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> São Miguel do Araguaia
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Etnotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> <sup>1</sup> Crixás <sup>2</sup> Açú
<b>Semântica:</b> <sup>1</sup> cid. De Goiás; de <b>Crixá</b> , nome de uma tribo que outrora habitou a região

(TIBIRIÇÁ, 1985, p. 45). <sup>2</sup> Grande, importante, <i>a'çu</i> (CUNHA, 2011, p. 10).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi + Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, segue para o município de Goiás, onde desemboca no rio Araguaia, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 77).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 15
<b>Hidrônimo:</b> Rio Crixás-Mirim
<b>Território (cidade/estado):</b> Crixás-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Noroeste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> São Miguel do Araguaia
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Etnotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> <sup>1</sup> Crixás <sup>2</sup> Mirim
<b>Semântica:</b> <sup>1</sup> cid. De Goiás; de <b>Crixá</b> , nome de uma tribo que outrora habitou a região (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 45). <sup>2</sup> Pequeno, <i>mi'ri</i> (CUNHA, 2010, p. 429).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi + Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do rio Crixás-Açú, na divisa dos municípios de Santana e Goiás (IBGE, 1957, p. 77).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 16
<b>Hidrônimo:</b> Rio das Almas
<b>Território (cidade/estado):</b> Pirenópolis-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano

<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Animotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Alma
<b>Semântica:</b> essência imaterial do ser humano, espírito, <i>anīma</i> (CUNHA, 2010, p. 27).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce nos Pirineus e correndo para oeste, atravessa o município, bem como o de Jaraguá, que, adiante, separa do de Goiás. Prossegue pelo de Pilar e Santana até desaguar no rio Maranhão, pela margem esquerda (IBGE, 1957, p. 09).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 17
<b>Hidrônimo:</b> Rio das Pedras
<b>Território (cidade/estado):</b> Alto Paraíso de Goiás
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Norte Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Chapada dos Veadeiros
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Litotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Pedra
<b>Semântica:</b> matéria mineral, dura e sólida, da natureza das rochas, <i>petra -ae</i> (CUNHA, 2010, p. 484).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio (das), afluente da margem esquerda do rio Paranã (IBGE, 1957, p.164).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 18
<b>Hidrônimo:</b> Rio Descoberto
<b>Território</b> (cidade/estado): Brasília-DF
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> De Brasília
<b>Localização na Microrregião:</b> De Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Estematopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Descoberto
<b>Semântica:</b> <b>1</b> não coberto por; exposto, visível; <b>2</b> que revela seu interior; aberto, destampado; <b>3</b> que se tornou conhecido; sabido; <i>discoopērtus,a,um</i> , (HOUAISS, 2011, p. 278).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do Corumbá (IBGE, 1957, p.80).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 19
<b>Hidrônimo:</b> Rio Doce
<b>Território</b> (cidade/estado): Jataí-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Estematopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Doce
<b>Semântica:</b> que tem sabor como o do mel, ou do açúcar, que tem sabor agradável 'meigo, suave, ameno, <i>dūlcis</i> (CUNHA, 2010, p. 226).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim

<b>Estrutura morfológica:</b> nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do rio Claro, na divisa do município de Rio Verde (IBGE, 1957, p. 82).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 20
<b>Hidrônimo:</b> Rio do Peixe
<b>Território</b> (cidade/estado): Vianópolis-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Pires do Rio
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Peixe
<b>Semântica:</b> animal cordado, gnastomado, aquático, com nadadeiras, com pele geralmente coberta de escamas, que respira por brânquias, <i>piscis -is</i> (CUNHA, 2010, p. 485).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples (substantivo masculino).
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce na região sul-oriental do município, que separa dos de Campo Formoso e Pires do Rio, entre cujo território e o de Caldas Novas, desemboca no rio Corumbá, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 165).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 21
<b>Hidrônimo:</b> Rio do Peixe
<b>Território</b> (cidade/estado): Caiapônia -GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano

<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Peixe
<b>Semântica:</b> animal cordado, gnastomado, aquático, com nadadeiras, com pele geralmente coberta de escamas, que respira por brânquias', <i>piscis -is</i> (CUNHA, 2010, p. 485).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas</b> Rio (do), afluente da margem direita do rio Araguaia. (IBGE, 1957, p. 165).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 22
<b>Hidrônimo:</b> Rio do Peixe
<b>Território (cidade/estado):</b> Pirenópolis-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Peixe
<b>Semântica:</b> animal cordado, gnastomado, aquático, com nadadeiras, com pele geralmente coberta de escamas, que respira por brânquias', <i>piscis -is</i> (CUNHA, 2010, p. 485).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio (do), nasce na serra do Cocalzinho e segue para o município de Jaraguá, onde desemboca o rio das Almas, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 165).
<b>Data:</b> Setembro, 2018

<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva
---

Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 23
<b>Hidrônimo:</b> Rio dos Bois
<b>Território</b> (cidade/estado): Americano do Brasil-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Centro Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Anicuns
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Boi
<b>Semântica:</b> mamífero artiodáctilo, ruminante, da fam. dos bovídeos, <i>bōvem</i> (CUNHA, 2010, p. 94).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio (dos), nasce na serra das Divisões, atravessa o município do norte a sul, e separa, adiante, Goiânia, Pouso Alto, Pontalina, Goiatuba, Santa Rita do Paranaíba, à esquerda de Palmeiras, Paraúna, Rio Verde, do outro lado, até desaguar no Paranaíba, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 33).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 24
<b>Hidrônimo:</b> Rio dos Patos
<b>Território</b> (cidade/estado): Pirenópolis-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Pato

<b>Semântica:</b> ave aquática de pés palmados e bico largo (HOUAISS, 2010, p. 706).
<b>Língua (etimologia):</b> Origem onomatopaica
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do rio Maranhão (IBGE, 1957, p. 162).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 25
<b>Hidrônimo:</b> Rio Formoso
<b>Território (cidade/estado):</b> Mineiros-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Estematopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Formoso
<b>Semântica:</b> de bela aparência, bonito, <i>formosus</i> (CUNHA, 2010, p. 299).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, classificado anteriormente como ribeirão, corre para o município de Jataí, onde toma o nome de Corrente (IBGE, 1957, p. 93).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 26
<b>Hidrônimo:</b> Rio Jacuba
<b>Território (cidade/estado):</b> Mineiros-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás

<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> <sup>1</sup> Jacu <sup>2</sup> -ba
<b>Semântica:</b> <sup>1</sup> ave galiforme da fam. dos cracídeos, <i>ia' ku</i> (CUNHA, 2010, p. 370); 2 coisa, bicho; partícula que entra numa infinidade de nomes geográficos muitas vezes alterado: <b>ma, maé, mba.</b> (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 160). <b>JACÚ</b> <i>corr.</i> <b>Yacú</b> , <i>adj.</i> esperto, cuidadoso, desconfiado, cauteloso. É o nome da ave do gênero <i>Penelope</i> . Batista Caetano decompõe o vocábulo em <b>y-a-cú</b> e o traduz o que come grãos (SAMPAIO, 1987, p. 264).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi + Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do rio Santo Antônio, na divisa do município de Paraúna (IBGE, 1957, p. 112).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 27
<b>Hidrônimo:</b> Rio Maranhão
<b>Território (cidade/estado):</b> Planaltina de Goiás-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Hidrotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Maranhão
<b>Semântica:</b> <i>corr.</i> <b>Mbará-nhã</b> , o mar corrente; o grande caudal que simula o mar a correr. Alt. <b>Maraná, Paraná. V. Mbará</b> (SAMPAIO, 1987, p. 280).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> O rio Maranhão é um curso de água que banha o Distrito Federal e os estados de Goiás e Tocantins, no Brasil. É formado a partir da confluência entre o córrego Vereda Grande (oriundo da Estação Ecológica de Águas

Emendadas, no Distrito Federal) e as águas da lagoa Formosa, em Planaltina, Goiás. É um dos afluentes do rio Tocantins, onde suas águas ajudam a formar o lago de Serra da Mesa, junto com o rio das Almas e o rio Paranã (IBGE, 2018).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 28
<b>Hidrônimo:</b> Rio Matrinxã
<b>Território</b> (cidade/estado): Doverlândia-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Matrinxã
<b>Semântica:</b> <b>Ma-tirí-chã</b> , a coisa que escapole da linha (do anzol); a coisa avessa à linha. É o nome de um peixe do rio São Francisco. Bahia (SAMPAIO, 1987, p. 281).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do rio Diamantino (IBGE, 1957, p. 141).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 29
<b>Hidrônimo:</b> Rio Meia Ponte
<b>Território</b> (cidade/estado): Itaberaí-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Centro Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Anápolis
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural

<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Ergotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> <sup>1</sup> Meia → médio <sup>2</sup> Ponte
<b>Semântica:</b> <sup>1</sup> que está no meio entre dois pontos, <i>mědĭus</i> (CUNHA, 2010, p. 417). <sup>2</sup> construção destinada a estabelecer ligação entre margens opostas de um curso de água ou de superfície líquida qualquer, <i>pōns pontis</i> (CUNHA, 2010, p. 511).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim + Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce na serra dos Brandões e corre para o município de Inhumas, que atravessa, bem como o de Goiânia e Pouco Alto, depois de servir de divisa aos de Anápolis e Bela Vista. Separa, em seguida, Pontalina de Morrinhos e vara de Goiatuba e Santa Rita do Paranaíba, até desaguar no rio deste nome, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 141).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 30
<b>Hidrônimo:</b> Rio Padre Sousa
<b>Território</b> (cidade/estado): Anápolis-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Centro Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Anápolis
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Axiotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> <sup>1</sup> Padre <sup>2</sup> Souza
<b>Semântica:</b> <sup>1</sup> sacerdote católico que reza missa, <i>pāter, pātris</i> (HOUAISS, 2011, p. 692). <sup>2</sup> seixo, pedra, pombo bravo ou aquele que pertence ao rio Sousa (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, 2019).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim + Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, antigamente ribeirão, nasce na serra Jurema e corre para Pirenópolis, onde desemboca no rio das Almas, pela margem esquerda, depois de servir, em pequeno trecho de seu curso, de divisa ao município de Jaraguá

(IBGE, 1957, p. 156).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 31
<b>Hidrônimo:</b> Rio Palmeiral
<b>Território</b> (cidade/estado): Uirapuru-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Noroeste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> São Miguel do Araguaia
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Fitotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Palmeiral
<b>Semântica:</b> grande concentração de palmeiras em determinada área; palmar, <i>palma – ae</i> (HOUAISS, 2011, p. 471).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do rio Vermelho (IBGE, 1957, p. 157).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 32
<b>Hidrônimo:</b> Rio Paranã
<b>Território</b> (cidade/estado): Formosa-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Hidrotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Paranã

<b>Semântica:</b> corr. <b>Pará-nã</b> , o que é semelhante ao mar; denominação dada aos grandes rios. 69. Alr. <b>Paraná, Parná, Pernam, Fernam</b> . 93. V. <b>Maraná</b> 62 (SAMPAIO, 1987, p. 294).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce nos arredores da cidade de Formosa, e seguindo para norte, separa o município do de Sítio da Abadia. Adiante, deixa Cavalcante de um lado e Posse, São Domingo, Arraias, do outro lado, antes de entrar no território de Palma, onde se junta com o Maranhão para formar o Tocantins (IBGE, 1957, p. 160).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 33
<b>Hidrônimo:</b> Rio Paranaíba
<b>Território (cidade/estado):</b> Rio Paranaíba-MG/ Catalão-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Catalão
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Hidrotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Paranaíba
<b>Semântica:</b> rio ruim, impraticável. (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 93). <b>PARANAHYBA</b> corr. <b>Paraná-ayba</b> , o grande caudal ruim, ou impraticável. 93. Goiás, Mato Grosso. Alt. <b>Parnahyba</b> (SAMPAIO, 1987, p. 295).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi + Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, oriundo do estado de Minas Gerais, separa-lhe o território de Goiás, nos municípios de Catalão, Goiandira, Corumbaíba, Buriti Alegre, Santa Rita do Paranaíba, Rio Verde, Jataí (IBGE, 1957, p. 160).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 34
<b>Hidrônimo:</b> Rio Pintado
<b>Território</b> (cidade/estado): Mundo Novo/ Bonópolis-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Noroeste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> São Miguel do Araguaia
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Pintado
<b>Semântica:</b> bagre ( <i>pimelodus maculalatus</i> ) com muitas manchas pelo corpo, encontrado em rios do Brasil, <i>pictāre</i> (BECHARA, 2011, p. 925).
<b>11. Língua (etimologia):</b> Latim
<b>12. Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>13. Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do rio Crixás-Mirim (IBGE, 1957, p. 170).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 35
<b>Hidrônimo:</b> Rio Piracanjuba
<b>Território</b> (cidade/estado): Bela Vista
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Centro Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Goiânia
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Piracanjuba
<b>Semântica:</b> cid. de Goiás; de <b>piracanjuba</b> , uma var. de peixe de rio; etim. <b>pirá-acã-juba</b> , peixe de cabeça amarela (TIBIRIÇA, 1985, p.97). designação genérica de peixe, <i>pirakan̄'jūūa</i> (CUNHA, 2010, p. 498). <b>Pirá-acan-yuba</b> , o peixe de cabeça amarela ou dourada. São Paulo (SAMPAIO, 1987, p. 301).

<b>Língua (etimologia):</b> Tupi + Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> (Piracanjuba ou Paracanjuba) – Rio, nasce na serra de Passa Quatro e atravessa o município bem como o de Pouso Alto. Adiante, separa Caldas Novas de Morrinhos e Buriti Alegre, até desaguar no rio Corumbá, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 171).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 36
<b>Hidrônimo:</b> Rio Piranhas
<b>Território (cidade/estado):</b> Caiapônia-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Piranha
<b>Semântica:</b> <b>piranha</b> , nome comum a vários peixes da fam. dos caracídeos, extremamente vorazes, <i>pi'rãja</i> (CUNHA, 2010, p. 498). <b>Pir-ãi</b> , o que corta a pele; nome de um peixe voraz ( <i>Pygocentrus</i> ) da fauna fluvial do Brasil; a tesoura, a tenaz. Bahia, Alagoas, Minas Gerais (SAMPAIO, 1987, p. 302).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do rio Caiapó (IBGE, 1957, p. 171).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 37
<b>Hidrônimo:</b> Rio Preto

<b>Território</b> (cidade/estado): Formosa-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do São Francisco
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Cromotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Preto
<b>Semântica:</b> <b>1</b> a cor do pinche ou do carvão; <b>2</b> (o) que tem essa cor; <b>3</b> (indivíduo) de pele escura; <b>4</b> diz-se dessa cor; <b>5</b> diz-se do que tem cor escura (HOUAISS, 2011, p. 756).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do rio Maranhão (IBGE, 1957, p. 179). No estado de Minas Gerais o rio Preto recebe o nome de rio Paracatu (IBGE, 2018).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 38
<b>Hidrônimo:</b> Rio Samambaia
<b>Território</b> (cidade/estado): Brasília-DF
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> De Brasília
<b>Localização na Microrregião:</b> De Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Fitotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Samambaia
<b>Semântica:</b> nome comum a várias plantas ornamentais da fam. das gleiqueniáceas, <i>samambaya</i> (CUNHA, 2010, p. 579). SAMAMBAIA <i>corr.</i> <b>Çama-mbai</b> , o trançado de cordas; cordas entrelaçadas formando parapeito; cordas emaranhadas; alusão à trama confusa dessas plantas sociais, invasoras ( <i>Felix herbacea</i> ). No Norte do Brasil a samambaia é uma <i>Tilandsia</i> , vulgarmente conhecida

por <i>barba-de-velho</i> , composta de filamentos emaranhados (SAMPAIO, 1987, p. 311).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do rio Descoberto (IBGE, 1957, p. 194).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 39
<b>Hidrônimo:</b> Rio Santa Teresa
<b>Território</b> (cidade/estado): Mara Rosa-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Norte Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Porangatu
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Sacrotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> <sup>1</sup> Santo <sup>2</sup> Tereza
<b>Semântica:</b> <sup>1</sup> sagrado que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina, <i>sanctus -a -um</i> (CUNHA, 2010, p. 580). <sup>2</sup> “natural de Tera”, “habitante de Tera”. Tem origem no nome grego Therasia, que significa “natural de Tera”. A palavra tera, que dá nome a uma antiga ilha na Grécia localizada no sul do mar Egeu, surge a partir de Ther, cujo sentido é “animal selvagem” (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, 2019).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim + Grego
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto híbrido
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce na serra Dourada e corre para o município de Peixe, onde desemboca no rio Tocantins pela margem esquerda (IBGE, 1957, p. 197).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 40
<b>Hidrônimo:</b> Rio São Marcos
<b>Território</b> (cidade/estado): Cristalina-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Sacrotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> <sup>1</sup> São→ Santo <sup>2</sup> Marcos
<b>Semântica:</b> <sup>1</sup> sagrado que vive segundo os preceitos religiosos, a lei divina segundo a tradição judaico-cristã, atributo de Deus e um dos seus nomes, sublinhando a transcendência da natureza divina, <i>sanctus -a -um</i> (CUNHA, 2010, p. 580). <sup>2</sup> derivado de <i>Mars</i> “Marte”, o deus romano da guerra. Significa “relativo a Marte” ou “guerreiro” (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, 2019).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim + Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome composto
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do Paranaíba, na divisa de Ipameri e Cristalina (IBGE, 1957, p. 204).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 41
<b>Hidrônimo:</b> Rio Tocantins
<b>Território</b> (cidade/estado): Ouro Verde/ Petrolina de Goiás-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Centro Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Anápolis
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Tocantins
<b>Semântica:</b> nome de um grande rio de Goiás, afluente da margem direita do

Amazonas; cid. de Minas Gerais; de <b>tucantĩ</b> , nome de uma var. de tucano com penas brancas no peito, daí seu nome <b>tucan-tĩ</b> (tucan-tinga), tucano branco; seg. alguns tupinólogos, este vocábulo quer dizer “nariz de tucano”, apelido dado a uma tribo indígena que habitava a região e dera seu nome (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 113).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, formado pela junção do Paranã e Maranhão, segue para o município de Peixe, que atravessa, como também o de Porto Nacional, depois de deixar à direita Natividade. Adiante, serve de limite de Pedro Afonso, de um lado, e Santa Maria do Araguaia e São Vicente do outro, até a divisa do estado do Maranhão (IBGE, 1957, p. 221).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 42
<b>Hidrônimo:</b> Rio Tocantinzinho
<b>Território</b> (cidade/estado): Alto Paraíso de Goiás-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Norte Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Chapada dos Veadeiros
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Tocantins
<b>Semântica:</b> nome de um grande rio de Goiás, afluente da margem direita do Amazonas; cid. de Minas Gerais; de <b>tucantĩ</b> , nome de uma var. de tucano com penas brancas no peito, daí seu nome <b>tucan-tĩ</b> (tucan-tinga), tucano branco; seg. alguns tupinólogos, este vocábulo quer dizer “nariz de tucano”, apelido dado a uma tribo indígena que habitava a região e dera seu nome (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 113).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do rio Maranhão, nas divisas dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João da Aliança (IBGE, 1957,

p. 221).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 43
<b>Hidrônimo:</b> Rio Turvo
<b>Território</b> (cidade/estado): Americano do Brasil-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Centro Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Anicuns
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Estematopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Turvo
<b>Semântica:</b> opaco, embaciado, escuro, revoltoso, agitado, <i>turbīdus</i> (CUNHA, 2010, p. 658).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce na serra das Divisões e separa o município e o de Palmeiras, de Goiás e o Paraúna, antes de desaguar no rio dos Bois, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 223).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 44
<b>Hidrônimo:</b> Rio Uru
<b>Território</b> (cidade/estado): Americano do Brasil/ Itaberaí-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Tocantins
<b>Localização na Mesorregião:</b> Centro Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Anicuns
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Zootopônimo

<b>Entrada lexical:</b> Uru
<b>Semântica:</b> nome comum às aves galiformes da fam. dos fasianídeos, <i>u'ru</i> (CUNHA, 2010, p. 663); esp. de ave da fam. dos fasianídeos (TIBIRIÇA, 1985, p. 191). <i>s.</i> Nome comum das galináceas no tupi. É a ave conhecida ( <i>Odonthophorus dentatus</i> , Tom.). Designa também um certo tecido de folhas de palma. 124 (SAMPAIO, 1987, p. 340).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem esquerda do rio das Almas, na divisa dos municípios de Itaberaí e Mossamedes (IBGE, 1957, p. 224).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 45
<b>Hidrônimo:</b> Rio Urucuia
<b>Território (cidade/estado):</b> Formosa-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio São Francisco
<b>Localização na Mesorregião:</b> Leste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Entorno de Brasília
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Fitotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Urucu
<b>Semântica:</b> fruto de uma planta da fam. das bixáceas ( <i>bixa orellana</i> ), de cuja polpa os índios do Brasil extraíam uma substância tintorial de cor vermelha, semelhante à do almagre, com que pintavam o corpo e tingiam peças de algodão e artefatos diversos, <i>uru'ku</i> (CUNHA, 2010, p. 663). O vermelhão, a planta que o produz ( <i>Bixa-Orellana</i> ) (SAMPAIO, 1987, p. 341).
<b>Língua (etimologia):</b> Tupi
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, corre na região oriental do município para o estado de Minas Gerais (IBGE, 1957, p. 224).
<b>Data:</b> Setembro, 2018

<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva
---

Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 46
<b>Hidrônimo:</b> Rio Verde ou Verdão
<b>Território</b> (cidade/estado): Caiapônia-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Cromotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Verde
10. <b>Semântica:</b> da cor mais comum nas ervas e nas folhas das árvores, <i>vīrīdis</i> (CUNHA, 2010, p. 673).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, Sua nascente se localiza próximo às rodovias GO-220 e GO-184 na Serra do Caiapó, no município de Caiapônia, cruzando os municípios de Montividiu, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Maurilândia (IBGE, 2018).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 47
<b>Hidrônimo:</b> Rio Verde
<b>Território</b> (cidade/estado): Portelândia/ Mineiros-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo</b> (taxe): Cromotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Verde

<b>Semântica:</b> da cor mais comum nas ervas e nas folhas das árvores, <i>vīrīdis</i> (CUNHA, 2010, p. 673).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples (adjetivo).
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, nasce na região central do município e corre para o de Jataí, onde desemboca no Paranaíba, pela margem direita (IBGE, 1957, p. 227).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 48
<b>Hidrônimo:</b> Rio Verdinho
<b>Território (cidade/estado):</b> Rio Verde-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba
<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Sudoeste de Goiás
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Cromotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Verde
<b>Semântica:</b> da cor mais comum nas ervas e nas folhas das árvores, <i>vīrīdis</i> (CUNHA, 2010, p. 673).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente da margem direita do rio Verde (IBGE, 1957, p. 227).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 49
<b>Hidrônimo:</b> Rio Veríssimo
<b>Território (cidade/estado):</b> Ipameri/ Campo Alegre de Goiás-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Paranaíba

<b>Localização na Mesorregião:</b> Sul Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Catalão
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Antrotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Vero → verdade
<b>Semântica:</b> É português, da região de Trás-os-Montes. Veríssimo é uma palavra portuguesa que significa "Algo muito verdadeiro". Os Cristãos Novos (Judeus forçados ser convertidos ao Catolicismo), utilizavam esse sobrenome como prova da sua lealdade para com a Igreja Católica, por outras palavras queriam provar como era "verdadeiro" o seu empenho para com a nova fé (DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, 2019). Conformidade com o real, franqueza, sinceridade, <i>vērītas</i> (CUNHA, 2010, p. 673).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples
<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, atravessa o município, como o de Goiandira, depois de servir, em pequeno trecho, de divisa a Catalão, e desemboca no rio Paranaíba, pela margem direita, no limite de Corumbáiba (IBGE, 1957, p. 229).
<b>Data:</b> Setembro, 2018
<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva

## Ficha ecotoponomástica

<b>Nº de ordem:</b> 50
<b>Hidrônimo:</b> Rio Vermelho
<b>Território (cidade/estado):</b> Cidade de Goiás-GO
<b>Bacia Hidrográfica:</b> do Rio Araguaia
<b>Localização na Mesorregião:</b> Noroeste Goiano
<b>Localização na Microrregião:</b> Rio Vermelho
<b>Entidade Geográfica:</b> Natural
<b>Classe do hidrônimo (taxe):</b> Cromotopônimo
<b>Entrada lexical:</b> Vermelho
<b>Semântica:</b> da cor de sangue, <i>věrmīcŭlus</i> (CUNHA, 2010, p. 674).
<b>Língua (etimologia):</b> Latim
<b>Estrutura morfológica:</b> Nome simples

<b>Informações enciclopédicas:</b> Rio, afluente a margem direita do rio Araguaia (IBGE, 1957, p. 230).
---

<b>Data:</b> Setembro, 2018
-----------------------------

<b>Pesquisador:</b> Cleber Cezar da Silva
---